

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL**  
**TURMA ESPECIAL UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**AGRIBUSINESS & COMPETITIVIDADE NA ENTRADA DO  
SÉCULO XXI: subsídios para o desenvolvimento da  
região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e  
adjacências, a partir do exame da relação produtor –  
educação rural – realidade conjuntural**

**GISLEY FRANCISCO BARETTA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2000**

**Gisley Francisco Baretta**

**AGRIBUSINESS & COMPETITIVIDADE NA ENTRADA DO  
SÉCULO XXI: subsídios para o desenvolvimento da  
região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e  
adjacências, a partir do exame da relação produtor –  
educação rural – realidade conjuntural**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Cunha Maya**

**Florianópolis, dezembro de 2000**

# **AGRIBUSINESS & COMPETITIVIDADE NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e adjacências, a partir do exame da relação produtor – educação rural – realidade conjuntural**

**Gisley Francisco Baretta**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Nelson Colossi  
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Cesar da Cunha Maya, orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rudimar Artur dos Santos da Rocha, membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Nelson Santos Machado, membro

À todos os Professores, que nos brindaram com seus conhecimentos, e tivemos a honra de tê-los em nosso meio....

*“Aqui vim para aprender convosco. De um e de outros, de todos. Pois de que me serviria a terra, para que se fizeram o mar e os caminhos, senão ir olhando e aprendendo de todos os seres, um pouco?” (Pablo Neruda – Poeta Chileno).*

Nossa profissão de Educadores...

*“As pessoas vão trabalhar para corporações, para organizações e descobrem que precisam abrir mão de um pedaço de si mesmas – elas trocam seu sentimento de expressar-se plenamente por contracheque, segurança e um título – e NÓS temos o direito de esperar que isto seja diferente.” (Werner Erthard).*

Àquelas pessoas que aceitam a mudança e o desafio do novo, moderno e possuem espírito empreendedor...

*“Não há nada mais difícil de manejar, mais perigoso de conduzir ou mais incerto de suceder que levar adiante a introdução de uma ordem de coisas, pois a inovação tem por seus inimigos todos os que se deram bem nas condições antigas, e por defensores frágeis todos aqueles que talvez possam se dar bem nas novas.”*  
(Nicolau Maquiavel – O Príncipe).

Ao ilustre Professor Dr. Paulo Cesar da Cunha Maya,  
pela grande colaboração e paciência na orientação de  
minhas ações que culminou com esta Dissertação de  
Mestrado

Também, pela sua sensibilidade humana, que lhe é  
peculiar, sempre animando-me na busca do alvo certo  
na hora certa, monitorado pelo seu estilo rápido, forte e  
determinado

*“Há grandes homens que fazem com que todos se  
sintam pequenos. Mas o verdadeiro grande homem é  
aquele que faz com que se sintam grandes.” (Gilbert K.  
Chesterton – Escritor inglês).*

Ao Professor Dr. Nelson Colossi, que por vezes dispensou seus experientes ensinamentos e orientações no princípio de meu trabalho...

*“Encontrei uma bifurcação na floresta. Segui a trilha menos pisada, e isso fez toda a diferença.” (Robert Frost).*

À todos que desacreditam de sua atividade ou negócio...

*“Nem tudo o que é enfrentado pode ser mudado. Mas nada pode ser mudado se não for enfrentado.” (James Baldwin).*

À todos que acreditam na sua atividade ou negócio...

*“Perseverança não é uma longa corrida; é uma série de pequenas corridas, uma atrás da outra.” (Walter Elliott).*

Para todos os que deram a honra de participar no meu trabalho de pesquisa – seja na entrevista, experiências vivenciais e visitas de campo. Também aos dirigentes e gestores dos segmentos envolvidos e as instituições educacionais.

Aos colegas de trabalho da UNOESC São Miguel - principalmente, os que disponibilizaram o suporte técnico de sua atividade profissional quando necessário.

Para Você, que no anonimato colaborou e torceu, compartilho da alegria de ter conseguido atingir o objetivo e o sabor da vitória, enfim, do professor e escritor Eliseu Oro, e o amigo Marcos Ferasso pela intervenção de revisão.

*“Não há limites para o que Você pode fazer, desde que, não se importe com quem ficará o crédito.”  
(Desconhecido).*

Aos dirigentes da UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste – SC.

*“As pessoas são como vitrais; faíscam e brilham quando há sol, mas quando a escuridão chega, somente revelam sua verdadeira beleza se houver luz interior.” (Elizabeth Kubler-Ross).*

Para os meus...: Leni, Cláudia, Gilson e Altair...e o Primo Davi (Miami/USA).

*“Uma palavra de encorajamento durante uma crise é mais valiosa do que um livro inteiro de elogios depois do sucesso.” (Anônimo).*

## SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	XV
LISTA DE FIGURAS.....	XVI
LISTA DE GRÁFICOS.....	XVII
LISTA DE QUADROS.....	XVIII
LISTA DE TABELAS.....	XIX
RESUMO. XX	
ABSTRACT.....	XXIII
1 INTRODUÇÃO.....	26
1.1 Justificação do estudo.....	26
1.2 Problema e tema.....	31
1.3 Objetivos e abrangência.....	31
1.3.1 Objetivo geral.....	31
1.3.2 Objetivos específicos.....	32
1.3.3 Abrangência.....	32
1.4 Organização do estudo.....	33
2 QUADRO DE REFERÊNCIA.....	35
2.1 O Complexo Rural do “ <i>Agribusiness</i> ”.....	35
2.1.1 A trajetória evolutiva e o desenvolvimento da atividade rural.....	35
2.1.2 A Colonização do Extremo-Oeste Catarinense: desenvolvimento histórico-econômico.....	54
2.1.3 A produção camponesa na unidade familiar.....	64
2.2 Educação.....	66
2.2.1 Educação no Brasil.....	69
2.2.2 Educação Profissional.....	73
2.2.3 Contribuições ao entendimento da educação profissional, por Marx e Gramsci.....	79
2.2.4 Trajetória histórica de quase um século do ensino profissionalizante no Brasil.....	83
2.2.5 História e situação da rede federal de Educação Tecnológica.....	88
2.2.6 A evolução do ensino técnico agrícola no Brasil.....	92
2.2.7 Os primeiros passos e a difusão do ensino técnico no meio rural.....	97
2.2.8 Extensão Rural.....	98
2.2.8.1 Contextualização e evolução histórica.....	99
2.2.8.2 A Extensão Rural em Santa Catarina.....	103
2.2.9 Assistência Técnica.....	106
2.2.10 Evolução histórica da Educação no Estado do Paraná.....	108
2.2.11 O modelo de ensino através da Casa Familiar Rural.....	110
2.2.11.1 Antecedentes históricos.....	110
2.2.11.2 As implicações da Pedagogia da Alternância.....	113

2.2.11.3 Trajetória histórica da implantação de Casas Familiares Rurais Familiar na região Sudoeste do Paraná.....	114
2.2.12 O Ensino agrícola no Estado de Santa Catarina.....	116
2.2.12.1 História e organização.....	116
2.2.12.2 Difusão do Ensino Agrícola no Oeste Catarinense.....	118
2.2.12.3 O Ensino Rural no município de São Miguel do Oeste.....	120
2.3 Realidade Conjuntural.....	122
2.3.1 A globalização: suas influências no mundo dos “business”.....	122
2.3.1.1 A globalização e as mudanças na forma de emprego.....	124
2.3.2 Os blocos econômicos e os mercados organizados.....	124
2.3.2.1 O MERCOSUL.....	127
2.3.2.2 O que é o Mercosul?.....	129
2.3.2.3 Políticas ambientais globalizadas e seus efeitos.....	131
2.3.3 Desenvolvimento rural e sustentabilidade.....	133
2.3.4 “Biossegurança” e o ecossistema – questões ambientais.....	135
2.3.4.1 A agricultura alternativa.....	135
2.3.4.2 Uma análise da relação custo - benefício da agroecologia.....	139
2.3.5 O custeio financeiro da agricultura brasileira.....	141
2.3.6 O Associativismo.....	142
2.3.6.1 O sistema cooperativo sob a ótica do associativismo.....	142
3 METODOLOGIA.....	147
3.1 Caracterização do estudo.....	147
3.2 Pergunta de pesquisa.....	148
3.3 Universo e censo.....	149
3.4 Coleta, análise e interpretação dos dados.....	154
3.5 Limitação do estudo.....	157
3.6 Definição de termos e variáveis.....	159
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	161
4.1 Pesquisa bibliográfica.....	161
4.1.1 Antecedentes históricos da atividade rural.....	161
4.1.2 Extensão rural e associativismo.....	175
4.1.3 O cooperativismo agrícola, como forma de associativismo.....	179
4.1.4 A educação profissionalizante.....	182
4.1.5 Realidade conjuntural.....	188
4.2 Interpretação dos dados relativos à pesquisa de campo.....	191
4.2.1 Em relação aos alunos, dirigentes, professores e pessoal-chave.....	194
4.2.2 Em relação ao instrumento “planilha diagnóstico e viabilidade”.....	212
5 CONCLUSÃO.....	218
5.1 Reflexões e constatações.....	218
5.2 Recomendações.....	222
5.3 Sugestões.....	223
6 BIBLIOGRAFIA.....	230
6.1 Referências bibliográficas.....	230
6.2 Bibliografia complementar.....	232

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Mapa da região de São Miguel do Oeste e adjacências .....	236
Anexo 2 – Mapa da Estrutura Multicampi da UNOESC em Santa Catarina.....	238
Anexo 3 - Instrumento de pesquisa – PP .....	240
Anexo 4 - Instrumento de pesquisa – Planilha de Diagnóstico e Viabilidade (PDV).....	243
Anexo 5 - Gráficos e quadros complementares .....	249
Anexo 6 - Fotografia dos locais de aplicação da PP .....	259
Anexo 7 - Fotografia das visitas vivenciais e <i>business</i> .....	263

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais componentes e fatores que diferenciam a Educação Formal e Pedagogia da Alternância. ....	115
--	-----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de instrumentos de pesquisa .....	191
Gráfico 2 - Distribuição do instrumento que contém a Pergunta de Pesquisa - PP	192
Gráfico 3 - Retorno do “PDV” .....	193
Gráfico 4 – Distribuição do instrumento de pesquisa – Planilha de Diagnóstico e Viabilidade – PDV .....	193
Gráfico 5 – Índice de resposta do instrumento – PP .....	194
Gráfico 6 – Função ocupacional dos entrevistados Fonte: pesquisa de campo.....	195
Gráfico 7 – Nível de ocupação de cargo .....	196
Gráfico 8 – Formação básica .....	196
Gráfico 9 – Cursos de Especialização.....	197
Gráfico 10 – Cursos de aprimoramento Fonte: pesquisa de campo. ....	198
Gráfico 11 – Participação em eventos.....	199
Gráfico12 – Período de participação no evento .....	199
Gráfico13 – Como você percebe o Produtor .....	200
Gráfico 14 – Aspectos negativos ao Produtor .....	203
Gráfico15 – Resumo de pontos que devem ser melhorados com relação a Educação Rural.....	204
Gráfico 16 - Realidade Conjuntural: pontos a serem melhorados .....	208
Gráfico 17 – Índice de resposta do “PDV” .....	212
Gráfico 18 – Índice de retorno do “PDV” com respostas parciais.....	212
Gráfico 19 – Notas atribuídas às Unidades de Produção – PDV .....	213
Gráfico 20 – O que você espera das Instituições Educacionais.....	214
Gráfico 21 – Quais os objetivos da família a curto e médio prazos? .....	215
Gráfico 22 – Idade média da MOB da UP .....	216
Gráfico 23 – Índice de retorno do Instrumento “PP” .....	217

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro geral do Mercosul - Exportações e Importações do Brasil para o Mercosul (milhões de US\$) .....	131
Quadro 2 - Índices Gerais da economia dos países do Mercosul .....	131
Quadro 3 – Relação das instituições educacionais, tipo, vínculo e localização .....	150
Quadro 4 – Relação do pessoal-chave selecionado, representantes ou não, ligados ao tema em estudo .....	151
Quadro 5 - Relação de instituições visitadas e eventos participados .....	152
Quadro 6 - <i>Business</i> do trigo - etapas da cadeia do complexo rural do “ <i>Agribusiness</i> ” .....	166
Quadro 7 – Agricultura orgânica e o desenvolvimento sustentável – etapas da cadeia do complexo rural do “ <i>Agribusiness</i> ” .....	167

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais Blocos Econômicos.....	126
Tabela 2 - Dados gerais sobre os países do Mercosul .....	130
Tabela 3 - Resumo das respostas do PP em relação ao Produtor.....	204
Tabela 4 - Resumo das respostas do PP/ Educação Rural.....	206
Tabela 5 – Resumo das respostas do PP/Realidade Conjuntural.....	206
Tabela 6 - Cruzamento entre o número de incidências em cada resposta oferecida no “PP” com "relação ao Produtor".....	209
Tabela 7 - Cruzamento da incidência de respostas oferecidas ao “PP” com relação à "Educação Rural".....	209
Tabela 8 – Cruzamento da incidência de resposta oferecida ao “PP” com a "Realidade Conjuntural" .....	210
Tabela 9 – Cruzamento entre “O nome da organização a que pertence” com o “Número de eventos participados” .....	211

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e adjacências, fornecendo subsídios para o planejamento, a partir do exame da relação produtor - educação rural - realidade conjuntural. Estas três variáveis em estudo - palpáveis a partir do exame da relação entre si, possibilitou interligá-las com o tema. Os resultados obtidos no estudo servem para uma melhor compreensão e evolução do "agribusiness", com as possíveis implicações e influências na unidade de produção, educação rural, levando-se em consideração os reflexos da realidade conjuntural. Através de seus resultados, faz com que o mesmo adquira importância que merece para toda região em tela. Este estudo também possibilita, caso se faça necessária, a visualização da adequação das unidades produtoras, tornando-as mais competitivas e com perspectivas alentadoras para a região Sul do Brasil; também permite que se apresentem algumas das tendências contemporâneas e emergentes em relação à educação, principalmente a que trata da educação profissionalizante - no âmbito da agricultura, bem como realça alguns aspectos arrolados pela realidade conjuntural no mundo globalizado e suas expectativas. O estudo está dividido em três partes: a) revisão da literatura b) pesquisa e visitas de campo c) recomendações. Por conseguinte, para melhor entender o tema, estas foram divididas em três grandes áreas de abrangências: produtor - educação rural - realidade conjuntural. Procurou-se avaliar o estágio do desenvolvimento da teoria à luz da literatura (análise documental), comparando-se com as vivências de campo, proporcionadas através das visitas, "in loco", pelo pesquisador e pelos instrumentos de coleta de dados. Na apresentação, o estudo foi dividido em duas partes, sendo que na primeira apresenta-se a revisão bibliográfica sobre o tema, no sentido de buscar embasamento teórico e se inteirar ainda mais do assunto. Na segunda, são descritos os resultados da pesquisa sobre a revisão bibliográfica, com o objetivo de preencher eventuais

lacunas no estudo, e a pesquisa de campo que envolveu: instituições ligadas à educação rural, famílias de produtores rurais, pessoal-chave selecionado, representantes ou não, ligados ao tema em estudo; e experiências vividas nas visitas de campo nas instituições ligadas à educação rural e nas unidades de produção familiares. Estes resultados identificam o estreito relacionamento contidos no modelo teórico vigente e futurista, através da análise dos resultados obtidos nas respostas dos formulários de pesquisa, diferenciando-se assim a “nova visão de *agribusiness*” no meio agrícola e no entorno do mundo rural. Os resultados do estudo demonstraram que há uma certa insegurança e aflição por parte dos gestores das unidades produtoras agrícolas da região com relação ao seu próprio futuro e, conseqüentemente, o de sua família; contudo o estudo também demonstrou que existem os que já estão buscando informações para não serem excluídos de vez do processo de “*agribusiness*”. Pode-se encontrar, com relação à educação rural, um clima de muitas inovações e mudanças - o choque dos “velhos sistemas” de educação-aprendizagem com a “nova concepção” de Ensino Profissionalizante – provocando discussões entre dirigentes de instituições educacionais e autoridades do setor “agro-educativo”. De outro lado, existem os alunos destas instituições educacionais, preocupados com o futuro da sobrevivência da atividade agrícola e o seu sucesso na carreira profissional, diante das mutações no “Complexo Rural”. Também, evidenciou-se a necessidade duma definição mais real e ideal do vocábulo “*agribusiness*” em relação a sua aplicabilidade. Pronunciado pela primeira há quase meio século, ainda não se encontrou no português, a sua tradução. É necessário entender e compreender toda a sua cadeia para entender o que é “*agribusiness*”. É possível entender que o “*agribusiness*” seja sinônimo de Complexo Rural, pois sua cadeia envolve a divisão sistêmica do “antes”, “dentro” e o “fora” da porteira da unidade de produção. Para muitas pessoas, o termo “*agribusiness*” é traduzido como agronegócio, o que deixa de ser, em virtude de que agronegócio pode ser considerado como gestão dos negócios rurais, ou seja, atividades que estão intimamente ligadas com a terceira fase da cadeia – após a porteira, sofrendo fortes influências dos conhecimentos das faculdades de economia, contabilidade, administração (commodities, bolsas, mercados futuros, comercialização, etc.).

Também pelo fato de que se aplica gestão em qualquer tipo de organização. Para tanto, o “*agribusiness*” começa muito antes, o que exige um conhecimento mais híbrido e mais amplo por parte do gestor deste Complexo Rural. Assim, o estudo, ora apresentado, representa a evidência de sugestões para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e adjacências, a partir das respostas obtidas e conclusões oriundas da análise documental e da pesquisa de campo.

**Palavras-chave:** “*agribusiness*”, competitividade, educação rural, produtor, realidade conjuntural.

## ABSTRACT

This study has as objective to contribute for the development of the area of Great São Miguel do Oeste (SC) and adjacencies, supplying subsidies for the planning, starting from the exam of the relationship producer - rural education - reality of the situation. These three variables in study - tangible starting from the exam of the relationship to each other, it facilitated to interlink with the theme. The results obtained in the study are good for a better understanding and evolution of the " *agribusiness* ", with the possible implications and influences in the unit of production, rural education, being taken in consideration the reflexes of the reality of the situation. Through its results, does with that the same acquires importance that deserves for every area in screen. This study also facilitates, in case makes himself necessary, the visualization of the adaptation of the producing units, turning them more competitive and with encouraging perspectives for the South area of Brazil; it also allows that they come some of the contemporary and emergent tendencies in relation to the education, mainly the one that is about the professional education - in the ambit of the agriculture, as well as it enhances some aspects enrolled for the reality of the situation in the globalized world and its expectations. The study is I divide in three parts: a) revision of the literature b) researches and field visits c) recommendations. Consequently, for best to understand the theme, these were divided in three great areas of inclusions: producer - rural education - reality of the situation. It tried to evaluate the apprenticeship of the development of the theory to the light of the literature (documental analysis), being compared with the field existences, provided through the visits, " in loco ", for the researcher and for the instruments of collection of data. In the presentation, the study was divided in two parts, and in the first comes the bibliographical revision on the theme, in the sense of to look for theoretical base and to inform still more of the subject. On the second part, the results of the research are described on the bibliographical revision, with the objective of filling eventual lacunas in the study, and the field research that involved: institutions

linked to the rural education, families of rural producers, selected key personnel, representatives or not, linked to the theme in study; and experiences lived in the field visits in the institutions linked to the rural education and in the family units of production. These results identify the strait relationship contained in the effective and futurist theoretical model, through the analysis of the results obtained in the answers of the research forms, differing like this the "new *agribusiness* vision" in the agricultural way and in spill it of the rural world. The results of the study demonstrated that there are a certain insecurity and affliction on the part of the managers of the agricultural producing units of the area with relationship to its own future and, consequently, the one of its family; however the study also demonstrated that the ones that exist they are already looking for information for they be not excluded once and for all of the "*agribusiness*" process. Can meet, with relationship to the rural education, a climate of a lot of innovations and changes - the shock of the "old education-learning systems" with the "new conception" of Professional Education - provoking discussions between leaders of educational institutions and authorities of the "agriculture-educational section". On another side, the students of these educational institutions exist, worried with the future of the survival of the agricultural activity and its success in the professional career, due to the mutations in the "Rural" Complex. Also, it was evidenced the need of a more real definition and ideal of the word "*agribusiness*" in relation to its applicability. Pronounced by the first there is almost half century, didn't still meet in the Portuguese, its translation. It is necessary to understand and to understand all its chain to understand what is "*agribusiness*". It is possible to understand that the "*agribusiness*" is synonymous of Rural Complex, because its chain involves the systemic division of the "before", "inside" and the "out" of the gate of the unit of production. For a lot of people, the term "*agribusiness*" is translated as "agronegócio", what stops being, by virtue of that "agronegócio" can be considered as administration of the rural business, that is to say, activities that are intimately called with the third phase of the chain - after the gate, suffering strong influences of the knowledge of the economy abilities, accounting, administration (commodities, bags, future markets, commercialization, etc.). Also for the fact that administration is applied in any organization type. For so much, the

" *agribusiness* " begins very before, what demands a hybrid and wider knowledge on the part of the manager of this Rural Complex. Thus, the study, for now presented, it represents the evidence of suggestions for the development of the area of Great São Miguel do Oeste (SC) and adjacencies, starting from the obtained answers and conclusions originating from of the documental analysis and of the field research.

**Key-words:** "*agribusiness*", competitiveness, rural education, producer, reality of the situation.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Justificação do estudo

“Um tema é importante quando atinge ou tem o potencial de atingir muita gente direta ou indiretamente. É original quando as descobertas têm o potencial de nos surpreender ou quando preenche uma lacuna e é viável em função da capacidade do pesquisador e do apoio institucional, orientação nos limites do tempo e dos recursos disponíveis.” (Castro, 1977).

O mundo está mudando em todas as frentes e direções, atingindo a todos os segmentos da sociedade e a todos os setores da economia. As mudanças são rápidas e universais. Surgem novos profetas, novos tempos; uns para iluminarem as esperanças e outros para confundirem o espírito humano. As universidades multiplicam a cada ano os cursos de graduação e pós-graduação, com os mais abrangentes e específicos campos de estudo, pesquisa e profissionalização. Entidades ligadas à profissionalização das pessoas formulam projetos sonhadores que contemplam parcialmente as necessidades dos empreendedores, treinando-os para as atividades e rotinas profissionais do seu futuro negócio, esquecendo-se das informações gerenciais, ou vice-versa. As editoras lançam livros com títulos e temas novos e inusitados. Vive-se a pressão da globalização da economia, que provoca o desaparecimento das fronteiras nacionais: o capital internacional eliminou as barreiras nacionais. Muitas vezes, esquecem a necessidade real e ideal da região como acesso a mudanças. Considerar a região na sua subjetividade apenas e sua capacidade livre de visualização, provoca a insaciabilidade de encontrar alternativas e tendências e a crise existencial da globalização e ao mesmo tempo do isolamento. E gera nos desempregados a ansiedade, apreensão e o sentimento de inutilidade.

O processo da globalização planetária massifica as culturas, os costumes, os comportamentos; marginaliza os grupos humanos sem qualificação e preparação profissional competitiva e provoca conflitos sociais intensivos e generalizados no mundo urbano e no meio rural. Não basta pensar a globalização da economia com os avanços tecnológicos e competitivos. Faz-se necessário planejar o mundo a partir de seu hóspede mais digno: a pessoa humana.

A agricultura em meados do século XX era bem diferente da atual. Fazia-se quase tudo nas propriedades. Além do plantio, muitas vezes bastante diversificado, criavam-se animais de produção e tração, produziam-se e adaptavam-se implementos, ferramentas, equipamentos de transporte e insumos básicos tal como fertilizantes, sementes e outros.

Eram também incorporados as propriedades, roupas, o processamento de alimentos, o armazenamento e a comercialização. O número de pessoas que moravam nas unidades de produção era grande. O termo agricultura abrangia todas essas atividades. Os produtores não eram especializados, mas eram versáteis para entender e executar todo o processo de acordo com os padrões da época. O termo agricultura hoje, refere-se às atividades de plantio, condução, colheita e à produção de animais. O termo “agribusiness” tem a importância do termo “agricultura” de cinquenta anos atrás. Trata-se da agricultura e dos negócios que esta envolve, desde “o antes da porteira até o após a porteira”, ou seja, o Complexo Rural do *Agribusiness* – não apenas definido como agronegócio.

A natural vocação do Brasil para o “*agribusiness*” vem crescendo e se destacando nas cifras nacionais. Hoje o “*agribusiness*” contribui com 38% do PIB brasileiro, representa 37% do total de exportações e emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país.

O setor agroindustrial tem incorporado as mudanças ocorridas ao seu redor, adotando uma nova percepção, a de que não existe empreendimento

isolado, mas uma cadeia de criação de valores para atender a consumidores cada vez mais exigentes. Ao despertar para a importância de toda a cadeia do Complexo Rural, pode advir muito a competitividade em função da vocação natural do país para a agricultura.

O desenvolvimento rural regional sustentável deve contemplar a todos os municípios que compõem a região, pois devemos crescer coletivamente, o que proporcionará às Instituições Educacionais condições de sempre atender às exigências do mercado.

Por outra parte, entende-se por plano de desenvolvimento rural sustentável um documento que permita às autoridades e às organizações envolvidas uma tomada de decisão sobre como deverá ser feito esse desenvolvimento na microrregião.

Sob outra ótica, o plano regional de desenvolvimento sustentável, corresponde a um conjunto de objetivos e atividades inter-relacionadas, formando um todo coerente e consistente, com o propósito de intervir na sociedade e numa área determinada.

O plano de desenvolvimento regional sustentável, a ser elaborado, deverá ser simples, concreto, informativo, analítico e indicativo das propostas, das vantagens e desvantagens das ações e dos programas e projetos relevantes; as necessidades organizacionais; os custos e alternativas de financiamento; as instituições parceiras envolvidas; a estratégia para a execução e o esquema de acompanhamento da execução do plano, entre outras questões pertinentes. Deverá possuir, como principal característica, a definição das ações mais relevantes e estratégicas a serem implantadas no setor agrícola – educacional – econômico/social - ambiental da região, que permitam estimular e dinamizar, no curto prazo, o desenvolvimento rural sustentável e o Complexo Rural.

Além disso, deverá incluir no estudo, a forma pela qual as Instituições e/ou as organizações regionais participarão na implementação das atividades do desenvolvimento rural que forem programadas. Muitos planos falharam na sua execução porque não houve o apoio efetivo dessas instituições burocráticas de governo, além de ter sido muito escassa, ou nula, a participação das organizações produtivas e sociais de caráter local ou regional. O que significa que o desenvolvimento de uma microrregião não depende somente da correta elaboração do plano, mas de um confiável apoio das instituições e organizações regionais, para que se execute o que foi projetado. Ou seja, o conceito básico é o de que fica mais difícil qualquer mudança que se deseje fazer, quando os instrumentos de implantação dessas mudanças - instituições burocráticas de governo e organizações produtivas e civis, de caráter local, não mudam suas concepções e formas de atuação para se comprometerem com o fim comum - o desenvolvimento da microrregião.

A região de abrangência da 13ª Regional da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com sede no município de São Miguel do Oeste, é composta por 21 municípios, e possui 56.559 produtores agropecuários cadastrados, o segundo maior número do Estado. Esta região é composta de minifúndios, com módulos rurais de pequeno porte e modelos de gestão de empresa familiar rural.

Inserida neste contexto e comprometida com o desenvolvimento social do município e da região, encontra-se a UNOESC, instituição comunitária e "multicampi", fundada em 1992, a partir da fusão de três Fundações Educacionais que atuavam no ensino superior do Meio Oeste ao Extremo Oeste Catarinense, desde o início da década de 70. Sua sede jurídica encontra-se em Joaçaba.

A área de abrangência da UNOESC é a região do grande Oeste Catarinense, que se estende desde a parte inferior do Alto Vale do Rio de Peixe, polarizada pela cidade de Videira, descendo em direção à cidade-pólo do Vale do Rio do Peixe, que é Joaçaba e alongando-se progressivamente em direção Oeste

e Extremo-Oeste. Toda esta região tem como maiores pólos urbanos do desenvolvimento, em ordem de percurso leste-oeste, as cidades de Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste, cidades estas onde se encontram a sede de cada um dos cinco “Campi” que formam a UNOESC. Esta região compreende uma área de 27.320 km<sup>2</sup>, correspondente a 1/3 do território de Santa Catarina, na qual reside atualmente uma população aproximada de 1 milhão de habitantes, distribuídos em 110 municípios. A economia desta região é predominantemente agrícola e agroindustrial.

O Campus de São Miguel do Oeste (SC), mais especificamente, situa-se em uma região formada por 35 municípios, distribuídos em duas microrregiões de Associações de Municípios, a AMEOSC e a AMERIOS, abrangendo uma área de 6.490,6 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 123.293,42 habitantes, abrangendo uma região em que as atividades ligadas à agricultura estão em decadência, com os produtores desanimados e sem perspectivas de melhora. Como a universidade deve ser um catalisador de idéias, geradora e difusora do conhecimento, está-se buscando no presente estudo encontrar qual é o papel dela e demais Instituições Educacionais inseridas neste meio e ligadas ao ensino profissionalizante, especialmente na educação rural, para a revitalização do Complexo Rural. Destaca-se aqui, que o Campus de São Miguel do Oeste atinge também, em termos de clientela, a região do Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul. Em virtude desta vasta área geográfica, é que este estudo delimitou o espaço, determinando-se de São Miguel do Oeste e adjacências<sup>1</sup>.

Acompanhar as transformações existentes, exige um indivíduo que, além de conhecimentos específicos da área, tenha uma visão empreendedora, no sentido de saber identificar potencialidades e aproveitar oportunidades, gerenciando seus negócios de forma eficiente e eficaz.

---

<sup>1</sup> Adjacência: termo utilizado para representar a delimitação do espaço geográfico no mapa do Brasil, que inclui a região do extremo oeste de SC, o noroeste do RS e parte do sudoeste do PR, em virtude de sua importância e a presença do maior número de organismos ligados às atividades do agribusiness e educação rural profissional.

Um estudo, envolvendo essas questões, muito provavelmente, ainda não foi realizado com o rigor acadêmico pretendido na dissertação ora apresentada.

Torna-se possível pelo interesse da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, apoio da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e pela disponibilidade do orientador.

O exposto permite crer que o estudo em questão seja suficientemente importante, original e viável, conforme prefere CASTRO (1977).

## **1.2 Problema e tema**

As considerações precedentes aguçaram a curiosidade do autor, levando-o de encontro ao problema central do estudo, cujo enunciado é: **“Como facilitar a relação produtor - educação rural – realidade conjuntural no sentido de contribuir de modo mais efetivo para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC), em particular, e adjacências?”**.

Desse problema floresceu o tema, cujo título é: **“AGRIBUSINESS & COMPETITIVIDADE NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e adjacências, a partir do exame da relação produtor - educação rural - realidade conjuntural”**.

## **1.3 Objetivos e abrangência**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Oferecer subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e adjacências, a partir do exame da relação produtor - educação rural - realidade conjuntural.

### 1.3.2 Objetivos específicos

1. realizar diagnóstico da unidade de produção;
2. investigar a relação entre as instituições educacionais ligadas ao ensino rural e as unidades de produção;
3. realizar diagnóstico conjuntural;
4. avaliar a política de desenvolvimento agrícola praticada na região em tela;
5. oferecer os subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC) em particular, e adjacências, em função dos resultados obtidos quanto aos objetivos anteriores e outras informações.

### 1.3.3 Abrangência

A pesquisa realizada, como parte integrante da dissertação de mestrado, teve seu início no final do ano de 1999 – através de visitas de campo – e seu ponto máximo com a aplicação do instrumento de pesquisa no 2º semestre de 2000. Teve como foco de interesse fornecer subsídios para o desenvolvimento do “*agribusiness*” e sua competitividade na região da Grande São Miguel do Oeste (SC) e adjacências (especialmente no Extremo-Oeste de Santa Catarina, parte do Sudoeste do Paraná e parte do Noroeste do Rio Grande do Sul) e considerou facilitar o exame a partir da relação produtor – educação rural – realidade conjuntural, envolvendo os dirigentes, professores e alunos matriculados nas Instituições Educacionais e Pessoal-Chave selecionado, representantes ou não, ligados ao assunto.

Espera-se que as constatações e recomendações oriundas da pesquisa e deste estudo possam vir a ser úteis e aplicadas nesta região.

#### 1.4 Organização do estudo

A presente dissertação de mestrado é composta com a seguinte estrutura, como o indicado a seguir:

Capítulo 1. Aqui foram apresentadas as justificações do estudo; problema e tema; objetivos e a organização do estudo.

Capítulo 2. Quadro de referência. Neste capítulo são oferecidos os referenciais a respeito da atividade rural no Brasil, Santa Catarina e região da Grande São Miguel do Oeste; “*agribusiness*”; educação rural – escola agrícola, colégio agrícola, centro de educação profissional, casa familiar rural; planejamento, classes produtoras, governo; “Biosegurança”, questões ambientais.

Capítulo 3. Metodologia. Em que é oferecida resposta à pergunta: como a pesquisa que deu origem a dissertação foi realizada? Basicamente cobrindo os seguintes tópicos: caracterização do estudo; procedimento geral para a realização do estudo; limitações do estudo.

Capítulo 4. Resultados. Nos quais são relatados os resultados da pesquisa, fruto do levantamento, análise e interpretação dos dados a ela afetos. Por uma questão de conveniência e em respeito a parcimônia, o perfil das instituições e da região resultante da pesquisa realizada é apresentado apenas de forma descritiva, sem as respectivas tabelas e gráficos que serviram de instrumento de organização, análise e interpretação dos dados a ele referentes. Portanto, somente estão inseridas ao longo deste estudo as tabelas e gráficos que têm relação direta com a essência do mesmo, ou seja, com as perguntas de pesquisa.

Capítulo 5. Conclusões e recomendações. É oferecida uma síntese dos resultados e respectivos objetivos, bem como, sugestões de pontos que poderão

merecer esforço adicional de investigação, selecionados dentre aqueles que chamaram a atenção durante o esforço de pesquisa que culminou na dissertação.

Finalmente, a bibliografia e os anexos. Indica-se a bibliografia, contemplando as referências bibliográficas será refletida do seguinte modo: sob o título referências bibliográficas, todas as referências citadas ao longo do texto da dissertação; e sob o título bibliografia suplementar, referências selecionadas, pelo princípio da conveniência, dentre aquelas que deram suporte à realização do estudo, mas que não foram citadas no mesmo. Os anexos são organizados estritamente nos limites do princípio da parcimônia, - i.e., ater-se, apenas, àquilo que for suficiente – com a finalidade principal de facilitar a clareza da comunicação do texto que relata a pesquisa.

## 2 QUADRO DE REFERÊNCIA

Neste quadro de referência, são oferecidas informações consideradas úteis para dar sustentação ao estudo e, por outro lado, satisfazer a conveniência de permitir que as pessoas interessadas no objeto da dissertação tenham maior facilidade de compreender o seu texto e também situar-se no mesmo.

### 2.1 O Complexo Rural do “*Agribusiness*”

#### 2.1.1 A trajetória evolutiva e o desenvolvimento da atividade rural

A modernização da produção agrícola encontra-se diante de um enorme impasse. Ela não tem como consequência imediata a solução da pobreza e da miséria, seja na ótica econômica, social ou política que prolifera entre os pequenos produtores (Strieder, 2000).

Para tanto, devemos ser capazes ao ponto de encontrarmos soluções e procurar descobrir as causas que podem deixar para trás em relação ao “*agribusiness*” mundial.

Vale ressaltar que não há uma tradução adequada para o português do termo “*agribusiness*”. Sabe-se que, aqui no Brasil, o termo começou a ser difundido, principalmente nos estudos que tratam do complexo agroindustrial, o que é muito superficial ainda. Este termo, à luz de sua tradução, remete à uma análise mais criteriosa. Por tanto, referir-se ao “*agribusiness*” apenas em estudos derivados do complexo agroindustrial é retalhar a sua plenitude. Outras manifestações ainda elevam a tradução deste vocábulo à condição de agronegócio, o que também é minimizar o seu significado e importância, pois

“*agribusiness*” emerge com um significado forte e todo especial num momento distinto vivido na agricultura – o descaso da agricultura e a sua perda de valor – com inúmeras transformações nas mais variadas do conhecimento.

É uma das intenções deste estudo, trazer para a discussão a magnitude e plenitude do termo “*agribusiness*”, objetivando encontrar uma definição em português que se assemelhe à original, ou pelo menos que lhe dê a importância merecida e devolva a sua originalidade. É envolver-se mais claramente ao “*agribusiness*” e sua cadeia sistêmica. O “*agribusiness*”, principalmente aqui no Brasil, deve ser difundido como a recuperação da ambiência entre a agricultura e os negócios derivados dela. Neste sentido, é que se trata de expor as experiências vividas no decorrer deste estudo.

A realidade do produtor rural, num aprofundamento na questão agropecuária e a sua estreita ligação com a expansão da agroindústria na região, se apresenta para o produtor rural como pontos congruentes que devem ser observados: agricultura tradicional, modernização tecnológica, via integração ou êxodo rural. Enfoca-se também a expansão do capitalismo na região, combinado com a Teoria Marxista.

Com a implantação da indústria, a agricultura, a partir de então, passa a ser considerada de forma depreciativa como um setor arcaico da economia, que simboliza atraso e subdesenvolvimento. Pensava-se que país desenvolvido deveria ser urbanizado, prestador de serviços e exportador de bens manufaturados, não um país agropecuário. (Baretta, 2000, p. 23).

Já nas últimas décadas observam-se as conseqüências desse grave erro. Porém ainda os governantes não reconheceram que é, na agricultura moderna e eficiente, a melhor alternativa para começar a solucionar os principais problemas nacionais, inclusive os do setor urbano e industrial.

Em decorrência desta ineficiência<sup>2</sup>, a grande maioria dos agricultores tem pequena produção e ainda de má qualidade, porém com altos custos de produção ele é obrigado a vender seus produtos com preços baixos, sem condições de competitividade nos mercados internacionais.

Durante vários anos, os governos tentaram compensar as distorções, concedendo subsídios. Desta forma, os governantes tentaram impedir o êxodo rural com paliativos de alto custo, porém de pouca eficácia; subsidiaram a produção de alimentos como medidas de assistência social rural.

✦ Embora que, comprovadamente, nos aspectos sociais e econômicos, as famílias rurais integradas a uma agroindústria tenham sido beneficiadas, hoje, já não mais comportando a produção dos mesmos. Com o objetivo da seletividade, elas impõem novas exigências de manejo e estrutura, estas pelo seu alto custo, por vezes são inviáveis, obrigando - por exemplo - o abandono da produção. Dão premiação aos melhores produtores integrados e, ao mesmo tempo, a punição aos menos ajustados aos sistema de integração. ✧

Os agricultores tradicionais, que pela sua baixa produtividade, não conseguiram integrar-se, percebeu-se a desesperança no trabalho rural. Estão descapitalizados, sem uma política agrícola coerente, com dificuldades no acesso às novas tecnologias e totalmente dependentes do fator climático, pois quase a totalidade da renda provém da terra.

A inserção numa nova realidade produtiva e o reconhecimento desta realidade não são, segundo o materialismo histórico, suficientes para transformá-la. Nem sempre o real é o ideal. Nem o pesquisador e nem os entrevistados modificam a realidade se não estiverem conscientes de sua necessidade.

---

<sup>2</sup> "... Porém aprenda a desaprender e a fazer fazendo. Não perca tempo tentando aprender tudo antes de fazer. Impossível é aquilo que ninguém faz até que alguém faça. Escreva você mesmo sua própria história; talvez não dê tempo para passar a limpo." ( Extraído da apostila de treinamento em Administração Rural, 1998, de Gisley Francisco Baretta)

O que se conhece hoje como agricultura moderna teve sua origem nos séculos XVIII e XIX, em diversas áreas da Europa, na chamada Primeira Revolução Agrícola Contemporânea. Neste período ocorreram intensas mudanças, tanto econômica, quanto social e tecnológica. Essas mudanças desempenharam um papel central no processo de decomposição do feudalismo e no surgimento do capitalismo (Veiga apud Marcatto, 1999).

Toda a gama tecnológica e organizacional da reestruturação da propriedade produtiva capitalista vem acompanhada das grandes contradições entre o capital e o trabalho, entre fornecedores da força de trabalho e detentores da produção. As grandes mazelas do capitalismo urbano industrial, como: concentração da produção, exploração da força de trabalho, manutenção de um contingente de trabalhadores como reserva, não podem ser escondidas ou ignoradas (Strieder, 2000).

Do ponto de vista tecnológico, a Primeira Revolução Agrícola caracterizou-se pelo abandono paulatino do pousio e pela introdução de sistemas rotacionais com leguminosas e/ou tubérculos. Estas plantas podiam ser utilizadas tanto na adubação do solo, quanto na alimentação humana e animal. Com isso, foi possível intensificar o uso da terra e obter aumentos significativos na produção agrícola, “eliminando” a escassez crônica de alimentos que caracterizaram os períodos anteriores (Ehiers apud Marcatto, 1999).

O final do século XIX em início do século XX, foi um outro período de intensas transformações na agricultura, principalmente na Europa e EUA. Uma série de descobertas científicas, aliadas ao grande desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas), acabaram por impor um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura.

As mais significativas mudanças deste período foram: a redução da importância relativa da rotação de culturas, o progressivo abandono do uso da

adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da vegetal e, principalmente, a absorção de algumas etapas do processo de produção agrícola pelas indústrias. Essas mudanças abriram as portas para o desenvolvimento de sistemas mais intensivos de produção, marcando o início de uma nova etapa na história da agricultura. Esta nova etapa é chamada Segunda Revolução Agrícola Contemporânea (Ehlers apud Marcatto, 1999).

A partir da Primeira Guerra Mundial, as indústrias químicas e mecânicas emergentes, intensificaram a produção de insumos agrícolas. A agricultura passa a depender cada vez menos dos recursos locais, e cada vez mais dos tratores, colheitadeiras, arados, agrotóxicos e ração animal produzidos pela indústria. A indústria passa a transformar produtos provenientes da agricultura, industrializando, acondicionando e distribuindo uma parte crescente da produção agrícola (Oliveira Jr. apud Marcatto, 1999). Ao mesmo tempo, os avanços nos processos de transporte, armazenamento e conservação de produtos agrícolas, possibilitaram o surgimento de um mercado internacional unificado. (Marcatto, 1999).

Na verdade, é numa visão diversa daquela ancorada na lógica capitalista, a introdução de novas tecnologias deveria fazer avançar o desenvolvimento da humanidade, permitindo, além da crescente redução da jornada de trabalho, um acesso mais universalizado aos bens socialmente produzidos. Tudo passa a depender da estratégia dos mecanismos de regulação e da criação de outras modalidades de apropriação da produtividade gerada. A possibilidade concreta, oferecida pela difusão cada vez mais abrangente da tecnologia nos setores produtivos em reduzir o tempo imediato, é um pressuposto necessário para redimensionar as perspectivas sociais e políticas que relevem a uma nova forma de acesso aos bens produzidos (Strieder, 2000).

Todas estas transformações, aliadas às conquistas da pesquisa nas áreas química, mecânica e genética, bem como o fortalecimento do setor industrial voltado para a agricultura, culminaram, no final da década de 60, início

da década de 70, em um novo processo de transformação profunda da agricultura mundial, conhecido como Revolução Verde.

L

A Revolução Verde é baseada em tecnologias genéricas – fertilizantes, químicos, máquinas, equipamentos, agrotóxicos e poucas espécies de plantas - que podem ser utilizadas em praticamente todos os lugares do mundo. Isso facilitou seu processo de difusão/adaptação, tornando possível a adoção quase imediata dessas tecnologias. O resultado desse processo foi a “homogeneização biológica e social” da agricultura comercial mundial (Buttel e Goodman et al., 1985).

L

O termo Revolução Verde<sup>3</sup> é usado para identificar o modelo de modernização da agricultura mundial, baseado no princípio da intensificação através da especialização (Crouch apud Marcatto, 1999). O modelo tem como eixos: a monocultura e a produção estável de alimentos, principalmente arroz, trigo e milho. O “pacote tecnológico” da Revolução Verde envolve tecnologias como: motomecanização, uso de variedades vegetais geneticamente melhoradas (para obtenção de alto rendimento), fertilizantes de alta solubilidade, pesticidas, herbicidas e irrigação.

Vários foram os motivos que contribuíram para a rápida disseminação, a nível mundial, deste modelo de produção. A Revolução Verde surgiu no contexto da “Guerra Fria”, em um mundo polarizado entre dois blocos super poderosos (Butter apud Marcatto, 1999).

Naquela época se entendia que o rápido crescimento populacional (em termos Malthusianos), aliado a uma distribuição inadequada de alimentos, eram as principais causas da fome e da instabilidade política no Terceiro Mundo. A estratégia central da Revolução Verde foi a de lutar contra a deficiência de alimentos, via aplicação massiva de inovações tecnológicas no campo. O objetivo era o de maximizar a produtividade agrícola (Conway et al., apud Marcatto, 1999).

---

<sup>3</sup> É considerada uma das importantes fases da Segunda Revolução da Agricultura Contemporânea.

Por razões políticas, as tecnologias da Revolução Verde foram vistas como uma ferramenta, para produzir os alimentos necessários, e assim lutar contra o crescimento das doutrinas de esquerda no campo. De acordo com Deo (et al. apud Marcatto, 1999).

“..as nações desenvolvidas e as agências internacionais falsamente imaginaram que a instabilidade rural poderia ser controlada via o uso da produção de alimentos como uma nova arma (new food weapon). Sendo assim, as tecnologias da Revolução Verde poderiam ser utilizadas para: (1) conter os comunistas que estavam ativos no meio rural, explorando politicamente a escassez de alimentos; (2) absorver a super produção de alimentos dos países do norte, estabelecendo novos mercados e fazendo com que os países em desenvolvimento se tornassem dependentes das importações de alimentos; e (3) alimentar o contingente de pessoas que estavam migrando para as regiões urbanas, para trabalhar nas indústrias”.

Os países em desenvolvimento também deram importantes contribuições ao processo de expansão do modelo de produção da Revolução Verde. No Brasil, por exemplo, foram criados os sistemas de assistência técnica e extensão rural e o sistema de pesquisa agrícola, com seus mais de trinta Centros Nacionais de Pesquisa. Já o currículo das universidades de agronomia foi completamente reformulados - 1960, e os professores universitários foram enviados para treinamento em universidades dos EUA - principalmente.

O governo brasileiro também criou linhas especiais de crédito rural para permitir a compra de máquinas, equipamentos e insumos modernos; estabeleceu subsídios especiais para a instalação do emergente setor agroindustrial. Uma parte importante dos recursos financeiros, materiais e equipamentos necessários foram fornecidos por agências doadoras do primeiro mundo e por organismos internacionais.

Muitos dos países desenvolvidos passam a investir pesadamente nestas tecnologias. A expansão da pesquisa pública relacionada com as tecnologias da Revolução Verde foi financiada pelos governos dos países desenvolvidos e por agências internacionais controladas por estes governos, como por exemplo: Fundação Ford, Fundação Rockefeller, USAID e Banco Mundial (Deo et al., apud Marcatto, 1999).

Foram implantadas ainda algumas séries de leis, regulamentos e programas especiais que passam a favorecer a difusão e consolidação do novo modelo. Este arsenal de leis e instituições desempenhou um papel fundamental no processo regulador das relações sociais, administrando os conflitos resultantes das mudanças da organização técnica e social que o modelo causou. Conforme Silva (apud Marcatto, 1999), é importante que se registre que a Revolução Verde foi introduzida no Brasil no período da ditadura militar, como parte da estratégia de modernização do país. O processo de modernização incluiu ainda a rápida industrialização, principalmente do Sudeste do país, a construção da infraestrutura necessária (estradas, centrais elétricas, portos, sistemas de comunicação, etc.), e a liberação de parte da mão-de-obra rural para mover as indústrias da área urbana. O regime militar foi capaz de modernizar o campo brasileiro, sem alterar o elevado grau de concentração de terras que caracterizava (e caracteriza) a estrutura agrária nacional. Por essa razão, o processo de modernização levado a cabo no Brasil é conhecido como “Modernização Conservadora”.

No tempo em que o milho híbrido foi desenvolvido (nos anos 30), e as variedades de trigos e arroz de alto rendimento apareceram no mercado (década de 60), ainda não existia oposição à difusão mundial deste tipo de tecnologias (Buttel, apud Marcatto, 1999). O livro *Primavera Silenciosa* (“*Silent Spring*”), de Raquel Carson, publicado em 1962, foi a primeira crítica aos efeitos ecológicos da utilização generalizada de insumos químicos/industriais na agricultura. Nos anos 70, outros autores ampliaram as críticas, incluindo a questão do crescimento das desigualdades econômico-sociais como resultados da Revolução Verde

(Kloppenburg, 1998). Estes mesmos autores apontaram ainda outras conseqüências da disseminação deste modelo de produção, entre elas: erosão de solos, contaminação da água por agrotóxicos, “eutrofização” da água pelo uso de adubos químicos, aumento do número de pragas e doenças, destruição de habitats naturais, erosão genética e aumento da instabilidade econômica e social nas comunidades de agricultores familiares (Crouch e Allen apud Marcatto, 1999).

A Revolução Verde se iniciou em uma época onde ainda havia livre troca de informações, tanto científicas quanto sobre processos produtivos, dentro e entre nações, envolvendo os setores público e privado. Os fatores limitantes da Revolução Verde não estavam relacionados com a falta de informações ou conhecimentos científicos, mas sim aos insumos. Em outras palavras, as informações circulavam livremente, o que limitava a produção é a presença ou ausência de insumos como: fertilizantes, pesticidas, sementes, equipamentos de irrigação e aos recursos financeiros para adquirir estes insumos (Ahmed, et al. apud Marcatto, 1999).

As tecnologias relacionadas com a Revolução Verde não são escala-neutras. Elas não só exigem uma escala mínima para tornarem-se economicamente viáveis, como também apresentam ganho de escala, isso é, quanto maior a quantidade produzida, menores serão os custos proporcionais de produção. Ao mesmo tempo, são tecnologias muito exigentes em capital e poupadoras de mão-de-obra. Dependem violentamente de recursos externos à propriedade, seja do ponto de vista da energia consumida (basicamente derivados de petróleo e energia elétrica), seja dos equipamentos e insumos necessários. É um pacote tecnológico desenvolvido para a produção em larga escala, em grandes monoculturas. (Ahmed et al., apud Marcatto, 1999).

A grande maioria das propriedades rurais no Brasil tem menos de 100 ha de terras. Uma parte importante destas áreas é ocupada pela agricultura familiar. Os sistemas de produção destas áreas é ocupada pela agricultura familiar. Os sistemas de produção destes agricultores apresentam características

bastante diferentes (quase opostas) daquelas exigidas pelas tecnologias da Revolução Verde (também chamadas convencionais). Em geral, tais agricultores utilizam a mão-de-obra familiar, não dispõem de recursos financeiros, além de terem dificuldade de acesso à terra, máquinas e equipamentos. Esses agricultores estão claramente excluídos do processo de desenvolvimento – modernização - da agricultura em curso no país.

Os movimentos de oposição ao uso destas tecnologias também surgiram nos anos 70, no bojo da crítica aos modelos de desenvolvimento industrial e agrícolas mundiais, e dos seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos. Iniciou-se um processo de tomada de consciência de que os problemas, relacionados como poluição atmosférica, chuva ácida, poluição dos oceanos e desertificação, não respeitam fronteiras. A crise ambiental passa a ser encarada como uma crise global.

Nesse período - anos 70, os conceitos: progresso e crescimento econômico, começam a serem questionados/revistos. Algumas correntes de pensamento afirmavam que o crescimento econômico e os padrões de consumo, nos níveis da época, não eram compatíveis com os recursos naturais existentes. Uma das idéias centrais era a de que os seres humanos não só estavam deliberadamente destruindo o meio ambiente, exterminando espécies animais e vegetais, como também colocando a sua própria espécie em risco de extinção (Ehlers apud Marcato, 1999).

Parte destas correntes buscava formas de sensibilizar a opinião pública sobre a urgência da discussão sobre os custos ambientais e sociais do desenvolvimento. Elas previam a necessidade de se desenvolver novas bases para o crescimento econômico; bases compatíveis com a preservação dos recursos naturais existentes.

Dentro deste processo dinâmico e efervescente de discussão, esboçou-se o conceito de sustentabilidade - para a CGIAR-FAO<sup>4</sup> - “é o manejo bem sucedido dos recursos agrícolas, satisfazendo às necessidades humanas, mantendo ou melhorando a qualidade ambiental e conservando os recursos naturais...”, como a base teórica para repensar, em termos mais perenes, a questão do crescimento econômico e desenvolvimento.

Para tanto, agricultura sustentável, consiste em processos agrícolas, isto é, que envolvam atividades biológicas de crescimento e reprodução com a intenção de produzir culturas, que não comprometa a nossa capacidade futura de praticar a agricultura com sucesso. Assim, podemos dizer que agricultura sustentável consiste em processos agrícolas que não exaurem nenhum recurso que seja essencial para a agricultura. (Marcatto, 1999)

Todo este conjunto de transformações de ordem econômica, social e intelectual, em desenvolvimento na Região, sublinham a inserção dos agricultores na forma capitalista de produção. Para Marx, citado por Gramsci, extraído da obra (Strieder, 2000, p.76):

“O modo de produção capitalista... Cria a forma adequada, subordinando a agricultura ao capital; e desse modo, também a propriedade fundiária feudal, a propriedade do clã, a pequena propriedade dos camponeses unidos à comunidade de marca, apesar da disparidade de suas formas jurídicas, são transformadas na forma econômica correspondente a esse modo de produção”.

A importância de analisar o reflexo do que acontece além da porteira das propriedades rurais, nesta era de globalização da economia, na saúde financeira das mesmas, é um fator novo a ser considerado na agricultura tradicional.

---

<sup>4</sup> CGIAR-FAO: Consultative Group on International Agricultural Research. 1988, citado por Rijntjes et al., 1992

A história da agricultura brasileira, até meados deste século, como de resto, de toda a agricultura latino-americana, à exceção das Argentina, é a história de dois modelos agrícolas: a agricultura de “*plantation*” e de subsistência.

A economia da agricultura de “*plantation*” caracterizou os ciclos econômicos da história: o ciclo do gado, o da cana-de-açúcar, do café, do cacau etc. O próprio ciclo da borracha, na Amazônia, apesar de extrativo, apresentou todas as características sócio-econômicas do sistema de “*plantation*”.

Outra forma de agricultura – a de subsistência – coexistia com a primeira, através da pequena propriedade, do arrendatário, do meeiro e do colono. Com uma população concentrada no campo, a agricultura de subsistência, apesar de pobre e ineficiente, conseguia abastecer, com seus excedentes, a população urbana e a mão-de-obra rural das “*plantations*”.

Nessa época, a propriedade típica poderia ser considerada um elemento distinto da economia; não só plantava e criava, mas, também, criava seus animais de tração, produzia localmente seus instrumentos de transporte (carroças e carros de bois), suas ferramentas, fertilizantes, e outros itens necessários. Até roupas eram, em muitos casos, feitas em casa e todo o processamento de alimento era doméstico. Virtualmente, todas as operações relacionadas com o cultivo. O processamento, o armazenamento e a comercialização de alimentos e fibras eram função da fazenda. Neste caso, parecia apropriado pensar em todas as atividades dentro do significado da palavra “agricultura”. (Baretta, 2000).

Entretanto, as mudanças provocadas pelo processo de desenvolvimento (gerando rápida urbanização), combinadas com a revolução tecnológica, estreitaram as funções da propriedade. Basicamente, a propriedade agrícola mudou sua atividade de subsistência para uma operação comercial, em que os agricultores consomem, cada vez menos, o que produzem. O moderno agricultor é um especialista, confinado às operações de cultivo e criação. Por

outro lado, as funções de armazenar, processar e distribuir alimento e fibra vão se transformando, em larga escala, para organizações além da propriedade.

Conforme (Strieder, 2000, p. 79), acentua-se a volatilidade, a efemeridade, tanto de modas, quanto de produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias, concepções e ideologias, a tal ponto que tem-se a sensação de que "*Tudo o que é sólido desmancha com o ar*" (citado por Marshall Berman, 1996, em sua obra que possui o mesmo título). O que se apresentava com elevado grau de segurança e solidez, tornou-se fluido. A comunicabilidade suscitou uma nova preocupação, hoje predominantemente no capitalismo: a da produção de signos e imagens, a realidade virtual, o estar mas não ser.

Essas organizações, por seu lado, transformaram-se em operações altamente especializadas. Como complemento criou-se um novo arranjo de funções fora, e a montante da propriedade: a produção de insumos agrícolas e fatores de produção, incluindo máquinas e implementos, tratores, combustíveis, fertilizantes, suplementos para ração, vacinas e medicamentos, sementes melhoradas, inseticidas, herbicidas e muitos itens mais, além de bancários, técnicos de pesquisas e de informação.

Formaram-se complexas estruturas de armazenamento e transporte, processamento, industrialização e distribuição. Hoje, a soma das funções ligadas à agricultura, realizadas fora da propriedade, são consideravelmente maiores que o total de operações nela realizadas. Estima-se grosseiramente que, no Brasil, o total das operações ligadas ao Complexo Rural do *Agribusiness* assim se distribua: 8% dos bens e serviços dirigidos ao mercado rural, antes da propriedade; 32% de produção agropecuária propriamente dita; e 60% depois da porteira da unidade de produção (propriedade). O valor agregado total do complexo é de US\$ 140 bilhões, sendo considerado como o maior negócio do país.

A despeito dessas mudanças, a função da produção de insumos, armazenamento, processamento, industrialização e comercialização de produtos agrícolas elas estão ainda intimamente ligados à produção agrícola. É impossível imaginar uma propriedade moderna sem tais serviços e informações. Por outro lado, a existência dessas empresas depende do agricultor para o seu mercado, ou para o fornecimento da matéria-prima. Há uma interdependência de duas mãos com o agricultor e empresários, no duplo papel de compradores e vendedores.

Mas continua-se a imaginar a agricultura e todas as atividades afins como entidades separadas. Tanto isto é verdade que não há uma palavra em português para descrever o inter-relacionamento destas funções. Os próprios americanos não a tinham até 1955. Foi naquele ano que o Prof. John Davis, em um trabalho apresentado no Congresso de Distribuição de Produtos Agrícolas, em Boston, pronunciou, publicamente a palavra "*agribusiness*", pela primeira vez. E, por definição, o Prof. Davis queria dizer por "*agribusiness*" a "soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção na propriedade; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos com eles. Assim o "*agribusiness*", abrangeria, modernamente, todas as funções que o termo agricultura abarcava à época da agricultura tradicional. (Machado, et. al. apud Baretta, 2000).

Sem dúvida nenhuma, o conhecimento das exigências dos mercados importadores, da organização dos produtores, competidores, e subsídios que recebem, assim como a organização de produtores em Cooperativas, a criação de estruturas de transporte, beneficiamento e armazenamento de produtos, a existência de crédito ágil e de juros moderados, entre outros, são fatores importantes para tornar a agricultura competitiva e para a interdependência do "*agribusiness*" brasileiro.

Particularmente, no entanto, enquanto não forem estudados, entendidos e resolvidos os principais problemas que acontecem da porteira para dentro de nossas propriedades agrícolas, não teremos condições de aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas, condição essencial para o desenvolvimento de um modelo agrícola economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Entre os fatores a considerar neste modelo, a utilização adequada dos solos agrícolas é de fundamental importância. Enquanto continuarmos a desenvolver agricultura em solos sem vocação agrícola, como os solos litólicos, encontrados em encostas com declives superiores a 50% e muito pedregoso, ou de solos arenosos como as areias quartzosas; de solos com aptidão marginal para a agricultura como os pdzóicos e planossolos, com horizontes superficiais espessos e de textura arenosa; e, principalmente se continuar se usando práticas de manejo que degradam os solos com boa aptidão de uso agrícola, em que os insumos utilizados como corretivos e fertilizantes, forem perdidos por erosão, após poucas chuvas e assim a reciclagem e poder residual dos nutrientes, importante para construir um solo de alta produtividade e de baixos custos, definitivamente não estaremos desenvolvendo um modelo agrícola competitivo. (Baretta apud Marcatto, 1999).

Outro fator importante a considerar é a mecanização agrícola. É generalizada a prática de não entregar o automóvel de uso pessoal aos operários rurais, mas estes, sem o necessário treinamento, trabalham de sol a sol com máquinas e equipamentos de valor muito superior ao de um automóvel, causando danos irreparáveis às mesmas. Não obstante, percebemos que tais máquinas e equipamentos são adquiridos sem medir a relação custo e benefício. Sendo que este seja um princípio racional da gestão de qualquer que seja o investimento, principalmente em atividades do Complexo Rural, que são por sua própria natureza, muito lento o seu retorno financeiro. (Marcatto, 1999).

Também devem ser levados em consideração, além disso, outros fatores como qualidade genética dos cultivos e dos animais, época adequada de plantio ou procriação, espaçamento dos diversos cultivos, controle de invasoras, pragas e moléstias, cuidados para minimizar perdas na colheita, transpor te, beneficiamento e armazenamento dos produtos, que são práticas essenciais para aumentar a produtividade, a qualidade dos produtos, à redução dos custos de produção, para tornar a agricultura verdadeiramente competitiva. Este conjunto de providências referem-se estritamente as rotinas desenvolvidas dentro de nossas porteiras, ou seja, na 2ª etapa do Complexo Rural do *Agribusiness*. Sem contar que, o manejo destas, exige um treinamento operacional afim de otimizar os resultados da sua produção.

É imperativo analisar e considerar todos estes fatores, para que se possa superar a atual crise e desenvolver o desejado modelo sustentável; também é imperioso reconhecer o “*agribusiness*” como o continente e o conteúdo da agricultura moderna. E abordá-lo, sistematicamente, constitui-se num afastamento significativo das práticas tradicionais. Em vez de um confronto com os objetivos de um setor restrito, a abordagem do Complexo Agroindustrial deve confrontar-se com os objetivos gerais dos sistema de decisão e de um sistema de informação que reproduzam a operação de sistemas físicos ou redes de fluxo dentro da estrutura. O sistema só será otimizado – e, portanto, apresentará sua eficiência máxima – se dissolvidos os gargalos em todos os seus subsistemas, o que exige uma análise global do Complexo Rural do *Agribusiness*; é uma visão macro.

Alguns elementos essenciais do Complexo Rural são subestimados ou até relegados, quando se insiste em analisar a agricultura como elemento distinto da economia, sem relacioná-la com seus subsistemas á montante e á justante (fator tecnológico, a questão fundiária, o problema do emprego, a infra-estrutura). Sem esta visão macro – do sistema completo – torna-se difícil identificar os gargalos reais e traçar uma política de desenvolvimento que traga máximos benefícios. O *Agribusiness* é um resultado da modernização da agricultura. É um

instrumento da “tecnificação” da agricultura no país, colocando-se em alta tensão as relacionadas à gestão do negócio agropecuário.

As descobertas e desenvolvimentos científicos - segunda metade do século XX - despontam em diversos pontos do planeta e transformam o perfil e a dinâmica da economia mundial. Na área médica, os antibióticos e remédios sintetizados abrem perspectivas revolucionárias para a medicina. No campo da eletrônica, os primeiros computadores ganham forma e os transistores começam a substituir as válvulas eletrônicas. Os eletrodomésticos invadem as residências e os derivados de petróleo criam possibilidades até impensáveis de aplicações e aproveitamentos industriais. A energia elétrica movimenta navios, aviões, gera eletricidade para cidades, e o homem inicia sua caminhada em direção à Lua, com o lançamento do primeiro satélite artificial – Sputnik. (Baretta, 2000).

A agricultura brasileira não ficou imune a esse processo de modificações técnicas e econômicas. Sob o impacto das transformações que a economia mundial conheceu naquele período, a agricultura também foi “redirecionada”, com o desenvolvimento dos modernos insumos (fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos) e os progressos verificados na área de melhoramento genético vegetal e animal.

A própria integração da economia mundial transformou a atividade agropecuária em sua essência. De atividade voltada para a auto-suficiência da propriedade (onde os agricultores se dedicavam à produção de alimentos para seu consumo, à criação de animais para abate e de trabalho, e fabricavam seus próprios equipamentos e ferramentas), a agricultura modernizou-se às dinâmicas da economia de mercado.

Para Marx e Engels, afirmar que “o intercâmbio universal e moderno só pode ser controlado por indivíduos. Quando controlado por todos os indivíduos” não significa globalizar e sim falar em capitalismo de extensões mundiais.

Neste cenário, duas importantes modificações são prontamente verificadas. Da porteira da propriedade para dentro, nota-se uma tendência de especialização do produtor na sua atividade-fim, principalmente onde predomina a chamada agricultura de mercado, com o que uma série de trabalhos antes realizados pela agricultura passam a ser processados por agentes externos. Da porteira da propriedade para fora, estrutura-se um moderno parque industrial, que fornece bens de capital e os insumos modernos que abastecem o campo, como máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos, vacinas, medicamentos, rações, etc. (Machado Filho et. al., apud Baretta, 2000).

O processo de produção agropecuária passa a contar com o apoio e assistência de organismos até então inexistentes ou pouco atuantes, como órgãos públicos e provados de ensino, pesquisa e experimentação; carteiras de crédito dos bancos; firmas de assessoria e planejamento; empresas supridoras de bens de produção e insumos; empresas de transformação e processamento; redes comerciais de atacado e varejo e outras.

Como se vê, o número de segmentos que orbita em torno da produção agropecuária é tão diversificado e estratificado que é inadequado enquadrá-la sob o ponto de vista de setor primário, segundo o enfoque simplista de uma economia de três setores isolados: primário, secundário (secundário) e terciário (serviços). (Machado Filho et. al., apud Baretta, 2000).

Apesar da região da Grande São Miguel do Oeste e adjacências, ser composta de agricultura familiar, representando um modelo produtivo de tal forma peculiar, que diversos estudos procedem a uma delimitação própria. Jean (apud Baretta, 2000), referindo-se principalmente aos proprietários de estabelecimentos familiares, descreve o produtor familiar como um personagem híbrido, que acumula uma tríplice identidade composta por: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. Portanto, teria direito a rendimentos tríplices na economia

de mercado: rendas fundiárias ligadas à posse do solo, lucro como empresário privado e salário como trabalhador agrícola.

Para sobreviver o produtor familiar teve que historicamente transferir a renda fundiária e o lucro à economia e à sociedade, buscando apenas um salário para subsistir. Assim, não é o agricultor familiar que acumula três tipos de renda, mas é a sociedade como um todo que acumula três tipos de ganho nas relações que ela mantém com a família produtora. Esta se vê frente a uma complexidade cada vez maior da economia com exigências quanto à especialização e à profissionalização cada vez maiores.

No âmbito de um estudo comparativo sobre a agricultura familiar em cinco países com sistemas econômicos diferenciados – Tunísia, Polônia, Canadá, França, e Brasil – publicado por Lamarche (1993), ressalta as especificidades da agricultura familiar frente à agricultura empresarial, chegando à conclusão que mesmo as unidades familiares de mercado ativas no binômio cultura-zootecnia em Santa Catarina não chegam a desenvolver características de acumulação suficientes para passarem a atuar como investidores e empresários capitalistas com facilidade de correr riscos, mas mantém uma lógica de produção direcionada a assegurar e garantir a reprodução do núcleo familiar, em decorrência de sua baixa rentabilidade em virtude da pequena rotatividade.

Existe o dever de vislumbrar parcerias sérias e duradouras para que a atual agricultura verdadeiramente veja o celeiro do mundo. Apesar de todas as limitações e restrições, vêm surgindo novas idéias e concepções sobre o “*agribusiness*” brasileiro; novas propostas de aprimoramento profissional, pelas quais a agricultura familiar tende a substituir os tradicionais parâmetros individualistas de reprodução das unidades familiares.

Apresenta-se aqui a cadeia do *Agribusiness*<sup>5</sup>: “Antes”, + “Dentro” + “Após” da porteira. O resultado da soma de todas as etapas, ou seja, o produto desta caminhada dentro dos processos individuais de cada uma delas, será absorvido pelos consumidores que são a razão da existência de tal cadeia; melhor dizendo, “o efeito dominó” está claramente visível, pois se o cliente ou consumidor é a razão da existência do seu “*business*”, conseqüentemente atender a sua necessidade é o fim do seu negócio ou produto que se está oferecendo.

Portanto, conhecer bem cada uma das etapas da cadeia de produção é mister para que os “negócios do campo”<sup>6</sup> se mantenham em alta. Nos EUA 2% da população vive no meio rural e detém cerca de 20% dos “agronegócios” sob o seu comando; devidamente organizados em pequenos grupos – princípio de associativismo em pequenas cooperativas e orientados por instituições educacionais como catalisador das novas tendências e o mundo globalizado do “*agribusiness*”.

Logicamente, o que está claro é um novo perfil exigido para o gerente da cadeia e os sistemas do Complexo Rural do *Agribusiness*; deve possuir habilidades e competências - teoria e prática – num mínimo exigido e estabelecido dentro das áreas do conhecimento que necessitará para aplicar em cada etapa da cadeia. Também, conhecer a cadeia alimentar de cada agronegócio se faz necessário para que se tenha uma visão econômica.

### 2.1.2 A Colonização do Extremo-Oeste Catarinense: desenvolvimento histórico-econômico

<sup>5</sup> AGRIBUSINESS, sinônimo de Complexo Rural: ... “Ciência que coordena o abastecimento de insumos para a produção agrária e, subseqüentemente, a produção, processamento e distribuição de alimentos e fibras. Compreende tanto a tecnologia como a economia: depende de muitas tecnologias, como da ciência agropecuária, da ciência florestal, da mecânica, e entomologia, assim como de muitas outras; depende também de diversas fases da economia, como da economia agrícola, do consumidor, do trabalho e da economia industrial. À todas essas disciplinas devem ser agregados elementos de ciências políticas, de governo, de educação, sociologia, psicologia, etc. Por isso, o estudo do complexo rural (*agribusiness*) é interdisciplinar, aplicado à alimentação e fibras, a base de todas as civilizações”. (ROY, Wel Paul).

<sup>6</sup> AGRIBUSINESS: is the sum total off all operations involved in the manufacture and distribution of farm supplies; production operations on the farms; and the storage processing and distribution of farm commodities and items made form them. (DAVIS, John H & GODBERG, Ray. Harvard.1957)

A ocupação e transformação do meio rural no Brasil, foi preocupação do governo português desde o período colonial. A forma de ocupação que passou a emergir foi o sistema latifundiário com sólida base na relação escravagista. Já no período imperial, devido às manifestações contrárias à escravidão, aliado ainda às necessidades e dificuldades de trazer escravos negros pelo bloqueio imposto pelos ingleses, embora ideológico, tornaram-se necessários a elaboração de novas estratégias que garantissem a ocupação e a produtividade do território brasileiro.

Foi assim que se estabeleceram as normas de viabilizar a execução de uma política que permitisse a imigração de trabalhadores que pudessem atuar livremente, com direito à posse e propriedade de terras rurais, no início do século XIX. Foi neste sentido que divulgações foram feitas nos países da Europa, promulgando as facilidades para a aquisição de terras no Brasil.

Especificamente o governo brasileiro dirigiu a atenção e divulgação na Europa, visando à oportunidade da vinda de agricultores conhecedores da lida com a terra, bem como a lida com animais domésticos, dentro de um sistema mais modernizado de técnicas produtivas. Além de que esses grupos humanos apresentavam aspectos culturais e visões de mundo diferentes dos escravos africanos e mesmo os índios brasileiros, principalmente em relação à preocupação em acumular riquezas. (Hobsbawn apud Baretta, 2000).

Salienta-se que, antes da vinda dos imigrantes europeus e a ocupação desta região pelos mesmos, estas terras já eram habitadas por índios e caboclos, sobretudo próximo às margens do Rio Uruguai, vivendo da natureza e da prática de uma agricultura muito rudimentar.

Conforme (Strieder, 2000, p. 23), a vinda dos imigrantes europeus e o seu estabelecimento no Brasil, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como pequenos proprietários, não significou a ruptura

do sistema latifundiário já amplamente difundido e com nítidos traços de servidão e escravidão. Mesmo assim a elite latifundiária para a ver nos projetos de colonização uma ameaça aos privilégios dos quais eram beneficiados. Apesar da existência de vários obstáculos, dentre eles os sucessivos cortes de subsídios, que serviam de estímulo à imigração, várias regiões foram ocupadas pelos imigrantes não portugueses. Nessa ocupação a prática diversifica a produção, ao contrário das monoculturas dos latifundiários e firma, embora com bastante fragilidade, a pequena propriedade como produtora da riqueza.

Destaca (Strieder, 2000, p. 24) que a partir de 1820, o Vale do Rio dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul e o Vale do Itajaí em Santa Catarina, começam a receber os imigrantes alemães. Por volta de 1870, é a vez dos imigrantes italianos ocuparem as terras na região serrana do Rio Grande do Sul, região sul de Santa Catarina e, em menor intensidade, regiões do Estado do Paraná.

A vinda desses imigrantes permitiu a expansão de um modelo de produção agrícola de pequenas propriedades e de produção familiar. Ao aqui chegar, eles trataram de preservar a herança cultural, em cuja bagagem, traços típicos referindo-se tanto a aspectos econômicos, políticos, religiosos, sociais e morais. Isto permitiu a formação de peculiaridades de cada núcleo de igual origem. (Werlang apud Baretta, 2000)

A colonização no Oeste Catarinense, coordenado por Companhias Colonizadoras, iniciou-se em 1917, a partir da definição dos limites entre Santa Catarina e Paraná. A forma de obtenção das terras pelas empresas colonizadoras era mediante a prestação de serviços, como a abertura de estradas, construção de ferrovias. Aquelas empresas ficavam com o compromisso de dividi-las em lotes, vendê-los e fazer com que fossem ocupados, tornando assim, a região produtiva.

As propriedades a serem adquiridas, representavam pequenos lotes numa média aproximada de 25 hectares junto às empresas colonizadoras. Basicamente os agricultores que aqui chegaram são descendentes dos imigrantes europeus que, vendo tornar possível a reprodução da pequena propriedade, devido à escassez e mesmo à falta de terra, e nem mais possível, re-divisão da propriedade, em outras menores ainda para, por herança redistribuir ao filhos.

Com relação à migração e ocupação fundiária do extremo-oeste catarinense, a história nos revela muitas diferenças. Dependendo-se do espaço analisado dentro da própria região, observa-se que existem diferenças. Eis a seguir, alguns exemplos.

A década de 1920 marcou o início da migração de colonos, vindos quase todos do Rio Grande do Sul e, em menor escala, imigrantes vindos diretamente da Alemanha, fixando-se em Itapiranga.

Em 1925, segundo Campos (apud Baretta, 2000), iniciou-se a colonização de Itapiranga, sendo elevado a condição de Distrito de Chapecó em 1932. O início dos anos 30 marca também a chegada de novos imigrantes, vindos diretamente da Alemanha. Na sua maioria eram agricultores, artesãos e profissionais liberais em menor número. Estes optaram pela vinda ao Brasil devido às limitadas oportunidades de emprego em seu país natal. Os imigrantes agricultores optaram pela retirada de seu país, pois viam impossibilitadas as chances de uma área de terra que lhes garantissem a sua sobrevivência e de sua família no país de origem.

Nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, as práticas agrícolas já não estavam voltadas apenas para a agricultura de subsistência. Ela já apresentava significativos índices comerciais e os imigrantes, ao chegarem no oeste catarinense no início do presente século, deram continuidade ao processo

de produção de caráter de subsistência - familiar, logo encaminhando-se para a produção de caráter comercial.

A vida dos colonos, recém chegados ao extremo oeste catarinense, foi muito dura, conforme os relatos e as leituras dos depoimentos dos pioneiros. A mata era densa e os terrenos deviam ser limpos - à custa de machado, para as plantações.

Ao contrário da florescente atividade comercial e agroindustrial das colônias de suas origens, o isolamento comercial fez a agricultura local uma atividade exclusiva de subsistência. Na maioria dos casos os colonos que migraram para a região, eram filhos de pequenos agricultores rurais, cujas terras já no Rio Grande do Sul eram insuficientes para a formação de novas propriedades para os filhos que se casavam.

De acordo do (Strieder, 2000, p. 24), basicamente os agricultores que aqui chegaram são descendentes dos imigrantes europeus que viam tornar-se impossível a reprodução da pequena propriedade no contexto geográfico da imigração, devido à escassez e, também, da falta de terra. Sentiram também a impossibilidade de continuar a re-divisão da propriedade em outras menores. Um dos fatores ligados, à impossibilidade de re-divisão das propriedades em outras menores, é a exploração imposta pelo capital ao pequeno proprietário. Estes e outros agravantes, aliados ao espírito aventureiro, forçavam o início de uma rota migratória, cujo vetor aponta para o Norte, tornando-se conhecido entre os agricultores o Caminho do Norte.

Anteriormente a 1920, eram limitadas as condições econômicas do extremo oeste catarinense. A topografia acidentada e as matas fechadas eram entraves para o seu aproveitamento econômico. As condições climáticas subtropicais não favoreciam a produção e culturas tropicais como a cana-de-açúcar e o café, devido a intensidade e de geada, típica na região.

Inicialmente, a extração de madeira constituiu-se a atividade econômica mais importante, sendo exportada, quase na totalidade, para a Argentina. Eram grandes as dificuldades de transporte da madeira para o país vizinho, já que inicialmente era exportada na sua forma bruta, isto é, as toras eram amarradas, constituindo-se em balsas, que desciam o Rio Uruguai em épocas de cheias. No entanto, a extração da madeira era atividade instável, sujeito às perdas consideráveis em anos que o Rio Uruguai não oferecia condições de escoamento.

Também era significativa a agricultura de subsistência dos raros caboclos, que formavam praticamente toda a população existente na região, antes da chegada dos imigrantes colonizadores. A origem exata da população cabocla não é bem definida. Muitos vieram das estâncias gaúchas, fugitivos da Guerra do Contestado, etc.

A companhia construtora da estrada de ferro SP-RS, recrutou, em 1910, cerca de 10 mil trabalhadores, vindos do Nordeste e Sudeste. Quando da conclusão da obra, muitos se espalharam pelo oeste e meio oeste catarinense, região então despovoada, com muitas terras disponíveis e intocadas.

As dificuldades iniciais, devido à precariedade dos instrumentos para o desmatamento, construção de casas, galpões, galinheiros, chiqueiros e estrebarias, bem como, a obtenção de sementes para o cultivo, aliado às dificuldades de transporte, obrigaram os agricultores à prática da agricultura de subsistência nos primeiros anos. Tão logo as condições de transporte permitiram, surgiram pequenos estabelecimentos comerciais. Normalmente, partiam de algum dos novos colonos imigrantes.

Esses pequenos estabelecimentos comerciais passaram a garantir e servir de intermediadores comerciais passando, via repasse, a fornecer aquilo que os agricultores estavam impedidos de produzir. Os comerciantes passaram a fornecer o tecido em metro, usado para a confecção da roupa de trabalho e de domingo; o querosene, para queimar nas lamparinas que serviam como fonte de

luz; o sal, ferramentas agrícolas como enxadas, pás, foices, facões, machados, serrotes, armas e munições, e outros produtos industrializados. Em contrapartida, os comerciantes recebiam - compravam os produtos agrícolas, excedentes dos pequenos proprietários, possibilitando o seu escoamento para os centros industriais. (Baretta, 2000).

É importante salientar que aqui, no Grande Oeste Catarinense, os produtores agrícolas estiveram historicamente dependentes dos comerciantes e com raríssimas exceções, participaram da fixação de preços, tanto de produtos que colocavam à venda, quanto dos que compravam para o consumo. Portanto, este tipo de comércio, possibilitou um acúmulo de capital nas mãos dos comerciantes.

A formação do capital comercial, no Oeste Catarinense, e sua centralização em grandes frigoríficos se apoiam na própria dinâmica da pequena produção familiar local, em busca de oportunidades mercantis. O processo de monopolização do capital agroindustrial iniciou-se intensamente em 1965 e está em pleno vigor, determinando transformações profundas na pequena produção familiar, não somente na base técnica do processo produtivo, mas até na própria organização da unidade familiar e suas relações com o capital agroindustrial.

A região do extremo-oeste catarinense, durante menos de meio século, construiu uma história de riquezas e de contradições, porém, já demarcou seu espaço econômico nacional e internacional, notadamente, através da agropecuária e da agroindústria. A construção desta riqueza teve e tem como base a pequena propriedade agrícola familiar diversificada.

Neste novo contexto e com profundas expectativas, criadas em torno dos Sistemas de Integração, configurou-se um potencial econômico empresarial no Oeste Catarinense, ligados estreitamente com o ramo de carnes de frango e suínos. Conforme destaca Strieder (2000, p. 31): cria-se em 1940 a frigorífico Perdigão S/A Comércio e Indústria em Videira. Segue, em 1942, no município de

Joaçaba a empresa Comércio e Indústria Saulle Pagnocelli. Em 1943, é a vez da Sociedade Anônima Indústria e Comércio de Concórdia, em Concórdia. Este nome muda em 1944, passando a ser Sociedade Anônima Concórdia – SADIA. Em 1952, no município de Chapecó, cria-se a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó – SAICC – atualmente denominada de Chapecó Industrial. No município de Seara, cria-se em 1956 o Frigorífico Seara, cuja denominação atual é Seara Industrial. Já em 1962, no município de Itapiranga, funda-se a Sociedade Anônima Frigorífico Itapiranga – SAFRITA. No município de Salto Veloso, em 1963, cria-se a UNIFRICO – Sociedade Anônima Indústria e Comércio. No município de Ouro funda-se a Indústria reunidas Ouro sociedade anônima e, em Chapecó, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, ambos em 1969. Frigorífico São Carlos, no município de São Carlos, em 1975.

Conforme Strieder (2000, p. 15), o Sistema de Integração caracteriza-se como uma articulação entre empresas industriais e pequenos proprietários produtores. Os integrados são produtores, cujo processo de produção, uma vez iniciado, insere-se na lógica racional da produção industrial, onde a aplicação dos conhecimentos científicos, principalmente os da engenharia genética, assumem papel preponderante.

De outro lado, ao se analisar a integração e produtor como forma de exploração teremos:

“A integração cerca o produtor integrado de um mundo de aparências cuja decodificação não é alcançada, se no centro da análise e, se a direção do olhar tiver como ponto de partida a agroindústria estendendo-se sobre os integrados. É certamente a atitude mais correta quando se pretende ver o integrado como homem sofrido e manietado por uma relação contratual com a empresa. Vê-se sob esse ângulo restrito, implica em confiná-lo á passividade, sem a menor preocupação e interesse em saber como ele se sente, o conceito que ele tem de si, o quanto ele se reconhece útil e imprescindível dentro mercado produtor de carne. (Strieder, 2000)

Com o exposto, percebe-se a grande transformação no setor agropecuário catarinense, pois a implantação destas agroindústrias deu um novo rumo aos negócios agrícolas. Surgiu então com muita intensidade os programas do Sistema de Integração e fomento na criação de suínos e aves. Os resultados foram benéficos. Até certo ponto, as indústrias com menos estruturas foram sendo eliminadas pelo monopólio de fato, restando-se apenas as maiores que incorporaram as menores: como por exemplo temos o grupo Perdigão, de Videira, que adquiriu os frigoríficos Pagnoncelli e Indústrias Reunidas Ouro; o grupo Hering-Ceval, do município de Blumenau, adquiriu os frigoríficos Seara e Safrita, constituindo então na Seara Industrial S/A.

Nesta nova configuração agroindustrial, ligada ao frigorífico de carnes de suínos e aves, destacam-se até hoje 05 empresas, a saber: Sadia, Perdigão, Seara Industrial, Grupo Chapecó e Coopercentral, detentora da marca Aurora. Tais empresas possuem destaque nacional e são responsáveis pela quase totalidade das exportações de carnes para outras partes do mundo, inclusive algumas delas com filiais em países do Mercosul.

Conforme Etges, o trabalho é o:

“... elemento central da objetivação do homem no mundo. Por esta mediação ele se constrói como homem e vai construindo um mundo mais humano, superando a mera naturalidade e imediatidade dele e do mundo.” (Strieder, 2000, p. 117).

Assim, nesta nova realidade, após 1965, integrou-se também na nova divisão social do trabalho ao nível nacional como centro produtor de carne suína e seus derivados e a partir de 1970, também com destaque à avicultura.

A agricultura tem seu suporte na produção de milho, soja e feijão, sendo que o primeiro se destinava sobretudo à alimentação local dos suínos e das aves.

Portanto, a acumulação de capital de origem local esteve basicamente relacionado com a pequena produção familiar de base agrícola, com a comercialização de excedentes de produção de subsistência e na intermediação de produtos comerciais:

“... é nesse sentido que damos a economia capitalista do oeste catarinense, o atributo de ter uma base camponesa. Ou seja, trata-se de uma forma particular de acumulação capitalista, baseada na acumulação industrial da mais valia e na extração sistemática com o excedente camponês.” (Campos, 1987.p.148, In Baretta, 2000).

Inicialmente, a mercadoria, mais comercializada pelos agricultores, foi o porco, mais conhecido por porco comum, porco tipo banha. A partir da Suinocultura, surgiram os grandes frigoríficos da região que, aos poucos, começaram a subordinar a produção. A intervenção da agroindústria começa a evidenciar-se na década de 1950. De uma forma muito sutil ela inicia um processo de subordinação de pequeno proprietário rural, dependente até então do comerciante. Tem início o processo da troca da dependência: do comerciante para o industrial. A intervenção da agroindústria sobre a forma de produzir do agricultor, apresentou-se em todos os momentos como uma faceta de melhoria estrutural e economia da propriedade. (Strieder, 2000).

Conforme o frisado acima, o papel do comerciante não se restringia à aquisição dos produtos excedentes produzidos pelos agricultores, mas também fornecia tudo o que eles precisavam. Na maioria dos casos, as compras eram feitas sem dinheiro e o agricultor mantinha uma espécie de conta-corrente junto ao comerciante. Esta relação estabelecida exigia troca de confiança. O agricultor se comprometia a entregar ao comerciante toda a produção destinada à venda. Com isso, a conta-corrente sofria constantes atualizações e variações entre crédito e débito. Pela supremacia econômica, conhecimento do ato de comercializar, por exercer uma espécie de domínio cultural e político, não é difícil de entender que quem fixava os preços dos produtos a serem vendidos ou comprados pelo agricultor, era o comerciante, destaca (Strieder, 2000).

### 2.1.3 A produção camponesa na unidade familiar

A constatação de que nos países capitalistas avançados a agricultura familiar tem apresentado um dinamismo que contradiz as antigas hipóteses liberais e marxistas que, com base em argumentos e referenciais teóricos diferentes, afirmavam o seu desaparecimento, é motivo de consecutivos debates.

Os liberais, sustentando sua hipótese na inviabilidade econômica da produção familiar ou tradicional, por suposto, de pequena escala, portanto incapaz de gerar os excedentes econômicos exigidos pela economia de mercado. Os Marxistas, através da formulação da hipótese da superação da agricultura familiar tradicional, ou da pequena produção camponesa, por uma agricultura avançada, familiar ou independente, distinta das formas antigas, superadas pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais. (Abramovay in Marcatto, 1999).

Nas condições de produção e reprodução econômico-social, disponíveis no mundo atual, os níveis de desenvolvimento do progresso científico e tecnológico e as possibilidades de sua incorporação, aos processos de produção imediata, acabaram por recolocar, em novo patamar, o debate acerca das possibilidades de novas formas de organização da produção no âmbito das economias de mercado. Nesse novo contexto, as possibilidades de desenvolvimento de uma agricultura eficiente, sustentada em mão-de-obra familiar, ou de produtores imediatos independentes, apresentam-se como alternativas importantes e viáveis. A questão é saber-se de que agricultura se trata.

Empreendimentos, portanto, passíveis de ser implementados por poucos trabalhadores e suportados na incorporação das novas condições materiais e sociais de produção, trabalho e realização, abertas pelas possibilidades criadas pela revolução científica, técnica e gerencial que, inclusive, facilitou a utilização dessas alternativas, ao baratear os preços da tecnologia, na

medida em que reduziu os seus custos de produção. Esta última tendência foi, em certo sentido, subestimada, quando não, desprezada, pelos defensores da tendência geral e abstrata da excludência. (Baretta, 2000).

Tratam-se, em poucas palavras, das condições engendradas, por um lado, pela disponibilidade de novos equipamentos, produtos e processos e, por outro, pelas possibilidades de fracionamento dos processos produtivos, não apenas vertical, mas, sobretudo, horizontalmente. Esses fenômenos estão, hoje, amplamente demonstrados pela ampliação do que se tem convencido chamar de terceirização e globalização: divisão social do trabalho produtivo e integração econômica dos mercados.

Essas novas possibilidades revolucionaram a produção industrial e, de modo mais abrangente, o próprio processo de reprodução da economia de mercado, colocando novas e inadiáveis exigências ao processo de reprodução social.

A mão-de-obra familiar entendida como sinônimo de atraso, “resíduo” de um processo produtivo pré-capitalista, passa a ter outra concepção no estudo de Abramovay (1992).

A base da modernização agrícola vigente nos países desenvolvidos, Europa Continental e EUA, foi e é a exploração familiar e não necessariamente o assalariamento. Há uma concepção falsa do conceito da pequena produção presente em muitos estudos e programas governamentais de modernização agrícola. Um dos aspectos é a suposição de auto-suficiência do processo do trabalho familiar. Na verdade, há uma subordinação e vinculação das unidades familiares no processo de expansão da agroindústria e ao mercado de trabalho, destaca Wilkinson (1986).

Sobre a agricultura familiar em países desenvolvidos e em desenvolvimento, Lamarche (1997) indica que a mão-de-obra familiar integra uma

unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados á família e propõe um modelo de análise dos tipos de exploração familiar tendo como extremos: de um lado o modelo original, representado pelo produtor camponês que usa essencialmente a mão-de-obra familiar e no outro extremo o modelo ideal no qual o produtor familiar está estreitamente vinculado e integrado ao mercado.

Em estudos desenvolvidos sobre a agricultura camponesa no Brasil, Oliveira (in Ladim e Monteiro, 19??) detecta contradições que marcam o processo de expansão capitalista na agricultura brasileira, quadro que explica por que o processo passa pelo domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar nas pequenas unidades produtivas. Refere-se, que o processo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado pela contradição em que, ao mesmo tempo que amplia o domínio do trabalho assalariado no campo, amplia também e contraditoriamente o domínio familiar do trabalho camponês (Oliveira, 1981).

A base referencial destes estudos é que a mão-de-obra familiar é o elemento diferenciador principal da unidade produtiva familiar. Existem desde explorações familiares, ligadas a uma agricultura camponesa, até as que embora usem a mão-de-obra familiar, estão intensamente inseridas no mercado e no complexo agroindustrial, já que a mão-de-obra familiar presente nas relações não capitalistas torna-se uma das alternativas funcionais para o atendimento às transformações, exigidas pelo capital e não é necessário que este comande diretamente o processo produtivo para que o excedente seja gerado (Miranda Neto, 1985).

## **2.2 Educação**

Há registros manuscritos na China, Índia e Egito, onde aparecem idéias e pensamentos que devem ter professor e aluno, que são reconhecidos pela humanidade e são parte do desenvolvimento daqueles povos. Segundo Canfux

(apud Baretta, 2000 [1]): O surgimento de idéias pedagógicas é em função da necessidade da formação intelectual e a preparação para as tarefas que exigem esforço físico, ou seja, as classes dominantes estabelecem essa nova relação.

O pensamento pedagógico desenvolveu-se mais adiante, principalmente na Grécia e Roma, com Sócrates, Platão, Aristóteles, Demócrito e Quintiliano, cujas idéias permanecem até hoje.

Platão foi o primeiro pensador a formular uma Filosofia da Educação. O pensamento pedagógico ganha corpo teórico, chega a ser uma disciplina independente no período do Renascimento. Neste momento, a humanidade alcança um grande desenvolvimento científico e com estreita relação no desenvolvimento social. A burguesia necessita preparar as massas, com vistas à participação direta no processo de produção. Isto requer um sistema teórico do ensino de conhecimento eficaz. A pedagogia adquire caráter de disciplina independente, estabelecendo bases e fundamentos para o ensino. (Baretta, 2000[1]).

Entre os pedagogos que mais influenciaram o desenvolvimento da pedagogia como ciência independente destaca-se Juan Amos Comenius, representante da nova burguesia, liderou uma forte luta contra o decadente estado feudal com suas idéias pedagógicas avançadas. Comenius abordou idéias importantes da pedagogia, estabeleceu fundamentos do ensino em geral, como a estruturação do processo docente na escola. (apud Baretta, 2000 [1]).

É necessário mencionar a Pedagogia Eclesiástica, particularmente a dos Jesuítas, fundada por Ignácio de Loyola que se desenvolveu entre 1548 - 1762 e retornou em 1832, sendo o antecedente de maior influência na pedagogia tradicional. Os Jesuítas têm como maior característica a disciplina e como objetivo fundamental colocar a pedagogia a serviço da igreja católica. (Baretta, 2000).

No desenvolvimento, a pedagogia tradicional segue o modelo psicológico do condutismo que se desenvolve no século XX, sustenta que o homem é receptor de informações. Em seus pressupostos de ensino, transmissor de conhecimentos e a aprendizagem, a retenção dos mesmos, garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e a recapitulação é que caracterizam a pedagogia tradicional. O professor era o dono do saber e a autoridade que dirigia o processo e, ainda, era apresentado como um modelo a ser seguido. Na escola nova, o aluno é o centro do processo e há uma grande preocupação com o processo e a natureza psicológica da criança. O professor, na escola nova, é facilitador da aprendizagem, deve se esforçar em despertar interesses, curiosidade e espontaneidade na criança. A escola tradicional está voltada para a aquisição de noções, dando ênfase ao esforço intelectual de assimilação dos conhecimentos acumulados, de caráter abstrato do saber e verbalismo, distanciado da vida e dos problemas cotidianos. (Baretta, 2000 [1]).

Enquanto a sociedade e a educação, com relação ao homem, exigem uma formação integral, forma-se para o desenvolvimento técnico - científico. Entende-se que a pedagogia tradicional não é a tendência mais adequada para resolver os problemas de ensino.

A escola nova parte da abstração enquanto processo a ser atingido pelo próprio aluno a partir da experiência. O conteúdo a ser estudado deve ser compreendido enquanto processo e não decorado enquanto produto. (Baretta, 2000).

O cognitivismo surgiu na metade do século XX. Começou a influenciar com maior intensidade a psicologia educacional, graças aos trabalhos de Piaget e, posteriormente, com os notáveis trabalhos de Bruner e de Ausubel. Valoriza a ação, o agir de quem aprende, como elemento central para a aquisição de conhecimentos. Esta produção e aquisição está basicamente ligada à ação de resolver problemas. Nesse modelo, nenhum conhecimento humano está pré-formado, nem no sujeito e nem no objeto. Ambos se constroem mutuamente. A

psicologia cognitiva considera a aprendizagem como modificações sucessivas das estruturas cognitivas que causam a conduta do homem. Diferente do condutismo que orienta a mudança direta de conduta. (Baretta, 2000 [1]).

O aluno é considerado um sujeito ativo, processador de informações, que possui competência cognitiva onde ocorrem modificações sucessivas nas estruturas cognitivas (a aprendizagem). É dada ênfase nos processos de ensino, ou seja, ensinar a pensar e aprender a aprender na escola. O aprendiz deve desenvolver habilidades intelectuais e estratégias para enfrentar qualquer situação de aprendizagem, como também as novas situações. (Baretta, 2000).

O aluno não é considerado uma tábula rasa. Ele possui conhecimentos e os novos conhecimentos devem ser ancorados a esses. Neste processo de ancoragem, ocorrem transformações no objeto e no sistema onde é integrado. A construção do novo é um prolongamento do conhecimento anterior. Pode-se dizer que não há aprendizagem totalmente só significativa ou totalmente mecânica, ela pode ser mais uma ou outra, dependendo da disposição que o aprendiz tem em aprender, do seu esforço para relacionar o conhecimento novo com conceitos existentes, como também, depende da estrutura cognitiva existente. (Baretta, 2000).

### 2.2.1 Educação no Brasil

A história da educação no Brasil não é das melhores, nem mesmo na época em que os missionários jesuítas começaram sua evangelização aos índios e escravos, pois já tinham como principal objetivo, além de "ensinar-lhes", torná-los submisso aos seus patrões e Igreja.

Percebe-se que a educação não vem de encontro às necessidades das massa, pois desde seus primeiros educadores direcionavam os conhecimentos aos burgueses, preparando-os de forma ampla para o domínio cada vez maior de

seus empregados, fossem escravos ou não, tornando-os mais opressores e dominadores.

“No período imperial, os escravos eram inclusive proibidos de ir à escola, e os professores eram vitalícios e deveriam capacitar-se às suas custas e em curto prazo, nas escolas das capitais”. (Costa apud Baretta, 2000).

Vários projetos apresentados aos poderes governantes, por representantes populares, ou preocupados com a "massa", mas, infelizmente eram esquecidos ou arquivados ou ainda, de alguma forma, não entravam em ação.

Felizmente, segundo Costa (apud Baretta, 2000) a grande massa nem sempre ficou calada e foi, através de movimentos e entidades representativas da classe estudantil, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), dentre outras, que brigam pela qualidade de ensino e por ensino para todos na Reforma Universitária, onde desde final da década de 40, intensificando-se nos anos 60, conseguem incluir tal reforma entre *as reformas de base*, propostas por João Goulart, no entanto, as conquistas sempre foram um pouco modificadas, podendo parte dos direitos dos cidadãos.

No governo de Getúlio Vargas, ocorreram algumas conquistas, como:

“...a criação do Ministério da Educação, tornando assim educação como algo que preocupasse um pouco mais o governo, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Instituto Nacional do Livro, além de serem Fundados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ” . (COSTA, 1999: 28, In: Baretta, 2000).

Tais conquistas de tal forma trazem os conhecimentos ao cidadão, mas destinando-o ao trabalho e não ao poder, administração. Várias foram as reformas, apresentadas por diferentes personagens na História da Educação

Brasileira, no entanto, sempre de uma forma ou de outra eram alteradas, para que continuassem privilegiando a burguesia, os dominadores e governantes do povo, pois sabiam que se houvesse a possibilidade de ingresso às Universidades com igualdade de condições, correriam riscos, pois a massa oprimida quer ter seus representantes para que lutem por seus direitos e trabalhem por seus objetivos.

Percebe-se que sempre, desde os primórdios da educação brasileira, o trabalhador era destinado cada vez mais ao trabalho, distanciando-se do poder, pois os burgueses eram quem definiam como e onde seriam instaladas as escolas, desde as mais simples até e, principalmente, as mais qualificadas, sendo que estas deveriam ser exclusivamente do poder burguês. Ainda hoje, ao se analisar o que acontece, não é muito diferente, pois a classe que se diz oprimida, torna-se cada vez mais oprimida porque o ensino a eles oferecido é apenas para formação profissionalizante, não se preocupando com o lado humano e cidadão neles existente. (Baretta, 2000).

Foi em dezembro de 1930, com a instituição do Ministério dos Negócios da Educação, que a educação deixou de ser privilégio apenas das elites. O ensino público começava a ser, de fato, um direito de todos, questão fundamental e primária da existência humana livre. Os ventos da República Nova varreram de vez o modelo herdado da época da Coroa, que parecia condenar o grosso da população ao eterno analfabetismo. A Constituição de 1824, promulgada por Dom Pedro I, já estabelecia a gratuidade da instrução primária. Mas nunca saiu do papel. Nem mesmo na Primeira República. (Baretta, 2000).

O Ministério surgiu num momento conturbado da política brasileira. O Presidente Getúlio Vargas<sup>7</sup> acabara de assumir o Poder, com a Revolução de 1930 e jogava com dois grupos políticos antagônicos: os constitucionalistas liberais, que defendiam eleições livres e plenas liberdades civis; e os tenentes, nacionalistas, semi-autoritários, cujas preocupações principais eram a

---

<sup>7</sup> Seu reduto e base política são do estado do Rio Grande do Sul – período de alteração no quadro da Política Café com Leite (SP/MG).

moralização e a modernização do País. Político muito habilidoso e maquiavélico sabia governar e procurava fazer concessões estratégicas a todas as forças atuantes. O próprio ministério foi criado para atender a uma composição com o ex-governador de Minas Gerais, Olegário Maciel, que adotou, a princípio, uma posição ambígua diante da Revolução, mas não resistiu.

O primeiro ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi o deputado Francisco Luís da Silva Campos, correligionário de Olegário Maciel, que propôs as reformas que lançaram as bases da moderna Educação brasileira. O ministro defendia a prioridade para o ensino primário, como forma de combater o grande número de analfabetos, dentro da concepção da descentralização administrativa. E estabeleceu as normas para começar a estruturar as universidades e o ensino secundário.

Até então, o povo continuava à margem da Educação. O número de escolas era insuficiente. Mesmo na primeira República, o acesso à Educação permaneceu restrito. Ainda imperava a época do “Coronelismo”, e os chefes políticos não tinham interesse em perder seus “currais eleitorais”. Era mais fácil manipular a população analfabeta.

Mas a situação começava a mudar. O grupo que sentia mais profundamente estar superada a política de elite no Brasil, antes de 1930, concentrava-se na população urbana, pequena mas em crescimento. Era a classe média, numa posição econômica mais próxima dos padrões de comportamento classista da Europa Ocidental no século XIX, embora bem, distanciada destes padrões pela mentalidade política. O reduto dessa burguesia em ascensão era o Estado de São Paulo.

O Ministério da Educação tem suas origens no Decreto 19.402, de 14 de novembro de 1930, que instituiu a Secretaria de Estado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 05 de janeiro do ano seguinte, pelo Decreto 19.560 foi aprovado o regulamento que organizava a Secretaria do

Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública. Seis anos depois, surgia o Ministério da educação e Saúde.

A denominação de Ministério da Educação e Cultura data de 1953. Em 1967, a competência do Ministério foi estabelecida em Educação, ensino e magistério; cultural, letras e artes; patrimônio histórico e arqueológico; patrimônio científico, cultural e artístico; e desportos. Em 1990, houve uma reorganização estrutural e o Ministério ficou responsável pela política nacional de Educação, ensino civil, pesquisa e extensão universitária, magistério e Educação Especial. Hoje, finalmente, a pasta é apenas da Educação.

### 2.2.2 Educação Profissional

Entende-se por profissional liberal, como:

“... todo o trabalhador que possua um título profissional ou uma habilitação profissional obtida através de um currículo escolar legalmente constituído e que o habilite e capacite-o a exercer uma especialidade profissional no campo da ciência e da arte, respeitadas as disposições da lei e dos princípios morais e éticos e exercendo sobre seus atos toda a responsabilidade<sup>8</sup>”.

A condição de ser um profissional liberal consiste no reconhecimento das formas legais que constituíram ou criaram a profissão. É livre e possui a capacidade de exercer suas atividades profissionais da forma como determinar, através de seus atos, conceitos, opiniões, trabalho manual, escrito, visual, intelectual e de forma pessoal, não podendo delegar para outros que não possuam habilitação idêntica.

Durante o Seminário Internacional da Educação Profissional, que aconteceu entre os dias 24 a 26 de outubro de 2000 - em Brasília (DF),

---

<sup>8</sup> Coelho, Carlos Dinarte & Rech, Luiz Roberto Dalpiaz. Técnico Agrícola: Formação e atuação profissional. Porto Alegre: Impr. Livre. 2000.

promovido pela SEMTEC<sup>9</sup> e pelo Proep<sup>10</sup> do Ministério da Educação, que levou a participação de mais de 500 profissionais ligados ao ensino técnico brasileiro e 22 conferencistas internacionais, destacam-se alguns pontos discutidos e considerados relevantes e oportunos. “Flexibilidade, grande capacidade de adaptação e de comunicação e comprometimento com o seu trabalho”. Será este o perfil do trabalhador do futuro? Se esta pergunta for dirigida ao sociólogo argentino Daniel Hernández a resposta certamente será um sonoro “não”.

Especializado em temas de trabalho, qualificação e formação profissional, Daniel Hernández diz, que “os sistemas de formação de trabalhadores foram criticados porque se pensava no aluno dos cursos técnicos como sendo homem, com idade entre 20 e 30 anos e proveniente da classe média. Mas esse trabalhador típico não existe”. Quando se cria um protótipo, exclui-se os que não correspondem ao modelo idealizado.

“Então devemos ter cuidado quando pensamos em um trabalhador ideal”. Não dá para formar o estudante de hoje pensando no profissional do futuro como sendo aquele protótipo do trabalhador das próximas décadas: comprometido, flexível e bilíngüe. Assim, estaríamos criando um novo protótipo e não temos somente um perfil para o qual temos que trabalhar, mas sim vários perfis. E os modelos criados não contemplam a diversidade de nossa população. Por isso. É preciso trabalhar sem um perfil fixo e estar a cada momento buscando descobrir quais são as necessidades, as possibilidades e a realidade de cada lugar. O perfil do trabalhador do futuro deve seguir o perfil da população de cada região e seus diferentes grupos”. (Hernández, *Jornal do MEC*, 2000, In: Baretta, 2000).

Nos tempos modernos as escolas precisam ser gestoras autônomas de suas finanças, de sua administração, e até mesmo em matéria de currículos. Muitos impactos estão sendo observados sobre a formação profissional por competências na gestão escolar.

---

<sup>9</sup> Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

<sup>10</sup> Programa de Expansão da Educação Profissional.

Lembra Miranda (in Jornal do MEC, 2000) representante da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e coordenador nacional da Educação Média e Técnica do Chile, que “os sistemas escolares demoram muito tempo para perceber essas mudanças, pois ainda há professores e escolas que pensam na Mercedes Benz como futuro para seus alunos e a empresa já automatizou suas fábricas e não abre vagas há tempos”.

Com base nesta perspectiva, também pode-se fazer um estudo e elevar ao “*agribusiness*” também. As escolas e instituições educacionais, estão esquecendo as realidades regionais e pensando em modelos que diferenciam a grande parte dos alunos que as freqüentam. No caso, é oportuno lembrar que o Complexo Rural do *Agribusiness*, envolve as etapas do “antes”, “dentro” e “após” a porteira; sendo assim, o seu gestor – produtor, deverá conhecer todas as etapas que envolvem o seu “*business*”.

“Há que se definir urgentemente sistemas de exames para certificar competências adquiridas fora da escola e modificar os cursos de formação de professores, que ainda formam docentes como se eles fossem a única fonte de conhecimento”. (Miranda, Jornal do MEC, 2000).

A formação, por competências, exige modularização das aprendizagens e requer que se organize o conhecimento de forma global e os professores ainda estão sendo formados para trabalhar a tecnologia de forma fragmentada e descontextualizada. Outros trabalhadores e outras competências são exigidos nesse novo mundo. O emprego mudou, não está mais nas grandes e sim nas pequenas e médias empresas e, hoje em dia, elas exigem um outro trabalhador, com competências diferentes do funcionários das grandes empresas.

Para isso a escola deve desempenhar o papel que lhe é modernamente apresentado, que é formar um profissional capaz de entender as rotinas de seu trabalho, bem como, o processo da rede produtiva, até uma visão

futurística de mundo.

Pela análise do que vem sendo dito sobre o desenvolvimento da sociedade colonial em geral, as ações dos homens que vieram para o Brasil a partir do Século XVI parecem ser mecânicas, mero transplante da cultura portuguesa.

Nessa perspectiva de reflexo, o único sentido das atividades desenvolvidas pelos colonizadores é o do cumprimento das ordens, idéias ou valores culturais da metrópole. Portugal é entendido apenas como o país que impõe situações indesejáveis à colônia, como afirma Ribeiro (1984, In: Baretta, 2000).

O objetivo dos colonizadores era o lucro, e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas.

Essa simplificação na compreensão do que aconteceu também está presente na literatura sobre História da Educação ou no ensino ministrado nesta área hoje em dia. Tudo se passa como se os colonizadores fossem simples agentes repetidores dos ideais, valores e práticas já existentes em Portugal. Sem se considerar um conteúdo mais amplo de relações mais complexas, a educação na colônia é apresentada como uma cópia do país colonizador.

A crítica referida aqui se justifica a partir da necessidade de entendimento da prática educativa na colônia como expressão das atividades humanas, desenvolvidas naquele momento e não como sistema organizado e introduzido rigidamente. Se em Portugal havia ainda um vigor do pensamento escolástico na estruturação do ensino, no Brasil isto não acontecia, embora Ribeiro afirme:

“A orientação universalista jesuítico contido no Ratio, concentrou sua programação nos elementos culturais europeus e foram seguidos rigorosamente

pelos jesuítas em quaisquer regiões que atuassem”. (Ribeiro, 1984, In: Baretta, 2000).

Esse tipo de explicação das quais a de Ribeiro é um exemplo, deixam de mostrar a vinculação da educação com o processo de desenvolvimento da colônia enquanto prática vivida no interior de relações e circunstâncias que envolveram o colonizador e o colonizado. Deixam de mostrar que o processo de transformação da colônia é absolutamente diferente daquele vivido em Portugal por muitos e muitos séculos após o descobrimento do Brasil.

Sem nenhuma preocupação com o esclarecimento das condições reais e objetivas com as quais os jesuítas se confrontaram e, perdendo assim, sua base objetiva, as interpretações históricas fazem com que a realidade da metrópole seja encaixada no mundo colonial brasileiro. Reduzir a formado trabalho introduzida à força no Brasil, à forma servil existente em Portugal é ignorar que a produção no Brasil está voltada para a troca. para o mercado mundial. enquanto, em Portugal, essa produção é, em larga medida ainda, voltada para a subsistência. A interpretação do trabalho. intencionalmente organizado para a produção em larga escala como condição do mercantilismo também é difícil de acatar. Não estabelecer diferença entre a função do lucro no mercantilismo e no capitalismo é bastante surpreendente. Homogeneizar a classe dominante independentemente das frações que se digladiam quanto à forma de destinação da riqueza - se para o luxo da corte ou para investimentos na produção - é não reconhecer as lutas em Portugal, que se e caracterizaram pelo combate contra a ociosidade dos nobres e religiosos e contra os defensores do comércio nas costas da África. Em conclusão, supor que o pensamento educacional jesuítico encaminhado no Brasil é idêntico ao que os padres desenvolveram na metrópole é querer ver igualdades onde existem muitas diferenças.

O mais importante a ressaltar nas críticas à visão controvertida que a historiografia apresenta, é que a atuação dos jesuítas no Brasil não pode ser

confundida com as práticas religioso-educacionais dessa época em Portugal. O contato dos inicianos com uma realidade bastante distinta da metrópole, só isso, já faria com que independentemente das intenções, os jesuítas assumissem outras formas de ação. A reação dos padres e dos homens ao ambiente da colônia começava pela luta pela sobrevivência muito diferente da européia.

O conteúdo da organização jesuítica, aqui, no Brasil, tem um aspecto diferente do conteúdo das demais organizações religiosas fora do espaço colonial. Isto porque os jesuítas estão em contato com um mundo onde o seu interlocutor é o índio e este não conhece os valores do mundo medieval, ignora o interesse por riquezas ou lucros, não compreende a luta pelo poder e nem as idéias de uma sociedade de classes. Assim sendo, é muito difícil concordar com a idéia de que as ações dos padres são uma simples réplica dos valores do mundo português.

Não se pode negar que, na educação jesuítica dada no Brasil, existe uma ênfase na doutrina cristã, mas isso acontece com uma perspectiva diferente da européia. Na organização de sua própria ordem, os jesuítas criam uma estrutura que não se ajusta mais aos valores da igreja medieval, nem se propõem a preservar as relações consagradas pelo feudalismo. Seus interesses não correspondem às regras dos mosteiros.

A educação jesuítica no Brasil, nessa época, assume uma forma que corresponde ao modo de vida da própria colônia. Muitos fatores externos e internos, combinados, podem explicar melhor as diferenças entre colônia e metrópole. Os anseios dos homens para adquirir terras para a produção, o contato com a natureza rica e diversificada, base da sobrevivência e da exploração lucrativa, conduzem os jesuítas à educação com base na valorização do trabalho. Assim, a catequese reveste-se da necessidade de impedir que os índios continuem praticando seus costumes e de ensiná-los a não serem ociosos, negligentes e nem morais. A luta contra a ociosidade em favor do trabalho disciplinado não é uma luta medieval. Esse conteúdo educativo coaduna-se mais

com a interiorização de uma nova ordem, de uma nova autoridade que, desligada do mundo metafísico, pretende organizar a produção social. (Baretta, 2000).

A preocupação dos padres no Brasil não era com os valores do mundo medieval, contemplativo. Eles não estavam interessados em introduzir o acervo à cultura europeia na educação da colônia. No Brasil, a necessidade dos colonizadores está em transformar as coisas da natureza em mercadorias, em produzir. Para isso, uma condição básica: ensinar os que, mais tarde, irão constituir a classe dos expropriados a pegar gosto pelo trabalho.

Para os jesuítas da colônia é necessário transformar os costumes dos gentios. Na pseudo-escolarização do índio, o fundamental não são os conhecimentos, mas os novos hábitos. Os hábitos antropofágicos devem ser eliminados; a nudez deve ser abolida e o selvagem deve tornar-se um agente intencionalmente ativo, um Cristão mobilizado para o trabalho. Só esse quadro de intenções já mostraria as diferenças de posturas entre os religiosos de Portugal e os religiosos do Brasil.

### 2.2.3 Contribuições ao entendimento da educação profissional, por Marx e Gramsci

Considerando a influência decisiva do pensamento de Marx nas vertentes mais significativas da pedagogia crítica da nossa época é importante que ressaltemos o que Manacorda (apud Baretta, 2000) chamou de "pedagogia marxiana", ou seja, como o autor esclarece, em seu livro, uma pedagogia inerente ao pensamento do próprio Marx, o que é diferente da pedagogia "marxista", esta sim construída por seus seguidores a partir do pensamento de Marx.

Na medida em que a sociedade se distancia de suas origens naturais e se torna histórica, tanto mais se torna imprescindível nela o momento educativo: quanto mais a sociedade se torna dinâmica - e é assim ao máximo grau uma sociedade tecnológica que, rapidamente, muda os processos produtivos e

aumenta os próprios conteúdos científicos - tanto mais se toma necessária uma estrutura educativa que, aos poucos, adapte a este processo não apenas as novas gerações (mesmo que se nasça homem, nem por isto se nasce homem do século XX), mas também as gerações futuras. A escola ainda educa, ou melhor, está indecisa se deve educar o produto especializado ou o consumidor desinteressado da cultura. (Baretta, 2000).

Em seus *Princípios do Comunismo*, Engels (in Baretta, 2000) faz abordagens com implicações pedagógicas. O ensino, enquanto ensino "industrial", isto é, união de ensino e trabalho produtivo, que tem por método um estágio inteiramente desenvolvido no sistema de produção, procurará alcançar o fim educativo de evitar nos jovens toda unilateralidade e de estimular-lhes a unilateralidade, com o resultado prático de torná-los disponíveis para alterar a sua atividade de modo a satisfazer tanto as exigências da sociedade quanto as suas inclinações pessoais.

Poderá ser útil confrontar o resultado da pesquisa de Marx, (in Baretta, 2000) onde fica clara na união do ensino e do trabalho a origem do ensino do futuro, com o concreto desenvolvimento histórico dessas instituições ou estruturas analisadas de um ponto de vista marxiano, ainda que ele não tenha considerado o processo de formação histórica das instituições ou estruturas educativas, como parte das estruturas da sociedade civil.

Considerando-se que, na sociedade dividida em classes, também encontra-se o trabalho intelectual separado do trabalho manual, a separação entre o campo e a cidade e o ensino, também, separado do trabalho como termos antagônicos inclusive. A escola, enquanto estrutura na formação do homem dividido, nasce historicamente dentro das classes possuidoras do domínio social, enquanto estrutura exclusiva para a sua própria formação, não existindo para as demais classes. O que surge são culturas diferentes para escola e trabalho e, utilizando uma expressão marxiana, a escola se coloca frente ao trabalho como

“não-trabalho” e o trabalho se coloca frente a escola como “não-escola”.

Historicamente, com a sociedade dividida pelo trabalho, através da formação das classes dominantes, a preparação profissional dos produtores pertencentes às classes subalternas existiu uma separação absoluta, não apenas pela falta de contato entre as duas organizações, mas também pelo fato de não compartilharem entre si princípios, conteúdos e métodos em suas respectivas formações.

O curso da história revelou a produção da separação entre a escola de doutor e a escola do trabalhador. A primeira, marcadamente, livresca e desinteressada, enquanto a segunda, acentuadamente, profissional-instrumental, porém ambas, definitivamente, escolas.

Mais de um século depois de Marx, a escola reservada aos jovens de classes privilegiadas transformou-se paulatinamente em uma escola aberta, também, aos jovens das classes economicamente inferiores. Os projetos ligados à artesanaria cederam lugar às escolas de ensino, elementar e técnico-profissional e à nova proposta do ensino através das escolas de fábrica. Tais diferenças podem ser observadas entre os desfavorecidos que abandonam precocemente as escolas ou os que optam pela formação técnico-profissional. Atualmente, existe a tendência ao abandono dos bancos escolares. Dos três anos de escolaridade obrigatória passou-se para os oito nos dias de hoje. Processo que, segundo Marx, é natural e espontâneo, que se realiza entre contradições, determinado mais pelo desenvolvimento objetivo da própria produção do que pelas exigências da ciência pedagógica propriamente.

A classe dominante, em alguns momentos, abre mão de alguns de seus interesses corporativos imediatos e faz concessões às classes subalternas para que elas se tomem mais domináveis (não existe acordo na sociedade de classe). A concessão existe para que a dominação se realize de maneira legitimada pela própria classe subalterna. A classe dominante se mantém, e a

subalterna se sente realizada por ter algumas de suas reivindicações atendidas (Impagliazzo apud Baretta, 2000).

Nasce uma ideologia, um pensamento, um senso comum, que favorece à dominação. Surge a escola, além de uma série de aparelhos da superestrutura difundindo a ideologia. As idéias pedagógicas dominantes são as idéias pedagógicas da classe dirigente. Necessárias á representação que os agentes pedagógicos fazem do mundo, elas se vinculam à hegemonia existente.

Para Gramsci, o Estado e as Classes não se sustentam pela força. É necessário o consentimento popular para que se sustentem. Em sua obra "*Os intelectuais e a formação da cultura*", Gramsci (1993) desenvolve o conceito de educação a partir de uma perspectiva marxista. Para ele, os grupos sociais criam, de modo orgânico, intelectuais que lhe dão homogeneidade e despertam a consciência da própria função. Desse modo, além do intelectual tradicional, surge a figura do intelectual orgânico.

Para Gramsci (1993), a crise da organização escolar era um aspecto da crise orgânica. Neste sentido, é preciso reformular a estrutura do ensino, uma vez que cabe ao intelectual homogeneizar a classe e levá-la à consciência histórica. É necessário dar condições para a formação de intelectuais orgânicos entre as camadas populares, as classes proletárias.

De acordo com Gramsci (1993), o trabalho é essencialmente um elemento constitutivo do ensino, algo parecido com o aspecto prático no ensino tecnológico em Marx, o trabalho não é um termo antagônico e complementar do processo educativo, ao lado do ensino em suas várias formas, mas está inserido no ensino através de seu conteúdo e de seu método. Se para Marx, ocorre a integração do ensino em sua riqueza de conteúdo e plena autonomia junto ao processo de trabalho de fábrica; o que ocorre é a integração do trabalho como momento educativo em um processo autônomo e primário do ensino. Porém, a inspiração gramsciana é tão claramente marxista, que não se pode reduzir e se

confundir nunca com as demais Pedagogias.

Tal qual em Marx, vê-se em Gramsci (1993) a união de ensino e trabalho, mesmo com diversidade nas propostas de solução por eles apresentadas, como sendo o processo educativo orientado para a formação de homens unilaterais e que sejam inclusos na atividade social, após atingirem certo grau de maturidade e capacidade de criação intelectual e prática. Dentro dessa formação, o objetivo de uma escola única que proporcione às crianças um desenvolvimento harmonioso de todas as atividades.

#### 2.2.4 Trajetória histórica de quase um século do ensino profissionalizante no Brasil

As Escolas de Aprendizes Artífices, criadas através do Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, tinham como filosofia de trabalho proporcionar “ às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência.”<sup>11</sup>

As classes proletárias, mencionadas no texto do decreto, representavam a camada da sociedade oriunda predominantemente do trabalho escravo e das atividades agrícolas. Dar educação e, principalmente, ocupação a essa gente, passa a ser, mais que uma meta, uma necessidade.

Nada mais compreensível, portanto, que as escolas fossem implantadas nas capitais dos Estados - cidades com maior capacidade de absorção da mão-de-obra e destino certo daqueles que, provenientes da escravidão e das atividades rurais, buscavam novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos em processo de expansão. As opções de emprego nas capitais, assim como nas cidades de maior porte, tornam-se concretas principalmente a partir do crescimento das indústrias e do comércio. A agricultura, após sofrer um duplo revés com a perda da mão-de-obra escrava e

---

<sup>11</sup> Texto do Decreto n. 7566 de 23 de dezembro de 1909

com o acelerado processo de urbanização que se segue ao advento da República, começa a dar sinais de debilidade.

“O Brasil de ontem saiu das academias, o Brasil de amanhã sairá das oficinas”.<sup>123</sup>

O êxodo rural trouxe para as cidades um enorme contingente de trabalhadores não qualificados, acompanhados de suas proles. Por não serem absorvidos pelo mercado, vagavam pelas ruas centrais em busca de alguma atividade informal que lhes pudesse trazer sustento. Esses "desocupados" - a exemplo do que atualmente ainda ocorre com a população de rua, promoviam todo tipo de baderna, afugentando do comércio mais refinado os clientes de maior potencial. Pressionados por industriais e comerciantes financiadores das campanhas políticas - as autoridades passam a vislumbrar na educação uma alternativa para resolver simultaneamente a questão social e a política. Para que isso ocorra "... se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna, com,, o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante. escola do vício e do crime". (Texto do Decreto nº 7566 de 23 de dezembro de 1909, apud Baretta, 2000).

É lógico deduzir que a necessidade de tirar das ruas essa parcela da sociedade é um forte argumento, não oficial, em favor da criação das Escolas de Aprendizes Artífices.

Ao assumir a Presidência da República, Nilo Peçanha promulga o decreto que criava as Escolas de Aprendizes Artífices, sediadas nas capitais de cada Estado da federação. Excepcionalmente a do Estado do Rio de Janeiro seria instalada em Campos, pois questões políticas fizeram com que o então Governador do Estado do Rio, naquela época, negasse a cessão de um prédio

---

<sup>12</sup> Extraído de um pronunciamento de Nilo Peçanha, quando exerceu o mandato de Presidente da República do Brasil

onde a escola pudesse se estabelecer em Niterói.

Em 1920, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio cria a Comissão Luderitz, assim denominada por ter no seu comando o conceituado educador João Luderitz, Diretor do Ensino Industrial. O trabalho realizado pela Comissão também ficou conhecido como Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, que em muito contribuiu para a reestruturação do ensino profissionalizante ao promover a ampliação do currículo, a publicação de obras didáticas específicas, a capacitação do professorado, a melhoria das instalações, do conteúdo e dos equipamentos escolares. Favorecia-se dessa maneira a formação da mão-de-obra necessária á industrialização do País.

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, depõe o Presidente Washington Luiz - e ao assumir o poder deixa claros seus anseios de mudança. A criação de novas normas de ensino ajuda a modernizar o Setor Educacional. Getúlio estabelece o papel que pretende ver desempenhado pelo ensino profissionalizante ao afirmar:

A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível o trabalho organizado. (Citação em "Artífice", apud Baretta, 2000).

O ano de 1942 marca uma das mais profundas reformas no ensino profissionalizante, pois as Escolas de Aprendizes Artífices, de nível primário, são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, equiparando-se às de ensino médio e secundário e possibilitando aos alunos o ingresso em cursos superiores correlato. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, criada através do decreto-lei nº 4073, em 30 de janeiro de 1942, como objetivo de promover tais reformas, tem na figura do educador Francisco Montojos um dos seus maiores artífices.

Para suprir as demandas do mercado de trabalho tomava-se cada vez mais importante a formação de profissionais especializados: a industrialização do país requer uma crescente formação de mão-de-obra. As limitações físicas e de infra-estrutura da sede da rua Formosa remetem à necessidade de uma nova área com proporções que permitissem acompanhar o progresso em curso.

O governo Juscelino Kubitschek insere o Brasil definitivamente na era industrial. A vinda de montadoras de veículos para cá, as companhias siderúrgicas, os estaleiros e a proliferação de indústrias fazem com que esse tipo de atividade ocupe um importante espaço em nossa economia, Como objetivo de ajustar o ensino industrial - mantido pelo Governo Federal, à situação do país e às novas constituições, é publicada a Lei nº 3552, de 16 de fevereiro de 1959, regulamentada em 16 de outubro do mesmo ano, pelo Decreto nº 47.038. Surgem nessa data as Escolas Técnicas Federais.

O Decreto que regulamentou a Lei recebeu do Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, a seguinte exposição de motivos:

A necessidade dessa reorganização decorreu da circunstância de haver a anterior Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1947 perdido seu original poder regulador nas várias unidades federadas, após a promulgação da Constituição Federal vigente e das atuais Constituições Estaduais. (Exposição de motivos que acompanhou a Decreto regulamentado a Lei nº 3552 de 16 de fevereiro de 1959, apud Baretta, 2000).

Colocar as escolas da rede federal em condições de preparar seus alunos para ingressar no mercado de trabalho, adaptar o ensino às constantes evoluções das indústrias e descentralizar a administração dessas escolas foram outras justificativas empregadas pelo Ministro em defesa da nova Lei. Especificamente, no que se refere à administração escolar, a Lei nº 3552 determina que a direção dos estabelecimentos de ensino industrial deve ser

entregue.

“... a um Conselho de Representantes, escolhido pelo Presidente da República em listas tríplices, encaminhada pelo Ministério da Educação e Cultura, cabendo ao Presidente do Conselho nomear o Diretor do Escola e seu órgão executivo. Desse conselho participam dois industriais. com o que se visa a estreitar mais a associação ‘escola-fábrica’, de forma que os diplomados pela primeira atendam, atendam afetivamente, as necessidades da segunda., parecendo certo, ainda que a referida providência ensejará maiores facilidades para a obtenção de estágios previstos no regulamento. Participará um representante do Conselho de Professores, porque, sendo este colegiado o órgão de direção técnico-pedagógico, pareceu acertado entrosá-lo mais eficazmente com o organismo dirigente da escola. A presença de um educador estranha aos quadros do estabelecimento visa a permitir que o consideração dos altos interesses dá educação nacional não sofram uma distorção excessivamente particularista. A inclusão, quando possível de representante da Conselho de Engenharia e Arquitetura (ou no caso do Curso de Químico industrial, do Conselho de Química) possibilitará solução mais rápida e feliz dos problemas de exercício profissional dos graduados. (Texto da Lei nº 3552 de 16 de fevereiro de 1959, apud Baretta, 2000).

A descentralização, a criação dos órgãos colegiados e, sobretudo, a autonomia, com base no Conselho de Representantes, foram medidas inspiradas na organização escolar americana, como uma consequência da influência dos Estados Unidos da América - que passou a ser uma constante no Sistema Escolar Brasileiro, após a Segunda Guerra Mundial, Essa influência se fez sentir nas Escolas Técnicas da rede federal através da ação da CBAI.<sup>134</sup>

Por exigência da Lei 5692. de 11 de agosto de 1971, todos os cursos de segundo grau teriam, obrigatoriamente, que oferecer a formação profissional aos seus alunos. Em 1994, no término do governo do Presidente Itamar Franco,

---

<sup>13</sup> Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial CBAI, órgão executivo do acordo firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e a *Education Division – The Institute of Inter-American Affairs*.

as Escolas Técnicas Federais são transformadas, através da Lei nº 8948, de 8 de dezembro, em Centros Federais de Educação Tecnológica. Porém, somente em 1999, após longo período de avaliação institucional, apenas 6 unidades da Rede Federal de Ensino são autorizadas a oferecer também cursos ao nível de 3º grau.

#### 2.2.5 História e situação da rede federal de Educação Tecnológica

A Rede Federal de Educação Tecnológica tem suas origens nas antigas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas no início deste século por meio do Decreto n.º 7.566, de 23.10.1909, pelo então presidente Nilo Peçanha. Mantidas então pela União e subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, essas escolas foram criadas em cada uma das capitais do país e eram destinadas a “formar operários e contramestres”, sendo nelas ministrados o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício. Embora tenha ocorrido neste período um surto industrial, a criação dessas escolas teve um caráter marcadamente assistencialista e de ordenamento social, destinando-se a “ não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Ou seja, existia também a intenção de preparar para o trabalho e para o convívio social os ex-escravos e seus filhos, que migraram do campo para as cidades, bem como outros indivíduos marginalizados. (Baretta, 2000).

Com a Revolução de 1930 chega ao fim a hegemonia política e econômica das oligarquias cafeeiras e se inicia efetivamente o processo de industrialização do país, que passará a exigir então grandes contingentes de profissionais qualificados para os diversos setores da economia. No campo educacional, a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados, ainda no início do governo Vargas, e a elaboração de uma regulamentação federal, válida para todo o país, expressaram os objetivos do Governo Federal de ampliar sua participação na definição das diretrizes da

educação nacional e de promover maior articulação e integração entre os diversos e heterogêneos sistemas estaduais. (Baretta, 2000).

Nesse contexto, o ensino profissional é reconhecido pela Constituição outorgada em 1937, como dever do Estado para com as classes menos favorecidas, e passa a ter uma legislação nacional a partir de 1942, através das chamadas Leis Orgânicas da Educação Nacional, sendo o Ensino Industrial regulamentado em 1942, o Ensino Comercial em 1943 e o Ensino Agrícola em 1946. Expressava-se assim a necessidade de garantir a provisão de mão-de-obra suficiente e adequada para atender a demanda por novos e mais capacitados profissionais, resultante do processo de industrialização e da ascensão da burguesia industrial e comercial. Na ocasião foram criadas diversas escolas técnicas estaduais, entidades de ensino profissional como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, transformadas em escolas técnicas federais as antigas escolas de aprendizes artífices. (Baretta, 2000).

Apesar dessa legislação ter consolidado o ensino profissional no país, essas escolas continuaram sendo reconhecidas como uma opção para jovens de baixa renda que necessitavam ingressar mais cedo no mercado de trabalho. O prosseguimento para estudos de nível superior só era permitido aos que fizessem o curso secundário, destinado a formar as elites condutoras do país. Tal situação começa a se modificar a partir da década de cinquenta, quando se inicia o processo de equivalência entre os cursos técnicos e secundários, que só se efetivou plenamente com a Lei n.º 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A reforma educacional, introduzida a partir, da Lei n.º 5692/71, resultou em uma mudança radical nesse cenário quando propôs a transformação de todo o ensino médio em ensino profissionalizante. Essa profissionalização obrigatória prejudicou não somente a qualidade do ensino secundário no país, que perdeu parte de sua carga horária e teve suas redes estaduais e municipais

descaracterizadas, como também provocou a desqualificação do ensino profissional, ao possibilitar a proliferação de cursos pseudo-profissionalizantes e de instituições despreparadas para oferecer educação profissional de qualidade. Nesse processo, as escolas técnicas financiadas pelo Governo Federal foram as menos atingidas e aos poucos foram se destacando por oferecerem uma boa formação geral e específica, transformando-se, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país, em “ilhas de excelência”.

Nos últimos anos, apesar de continuarem oferecendo ensino de boa qualidade e seguirem gozando de grande prestígio junto às respectivas comunidades, essas escolas passaram a ser objeto de críticas relevantes. O acesso às mesmas tornou-se bastante concorrido por oferecerem, além de um bom ensino técnico, uma formação propedêutica que se igualava à oferecida pelas melhores escolas de ensino médio do país e, inclusive, por aquelas que se especializaram na preparação para ingresso no nível superior por meio do vestibular. Naturalmente, esse processo teve como consequência, por um lado, a elitização de sua clientela e, por outro, um conflito entre a missão precípua dessas escolas e o interesse imediato de seus alunos. Outro aspecto muito criticado era o seu frágil vínculo com o setor produtivo e com suas demandas reais - especialmente quanto à atualidade dos conteúdos dos cursos oferecidos. No entanto, a principal crítica era dirigida ao seu elevado custo, se considerado que a maioria dos egressos dessas escolas ao invés de ingressarem no setor produtivo, prosseguiram estudos de nível superior, muitas vezes desvinculados da área profissional estudada no segundo grau.

Diante dessas críticas, dos desafios impostos pela reestruturação do setor produtivo brasileiro e das importantes demandas sociais contemporâneas, somados à necessidade da reordenação das redes estaduais, municipais e privadas de ensino médio e profissional, coube ao Governo Federal propor e implementar a reforma da educação profissional, atualmente em curso, cujas diretrizes determinam a sua separação do ensino médio - no caso do nível técnico, a ampliação e a diversificação da oferta, a melhoria da qualidade, a

adequação às demandas sociais, econômicas e do mundo do trabalho e; ainda, a flexibilização dos mecanismos de ingresso e do processo formativo, aliado à necessidade de proporcionar ao cidadão a possibilidade de acesso a uma formação profissional continuada e verticalizada.

Com quase um século de existência, o sistema federal de educação profissional é formado por 100 escolas mantenedoras (45 Escolas Agrotécnicas, 6 Escolas Técnicas, 19 Centros Federais de Educação Tecnológica, 30 escolas vinculadas às Universidades Federais) e 37 Unidades Descentralizadas de Ensino. Essa rede está estrategicamente distribuída por todo o país, estando presente nas cinco regiões e praticamente em todos os estados. Está mais concentrada na Região Nordeste 35%, e na Região Sudeste 28%. Na Região Sul estão 20% das escolas. Não possuem escolas federais os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal. (Baretta, 2000).

Analisando-se o conjunto de escolas segundo o setor econômico no qual estão focalizados os cursos profissionalizantes que oferecem, verifica-se que o percentual de escolas que atuam no setor de indústria e serviços (52%) é ligeiramente superior ao percentual de escolas voltadas para a área agropecuária (48%). A diferença torna-se mais evidente, quando se distribuem as escolas, segundo o número de alunos matriculados, verificando-se a grande concentração de matrículas nas escolas voltadas para o setor industrial.

Apesar disso, boa parte das escolas federais segue gozando de grande prestígio junto à comunidade, estando, em maior ou menor grau, articuladas com o entorno produtivo. Muitas delas já desenvolvem, mesmo que de forma assistemática, projetos importantes junto à população e empresas locais sendo, muitas vezes, referência em conhecimento tecnológico. Algumas desenvolvem, ainda, programas junto a populações em situação de risco social. Esses programas, em geral, integram as atividades de extensão da escola e possuem caráter extraordinário.

## 2.2.6 A evolução do ensino técnico agrícola no Brasil

Desde o início da colonização do Brasil pelos portugueses em 1532, houve uma preocupação com a utilização das terras brasileiras, visando a garantir a posse, como também atender às exigências do modelo agrário-exportador dependente, baseado no latifúndio e nas relações escravocratas. Houve uma certa preocupação com o cultivo das terras, visando com isto a garantir a posse e o povoamento da colônia, pois com o esgotamento das matas costeiras de pau-brasil, a possibilidade da existência de ouro bem como o perigo da usurpação do território por outra potência faz com que o governo português empreendesse a colonização em termos de povoamento e cultivo da terra.

No início da colonização brasileira, os jesuítas ensinavam aos índios e posteriormente aos escravos o cultivo da terra sem o intuito de difundir a instrução profissional, mas com o interesse de passar a eles os duros encargos que a vida daquela época impunha.

Com efeito, o primeiro plano educacional elaborado pelo Padre Manoel da Nóbrega, conforme os Regimentos de D. João III, além de intencionar a catequese e a instrução aos indígenas, previa a necessidade de atender à diversidade de interesses, tanto de catequese aos indígenas como instrução aos filhos dos colonos.<sup>14</sup>

Os interesses das camadas dominantes portuguesas e em especial do componente capitalista-mercantil é que iriam determinar, como determinam, o produto a ser cultivado no Brasil. Assim, a cultura da cana-de-açúcar que dominou a economia do país até a metade do século passado passa a ser cultivada no Nordeste pelas características do clima e solo adequado, exigindo grande mão-de-obra, porém não especializada.

---

<sup>14</sup> Membro da colônia; cultivador de colônia; cultivador de terras que pertencem a outrem.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), surge um novo surto industrial e se inicia a tendência da nacionalização da economia com a redução de importações. Começa então uma senta mudança do modelo econômico agrário exportador, com o surgimento da burguesia industrial urbana. Aumenta o operariado, recrutado, sobretudo entre imigrantes italianos e espanhóis, cuja influência anarquista marca a organização sindical.

Em 1940, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária – SEAV, que além de administrar o ensino agrícola, fiscalizava o exercício das profissões de Agronomia e Veterinária.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema empreende novas reformas no ensino, regulamentadas por diversos decretos-leis, assinados de 1942 a 1946 e dominados “Leis Orgânicas de Ensino”: Decreto nº 4073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto nº 6141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial, decreto nº 9613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Assim se estrutura definitivamente o ensino técnico profissional nas três áreas da economia, em dois ciclos, a saber: um fundamental, geralmente de quatro anos (ginásio), e outro técnico, com duração de três a quatro ano (colegial).

Somente, após o governo de Vargas, foi que o ensino agrícola de nível médio teve a sua primeira regulamentação, estabelecida pelo Decreto-Lei 9.613, de 10 a 20 de agosto de 1946, denominado de “Lei Orgânica o Ensino Agrícola”. (Baretta, 2000).

“Art. 1 Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”. (decreto-lei nº 79.613 – 20/08/1946).

Só na década de 50, observam-se as primeiras tentativas de superação da dicotomia entre o geral e o específico. Até então havia uma

dicotomia total entre a educação propedêutica e a profissionalizante, ou seja, os estudos realizados em um destes sistemas educativos não podiam ser considerados pelo outro. Embora permanecessem como referencias, os interesses do mundo econômico, sob base taylorista/fordista na organização do trabalho e da produção, foi promulgada a Lei nº 1.076/50 que garantiu a equivalência no decorrer dos cursos. Em 1953 – com a Lei nº 1.821 – definiu-se a igualdade no acesso ao vestibular.

Em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – LDB, as antigas escolas de iniciação agrícola e escolas agrícolas foram agrupadas sob a denominação de ginásios, ministrando as 4 (quatro) séries do 1º ciclo (ginasial) e mantendo a expedição do certificado de Mestre Agrícola, ministrando as 3 (três) séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

A tecnologia educacional representa a racionalização do sistema de ensino em todas as suas formas e níveis, ou seja, significa a absorção, pela educação, da ideologia empresarial. Esta nova forma de abordar o processo pedagógico e sua administração marcou a política educacional nas décadas de 60 e 70, através da pedagogia tecnicista.

A Pedagogia tecnicista teve auge a partir do golpe militar de 1964, e preponderou nos 1º e 2º graus. Ela está centrada, ou seja, sua base teórica é o Behaviorismo (segundo Saviani), filosofia empirista e positivista, que visualiza o homem um ser parcial valorizando sua interioridade, tornando-se indivíduo capaz de liderar uma máquina, não exigindo raciocínio.

As manifestações do tecnicismo ocorrem na década de 30, houve manifesto de pioneiros para resgatar a educação dentro da educação tradicional. Na década de 60 e 70, o tecnicismo tornava-se necessário para as pessoas, pois não exigia raciocínio, apenas as habilidades para operar máquinas.

A Escola Tecnicista objetiva a formação de competência individual, proporcionar uma relação harmônica entre indivíduo e máquina, formar técnicos competentes; a escola proporciona apenas formação específica, atua sobre a forma de comportamento do indivíduo, perpetua o sistema, utiliza-se de manuais de instrução à ação pedagógica.

### 2.2.7 Os primeiros passos e a difusão do ensino técnico no meio rural

A preocupação das elites brasileiras com a educação rural no Brasil surgiu a partir da segunda década deste século, quando a migração passou a ser vista como um problema para o meio urbano e uma possível baixa de produtividade do meio rural.

“Pensava-se num determinado tipo de escola, que atendesse as orientações do ‘ruralismo pedagógico’. Propunha-se uma escola integrada às condições locais regionalizadas, cujo objetivo escolanovista reforçava essa posição ‘da escola colada à realidade’, baseada no princípio de ‘adequação’ e assim colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isto porque a ‘fixação do homem do campo’, a exaltação da natureza agrária do brasileiro’ faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial, também ameaçado pelo ‘inchaço’ das cidades e pela impossibilidade de absorver a mão-de-obra, engrossava a corrente dos ruralistas”. (Maia, 1982, p. 5).

A educação rural, sob a ótica das elites, deveria manter o “status-quo” - estrutura agrária, e não deixar faltar braços para a lavoura nem reduzir a produtividade dos campos.

Nesse contexto sócio-econômico e cultural, desenvolveram-se as alterações no campo educacional e produtivo brasileiro. O Brasil apresenta duas etapas do processo de transformação agrícola; num primeiro momento, aconteceu a exportação de alimentos; depois, a industrialização do campo nos anos 50 e 60.

Para muitos agricultores, a modernização<sup>17</sup> é vista como elemento de progresso, pois vêem as inovações como sinônimo de desenvolvimento, não percebendo o crescimento de um processo agrícola desigual, combinado e regionalizado. Paralelo a este filoneísmo<sup>18</sup> e pela modificação na agricultura, aconteceram mudanças no setor de ensino; surgindo diferentes cursos profissionalizantes. No período do Estado Novo, o ensino técnico-profissional ocupou uma posição subalterna com relação ao ensino médio, destinado às classes menos favorecidas.

#### 2.2.8 Extensão Rural

A Extensão é um processo de ensino informal através de assistência técnica - econômica e social -, por meio de métodos educativos; o seu principal foco de atuação é o meio rural. Pode-se considerar uma das ferramentas do ato de ensinar e aprender.

O objetivo do serviço de extensão rural é contribuir para a elevação da qualidade de vida e do bem-estar das famílias rurais, especialmente a de pequenos produtores, para que através disso os agricultores possam contribuir para o aumento da produção agropecuária.

Os métodos de extensão rural são o conjunto de caminho a trilhar para alcançar os objetivos. É a ordem que se segue para a investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar um fim determinado. É ainda a marcha racional da inteligência para chegar ao conhecimento ou à demonstração de uma verdade. É o processo ou técnica de ensino, modo judicioso ou de proceder. Existem vários métodos de extensão rural, como: visitas às propriedades e lares rurais, o método de reunião, demonstração de métodos, excursões, dias de campo, unidades demonstrativas, unidades de observação,

---

<sup>17</sup> Modernismo: qualidade ou caráter de moderno; tendência a preferir o novo, as inovações.

<sup>18</sup> Gosto pelas novidades.

demonstrações de resultados e finalmente os métodos de massa.

A abrangência do processo educativo do trabalho extensionista está sempre condicionada à qualidade do preparo do agente de extensão rural e sua capacitação no uso adequado dos meios de comunicação, tais como folhetos, cartas-circulares, cartazes, etc., como instrumentos de reforço ao processo de comunicação. Dar tratamento educativo ao processo de trabalho, aos meios de massa, como televisão, rádio, jornal, revista e outros, faz parte da capacitação do profissional extensionista, pois os referidos meios de comunicação, devidamente incorporados à metodologia do trabalho da extensão rural, cumprem a função indispensável de motivar, exemplificar e colocar à disposição, de todos os produtores, as orientações técnicas, além de torná-las também participantes do trabalho em desenvolvimento na sua região.

A metodologia de extensão rural e seus métodos isoladamente são, portanto, instrumentos de ação pedagógica, com vistas ao cumprimento de uma proposta educativa e participativa do Extensionista.

#### 2.2.8.1 Contextualização e evolução histórica

A extensão rural na Europa, ao que tudo indica, os primeiros trabalhos de extensão rural são de meados do século XIX, quando a Irlanda sofreu uma forte crise sócio-econômica provocada pelo fracasso das safras de batatas, fonte básica de alimentos dos pequenos produtores e arrendatários, ocorrido no período de 1845 a 1850. Por iniciativa própria, o Conde Clarendon, então governador daquele país, elaborou o que alguns pesquisadores têm hoje como um dos documentos clássicos da extensão agrícola. O documento era voltado para a capacitação e aconselhamento dos agricultores, no sentido de adotarem práticas agrícolas mais racionais, com o objetivo de aumentar a produtividade e as qualidades de vida do homem do campo. Essas ações eram realizadas por especialistas da área agrícola, através de um processo educativo, com o intuito de auxiliar na solução dos problemas comunitários. A característica marcante

desta forma de extensão estava no processo educativo, tido como complemento à educação técnica dos jovens, e na organização dos serviços de extensão pelos próprios agricultores através de suas associações e cooperativas. Portanto, para realizar a prática da extensão, o extensionista deveria ter conhecimento prático de sistemas de agricultura aperfeiçoados e adaptados às condições reais daquela região. (Simon, 1996, p. 5).

Na Europa, de acordo com (Simon, 1996), o serviço de extensão era um complemento da educação técnica dos jovens, sendo que este trabalho era feito por um grupo de especialistas, que tinham por objetivo o levantamento dos problemas dos agricultores. Eram oferecidos também pelo colégios agrícolas e universidades serviços de treinamento e consultoria aos extensionistas, destaca. Na Inglaterra, exigia-se que o extensionista tivesse conhecimentos práticos em agricultura, filosofia, geografia e que soubesse comunicar-se com os camponeses.

Já nos Estados Unidos, (Simon, 1996, p. 7), o impacto da revolução industrial nos EUA gerou uma grande necessidade de matéria-prima oriunda do setor primário. Este fato provocou uma série de modificações no meio rural, originando várias formas de atividades extensionistas naquele país. Surgiram então vários métodos de extensão, sendo que o mais evoluído era através dos institutos de fazendeiros, que organizavam cursos rápidos para os agricultores. No entanto foi a partir de um diagnóstico que demonstrou-se a falta de educação no meio rural, sendo esta uma das principais causas do desajuste social.

A oficialização do serviço de extensão americana se deu somente em 1914, que estabeleceu os recursos necessários a sua implantação e estruturação. A partir da implantação desse sistema de extensão a unidade produtiva passou a ser uma atividade empresarial, tendo como objetivo o lucro.

A partir desses fatos percebe-se que a implantação desse sistema na América e, principalmente no Brasil, é oriunda de uma visão da realidade social,

com a transferência de valores de um setor moderno para um tradicional.

A extensão rural surgiu na América Latina pela necessidade de mudança tecnológica na atividade agrícola com objetivo de aumentar a produção e a produtividade necessária. Acompanhando assim a necessidade de matéria-prima, gerada pela indústria durante a década de 40. Liderado pelo capital industrial, o setor rural foi incumbido de exercer dois papéis: um seria abastecer o setor urbano e o outro fornecer matéria-prima e gerar divisas através das exportações. Isso só seria possível com a difusão de novas tecnologias que viessem a modernizar o setor agrícola.

O conceito de difusão, citado por Simon (1996), em concordância ao citado por Rogers (apud Marcatto, 1999) destaca: como sendo o processo pelo qual uma inovação é comunicada de um indivíduo para outro, através do tempo, num sistema social. Por funcionalista entende-se simplesmente a ação sistemática a ser desenvolvida, ou seja: função de difundir.

A extensão foi implantada no Brasil pelos E.U.A que se preocupavam em manter os países pobres como aliados, frente à guerra fria. Havia um receio de que os povos famintos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, e isto fez com que o governo Americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres. As primeiras ações de extensão no Brasil foram em forma de fomento, tendo como objetivo fornecer insumos para a produção de serviços básicos. Este tipo de serviço foi muito criticado sendo que beneficiava principalmente os produtores médios e grandes, sem efeitos educativos. Havia no entanto a preocupação em implantar-se um modelo de extensão que tivesse em sua essência um processo educativo, pois se pensava que a melhora da qualidade de vida do homem do campo proporcionaria abundância de mão-de-obra e aumento da produtividade, acompanhando assim o avanço industrial (Simon, 1996).

De acordo com (Simon, 1996), em 1948, surgiu em São Paulo, na localidade de Passa Quatro, a primeira experiência de extensão rural, porém sem sucesso. Mais tarde o Estado de M.G, em convênio com a American International Associations - AIA, criou a ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural com o objetivo de elevar a renda da comunidade rural através do aumento da produção e produtividade. A função da ACAR era essencialmente redefinir o papel da pequena propriedade pela subjugação do trabalho familiar ao capital e suas conseqüências.

Já, por volta de 1956, foi criada a ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, com a participação da AIA, do Escritório Técnico Americano - ETA, da Confederação Rural Brasileira e do Banco do Brasil S/A. A criação desse órgão reforçou um modelo de extensão que concentrava na difusão das inovações, passando a servir os interesses do Estado. Preocupava-se nesta época com o desenvolvimento industrial, ou seja, com os grandes produtores agrícolas, deixando de lado os pequenos e médios produtores, pois para eles estes eram o motivo do atraso do país, não se preocupando no entanto com a real situação da agricultura brasileira. (Simon, 1996).

No final dos anos 60, em resposta à Revolução Cubana, os Estados Unidos propõem uma ajuda ao Brasil através do acordo MEC-USAID, objetivando o aperfeiçoamento dos recursos humanos no setor rural.

O surgimento da EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população rural, aumentar a quantidade de matéria-prima para suprir o mercado interno e as exportações. Começa aí o período denominado de produtivista-humanista da extensão rural, enfatizando a transferência de tecnologias aos pequenos e médios produtores rurais. A partir de 1974, com a criação da EMBRAPA, o perfil do extensionista é evidenciado num intelectual capaz de interpretar a realidade sócio-econômica e cultural do agricultor antes de

formular as propostas tecnológicas.

É preciso lembrar que, em seu início, a extensão rural no Brasil também contou com a assistência técnica e, por vezes, até financeira, de países estrangeiros e de organismos internacionais. Não foi pequena essa contribuição, na montagem e aparelhamento dos primeiros serviços e na formação dos primeiros extensionistas. Essa experiência pioneira, no entanto, foi absorvida pelos brasileiros, cresceu e solidificou-se através do esforço nacional. Em seu processo de maturação, a extensão rural foi-se adaptando, com sucesso, à nossa realidade de país pobre e em desenvolvimento, distanciando-se dos modelos originais.<sup>19</sup>

#### 2.2.8.2 A Extensão Rural em Santa Catarina

A extensão rural surgiu, em Santa Catarina, através de debates sobre a agricultura e economia realizada na cidade de Lages em 1949, onde foram surgindo idéias sobre a implantação de um serviço de assistência técnica no Estado, no sentido de melhorar o nível de vida dos agricultores e aumentar a produtividade; porém todas essas idéias defendiam com ênfase a necessidade de adoção de métodos modernos que viriam a desenvolver a agricultura como um todo.

A consolidação da Extensão Rural em Santa Catarina deu-se em março de 1956, quando através de convênios entre a secretaria da Agricultura, Associações Rurais e o Escritório Técnico da Agricultura criou-se o ETA - projeto 17. A sua implantação foi antecedida por uma experiência de oito anos de extensão rural no Brasil, ocorrendo quase que simultaneamente a criação da ABCAR. Em conseqüência da criação desta, transformou-se em 21 de julho de 1957, na Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC.

---

<sup>19</sup> OLINGER: 1984, Revista Bras. Extensão Rural.p.5.

Naquela mesma reunião, ressaltou-se a necessidade de uma investigação das condições sócio-econômicas dos agricultores e da reorganização do ensino vocacional agrícola. O ponto de partida foi a criação do ETA - projeto 17, entidade que deu origem aos trabalhos de extensão rural em Santa Catarina.

Da sua implantação até 1960, a extensão rural catarinense estava ligada ideológica, financeira e administrativamente aos Estados Unidos, comportando-se como um serviço paraestatal. A unidade de planejamento era a família, justificando assim os trabalhos desenvolvidos em relação à esposa e aos filhos dos agricultores.

Entretanto, alguns documentos confirmam que nesse período a extensão deixava de lado a ideologia da família rural, procurando atender as demandas dos setores urbanos e industriais.

Basicamente, a extensão rural, em Santa Catarina, originou-se sob o processo educativo, diferente da forma clássica, que tinha um enfoque mais fomentista desenvolvido pelo serviço federal. Os princípios da extensão rural americana englobavam quatro pontos fundamentais: o conhecimento da realidade; ensinar a fazer fazendo; a decisão da participação pelo próprio agricultor; a identificação com a comunidade trabalhada, colocando os interesses pessoais do extensionista em segundo plano. (Simon, 1996).

Participar no desenvolvimento do país, por meio da continua elevação da produtividade do trabalho do homem do campo, é considerado como um dos mais fortes objetivos da extensão rural de Santa Catarina.

Segundo Olinger, (1996), em seu livro, *Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil*, o desenvolvimento é entendido como um estado de espírito resultante de fatos concretos. É a sensação de bem-estar de cada pessoa, manifestada pela certeza de que é capaz de satisfazer determinadas

aspirações por meio da ação individual ou coletiva. O fator humano é a limitante número um do processo de desenvolvimento socio-econômico, e o progresso tecnológico é o fator mais importante no aumento da produtividade no trabalho humano. Entende-se a produtividade sob o conceito de que, além dos fatores técnicos e econômicos que influenciam no seu maior ou menor índice, é considerado, também, o fator social. Sendo assim, a ação do homem, visando ao aumento de sua capacidade produtiva, da renda e do seu bem-estar.

O serviço de extensão não é capaz de solucionar todos os problemas que atrasam ou impedem o desenvolvimento rural. Porém um bom serviço de extensão é o instrumento mais eficaz, no conjunto de instrumentos necessários ao desenvolvimento rural. Pois, segundo o provérbio chinês, “*A extensão rural não dá o peixe, ensina a pescar*”. (Baretta, 2000).

Para que este processo seja eficaz, ele depende do tempo que o agente permanece junto ao agricultor ou às comunidades e, também, da capacitação desse agente.

“Um bom agente de extensão não só difunde inovações úteis colhidas nos centros de pesquisa, nas universidades, nas literaturas, mas, também, aquelas obtidas dos próprios agricultores, tratando-se portanto de um processo interativo e participativo entre extensionista e produtor”. (Autor desconhecido).

Em 1980, a Embrapa publicou que estudos sobre políticas científicas demonstraram que o setor agrícola dos países subdesenvolvidos estavam atrasados em relação aos países ricos devido à escassez de produção de tecnologia, ao desperdício do pouco conhecimento produzido e à falta de políticas bem definidas. É uma verdade, à qual acrescentaríamos: no que tange às responsabilidades da pesquisa, contata-se, realmente muita tecnologia nos estabelecimentos oficiais de Pesquisa, mas pouca produção de técnicas ou conhecimentos utilizáveis, na prática, pelos agricultores; quanto à transferência de técnicas, de responsabilidade da extensão, as maiores deficiências ainda se

concentram na falta ou no mau emprego de métodos educativos e na precariedade dos conhecimentos técnicos dos extensionistas, decorrentes da qualificação do ensino que receberam nos centros de ensino profissionais e da escassa disponibilidade de técnicas que propiciem resultados econômicos seguros para os agricultores.

Hoje, fala-se muito que a extensão rural, principalmente no setor público, enfrenta várias dificuldades, tanto na área de recursos, como na eficiência dos profissionais que atuam e desenvolvem as atividades, principalmente na área rural. Sabe-se no entanto que as dificuldades no setor financeiro é real, pois hoje não existe ainda uma política que incentive o desenvolvimento desse setor que para a agricultura é de fundamental importância, por isso profissionais competentes que atuam nesta área muitas vezes são barrados por estes problemas. (Baretta, 2000).

Grande parte dos problemas da extensão rural podem ser solucionados com o aumento de profissionais, porém profissionais altamente qualificados e que estejam ao par da situação e dos problemas encontrados em suas regiões. Uma das formas encontradas para solucionar estes problemas foi a descentralização das empresas de extensão, criando-se os escritórios municipais da EPAGRI (Empresa responsável pela pesquisa e assistência técnica em Santa Catarina). Pois, o melhoramento do setor público de extensão rural poderá proporcionar uma melhoria significativa não só para o homem do campo, pois as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos também dependem da qualidade dos produtos produzidos pelo setor agropecuário, proporcionando também o desenvolvimento científico, tecnológico, e econômico do país.

#### 2.2.9 Assistência Técnica

A Assistência Técnica também é parte efetiva e integrante do processo educativo, principalmente ao se levar em consideração o ensino

profissionalizante.

Alguns serviços de prestação de assistência técnica se preocupam com a produção em si, e com os aspectos de transferência de tecnologia; outros cuidam, além disto, da educação prática do produtor.

Em razão disto, provavelmente, ainda persistem algumas dúvidas quanto à conceituação de Assistência Técnica.

A Assistência Técnica é o processo desenvolvido pelo técnico destinado a incorporar novos conhecimentos para aumentar a produção e os ingressos do produtor, objetivando dar condições ao usuário de adotar e utilizar técnicas recomendadas para o êxito do seu empreendimento. (Bicca, 1992).

Admite-se que todos os produtores necessitem de assistência técnica ou de assessoramento eventual ou permanente, além de certas condições estabelecidas pela política agrícola, para orientarem suas produções, de forma a atender a seus próprios interesses e aos interesses da coletividade. A prestação de assistência técnica ao produtor rural, mediante aos instrumentos da política agrícola, em especial dos serviços técnicos disponíveis, está a cargo dos órgãos do setor público agrícola e da rede privada mantida pelas entidades relacionadas com a agropecuária. (Baretta, 2000).

A Assistência Técnica tem como vantagem resolver os problemas técnicos de forma imediata e seus resultados podem ser observados a curto prazo. Mas possuem desvantagens, pois este serviço beneficia a um número reduzido e privilegiado de produtores pois, quando a assistência técnica é permanente, cria-se uma dependência tecnológica e administrativa do profissional. (Bicca, 1992).

O desempenho das atividades e atribuições de um técnico, com agricultores e pecuaristas diretamente nas propriedades, rurais, abrange

principalmente: elaboração de estudos, de planejamento e de projetos; direção, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos. Podem abranger, além de outras, avaliações, análises, vistorias, perícias, pareceres e divulgações técnicas, consultorias e orientações no emprego de técnicas e insumos.

#### 2.2.10 Evolução histórica da Educação no Estado do Paraná

Requer aqui fazer uma distinção da história da educação no Estado do Paraná, em virtude de sua importância no contexto, decorrente do número de instituições educacionais ligadas ao ensino profissionalizante; também, destaca-se em função de ter sido desenvolvido um trabalho pioneiro na região Sul do Brasil, com a implantação das Casas Familiares Rurais e os Centros de Educação Federação de Educação Tecnológica distribuídos pelo Estado, perdurando até hoje.

Com uma superfície total de 199.554 Km<sup>2</sup>, dos quais 494 Km<sup>2</sup> são águas internas, o Estado do Paraná, localizado na região sul do país, limita-se ao sul com o Estado de Santa Catarina; ao norte, com o Estado de São Paulo; a noroeste, com o Estado de Mato Grosso; a leste, com o Oceano Atlântico e a sudeste, com Argentina e Paraguai, numa extensão de 293 km e 208 km, respectivamente. (Baretta, 2000).

A divisão político-administrativa do Estado do Paraná é atualmente de 399 municípios com uma densidade Demográfica e de aproximadamente de 43,62%, com uma participação no PIB de 6,0%, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,827, dados do ano de 91, com um índice de analfabetismo de 14,39%, numa população de 8.712.805 habitantes, sendo destes 73,36% da área urbana, e uma mortalidade infantil de 29,8% aproximadamente. (Baretta, 2000).

O Paraná tradicional teve, como iniciadores do seu preparo intelectual, os jesuítas do colégio de Paranaguá. Esses, entretanto, não tiveram tempo para

consolidar sua obra educativa em terras paranaenses. Depois de sua expulsão, apenas classes isoladas, de ensino das primeiras letras, existiam, e foi, principalmente, no litoral que alguns primeiros professores exerceram o seu magistério.

O Liceu Paranaense, criado em 1846 pela Província de São Paulo, na cidade de Curitiba, e que ministraria ensino de nível secundário, teve porém, vicissitudes que, por algum tempo, impediram o seu regular funcionamento. Ensino superior não chegaria, também a haver no Paraná do Século XIX.

Alguns filhos de comerciantes do litoral, de abastados fazendeiros dos Campos Gerais, ou de estrangeiros radicados no Paraná e portadores de nível cultural mais elevado, é que procurariam, no decorrer do século, São Paulo, Recife ou a Corte para a realização de estudos avançados, maior parte das vezes de Direito apenas.

Na época do Paraná província, existiam poucas escolas públicas. Elas dividiam-se em escolas de primeira ordem, para o sexo masculino, que ensinavam leitura, caligrafia, gramática, religião, noções de geometria, teoria e prática de aritmética e sistema de pesos e medidas do Império. O sexo feminino aprendia as mesmas matérias, menos a gramática, mas incluindo-se os trabalhos de agulhas. (Baretta, 2000).

Havia também as escolas de Segunda ordem, onde os meninos aprendiam noções de história e geografia, além de noções de ciências físicas aplicadas às necessidades da vida. As crianças pobres recebiam doações de papel, penas, tinta e livros. Os livros, antes de serem usados nas escolas, tinham que ser aprovados pelo Inspetor Geral da Educação. (Baretta, 2000).

Na Segunda década do século, o Paraná foi um dos estados pioneiros na difusão de idéias de uma educação nova, moderna, que preparasse para a vida e cujo centro fosse a criança. Essas idéias propunham a adoção do método

intuitivo, fundado no conhecimento direto das coisas e ensinavam o professor a organizar museus escolares, com plantas e animais da região e, em 1922, cria-se o Instituto de Educação para a formação de professores. Na década de quarenta foi criada a Secretária de Educação. (Baretta, 2000).

A criação da Universidade Federal do Paraná, em 1912, teve precursores que, contudo não conseguiram realizá-la principalmente pela imprecisão da idéia universitária. O historiador paranaense Rocha Pombo, pela lei nº 93 do Congresso Legislativo Estadual, teve autorizada uma “concessão” para o estabelecimento de uma universidade em Curitiba, confundidos porém os seus objetivos com aqueles do ensino médio. Chegou a ser lançada, no mesmo ano, a pedra fundamental dessa universidade, no Campo da Cruz, mas nada mais foi adiante. (Baretta, 2000).

Contudo o que se observa, mesmo com a introdução de novos mecanismos de ensino e novas práticas pedagógicas adotadas nas escolas, oriundas de pessoas que querem uma mudança mais radical na educação, existe muito a avançar na formação dos cidadãos, mesmo porque as mudanças ocorrem muito vagarosamente, encontrando resistências dentro do próprio magistério que não acompanha esta nova visão de formação dos alunos. (Baretta, 2000).

## 2.2.11 O modelo de ensino através da Casa Familiar Rural

### 2.2.11.1 Antecedentes históricos

Em 1935, Jean Peyrat, um humilde camponês de uma pequena aldeia do sudoeste da França, mas que tinha uma consciência de que mesmo para ser um simples camponês era preciso ter um certo nível de formação, começou a se preocupar com seu filho que não queria mais continuar os estudos e tencionava continuar trabalhando na agricultura com seu pai. Jean Peyrat estudou todas as possibilidades que a região lhe oferecia e chegou à conclusão de que nada

existia que se pudesse adaptar aos filhos dos agricultores que queriam continuar na terra. (Baretta, 2000).

"É indiscutível que o grau de desenvolvimento econômico de um país depende em grande parte dos recursos disponíveis, mas especialmente do nível e das características da formação de seus homens ". (Peyrat apud Baretta, 2000).

Diante disso, Jean Peyrat levou o assunto ao pároco da aldeia, o Padre Granereau, que fazia parte de um organismo sindical. Os dois pensaram então, num tipo de formação, que desse condições aos jovens de uma aprendizagem prática na exploração familiar e que recebesse ao mesmo tempo uma formação geral e técnica.

O padre propôs, então, que se pusesse em prática essa formação e encontraram três famílias de agricultores interessados. Decidiu-se que os jovens seriam inscritos no curso de formação agrícola, reunir-se-iam na canônica uma semana por mês, de novembro a abril. Assim, nascia a estrutura pedagógica da Casa Familiar Rural - a Alternância.

Iniciaram, em 24 de novembro de 1935, com quatro rapazes entre 13 e 14 anos de idade. No decorrer de 1935/36 esses jovens mostraram-se muito empenhados, como também suas famílias e a comunidade local. De 1936/37 a experiência prosseguia com 17 jovens e foi criada uma cooperativa de produção, transformação e venda de produtos agrícolas. Em 1937, com mais de 30 jovens em formação, eles se reuniram, em 25 de julho, desse mesmo ano, compraram uma casa no centro da província para nela funcionar a Casa Familiar Rural. Seu primeiro presidente foi Jean Peyrat. Nessa época, contrataram um técnico por sua conta e ele deveria orientar e ensinar os jovens na C.F.R, e aconselhar os pais, no seu tempo livre. Nascia, assim, através desta comunidade de modestos produtores, um novo sistema de cooperação familiar em torno de seus problemas e no desenvolvimento da região. Pode-se até dizer que seria o marco da extensão

rural. (Baretta, 2000).

Hoje na França, já existem 497 Casas Familiares Rurais em funcionamento, e mais 16 países no mundo já têm esse projeto em funcionamento. No Brasil, data de 1968 as primeiras tentativas e há poucos anos se instalou uma Casa Familiar Rural no interior do Estado de Pernambuco, em Riacho das Almas. Naquela região, os agricultores levados à miséria pelos longos meses de seca, começaram a se dedicar à fabricação de artesanato com a matéria-prima cana, palha, couro e madeira. Eles enfrentavam problemas de quantidade de fabricação e venda muito intermediada. Com base nisso, a Casa Familiar surgiu e ajudou na melhoria da qualidade dos produtores para venderem em conjunto diretamente nos centros de consumo, conseguindo, desta maneira, preços quatro vezes superiores. (Baretta, 2000).

Através do tempo a escola passou por diversas mudanças. Da escola tradicional até a progressista, muitas promessas de revolucionar o ensino foram feitas. Mas hoje, ainda se discute propostas de transformações para a escola, não se podendo afirmar que os métodos de ensino, utilizados atualmente sejam os mais eficazes meios de construção do conhecimento.

O caminho da produção do conhecimento, preocupação essencial na modernidade, tem encontrado suporte em metodologias que se proponham a ultrapassar a reprodução, a repetição e a cópia nos meios acadêmicos. Como proposta para construir novas metodologias, a proposta do "aprender a aprender", desenvolvida por Pedro Demo, pode ser o primeiro grande passo para mudanças, uma vez que o foco central nesta metodologia aponta para a autonomia produtiva de professores e alunos na construção do conhecimento.

Ao aliar teoria e prática, torna-se necessário superar a fragmentação do ensino. Também não se pode desprezar ou desconsiderar o conhecimento empírico que o educando traz consigo ao chegar na sala de aula; é preciso integrar a vivência e a realidade do aluno com as práticas desenvolvidas na

escola. É preciso buscar a interdisciplinaridade, a fim de superar a dicotomia entre os conteúdos e a forma pedagógica do ensino atual. (Baretta, 2000).

O conhecimento da realidade aliado ao conhecimento científico possibilita aos alunos vivenciar um nova dimensão dentro das relações humanas, sobretudo orientando o aluno para o espírito de cidadania, a reconhecer os valores implícitos nas atitudes e processos que, muitas vezes, passam despercebidos.

#### 2.2.11.2 As implicações da Pedagogia da Alternância

As Casas Familiares Rurais tiveram origem na França em 1935, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, que propuseram uma formação profissional com uma educação humana para seus filhos. Nascia a Casa Familiar Rural com a estrutura da Pedagogia da Alternância. (Baretta, 2000).

Hoje, as Casas Familiares Rurais expandiram-se para os cinco continentes em trinta países com a mesma concepção, responsabilidade e entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de proporcionar o crescimento global do meio.

Segundo algumas concepções, há afirmações como: o meio rural tradicional é visto como um meio de vida simples, num local agradável, com ar puro em que o agricultor pode fazer o que quiser; o economista acha que o agricultor não é muito dinâmico em relação ao modo de circulação dos bens e produções; o sociólogo expressa que, em anos passados, os agricultores produziam unicamente para a subsistência.

Antigamente, a importância do meio rural era grande, o desenvolvimento técnico e das cidades criaram uma nova civilização, uma nova organização das cidades modificou as relações com o meio rural: as organizações econômicas, o fluxo de compras e vendas para a organização cultural - o urbano

em letrado e o rural era iletrado. Pode-se considerar que, nas proximidades das cidades, as áreas rurais têm mais formação e se moderniza mais rapidamente do que a agricultura mais distante desses centros. (Baretta, 2000).

O agricultor ficou fora da primeira revolução industrial - máquinas a vapor, etc., porém, foi mais envolvido na segunda revolução, utilizando-se de motor a explosão, energia elétrica, indústria química, tratores, adubos, agrotóxicos.

O progresso, as inovações foram grandes nestes últimos anos, a mecanização liberou as pessoas dos trabalhos pesados para trabalhar nas indústrias, por outro lado, porém, desempregou um contingente enorme de pessoas tanto na indústria, como na agricultura. Nos últimos cinquenta anos aconteceu uma mudança na distribuição da população nos diversos países. Há alguns anos cinquenta por cento da população concentrava-se na zona rural, no momento, têm-se 20 ou 40 por cento no meio rural e oitenta ou sessenta por cento nas cidades. (Baretta, 2000).

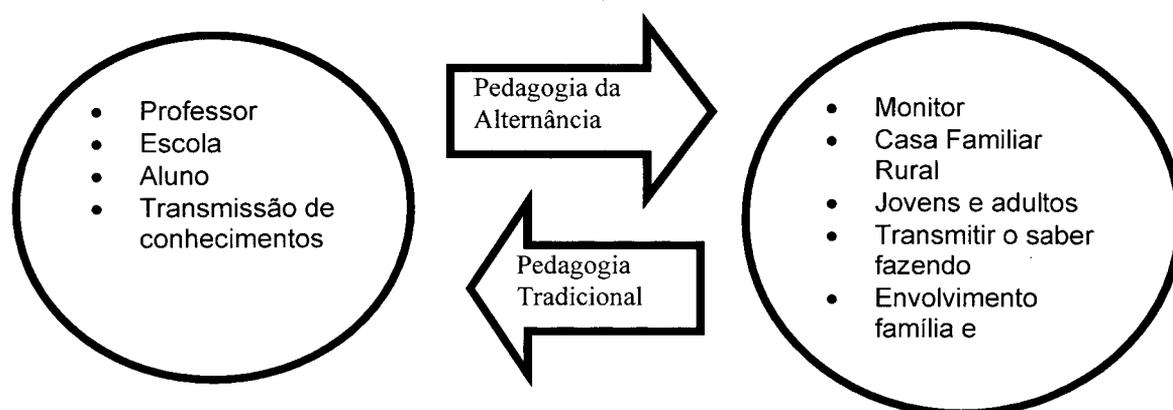
No meio rural, a evolução tecnológica é irregular, em função principalmente das diferenças existentes como: história das famílias – migração, e capital disponível - área de propriedade.

### 2.2.11.3 Trajetória histórica da implantação de Casas Familiares Rurais Familiar na região Sudoeste do Paraná

O processo de implantação de Casas Familiares Rurais iniciou, em 3 de dezembro de 1987, nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste com a discussão dos produtores e autoridades. Em fevereiro de 1989, começou o primeiro grupo de jovens na C.F.R. de Barracão e, no ano seguinte, em março de 1990, a primeira turma de Santo Antônio do Sudoeste.

As Casas Familiares Rurais – CFR surgiram pela necessidade de dinamizar o meio agrícola através da formação dos jovens e da viabilização da atividade agropecuária naquele meio. É uma instituição educativa de ensino informal, regida por uma associação de produtores através de um conselho eleito por assembléias. Trabalha com um método de educação adaptado ao jovem do meio rural, tendo como pontos principais a família e sua realidade aplicando a pedagogia de alternância. (Baretta, 2000).

Figura 1 - Principais componentes e fatores que diferenciam a Educação Formal e Pedagogia da Alternância.



Fonte: O pesquisador.

Pedagogia de alternância é a forma de vinculação do conhecimento teórico ao prático, com suscetivas alternâncias entre C.F.R. e suas propriedades.

Com uma semana, na Casa Familiar Rural, o jovem é orientado no sentido de refletir sobre os diferentes momentos de sua vida, receber suporte técnico, científico e humano, promover o aproveitamento das experiências da vida, compartilhar suas experiências com os colegas e monitores.

Em duas semanas, com sua família - em sua propriedade o jovem trabalhará no sentido de buscar a descrição de suas experiências de vida junto à família/comunidade, analisando suas realidades; diálogo e reflexão com a família;

aplicação prática dos conhecimentos recebidos, no período em que ficou durante a semana na CFR.

O plano geral de formação é composto de planos de estudos, relacionados com suas atividades agropecuárias, sociais, educação geral e outros, mas que sejam de interesse das famílias. Cada plano de estudo tem incluído as disciplinas do ensino regular na forma de suas necessidades de conhecimento. Cada plano de estudo é dividido em etapas que são ministradas de forma a coincidir com a época de sua realização prática na propriedade. (Baretta, 2000).

Portanto, este modelo de educação rural vem contribuindo com a fixação do jovem no campo e consegue educar ao mesmo duas gerações – os pais e os filhos – através das atividades de alternância.

## 2.2.12 O Ensino agrícola no Estado de Santa Catarina

### 2.2.12.1 História e organização

O ensino agrícola em Santa Catarina teve início em 1958, com a criação da Escola Agrícola Caetano Costa, no município de Lages. No entanto, o primeiro Colégio que formou Técnicos Agrícolas no Estado foi de Camburiú, tendo a primeira turma colado grau no ano de 1967. Estava em vigor a Lei nº 4.024, de 20/12/1961, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em decorrência desta Lei, as antigas escolas de iniciação agrícola e escolas agrícolas foram agrupadas sob a denominação de ginásios, ministrando as quatro séries do primeiro ciclo - ginásial, mantendo a expedição do certificado de Mestre Agrícola. As Escolas Agrotécnicas passaram a denominar-se colégios agrícolas, ministrando as três séries do segundo ciclo – colegial, conferindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura. (Baretta, 2000).

Embora tenha formado a primeira turma de Técnicos Agrícolas apenas em 1967, o Colégio Agrícola de Camburiú teve seu ato de criação em 1953, implantando o seu Ginásio Agrícola em 1962. A demora na instalação dos cursos traduzia as dificuldades de obtenção de verbas, normalmente dependentes do caixa da União, para um tipo de escola que exigia investimentos bem maiores do que aplicados no ensino convencional. Até 1967, todos os estabelecimentos de ensino agrícola estavam subordinados à SEAV, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, quando então foram transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, ficando ligados à Diretoria do Ensino Agrícola (DEA). Em Santa Catarina, devido á falta de recursos do MEC, somente a Escola de Concórdia ficou ligada diretamente a este órgão, passando os Colégios Agrícolas de Camburiú e Araquari a pertencer à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e os de Lages e Canoinhas à UDESC. Nos período de atuação do DEA, houve implantação da metodologia do sistema Escola-Fazenda<sup>20</sup>, que propugnava basear o ensino no princípio “aprender a fazer, fazendo”. (Sehnm in Baretta, 2000).

O sistema escola-fazenda originou-se no Brasil no Colégio Estadual de Presidente Prudente (SP), no ano de 1961, sob a liderança do Engenheiro agrônomo Shigeo Mizoguchi. Consta de quatro áreas que devem funcionar interligadas entre si: Salas de Aula, Laboratórios de Prática de Produção (LPP), Programa Agrícola Orientado (PAO) e Cooperativa Escolar (CE). Nas Salas de Aula são ministradas as aulas teóricas de cultura geral e técnica; nos LLP funcionam as unidades didáticas que constituem a “Escola-Modelo” da Escola, onde os alunos exercitam as técnicas voltadas ao empreendimento agropecuário e obtêm resultados econômicos que são revertidos para manutenção do estabelecimento. Nos PAO, os alunos desenvolvem projetos em grupos, tendo

---

<sup>20</sup> A Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI, foi extinta em 21 de novembro de 1986, pela emissão do decreto nº 93.613 do mesmo ano. Ela tinha a missão de gerenciar toda a rede de educação agrícola de nível médio no Brasil. Através dela foi implantada uma metodologia do sistema **escola-fazenda**. Também introduziu a cobrança sistemática sobre as escolas agrícolas de primar pela boa qualidade dos cursos, introdução de técnicas cada vez mais apuradas e ensinar a estimulação dos alunos com relação á visão sócio-política. Assim, quando já na condição de profissionais, teriam pelas condições de atuarem em favor da nova concepção para o ambiente rural. Os egressos de escolas agrícolas devem possuir discernimento e postura política para acrescentar aos seus conhecimentos aos daqueles que lutam para equacionar os diversos e diferenciados problemas das comunidades rurais.

responsabilidade plena na sua instalação e condução, sendo os resultados revertidos aos projetistas através do rateio dos lucros. (Sehnem in Baretta, 2000).

Na Cooperativa Escolar são realizadas as operações de organização da produção, controle das operações agropecuárias e comercialização de seus resultados, envolvendo os alunos com estratégias administrativas baseadas no associativismo. Este modelo de ensino encontrou na rotina do internato existente na maior parte das escolas agrícola, o suporte para o funcionamento de suas atividades durante o ano todo, inclusive em períodos de férias escolares. O internato, de convívio escolar diuturno, exige dos colégios a manutenção de alojamentos, salas de estudo, refeitório, lavanderia, ambientes de esporte e lazer e toda a estrutura de pessoas de apoio.

A metodologia do “aprender a fazer, fazendo”, adotada nas Escolas Agrícolas fundamenta-se no princípio de que através da teoria aplicada na prática, o sujeito - aluno comprova a eficiência de determinados conteúdos ministrados no curso, e de que o “aprender a fazer, fazendo” deixa de ser algo subjetivo, passando assim para o real, onde a fixação torna-se mais produtiva.

Como evento marcante, que integra a história recente do Ensino Agrícola Catarinense, aconteceu, em Florianópolis, em julho de 1995, o 1º Encontro Estadual das Escolas Agrícolas. O Encontro foi promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento de Economia, em conjunto com o Conselho Estadual de Ensino Agrícola. Buscou basicamente uma ampla mobilização política em prol da consolidação e fortalecimento da rede estadual de ensino agrícola. (Sehnem, 199?).

#### 2.2.12.2 Difusão do Ensino Agrícola no Oeste Catarinense

A região Oeste de Santa Catarina ocupa uma área de 25,3 mil Km<sup>2</sup>,

estendendo-se, desde o Planalto catarinense, até a fronteira com a Argentina, tendo sua colonização intensificada a partir de 1940, momento em que iniciou o estabelecimento de empresas agro-industriais.

A competitividade regional tem sido construída a partir da interação da produção agrícola familiar que caracteriza-se pelo trabalho familiar, pela diversificação agrícola, com a predominância da renda advinda da agricultura, alicerçada nos recursos naturais: solo, florestas e água. A madeira foi extraída para venda, construções e móveis e a fertilidade natural do solo propiciou condições competitivas à produção de milho, feijão, trigo, soja, entre outros.

A atuação conjunta dos setores público e privado também tem contribuído decisivamente para o crescimento da economia regional. O primeiro, através de linhas especiais de financiamento e de serviços de pesquisa, assistência técnica e ações de apoio ao desenvolvimento, como a construção da infra-estrutura viária. O segundo, através de investimentos, organiza o processo industrial e a conquista de mercados.

A dinâmica sócio-econômica da região Oeste Catarinense não pode ser compreendida sem a necessária contextualização da sua relação com o desenvolvimento macroeconômico brasileiro e, em especial, da Região Sul. Até o início do presente século, a região era ocupada, em sua maioria, por índios e caboclos, que não tinham a propriedade da terra e praticavam uma agricultura com pouca integração com a economia nacional. Esta integração deu-se pela expansão econômica via processo de colonização, iniciado no presente século e intensificado a partir da década de 20 e que se estendeu até a década de 60, quando esgotou-se a ocupação da fronteira de colonização agrícola no Oeste. (Baretta, 2000).

A modernização da agricultura foi constituída no âmbito do Estado brasileiro, especialmente a partir do final dos anos 60, passou a se expandir às diversas regiões do país, chegando também ao Estado de Santa Catarina. Nesta,

encontrou um conjunto de características que potencializaram a modernização como: a existência de uma produção familiar dinâmica já articulada, mesmo que informalmente, ao processo de agroindustrialização, especialmente na atividade suinícola; um parque agroindustrial em expansão, concentrado nas atividades de produção e industrialização de matérias-primas agrícolas. Neste parque, destacou-se a existência de um conjunto de agentes agroindustriais com enorme capacidade de empreendimento que, com o passar do tempo, transformaram-se em empresas líderes do setor<sup>21</sup> e um serviço público de assistência técnica e extensão rural executado pela ACARESC, preparada para atuar em todo o Estado. (Baretta, 2000).

Posteriormente, em meados dos anos 70, constituem-se a EMPASC<sup>22</sup>, e CNPSA<sup>23</sup> da EMBRAPA, dando suporte à necessidade de fixação e adaptação da tecnologia agropecuária.

### 2.2.12.3 O Ensino Rural no município de São Miguel do Oeste

O ano de 1987 e os seguintes foram marcados por algumas medidas governamentais em nível estadual, na área da educação, que fazia parte do plano o então governo de trazer para a escola o maior número possível de crianças em idade escolar, que não estavam estudando, grande parte do quais residia no meio rural. A campanha de matrícula e transporte escolar foram dessas medidas as mais fortes em termos de mobilização das escolas, órgãos regionais e locais de ensino e prefeitura (Baretta, 2000).

O município de São Miguel do Oeste (SC), na ocasião administrado por prefeito do partido do governo estadual, foi um dos municípios com grande engajamento nas ações governamentais. Como a oferta de ensino fundamental completo no meio rural fora um dos compromissos de campanha do prefeito, confluíram com facilidade as intenções dos governos estadual e municipal em

---

<sup>21</sup> Sadia, Perdigão, Seara Industrial, Grupo Chapecó e Coopercentral/Aurora.

<sup>22</sup> Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A

<sup>23</sup> Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves

criar alternativas para que os jovens e crianças com afinidades para o setor agrícola, base da economia do município, permanecessem estudando no próprio município. Foram criadas duas escolas agrícolas para funcionar como 1º grau; onde uma delas não passou da construção e nunca entrou em funcionamento. Ela situa-se hoje no atual município de Bandeirantes, na época distrito de São Miguel do Oeste. Com uma área de terra de aproximadamente 363 mil metros quadrados, atualmente atende nucleação do ensino fundamental, sem vínculo curricular com o objetivo de sua implantação. A outra, entrando em funcionamento em 1988 – Escola Agrícola Getúlio Vargas, depois passando a denominar-se Colégio Agrícola Getúlio Vargas e, atualmente, CEDUP – GV, Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas, está privilegiadamente situada em Linha Cruzinhas, na divisa dos municípios de Descanso e São Miguel do Oeste; de acesso fácil, pois está às margens de rodovia asfáltica e próxima do Centro de Treinamento da Epagri e Terminal Regional de Calcário (Baretta, 2000).

Para atender a clientela de jovens que por motivos alheios não estudaram ou concluíram o 1º grau na idade escolar e que pretendiam estudar, mas que por necessidade de mão-de-obra na propriedade rural ficavam impossibilitados de freqüentar uma escola voltada ao ensino agropecuário com período integral é que se criou o PERASMO – Projeto de Educação Rural de São Miguel do Oeste, através da prefeitura municipal de São Miguel do Oeste.

A experiência pedagógica seria implantada gradativamente de 5ª a 8ª série, atendendo a 350 jovens em 14 núcleos, distribuídos em 14 comunidades do interior do município de São Miguel do Oeste, onde os professores deslocavam-se três vezes por semana até os núcleos nas comunidades.

A preocupação existente residia não só em resgatar a defasagem de escolaridade mas, principalmente, em recorrer a conteúdos e estratégias, que levavam o habitante rural a saber da importância da atividade deste reconhecimento e valorização pela sociedade (Segundo relatório arquivado no

PERASMO). (Baretta, 2000).

O convênio que estabelecia acordos, entre a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e a Secretaria Estadual de Educação, perdurou até 1991, sendo revogado posteriormente ficando somente com o da instituição mantenedora, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Em 1997, por Decreto do poder público, foi extinto o PERASMO. Atualmente o município não mantém algum tipo de ensino de 1º grau com pré-qualificação em agropecuária.

## **2.3 Realidade Conjuntural**

### **2.3.1 A globalização: suas influências no mundo dos “business”**

A globalização é o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa "aldeia-global", explorada pelas grandes corporações internacionais. Os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e se abrem ao comércio e ao capital internacional. Esse processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação - telefones, computadores e televisão. (Baretta, 2000).

As fontes de informação também se uniformizam devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da Internet. Isso faz com que os desdobramentos da globalização ultrapassem os limites da economia e comecem a provocar uma certa homogeneização cultural entre os países.

A globalização é marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais. A cadeia de “fast food McDonald's”, por exemplo, possui 18 mil restaurantes em 91 países. Essas corporações exercem um papel

decisivo na economia mundial.

Segundo pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo, em 1994 as maiores empresas do mundo - Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell - obtêm um faturamento de 1,4 trilhão de dólares. Esse valor equivale à soma dos PIBs do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Nova Zelândia.

Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos - que possuem altos salários e inúmeros benefícios - para as nações industriais emergentes, com os Tigres Asiáticos. Outro ponto importante desse processo são as mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as transnacionais instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas. O resultado desse processo é que, atualmente, grande parte dos produtos não tem mais uma nacionalidade definida. Um automóvel de marca norte-americana pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na Alemanha, montado no Brasil e vendido no Canadá.

A rápida evolução e a popularização das tecnologias da informação - computadores, telefones e televisão - têm sido fundamentais para agilizar o comércio e as transações financeiras entre os países. Em 1960, um cabo de telefone intercontinental conseguia transmitir 138 conversas ao mesmo tempo. Atualmente, com a invenção dos cabos de fibra óptica, o número sobe para 1,5 milhão. Uma ligação telefônica internacional de 3 minutos, que custava cerca de 200 US\$ em 1930, hoje em dia é feita por US\$ 2. (Baretta, 2000).

O número de usuários da Internet, rede mundial de computadores, é de cerca de 50 milhões e tende a duplicar a cada ano, o que faz dela o meio de comunicação que mais cresce no mundo. E o maior uso dos satélites de

comunicação permite que alguns canais de televisão - como as redes de notícias CNN, BBC e MTV - sejam transmitidas instantaneamente para diversos países. Tudo isso permite uma integração mundial sem precedentes. (Dias, 1989).

A crescente concorrência internacional tem obrigado as empresas a cortar custos, com o objetivo de obter preços menores e qualidade alta para os seus produtos. Nessa reestruturação estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural. Uma das causas desse desemprego é a automação de vários setores, em substituição à mão-de-obra humana.

#### 2.3.1.1 A globalização e as mudanças na forma de emprego

O fim de milhares de empregos, no entanto, é acompanhado pela criação de outros pontos de trabalho. Novas oportunidades surgem, por exemplo, na área de informática, com o surgimento de um novo tipo de empresa, as de "inteligência intensiva", que se diferenciam das indústrias de capital ou mão-de-obra intensivas.

Mas a previsão é de que esse novo mercado de trabalho dificilmente absorverá os excluídos, uma vez que os empregos emergentes exigem um alto grau de qualificação profissional. Dessa forma, o desemprego tende a se concentrar nas camadas menos favorecidas, com baixa instrução escolar e pouca qualificação.

#### 2.3.2 Os blocos econômicos e os mercados organizados

São associações de países, em geral de uma mesma região geográfica, que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional. Um dos aspectos mais importantes na formação dos mesmos é a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio. Os blocos

aumentam a interdependência das economias dos países membros. Uma crise no México, como a de 1994, afeta os EUA e o Canadá - os outros países-membros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

O primeiro bloco econômico aparece na Europa, com a criação, em 1957, da Comunidade Econômica Européia (embrião da atual União Européia). Mas a tendência de regionalização da economia só é fortalecida nos anos 90: o desaparecimento dos dois grandes blocos da Guerra Fria, liderados por EUA e URSS, estimula a formação de zonas independentes de livre comércio, um dos processos de globalização.

Atualmente, os mais importantes são: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a União Européia (UE), o Mercado Comum do Sul (*Mercosul*), a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) e, em menor grau, o Pacto Andino, a Comunidade do Caribe e Mercado Comum (Caricom), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC). (Dias, 1989).

No plano mundial, as relações comerciais são reguladas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que substitui o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), criado em 1947. A organização vem promovendo o aumento no volume de comércio internacional por meio da redução geral de barreiras alfandegárias. Tal movimento, no entanto, é acompanhado pelo fortalecimento dos blocos econômicos, os quais buscam manter maiores privilégios aos países-membros.

Tabela 1 - Principais Blocos Econômicos

Blocos	Integrantes	PIB total (milhões de US\$)	População total (milhões de hab.)	PIB per capita (em US\$)	Data de criação
Apec	17 países 1 território	14.119.450	2.217,00	6.368,72	1989
Asean	7 países	541.075	429,00	1.261,25	1967
Caricom	12 países 3 territórios	16.135*	5,82	2.772,34	1973
CEI	12 países	550.989,00	285,00	1.933,29	1991
Mercosul	4 países	859.874	207,70	4.139,98	1991
Nafta	3 países	7.568,082	391,10	19.356,76	1988
Pacto Andino	5 países	197.662,00	101,50	1.947,41	1969
SADC	11 países	145.950,00	137,20	1.063,78	1979
União Européia	15 países	7.324.381,00	372,40	19.668,05	1957

\* Excluídas as ilhas Virgens Britânicas e as ilhas Turks e Caicos.

Fonte: o pesquisador.

O *International Institute for Management Development*, IMD, fez uma pesquisa dos países mais abertos comercialmente, usando como critério os impostos e as barreiras não tarifárias dos mesmos. Neste "ranking" os EUA, cujas importações correspondem a 12% de seu PIB, estão em 29º lugar o Brasil, cujas importações correspondem a 8% do seu PIB, está em 35º. Esta "igualdade" é importante quando se quer formar um bloco comercial, pois os dois países (EUA e Brasil) são potenciais negociadores.

O verdadeiro interesse dos EUA em quebrar as barreiras não é mais os carros japoneses ou seu desemprego, e sim resolver o seu problema do déficit da balança comercial que em 1996 foi de 160 bilhões de dólares, sendo que suas exportações para outros continentes vem caindo e a solução encontrada foi de expandir estas importações para o próprio continente Americano, observando-se que as exportações para os países do Mercosul cresceram 160% de 1990 a 1995. (Correia, 1998).

O Mercosul vem se tornando muito atrativo para o mercado mundial já que países como a Holanda, Espanha, Alemanha, França, e Itália vêm fazendo muitas feiras comerciais com aqueles países. Na verdade, o que está interessando o mundo dos negócios é o poder aquisitivo do Mercosul, e seu

aumento de 3,5% ao ano.

### 2.3.2.1 O MERCOSUL

Na América, a Independência dos Estados Unidos, em 1776, servia de exemplo motivador às demais colônias, que queriam pôr fim ao pacto colonial. Para as elites coloniais da América Espanhola, era importante e necessário romper com a metrópole, a qual dificultava suas transações mercantis com os principais pólos do desenvolvimento econômico mundial, como a Inglaterra.

O principal líder da luta colonial contra a metrópole foi Simon Bolívar, que era venezuelano, desejava uma América independente, unida e republicana. Com o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos, libertou a Venezuela (1817), a Colômbia (1819) e o Equador (1821), marchando em direção ao Peru.

Em 1826, Bolívar realizou o Congresso do Panamá, defendendo a unidade da América Latina e a solidariedade continental, o que representou a primeira grande manifestação de pan-americanismo. Seu ideal de unidade, porém, não se realizou. Em 1830, quando morreu, com apenas 47 anos de idade, a América Espanhola achava-se independente do domínio espanhol, mas fragmentada em diversos estados republicanos.

Seguindo a tendência global de economia de bloco, lastreada no crescimento industrial, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, foi formada, em fevereiro de 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, nasceu do Tratado de Montevideu, o qual foi assinado por Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru. A ele aderiram, posteriormente, Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela. Objetivava a eliminação, até 1980, do maior número possível de restrições comerciais existentes entre os países membros. Vencido o prazo estimado, esta foi secundada pela Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, criada pelo Tratado de Montevideu, em 12.08.80. (Correia, 1998).

Este último tratado, que permanece inalterado até hoje, e em vigor, une Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, no desejo comum de promover um processo convergente, que conduza a um mercado comum regional. Sua finalidade é o comércio “intra-regional”, a promoção e regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, a complementação econômica e o estabelecimento de modo gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano.

Diversos problemas dificultaram que se atingisse a plena liberalização do comércio regional, particularmente dos reflexos negativos que a conjuntura recessiva dos anos de 1980 tiveram no continente, agravados pelo grave problema da dívida externa dos países de maior grau de desenvolvimento (Argentina, Brasil e México).

As relações comerciais, entre Brasil e Argentina já vinham desde a década de 70. Em julho de 1986, em Buenos Aires, foi firmada a Ata para a integração argentina - brasileira que instituiu o - PICE<sup>24</sup>. O objetivo do programa era o de proporcionar um espaço econômico comum, com a abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação econômica de setores específicos dos dois países.

Os resultados promissores das medidas, então tomadas, levaram à celebração, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelo qual os países expressaram o desejo de constituir, no prazo máximo de 10 anos, um espaço econômico comum, por meio da liberalização integral do intercâmbio recíproco, para o que se celebraram 24 protocolos específicos, em áreas como bens de capital trigo, produtos alimentícios, industrializados, etc.

Um novo e decisivo impulso foi dado com a assinatura, em 06 de julho de 1990, pelos presidentes Collor e Menem, da ata de Buenos Aires, que fixou a

---

<sup>24</sup> Programa de Integração e Cooperação Econômica.

data de 31 de dezembro de 1994 para a formação definitiva de um mercado comum entre os dois países. Em agosto do mesmo ano, com era de se esperar, Paraguai e Uruguai aderiram ao processo em curso, o que culminou na assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, para a constituição do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, ratificado em 17 de dezembro de 1994 pelo protocolo de Ouro Preto. (Correia, 1998).

Chile e Bolívia são os novos parceiros do MERCOSUL. A adesão desses países foi formalizada em 25 de junho de 1996, em encontro realizado na cidade de San Luís (Argentina), que reuniu os presidentes Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Carlos Menem (Argentina), Julio Sanginetti (Uruguai), Juan Carlos Wasmosy (Paraguai), Eduardo Frei (Chile) e Gonzalo Sanches de Lozada (Bolívia).

A evolução dos acontecimentos demonstra a maturidade da idéia de integração da América Latina. Por outro lado, a condução prudente do processo de integração sub-regional mostrou um modo eficaz de se conduzir a união econômica definitiva de todo o continente, iniciando-se por países próximos geográfica e historicamente, para expandir-se com a adesão de outros, na medida em que forem se consolidando os avanços programados.

#### 2.3.2.2 O que é o Mercosul?

Desde 1º de janeiro de 1995, Argentina, Brasil Paraguai e Uruguai, os países membros do Mercosul (Mercado Comum do Sul), passam a cobrar tarifas idênticas nas suas importações. A TEC (Tarifa Externa Comum) abrange 85% dos produtos negociados. Os 15% restantes terão um prazo maior de adaptação - variando de 2001 a 2006. (Correia, 1998).

Em 1995, estes países formaram uma união aduaneira com quase 190 milhões de consumidores potenciais e um PIB (Produto Interno Bruto) total de mais de meio trilhão de dólares e terão 12 anos para dar o passo seguinte:

construir um mercado comum e, ao mesmo tempo, conquistar a estabilidade econômica e superar o subdesenvolvimento social.

Ao contrário das experiências anteriores, desta vez a integração deixou os gabinetes e se consolidou com negócios. Mais de 300 empresas brasileiras estão investindo na Argentina e o comércio regional deu um salto de 34% ao ano desde 1990. O Mercosul pode mudar o mapa da América do Sul.

Tabela 2 – Dados gerais sobre os países do Mercosul

País	Nome oficial	Capital	Área em km <sup>2</sup>	População em milhões	Língua	Divisão Administrativa	Renda per capita (em US\$)	Moeda	Regime de governo
Argentina	República Argentina	Buenos Aires	2.766.889	33,1	Espanhol	22 províncias e 1 distrito território da Terra do Fogo	6.050	Peso Austral	Presidencial
Brasil	República Federativa do Brasil	Brasília	8.511.965	149,2	Português	26 estados e Distrito Federal	2.770	Real	Presidencial
Paraguai	República do Paraguai	Assunción	406.752	4,5	Espanhol e Guaraní	19 departamentos e 1 distrito federal	1.380	Guaraní	Presidencial
Uruguai	República Oriental do Uruguai	Montevideu	176.224	3,1	Espanhol	19 departamentos	3.340	Peso uruguaio	Presidencial

Fonte: o pesquisador.

A função da união entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - o Mercosul tem como objetivo melhorar as economias dos mesmos com uma aliança. Além de poderem contar com o apoio destes países o intercâmbio de produtos, culturas e raças esta sendo muito importante para suas independências, pois ainda são colônias de si mesmas. Apesar de todas as diferenças entre esses países, o Mercosul como a globalização, ele está em pleno vigor.

Quadro 1 - Quadro geral do Mercosul - Exportações e Importações do Brasil para o Mercosul (milhões de US\$)

País	Exportações	Importações
Argentina	2.700	1.900
Paraguai	649	180
Uruguai	479	316

Fonte: o pesquisador.

Quadro 2 - Índices Gerais da economia dos países do Mercosul

Índices	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Desemprego (% - mês)	9,3	4,5	2,1	9,4
Dívida externa (US\$ bi)	67,5	121,1	1,7	5,2
Inflação (% - mês)	0,3	2,47	0,9	3,5
PIB (US\$ bi)	200,2	426,3	0,9	1,3
Reservas internacionais (US\$ bi)	15,5	43,5	0,9	1,3

Fonte: o pesquisador.

### 2.3.2.3 Políticas ambientais globalizadas e seus efeitos

Nos últimos quinze anos, observaram-se algumas mudanças importantes no tratamento teórico e prático da questão agrária, em particular, quanto à organização da produção na agropecuária. Essas mudanças são, elas mesmas, produto de transformações substantivas no processo de reprodução da agropecuária, no âmbito das novas condições da economia de mercado, e parecem indicar algumas tendências do processo de superação das antigas formas produtivas, fundadas na exploração, pela cooperação produtiva, centrada na solidariedade do trabalho.

Aos poucos, diante da crescente falência das antigas (e algumas vezes, dogmáticas) interpretações das hipóteses – liberais e marxistas – acerca das tendências da organização e do desenvolvimento da agricultura, no âmbito da economia capitalista globalizada, em suas novas exigências de realização, buscaram-se a formulação de novas hipóteses e/ou a descoberta de “novas especificidades”, que dessem conta, teoricamente, da revolução porque passa o processo de produção agropecuária no estágio atual de desenvolvimento econômico. (Dias, 1989).

O fato é que a economia mundial está diante de uma nova revolução produtiva, global, que vem engendrando novas formas de organização e gestão, que muito pouco têm a ver com as das formas de reprodução do passado. Parecem transitar das formas de cooperação fundadas na exploração do trabalho para um novo tipo de cooperação produtiva, centrada; isso é, que abarca todo o conjunto das formações sociais capitalistas, tanto as desenvolvidas quanto as tardias – chamadas eufemisticamente, de “emergentes” ou subdesenvolvidas - subordinadas e marginalizadas. Uma revolução produtiva que anuncia novas formas de organização, tanto ao nível das firmas, quanto das iniciativas de interação, integração e articulação a mercados cada vez mais amplos e excludentes; estando, todo esse conjunto, limitado pela hegemonia e pela dominância do capital financeiro de viés especulativo.

A comercialização de produtos agrícolas tem se alterado significativamente na década de 1990. Além das mudanças tecnológicas e de hábitos de consumo, um importante indutor de mudanças tem sido o afastamento do governo do processo de comercialização, em decorrência da crise fiscal por que tem passado o estado brasileiro.

A política de preços mínimos ativos da década de 1980 trouxe sérios problemas para o governo, que se viu obrigado a gerenciar volumes enormes de estoques, e para os agentes de comercialização agrícola que não tinham regras claras pelas quais pudessem pautar suas decisões. Na década de 1990, buscou-se transferir ao setor privado grande parte das funções que eram exercidas pelo governo na década anterior.

Regras claras de compra e venda de estoques públicos, política menos ativa de preços mínimos e maior desregulamentação do comércio exterior vieram para permitir o aumento da participação da iniciativa privada nas atividades de comercialização. Também sob o ponto de vista institucional, novos mecanismos têm sido desenvolvidos, e antigos mecanismos têm sido aperfeiçoados e incentivados, para tornar efetivo e eficiente o gerenciamento do risco de preço e

permitir o financiamento da produção agrícola.

Dentre os instrumentos de comercialização que têm recebido maior atenção, muitos envolvem negociações em bolsas de futuros. Este assunto trata exatamente destas formas de comercialização, enfocando as características dos contratos negociados em bolsas de futuros e as formas como esses instrumentos podem ser utilizados, dentro de um programa de gerenciamento da comercialização agrícola.

### 2.3.3 Desenvolvimento rural e sustentabilidade

O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário da democratização do país como uma alternativa de intervenção, articulada de novos atores sociais e políticos, na reordenação da ação dos organismos públicos e até privados, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Imerso ao meio rural, não se pode deixar de lembrar a importância de programas que recaiam sobre o desenvolvimento rural sustentado.

O desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar de baixo para cima, com a participação efetiva dos atores sociais. No entanto, as dificuldades para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa ainda se constituem em uma grande barreira ao exercício da democracia neste país. As estratégias para que haja envolvimento dos atores sociais na elaboração e implementação do planejamento local têm que estar sintonizadas com as condições específicas da região considerada e, para isso, é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores, que significa mais que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns. (Baretta, 2000).

A agricultura brasileira dá grande contribuição social e econômica ao país, participando com 10,5% do Produto Interno Bruto - PIB, elevando-se para

35% se for considerado o “*agribusiness*”. Mantém no meio rural 24% da mão-de-obra ativa do país e, quando considerado o complexo agroindustrial e serviços, esse índice chega a 40%. Ela ainda impõe ao Brasil característica de um país “agroexportador”, que tem na agricultura a saída para o fortalecimento da economia, equilíbrio da balança comercial, geração de emprego e renda no meio rural.

A Constituição Brasileira determina ao Estado o dever de formalizar e executar as diretrizes da política agrária, agrícola e da segurança alimentar. Porém, ao se analisar a evolução e crescimento da nossa agricultura nos últimos trinta anos, nota-se que o Governo errou ao adotar o modelo de desenvolvimento agrário e agrícola, centrado na promoção e acúmulo de capital pelo aumento da produtividade da terra e do capital empregado. As políticas públicas para a agricultura, adotadas nesse período, tiveram por base o crédito rural de custeio e investimento, direcionado para as culturas de grãos dos chamados planos safras, privilegiando médios e grandes produtores “agroexportadores”, resultando na concentração da terra e da renda no meio rural. (FAO/INCAA, 1994).

Esse modelo de desenvolvimento agrícola e agrário imposto ao país, limitou o acesso à terra e ao desenvolvimento de aproximadamente 5 milhões de pequenos estabelecimentos rurais, ocupados por trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem em regime de economia familiar. Os mais frágeis foram excluídos do processo produtivo, econômico e social, tendo por consequência o crescimento do número de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, do número de assalariados rurais e do êxodo rural. A título de modernizar a agricultura brasileira, promoveu a degradação ambiental no meio rural, com enormes danos ao solo, água, flora e fauna, cujo custo de recuperação e preservação são incalculáveis. Ele, também incentivou a organização e a luta por reivindicações históricas do MSTR<sup>25</sup> por mudanças na política agrícola e agrária no Brasil. (Silva, 1992).

---

<sup>25</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Atualmente, o Governo Fernando Henrique Cardoso<sup>26</sup> ensaia a construção de um novo cenário denominado "Novo Mundo Rural" com o intuito de transparecer à sociedade brasileira que o poder público adormecido, até então, acorda para os problemas do campo com a intenção de reformular suas políticas públicas e promover o desenvolvimento do setor rural. E aqui, mais do que anteriormente, o Estado assume papel relevante como agente facilitador desse processo de descentralização das políticas públicas que, para ser democrático, precisa garantir a participação da população local, a transparência de suas instituições, o equilíbrio das forças exercidas pelas diferentes correntes de interesse e o compromisso com a qualidade de vida da população afetada. (Baretta, 2000).

#### 2.3.4 "Biossegurança" e o ecossistema – questões ambientais

##### 2.3.4.1 A agricultura alternativa

A história mostra que em todas as grandes civilizações foram fortes porque tinham uma agricultura forte, desenvolvida sobre solos com alta fertilidade. Assim como a fertilidade dos solos foi responsável pelo crescimento dos povos, o mau uso dos recursos naturais foi uma das causas de seus desaparecimentos. Durante milênios o homem utilizou-se dos recursos que a natureza lhe oferecia para produzir os seus alimentos e matérias-primas. As cinzas, os adubos verdes, os restos culturais, as rotações, o pousio e as disposições das cheias dos rios e os esterco eram, basicamente, as fontes de nutrientes para as plantas. (Oliveira, 1989).

Somente em 1940, um alemão, chamado Justus Von Liebig, provocou uma mudança radical sobre o conceito de nutrição da planta. Ele descobriu que a planta se alimentava de substâncias minerais. Com isto, concluiu ser possível repor todos os elementos retirados pelas colheitas através de adubos minerais. No início utilizaram-se os minerais provenientes do salitre do Chile, salitre de

---

<sup>26</sup> Presidente da República Federativa do Brasil – "Governo FHC."

Bengala, guano, farinhas de ostras, fosforitas, etc. Essa forma de fazer agricultura perdurou até o final da Segunda Guerra Mundial.

Com as duas guerras mundiais geraram-se conhecimentos e sobras de materiais químicos e mecânicos, que associados às descobertas de Liebig, permitiram introduzir a prática de adubação mineral e mecanização pesada na agricultura.

Outro marco importante da agricultura é a década de 50, quando teve início um novo modelo agrícola chamado de “Revolução Verde”. A característica do modelo em foco é o intensivo de capital, sementes híbridas, adubação mineral solúvel, agrotóxicos sintéticos, irrigação e mecanização pesada.

Hoje, analisando-se tal modelo, depara-se com uma série de conseqüências negativas. Dentre muitas, pode-se destacar: compactação do solo; erosão; eliminação, inibição ou redução sensível da flora microbiana do solo; poluição alimentar, da água, do solo, devido aos agrotóxicos e adubos minerais solúveis; surgimento de pragas e doenças; surgimento de resistência dos insetos e doenças aos agrotóxicos; mecanização inadequada; absorção desequilibrada de nutrientes, produzindo alimentos desnaturados; produção em grande escala, visando a exportação, com prejuízo ao consumo interno; importação de “insumos modernos”; encarecimento violento do custo de produção devido ao aumento brutal dos insumos básicos, como fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e sementes; produtores perdendo a sua autonomia, tornando-se dependentes dos bancos e das indústrias para a obtenção dos insumos e venda de suas produções; êxodo rural, etc. (Baretta, 2000).

Outros movimentos são conhecidos hoje, como Escolas de Agricultura Alternativa. Essas escolas compartilham, entre si, a maioria das práticas, bem como as suas bases teóricas e orientação ecológica. Poucas são as discordâncias. Dentre os processos tecnológicos, de uso comum, estão: os estercos; as cinzas; a compostagem; chorumes; preparados com diversos

ingredientes; farinha de osso; adubos verdes; plantas companheiras; consorciação; rotação de culturas; diversificação; cobertura morta; práticas mecânicas de conservação do solo e água.

Além dessas orientações clássicas, proíbem o uso de adubos minerais solúveis, recomendando os de baixa solubilidade e concentração, tais como: calcários; fosfato natural; rochas primárias moídas, apatitas e outras. Não permitem o uso de agrotóxicos. Recomendam o plantio direto; o cultivo mínimo; biofertilizantes; urina; tortas; inimigos naturais; armadilhas; "micronutrientes"; "próplos"; farinha de chifre, sangue, pêlos e penas; serragem; turfa, calda bordalesa e calda sulfocálcica.

Dentre as escolas da agricultura destacam-se:

a) *Agricultura Biodinâmica*: Surgiu na Alemanha em 1924, seu fundador foi Rudolf Steiner. A Biodinâmica busca através de suas orientações trabalhar a propriedade como um organismo, onde o todo reflete o equilíbrio de suas partes. Para isso, trabalha as relações existentes entre o solo, planta, animal, homem e o universo e as energias que envolvem e influenciam cada um e o todo. Energias essas que fogem às percepções dos sentidos físicos do homem. (Baretta, 2000).

As técnicas usadas para utilizar estas energias estão ligados aos "Preparados Biodinâmicos", aplicados em doses homeopáticas. Estes preparados são identificados por números, que vão de 500 a 508. O 500 é feito a partir de esterco bovino, o 501 de sílica e os demais são preparados a partir do milefólio, camomila, urtiga, carvalho, dente-de-leão, valenana e cavalinha. Além disso, adota um calendário agrícola, baseado no movimento da lua ao redor da terra e usa cinzas de "pragas" e plantas invasoras, dinamizadas, como meio de afastar e manter as populações animais e vegetais em equilíbrio.

b) *Agricultura orgânica*: Surgiu em 1931, na Índia, seu fundador foi Sir Albert Howard e aperfeiçoado por Lady Eve Balfour. A principal característica daquele

movimento é o processo "Indore"<sup>1</sup> de compostagem. Howard demonstrou que um solo provido com altos níveis de matéria orgânica assegura uma vida microbiana intensa e rica, pela qual a nutrição e a sanidade das plantas é plenamente atendida e os alimentos produzidos são de alto valor biológico. Recomenda o uso de plantas de raízes profundas, capazes de explorar as reservas minerais do subsolo. (Baretta, 2000).

c) Agricultura biológica ou agrobiológica: Surgiu na França, na década de 60, Seu fundador foi Claude Aubert. Distingue-se das demais escolas por recomendar o uso de rochas moídas como fertilizantes e por adotar a posição de que a resistência das plantas ao ataque de predadores e doenças e, portanto, a sua saúde e vigor, é determinada pelo equilíbrio nutricional ou desequilíbrios provocados por agroquímicos (teoria da Trofobiose). (Baretta, 2000).

d) Agricultura natural: Surgiu no Japão, na década de 30, seu fundador foi Mokiti Okada. Ele orientava não movimentar o solo que todos os restos de culturas e palhadas fossem reciclados e o composto fosse feito unicamente à base de vegetais sem o uso de esterco. Hoje os adotantes deste sistema de cultivo utilizam-se de microorganismos efetivos (E M), para inocular o composto e aplicar nas plantas para prevenção de problemas fitossanitários. (Baretta, 2000).

e) Permacultura: Surgiu na Austrália na década de 70, seu fundador foi Bill Mollison e Dave Holmgren. A permacultura defende a manutenção de sistemas agro - silvo – pastoris, sendo especialmente adequado a regiões de florestas tropicais e subtropicais Não permite nenhuma intervenção no solo, quer seja aração ou gradeação. Não utiliza adubação mineral e nem composto. Alterna o cultivo de gramíneas com leguminosas, deixando sempre uma palhada sobre o solo pelo manejo de ervas infestantes, através de roçadas. (Baretta, 2000).

f) Agricultura ecológica ou agroecológica: Surgiu nos Estados Unidos, na década de 70. Os iniciadores do movimento foram; o professor William A. Albrecht, o professor Stuart B. Fil e o Dr. Fritz Schumacher. Altieri define Agroecologia como

um movimento que incorpora idéias ambientais e sociais na agricultura, preocupando-se não somente com a produção, mas também com a "ecologia" do sistema, de produção. (Baretta, 2000).

g) *Outras escolas*: Além das escolas descritas acima., existem outras de menor adoção. Geralmente, esses movimentos derivam das primeiras escolas: Método Lemaire-Boucher, Método Jeasi, Método Rusch-Muller, Método Pam e Método Georges Marron. (Baretta, 2000).

Hoje existe uma federação internacional chamada IFOAM<sup>27</sup> no sentido de agregar todas as associações e pessoas que pesquisam, ensinam e divulgam as técnicas da agricultura alternativa, bem como os que produzem, processam e comercializam alimentos orgânicos e insumos naturais.

#### 2.3.4.2 Uma análise da relação custo - benefício da agroecologia

Até há pouco tempo, a maioria das pessoas pensavam que a agricultura orgânica, também chamada de agricultura ecológica ou agroecologia, era coisa de sonhadores, de hippies ou mesmo de poucos. Mas nos últimos anos, no mundo inteiro, esta agricultura dita alternativa deixou de ser um sonho, um ideal de poucos e passou a ser uma realidade, um negócio como qualquer outro. Na Europa, nos anos oitenta, não se cultivavam mais do que 100 mil hectares de lavouras agroecológicas, porém em 1994 a área já passava dos 600 mil hectares, com cerca de 15 mil estabelecimentos e continua a crescer ano a ano. Os governos da Grã Bretanha e Alemanha (Bavária), só para citar dois países, já decidiram que, nos próximos anos, no mínimo 20 % das suas terras agricultáveis deverão ser ocupadas com lavouras orgânicas, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos solúveis. (Conferência ONU, 1997).

Na França, 16% dos franceses consomem regularmente produtos livres de agrotóxicos, tais como frutas, legumes, carnes, produtos lácteos, etc. Nos

---

<sup>27</sup> International Federation of Organic Agriculture Moviments

Estados Unidos já existiam em 1994 cerca de 457 mil hectares de culturas agroecológicas. E as vendas de produtos orgânicos em 1996 atingiram a elevada cifra de 2,8 bilhões de dólares.

No Brasil, depois de um início tímido, no final da década de 70 e começo da década de oitenta, a agroecologia ressurgiu bastante forte neste meado da década de noventa.

Os consumidores estão ficando mais exigentes e até pagam mais por produtos orgânicos. O consumidor urbano aceita pagar até 20 ou 30 % a mais pelos produtos agroecológicos. Além da saúde humana, o meio ambiente é bastante afetado. Os pesticidas matam as pragas da lavoura e também os seus inimigos naturais, causando um desequilíbrio na natureza. Cada vez mais o agricultor tem de usar mais fungicida, inseticida e herbicida, pois as pragas ficam resistentes aos produtos ao longo do tempo e esses venenos vão para os rios, os lençóis freáticos. Então, além do custo crescente para o agricultor da compra de mais veneno, toda a sociedade vai ter que pagar mais tarde para descontaminar a água e para curar os doentes, tanto do meio rural como os consumidores que ingerem alimentos envenenados. (Conferência ONU, 1997).

Neste sentido, as feiras agroecológicas são alternativa bastante válida para os pequenos agricultores familiares catarinenses, que assim podem vender seus produtos com mais segurança diretamente aos consumidores, obtendo mais renda, mais saúde para si e seus familiares, e evitando a êxodo rural.

Ao contrário do que muita gente pensa, produzir organicamente não sai mais caro do que o cultivo tradicional e a produtividade das culturas agroecológicas não são menores do que as convencionais.

Resumindo, a agricultura orgânica representa para o agricultor uma alternativa sadia de produção, sem riscos de afetar sua saúde e contaminar o ambiente. Ela representa uma segurança para o agricultor planejar e investir na

produção, pois os produtos orgânicos não sofrem muita variação de preços durante o ano.

Apesar de toda a sofisticação tecnológica, os cientistas não são capazes de definir a vida em apenas uma frase. Para se ter uma visão ampla do que é vida, é importante poder conhecer a diversidade de suas formas e o que as constitui.

### 2.3.5 O custeio financeiro da agricultura brasileira

A partir de 1931 o governo federal passou a atuar no financiamento das compras de café, através do Banco do Brasil e da criação do Departamento do Café, antecessor do Instituto Brasileiro do Café – IBC. Com a depressão dos anos 30, ampliaram-se as pressões para estender o apoio creditício a todos os setores da agricultura. Assim, em 1937, foi instituída a Creai<sup>28</sup> que viria a se constituir no principal mecanismo de crédito agrícola no Brasil.

As primeiras experiências de crédito à agricultura no Brasil datam da invasão holandesa no Nordeste. No início deste século começaram a ser desenvolvidos programas, bancados pelo governo do Estado de São Paulo, vinculados à defesa e à sustentação de preços do café.

A Creai - foi inspirada nos modelos de crédito rural adotados nos Estados Unidos. No entanto, a distribuição cooperativa do crédito, como ocorria naquele país e na Europa, não foi bem sucedida no Brasil, onde a mentalidade cooperativista existia apenas em poucas regiões de colonização predominantemente européia.

Visto como principal forma de incentivo à agricultura, o crédito rural se fortaleceu e caminhou para uma maior institucionalização. O Grupo Executivo de Crédito Rural – Gecre, criado em 1961, realizou estudos para formular a nova

---

<sup>28</sup> Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

política de crédito agrícola no país e teve grande influência no seu desenvolvimento, que se consolidou em 1965 com a Lei 4.829, ainda em vigor.

### 2.3.6 O Associativismo

#### 2.3.6.1 O sistema cooperativo sob a ótica do associativismo

Na Babilônia, muito antes de Cristo, já existia um sistema de exploração, em comum, de terras arrendadas. Na Grécia antiga, havia diversas formas de associações, entre as quais as que objetivavam garantir enterro e sepultura decente aos seus associados. No México, os indígenas organizavam-se em comunidades chamadas "ejidos", hoje transformadas em cooperativas integrais de produção agrícola. O mesmo aconteceu com os indígenas peruanos que, organizados em comunidades chamadas "ayllos", semeavam e colhiam suas lavouras com instrumentos de propriedade coletiva, repartindo os frutos do trabalho de acordo com a necessidade de cada um. (Queirós, 1998).

A natureza é um sistema integrado, onde cada partícula depende da outra para garantir sua própria existência. O mesmo acontece com o homem. Desde a sua origem ele descobriu a vantagem da ajuda mútua, dando exemplos riquíssimos de cooperação em todas as civilizações.

No início essa cooperação aconteceu em âmbito tribal pela união de tribos próximas contra inimigos comuns - outras tribos, animais de grande porte, etc., ou para trabalho conjunto, seja na coleta de frutas, na caça ou na pesca.

Em meados do século XIX, realizou-se a Revolução Industrial. Em 1808, os norte-americanos lançaram às águas o primeiro barco a vapor. Em 1914, o inglês Stephenson construiu a primeira locomotiva, transformando radicalmente o sistema de transporte. Walt provou a aplicabilidade da máquina a vapor nas fábricas e introduziu uma reforma profunda na indústria. (Schumpeter, 1982).

A economia, que desde a Idade Média era corporativista, ou seja, exercida por corporações profissionais, nas quais o artesão exercia sua atividade em casa ou numa dependência anexa, passou por uma mudança radical, em que as corporações perderam seu lugar a favor do capitalismo empreendedor. Este, mediante salários, contratava profissionais para trabalhar na sua empresa, onde se instalavam máquinas industriais, mais rápidas e eficientes, com as quais o operário-artesão não podia competir.

Crianças, a partir dos nove anos de idade, passaram a ter jornada de trabalho de 12 horas e os adultos chegavam a trabalhar 16 horas diárias, sem nenhum sistema previdenciário ou segurança no emprego. A mecanização da indústria, ao mesmo tempo que fazia surgir a classe assalariada, promovia o desemprego em massa e, em consequência, a miséria coletiva e os desajustes sociais. A exploração estava escancarada e acontecia com muita intensidade.

A intranquilidade social tornou-se campo fértil para a formação das mais variadas oposições ao liberalismo econômico. As primeiras idéias cooperativistas<sup>29</sup> surgiram, sobretudo, na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências que marcaram a primeira metade desse século. Estava em voga, então, grande entusiasmo pela tradição de liberdade, confiando-se na possibilidade de atuação da vontade humana sobre a evolução, de modo a corrigi-la ou reformá-la. Ao mesmo tempo, esses intelectuais socialistas pregavam o ideal de justiça e de fraternidade. (Pinho, 1982).

É como expressão deste quadro intelectual, aliado ao movimento operário e reagindo às condições de extrema exploração então existentes, que são lançadas as primeiras sementes do Cooperativismo Moderno.

---

<sup>29</sup> s.f. Associação que tem por fim desempenhar determinada atividade econômica para o benefício comum de seus associados.

Sempre houve pessoas que, inconformadas com a sociedade em que viviam, aspiravam a organizar uma sociedade ideal, onde reinasse a justiça, a paz, a ordem e a felicidade, eliminando as diferenças econômicas e implantando o bem-estar coletivo.

Assim, podem ser citadas a obra de Platão "A República", a de Tomas Morus (1470 –1535) "Utopia", a "Cidade do Sol", de Tomás Campanella (1568 – 1639) e "A Nova Atlântida", de Francisco Bacon (1561 –1626). Todos eles tiveram influência direta ou indireta no surgimento do Cooperativismo. (Queirós, 1998).

É interessante ler também sobre as idéias e experiências dos precursores do Cooperativismo. Entre alguns: Hohn Bellers (1654 –1725), nascido na Inglaterra, tentou organizar cooperativas de trabalho, para terminar com o lucro e as indústrias inúteis; Charles Fourier (1772 –1837), foi o idealizador francês das cooperativas integrais de produção, criando comunidades em que os cooperados tinham tudo em comum. Essas comunidades eram chamadas de falanstérios. Robert Owen (1771 –1858), nascido na Inglaterra, é considerado o pai do Cooperativismo, pois dedicou a sua vida e investiu os seus bens para criar uma forma de substituir a competição e a ganância, pela cooperação; William King (1786 –1865), também inglês e amigo de Robert Owen, tornou-se um médico famoso e se dedicou ao cooperativismo de consumo, engajou-se em prol de um sistema cooperativista internacional; Felipe Buchez (1796 –1865), nascido na Bélgica, buscou criar um cooperativismo autogestionado, independente do Governo ou da ajuda externa. Na França ele tentou organizar "associações operárias de produção"; Louis Blanc (1812 –1882), espanhol, viveu na França e foi um grande político. Ele se preocupou com o direito ao trabalho, defendendo a liberdade baseada na instrução geral e na formação moral da sociedade. Esses homens prepararam o terreno e lançaram as sementes do atual sistema cooperativista. (Soarg in Baretta, 2000).

O surgimento do Cooperativismo como empreendimento sócio-econômico aconteceu na Inglaterra, em 1844, na cidadezinha de

Rochdale<sup>30</sup> perto de Manchester. Sob a crescente ameaça de serem substituídos pelas máquinas a vapor e com o agravamento do estado de extrema miséria da classe operária, tecelões reuniram-se para buscar outra alternativa de trabalho e sobrevivência.

O idealismo daqueles tecelões e, sobretudo, o realismo de adequar o projeto às suas possibilidades de execução, constituindo uma pequena cooperativa de consumo no então chamado "Beco do Sapo" (Toad Lane), foi que deu alicerce ao movimento cooperativista. Apenas dois cooperados atendiam na cooperativa. Um entregava os produtos e outro recebia o dinheiro. Essa nova forma de organização foi motivo de deboche por parte dos comerciantes vizinhos, que previam vida curta para tal iniciativa. Para surpresa geral, a união dos operários em torno da cooperativa prosperou.

Atualmente, o Cooperativismo<sup>31</sup> atua na produção e distribuição de mercadorias, agropecuária, consumo, crédito, transporte, educação, bancos, seguros, habitação, pesca e toda ordem de serviços. Ele é aceito por todos os Governos, não encontrando nenhuma barreira ideológica, pois inegavelmente contribui para o desenvolvimento de todos os países. Por isso, existem cooperativas no Brasil, na Rússia, no Japão, nos EUA, em Cuba, na China, enfim, no mundo inteiro.

No Brasil, as cooperativas se instalaram a partir do início deste século, graças à experiência trazida pelos imigrantes europeus. Cooperativas de crédito, de consumo e agrícolas foram as primeiras experiências, que se multiplicaram mais tarde. As cooperativas foram as principais responsáveis pela modernização da agricultura, graças à sua estrutura de assistência técnica, armazéns, indústrias e porque conseguem reunir escala de produção para obter melhor posição de preços nos mercados interno e externo.

---

<sup>30</sup> Inglaterra.

<sup>31</sup> s.m. Sistema que preconiza a introdução e difusão de cooperativas como meio de progresso das comunidades - pessoa que participa é chamada de cooperativista.

Possui, como principais símbolos o arco-íris e a araucária. Em cada uma das cores, que compõem o arco-íris, estão representados os valores e princípios do cooperativismo. Por outro lado, um círculo contendo a figura de duas araucárias – árvore tradicionalmente encontrada no Paraná, também conhecida como pinheiro, simbolizam a vida em comunidade e a fertilidade. Também aparecem as cores amarelo, que simboliza a riqueza do ouro e o Sol; por sua vez, o verde representa a natureza, através da fauna e da flora, bem como a esperança. (Baretta, 2000).

### **3 METODOLOGIA**

Neste capítulo é apresentada a metodologia aplicada no estudo, bem como a pergunta que norteou o mesmo. É caracterizado ainda pela definição de termos e variáveis, delimitação do estudo e as técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados.

#### **3.1 Caracterização do estudo**

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratório-descritivo, qualitativo e quantitativo, sendo realizado a partir de dados primários e secundários, em uma área de reduzido número de pesquisas existentes.

De acordo com Lakatos (1986), este estudo é de caráter exploratório, descritivo e de avaliação, na medida em que se busca aprofundar o conhecimento sobre as variáveis envolvidas para, posteriormente, descrever e demonstrar qual a relação existente entre – produtor – educação rural – realidade conjuntural.

A abordagem escolhida é compatível com os objetivos, por verificar os possíveis relacionamentos entre as variáveis, que se constituirão em subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC), em particular, e adjacências.

Quanto aos meios de investigação a pesquisa foi de campo, documental e bibliográfica.

É pesquisa de campo na medida em que se fez uma consulta aos dirigentes, alunos, professores e “pessoal-chave selecionado”, envolvidos com o

tema da pesquisa.

Também se caracteriza como documental porque buscaram-se dados e informações a respeito do “*agribusiness*”, produtor, educação rural e realidade conjuntural.

É bibliográfica na medida em que se apresenta, na revisão da literatura, o referencial teórico que se conseguiu localizar em termos de ensinamentos de renomados autores e obras a respeito do tema.

Na pesquisa realizada, como parte integrante da presente Dissertação de Mestrado, o método utilizado na produção do conhecimento é o dedutivo-indutivo, pois o raciocínio foi crescente, indo do particular ao geral, fazendo inferência indutiva da amostra para a população, especialmente generalizações analítico-sintéticas.

Nesta pesquisa há uma combinação dos métodos de procedimento histórico, comparativo e de estatística descritiva.

Histórico, porque foram considerados dados e informações dos primórdios, cronológico até os dias de hoje.

Comparativo, pelo fato de se buscar conhecer a relação entre produtor, educação rural e realidade conjuntural em relação ao “*agribusiness*” e sua competitividade para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC), em particular, e adjacências.

E, de estatística descritiva, tendo em conta que os dados foram organizados em tabelas e gráficos e a partir daí transformados em informações, permitindo desta forma a sua interpretação e conseqüente conhecimento da realidade contextualizada no problema de pesquisa.

### **3.2 Pergunta de pesquisa**

Levando-se em conta a importância de se identificar os fatores que interagem no “*agribusiness*” e sua competitividade, a questão que serviu de orientação para a pesquisa foi a seguinte: “ Como você percebe, na atualidade, a relação produtor – educação rural – realidade conjuntural e seus efeitos na região da Grande São Miguel do Oeste (SC) em particular e, adjacências?”

Além disso, o estudo permitiu que se conhecesse a dimensão física das unidades de produção, o grau de importância sócio-econômica das atividades rurais, as questões ambientais, o perfil dos produtores, bem como a força do “*agribusiness*” na região em tela.

Desta forma a pesquisa limitou-se à região e São Miguel do Oeste (SC) e adjacências ( no Extremo-Oeste do Estado de Santa Catarina, parte do Sudoeste do Estado do Paraná e parte do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), levando-se em consideração o “*agribusiness*” e sua competitividade na entrada do século XXI, objetivando fornecer subsídios ao desenvolvimento da região, examinando a relação entre o produtor, educação rural e realidade conjuntural.

### **3.3 Universo e censo**

Para Vergara (1998, p.30):

“... delimitação do estudo refere-se à moldura que o autor coloca em seu estudo. É o momento em que se explica para o leitor o que fica dentro do estudo e o que fica fora. Já que a realidade é extremamente complexa, por um lado, e histórica e por outro, não se pode analisá-la em seu todo; logo cuida-se apenas de tratar de parte dessa realidade”.

Os limites da pesquisa estão restritos, na medida em que se fez uma consulta aos dirigentes, alunos, professores e “pessoal-chave selecionado”, a partir do exame da relação ao exame da relação produtor, educação e realidade conjuntural.

A população considerada na pesquisa é composta por dirigentes, professores e todos os alunos matriculados nas instituições educacionais, selecionados por amostragem aleatória, como se apresenta no quadro abaixo:

Quadro 3 – Relação das instituições educacionais, tipo, vínculo e localização

<b>Nome e tipo de Instituição Educacional</b>	<b>Cidade em que está localizada</b>	<b>UF</b>	<b>Nome do órgão a que está vinculado ou à que pertence</b>
Casa Familiar Rural	Êneas Marques	PR	Associação das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR
Casa Familiar Rural	Marmeleiro	PR	Associação das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR
Casa Familiar Rural	Pato Branco	PR	Associação das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR
Casa Familiar Rural	Guaraciaba	SC	Associação das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR
Centro de Educação Profissional Campo Erê – CEDUP	Campo Erê	SC	Secretaria de Estado, da Educação e Desporto
Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas – CEDUP	São Miguel do Oeste	SC	Secretaria de Estado, da Educação e Desporto
Colégio Agrícola São José	Itapiranga	SC	Sociedade Antônio Vieira – Padres Jesuítas
Colégio Agrotécnico 25 de Julho	São Carlos	SC	Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de Chapecó – SC
Colégio La Salle	Xanxerê	SC	Irmãos La Sailistas

Fonte: o pesquisador.

Fazendo também parte da população, contou-se ainda com a colaboração dos depoimentos do “pessoal-chave selecionado”, representantes ou não, ligados de alguma forma ao tema em estudo e selecionados de acordo com o grau de importância na ocupação de cargos ou funções de cunho político, administrativo, profissional e/ou comunitária, conforme o quadro a seguir. O critério utilizado para delimitar o número de pesquisados foi o da amostra intencional, sendo suficiente para a análise proposta.

Desta forma, o critério utilizado para delimitar foi a amostra aleatória, pois pretende-se fazer um censo.

Admitiu-se um erro amostral de no máximo 5% de tolerância. Logo o grau de confiabilidade é de 95%.

Quadro 4 – Relação do pessoal-chave selecionado, representantes ou não, ligados ao tema em estudo

<b>Nome</b>	<b>Atividade</b>	<b>Instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>
Abílio Auri Simom	Contador e Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	UNOESC	São Miguel do Oeste	SC
Airton Fontana	Professor e vice-prefeito	Poder Executivo	Guaraciaba	SC
Alceni Guerra	Ex-Ministro da Saúde, Ex-Prefeito e difusor do modelo Pacto Nova Itália	Poder Executivo	Pato Branco	PR
Alceu Cericatto	Supervisor e Agrônomo	DIMOM	Palmitos	SC
Anacleto Angelo Ortigara	Pró-Reitor de Administração e Vice-Prefeito	UNOESC	São Miguel do Oeste	SC
Ari Friederich	Coordenador Regional de Educação	12ª CRE	São Miguel do Oeste	SC
Carlos Lazaretti	Diretor de Planejamento	CIDASC	Florianópolis	SC
Celso Dias	Fundador, Monitor e Coordenador da CFR	ARCAFAR	Bom Jesus do Sul	PR
Cleusa Marafom Mazzardo	Diretora do Cetresmo e Extensionista Rural	EPAGRI	São Miguel do Oeste	SC
Cherilo Dalbosco	Coordenador do Curso Administração Rural	UNOESC	Maravilha	SC
Edison Luiz Lessak	Assessor da Diretoria de Tecnologia e Informação – Educação Profissional	Secretaria de Estado da Educação e Desporto	Florianópolis	SC
Genésio Téo	Pró-Reitor de Administração	UNOESC	Xanxerê	SC
Gilmar Triches	Professor e Coordenador de projetos de campo	EAFRS	Rio do Sul	SC

Hugo Matias Biehl	Deputado Federal e Membro da Comissão de Agricultura	Congresso Nacional	Brasília	DF
Jairo Afonso Henkes	Ex-prefeito e Agrônomo	WB Produções	Itapiranga	SC
José Milani	Presidente da ARCAFAR e Agrônomo	ARCAFAR e EPAGRI	São Miguel do Oeste	SC
Luiz Alberto Ferreira	Vice-Presidente do CONEA	Conselho Estadual do Ensino Agrícola	Florianópolis	SC
Marcos Dreyer	Coordenador	Assentamento Conquista na Fronteira	Dionísio Cerqueira / Barracão	SC PR
Odacir Zonta	Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento	Poder Executivo	Florianópolis	SC
Ornelio Stertz	Coordenador do Curso Adm. e Assistente Administrativo	UNOESC e EPAGRI	São Miguel do Oeste	SC
Paulo Roberto Bornhausen	Deputado Estadual e Ex-Deputado Federal	Poder Legislativo	Florianópolis	SC
Roque Streider	Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação	UNOESC	São Miguel do Oeste	SC
Sérgio Augusto Torres	Diretor da Diretoria de Tecnologia e Informação – Educação Profissional	Secretaria de Estado da Educação e Desporto	Florianópolis	SC

Fonte: o pesquisador.

Ainda, na condição de observador, para adquirir mais conhecimento prático e ilustrativo, além de facilitar a análise, foram feitas visitas de estudos com o objetivo de conhecer as atividades pedagógicas e as atividades práticas desenvolvidas pelas seguintes instituições, descritas no quadro a seguir.

Quadro 5 - Relação de instituições visitadas e eventos participados

<b>Nome e tipo de Instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>U.F</b>	<b>Vinculado</b>
Assentamento Conquista na Fronteira	Dionísio Cerqueira e Barracão	SC PR	MST – CUT
Casa Familiar Rural	Bom Jesus do Sul	PR	ARCAFAR
Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET	Pato Branco	PR	Rede Federal
Centro de Piscicultura	São Carlos	SC	UNOESC
Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	SC	EPAGRI
Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas e V Encontro Estadual do Ensino Agrícola	Rio do Sul	SC	CONEA – SED
Cooperativa Vinícola Aurora	Bento Gonçalves	RS	Vinícola Aurora
Cooperativa Vinícola dos Estudantes – CVE	Bento Gonçalves	RS	Escola Federal Agrotécnica JK
Escola Agrícola de Braga	Braga	RS	MST-PJ
Escola Agrotécnica Federal de Frederico Westphalen – EAFW	Frederico Westphalen	RS	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Escola Agrotécnica Federal Juscelino Kubitschek	Bento Gonçalves	RS	Rede Federal
Escola Agrotécnica Federal Rio do Sul – EAFRS	Rio do Sul	SC	Rede Federal
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ	Piracicaba	SP	Universidade de São Paulo – USP
Faculdade de Administração e Economia – FEA	São Paulo	SP	Universidade de São Paulo – USP
Fábrica do Agricultor	Bom Jesus do Sul	PR	Município de Bom Jesus do Sul
Pólo de Transferência Tecnológica	Frederico Westphalen	RS	Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI
Porto Seco – aduana justa posta – Brasil/Argentina	Dionísio Cerqueira	SC	Governo Federal
Show Agrícola Coopavel	Cascavel	PR	Cooperativa Agrícola Cascavel
Show Rural 2000	Palma Sola	SC	Sementes Crestani
Unidade Descentralizada – UNED	Dois Vizinhos	PR	Escola Agrotécnica Federal Rio do Sul

Fonte: o pesquisador.

Também, durante o ano de 1999/2000, na condição de Professor Orientador do Estágio Curricular Obrigatório e Supervisionado dos alunos Formandos do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola Getúlio Vargas – CAGV – atualmente Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas, de São Miguel

do Oeste (SC), foram acompanhadas as atividades vivenciais – zootecnia, culturas, gestão - dos respectivos estagiários, desenvolvidas em aproximadamente 16 municípios da região em tela.

### **3.4 Coleta, análise e interpretação dos dados**

Utilizou-se na pesquisa o questionário para a obtenção dos dados e informações junto aos alunos matriculados nas Instituições de Ensino, seus dirigentes e professores. O questionário também foi utilizado com o pessoal-chave selecionado; para se obter informações adicionais, em contrapartida foi utilizada uma entrevista não estruturada, afim de dinamizar o processo de coleta de dados. Também foi aplicado um instrumento, denominado de “Planilha de Diagnóstico e Viabilidade – PDV”, junto às unidades de produção pertencentes preferencialmente às famílias dos alunos matriculados nas fases finais de seus respectivos cursos e instituições. Por outro lado, aqueles que não eram filhos de agricultores poderiam eleger uma unidade de produção familiar e aplicar o instrumento. A pesquisa documental para encontrar, verificar e analisar estes instrumentos; a observação para a percepção de detalhes, fatos e fenômenos, relacionados com “*agribusiness*” e sua competitividade observáveis, no ambiente interno e externo das unidades de produção e nas instituições de ensino; e, finalmente a pesquisa bibliográfica em livros, revistas, jornais, periódicos, Internet, boletins e outras publicações para a busca do referencial teórico citado, bem como a bibliografia suplementar que serviu de base para a pesquisa.

A pesquisa desenvolveu-se em duas fases, qualitativa e quantitativa, ambas apoiadas por investigação de dados primários. Na fase qualitativa os instrumentos foram gerados a partir dos dados primários, observações e reflexões do autor. Ambos os instrumentos de coletas dos dados encontram-se em anexo.

O questionário foi respondido individualmente por cada um dos alunos, professores e dirigentes. Na sua grande maioria, isso aconteceu no momento que o pesquisador estava fazendo a visita para a coleta dos dados, durante uma aula. No corpo do formulário de pesquisa, também continha outras questões de ordem

pessoal a respeito do entrevistado. Com isso, o estudo permitiu que se conhecesse um pouco melhor o perfil dos entrevistados.

A aplicação de ambos os instrumentos passaram por duas fases distintas, sendo a primeira, denominada pré-teste, que possibilitou adequações ao instrumento e, a segunda, a aplicação deles ao público-alvo da pesquisa.

O instrumento de Planilha de Diagnóstico e Viabilidade (PDV) foi respondido pelo aluno e sua respectiva família ou, se fosse o caso de não ser filho de produtor rural, foi respondido pelo aluno e, ou pelos membros da unidade de produção por ele escolhida para sua aplicação. O formulário – tem como principal objetivo, reconhecer a realidade da unidade de produção (propriedade) rural; procura estabelecer “links” com blocos de informações solicitadas ao produtor e sua família, de ordem administrativa, econômica, financeira, contábil, social, bem como, perspectivas e expectativas na relação produtor – educação rural – realidade conjuntural.

Os dados, obtidos junto ao “pessoal-chave selecionado”, por uma questão de resguardar a sua identificação, não se vincularam às respostas, obtidas com o seu nome e instituição, mas foram devidamente compilados, analisados e incluídos no presente estudo. Foram entrevistados e distribuídos 23 formulários de pesquisa (PP) e recebemos informações de todos.

Os dados e informações derivados da questão de pesquisa, obtidos dos alunos, dirigentes, professores e “pessoal-chave selecionado”, foram organizados em tabelas e gráficos pelo seus respectivos totais.

Por outro lado, os dados e informações, relativos ao instrumento de Planilha de Diagnóstico e Viabilidade (PDV), foram analisados e interpretados à luz das recomendações e especificações técnicas, contidas no embasamento teórico da pesquisa, aliados às experiências em atividades profissionais e vivenciais desenvolvidas pelo pesquisador.

Foram distribuídos 602 questionários, contendo a pergunta de pesquisa, para serem respondidos. Com base em outros esforços de pesquisa realizados, levou-se em consideração a expectativa de retorno de 30%. Para melhor segurança e satisfação, retornaram e foram tabulados 276 questionários, aproximadamente 46%, representando-se uma maior segurança e confiabilidade na pesquisa e para o tema de estudo proposto. Com relação à função ocupacional dos entrevistados, que pertencem à amostra aleatória, obteve-se 241 alunos, 28 professores, 6 dirigentes e 1 que não se identificou.

Entre os dois instrumentos de pesquisa, 867 formulários foram distribuídos para serem respondidos pelos alunos, dirigentes, professores e os familiares das unidade de produção.

Com relação ao instrumento, contendo o “PDV” Planilha de Diagnóstico de Viabilidade, foram distribuídos 265. Tomando-se como base os esforços de pesquisas anteriores, estimava-se um retorno de 30%. Considerando-se também a complexidade no seu preenchimento – pois requeria um certo conhecimento técnico para o seu preenchimento e o envolvimento das pessoas que atuam na unidade de produção/propriedade – estimou-se que o índice de 30% poderia realmente ocorrer. Retornaram 160 formulários (60%), sendo que 103 (cerca de 39%) foram respondidos totalmente e 57 foram respondidos parcialmente, servindo apenas para uma análise individual e particular de suas respostas.

Tanto o questionário respondido pelos alunos, dirigentes, professores e “pessoal-chave selecionado”, como o instrumento de diagnóstico de viabilidade, foram submetidos a um pré-teste. Sendo que o pré-teste do instrumento de Diagnóstico e Viabilidade deu-se em duas oportunidades e épocas diferentes, por conta dos alunos formandos do curso de Técnico em Agropecuária do CAGV e CEDUPGV, a fim de reavaliar a sua aplicabilidade no tempo e espaço.

A utilização de fontes variadas de coleta de dados tem o objetivo de possibilitar a confrontação entre os dados extraídos, através dos instrumentos de

pesquisa, com os da análise de documentos e literatura.

A utilização das duas técnicas de coleta de dados permite-se preencher lacunas, que possam ser deixadas por um ou outro instrumento utilizado, dando assim maior consistência às análises e conclusões do estudo.

A coleta de dados, além de estar extremamente sujeita também a valores pessoais, é um processo que exige uma grande criatividade do pesquisador. Isto, porque não existem modelos ou pacotes orientados para cada tipo de pesquisa que se pretende empreender. Na verdade, há todo um processo artesanal de montagem, em que se pode tomar por base alguns esquemas, já testados por pesquisadores mais experientes.

Para facilitar a tabulação dos dados, procurou-se estabelecer conexão com as palavras obtidas nas respostas, formando-se assim as alternativas de respostas obtidas.

Para tanto, procedeu-se à categorização, tabulação e outras técnicas de tratamento estatístico, mediante o uso de recursos computacionais, como planilhas eletrônicas e gráficos através do software “ *Sphinx*”.

### **3.5 Limitação do estudo**

Os resultados desta pesquisa não necessariamente se aplicam a outras regiões de Santa Catarina, ou mesmo à região em tela, em outros momentos do tempo; o que não impede que a dissertação pretendida possa servir como um guia metodológico para futuras pesquisas, semelhantes ou análogas, nas aludidas regiões.

O instrumento, que contém a Pergunta de Pesquisa (PP), é composto de uma única questão, desdobrado em três respostas dissertativas; além disso, possui alguns campos para serem preenchidos com informações adicionais, a fim de

qualificar o perfil do entrevistado.

Pôde-se considerar inicialmente, como um limitante, a amplitude do estudo – o superdimensionamento, fazendo com que o pesquisador obtivesse uma massa de dados muito extensa, dificultando seu tratamento; porém, não ofuscando os objetivos fixados em seu bojo. Também a realização do mesmo com poucos recursos financeiros e disponibilidade de tempo.

Algumas observações foram feitas nos formulários de pesquisa por alguns dos pesquisados, os quais não puderam contribuir no estudo, sendo:

*“Não responderei o questionamento, por não residir na região. Estou apenas estudando.”*

*“Tenho receio de que a instituição educacional que estudo tenha acesso às respostas e posteriormente faça algumas retalhações.”*

*“Os diretores e professores de minha escola não admitem os seus próprios erros. Então não vou responder. Me desculpa.”*

*“É sempre a mesma coisa. Todos fazem pesquisas e ninguém apresenta alternativas ou encaminhamentos para as questões propriamente ditas.”*

*“Posso ser prejudicado na minha carreira. Prefiro não falar nada.”*

*“ Não consegui tempo para fazer a pesquisa de campo.”*

*“Tamos cansados de fazer reuniões com os professores e a direção para dar idéias e eles nem dão bola. Tem que vim alguém de fora”*

*“Aqui na nossa escola, quando as coisas não dão certo é por culpa dos alunos; eu queria ver se nós vamos para outra escola, o que vai ser desses professores que sabem tudo.”*

Outras limitações encontradas, foram a pretensão de se efetuar um censo, impossibilitado devido envolver uma população considerada elevada, e o custo que esta pesquisa demandaria, não cumprindo o princípio da parcimônia, demandando maior tempo e recursos para realização desta pesquisa.

Mesmo ocorrendo limitações, não houve prejuízo no estudo, em virtude da amostra ser considerada suficiente para a análise.

### 3.6 Definição de termos e variáveis

De acordo com Vergara (1998, p. 32):

“... definição dos termos refere-se a uma pequena lista de termos-chave do estudo, com suas definições, como se faz em dicionários. Considerando-se que um mesmo termo pode ter significados diferentes para diferentes pessoas e contextos, o autor deve alertar o leitor para como determinado termo deve ser entendido.”

Nesta seção serão apresentadas as definições constitutivas dos termos e variáveis, trabalhadas no contexto da pesquisa, conforme segue:

*“Agribusiness”*: a soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de produtos agrícolas; as operações envolvidas na produção dentro das fazendas, o armazenamento, o processamento e a distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos com eles”. (Marion, 1996, p. 135).

*Agrário*: relativo ao campo, à agricultura; agrícola; rural.

*Agrícola*: relativo à agricultura;

*Agricultor*: quem pratica a agricultura; lavrador; agrícola.

*Agricultura*: arte de cultivar os campos; cultivo da terra; lavoura.

*Competitividade*: (s.f.) competição. Ação ou efeito de competir. Luta; disputa. Torneio.

*Complexo rural*: sinônimo de “*agribusiness*” – a ciência que coordena o abastecimento de insumos para a produção agrária e, subseqüentemente, a produção, processamento e distribuição de alimentos e fibras. Compreende tanto tecnologia como economia: depende de muitas tecnologias, como ciência agropecuária, da ciência florestal, da mecânica e entomologia, assim como de muitas outras; depende também de diversas fases da economia, como da economia agrícola, do consumidor, do trabalho e da economia industrial. A todas essas disciplinas devem ser agregados elementos de ciências política, de governo,

educação, sociologia, psicologia, etc. Por isso tudo do Complexo Rural é interdisciplinar, aplicado à alimentação e fibras, a base de todas as civilizações. (Roy, apud Baretta, 2000).

*Conjuntura*: conjunto de circunstâncias relacionadas; confluência de acontecimentos. Situação difícil. Ensejo; oportunidade. Ligado.

*Educação*: ação ou efeito de educar (-se). Desenvolvimento integral e harmônico de todas as faculdades humanas. Bons modos; cortesia; polidez.

*Educar*: promover (no educando) o desempenho harmônico de sua capacidade física, intelectual e moral. Receber educação; instruir-se.

*Produtor*: é a pessoa que dá origem; coordena a ação ou efeito de produzir; capaz de produzir com rentabilidade e rendoso.

*Realidade*: qualidade ou condição de real. O que existe efetivamente.

*Rural*: situado no, relativo ao ou próprio do campo.

## 4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, são relatados os resultados da pesquisa, fruto do levantamento da análise e da interpretação dos dados a ela afetos.

### 4.1 Pesquisa bibliográfica

#### 4.1.1 Antecedentes históricos da atividade rural

Diante da revisão bibliográfica realizada, pôde-se compreender que existe um “link” muito forte na relação entre produtor – educação rural - realidade conjuntural. É um *viéise* que se estabelece no sucesso do “*agribusiness & competitividade na entrada deste século XXI*”. O estudo procurou basicamente verificar a existência da relação ou não entre eles e as possíveis influências para o desenvolvimento da região enfocada. O ponto de maior dificuldade é o estabelecimento desta correlação - principalmente com a educação - enquanto ferramenta capaz de “*ensinar a aprender, e desaprender aprendendo*”.<sup>32</sup> Para o atendimento do presente objetivo, procurou-se investigar as políticas educacionais praticadas pelas escolas profissionalizantes e a expectativa dos alunos e dos produtores rurais – principalmente, aqueles que possuem filhos estudando nessas instituições.

O ambiente globalizador, que vem emergindo no mundo, exige dos administradores maior capacidade de prever e reconhecer oportunidades. O conhecimento e a tecnologia serão, cada vez mais, os diferenciais que representarão a vantagem competitiva das empresas e das pessoas. A adaptação dos negócios ao novo ambiente concorrencial exige a formação de recursos

---

<sup>32</sup> Gisley Francisco Baretta: Frase que estabelece a evolução do ato de “*ensinar a aprender e ensinar a “desaprender”* novamente para a mudança – novo.

humanos, privilegiando uma visão globalizante da empresa e da economia, que lhe permita aplicar seus conhecimentos no Complexo Rural do *Agribusiness*, de forma a estudar o setor rural em função das suas relações intersetoriais. Neste ponto, destaca-se a importância dos conhecimentos de gestão oriundos da academia, o que possível tratar, a partir daqui, como sendo “agronegócio” – gestão rural.

A atividade agrícola é caracterizada como sendo a mais antiga forma de atividade produtiva organizada da humanidade. Com a evolução do homem e das organizações, a atividade rural, que atendia às necessidades de sobrevivência, passa a operar no contexto de negócios. Para isso, ela é denominada de Complexo Rural, pois enseja sobre este Complexo – sistema – uma cadeia produtiva dividida em etapas, que se poderá passar, a partir de então, a denominar de “*agribusiness*” – como sendo relativo aos negócios do campo.

A tendência atual é de redução do número e ampliação do tamanho das Unidades de Produção. A chance para que as propriedades familiares de baixa renda tornem-se eficientes e lucrativas na atividade rural são limitadas. A persistência da agricultura de baixa renda significa manter uma parcela importante da população em nível inferior de vida e, conseqüentemente, a perda do potencial produtivo da sociedade. As mudanças sociais sinalizam para uma maior demanda por serviços para a população rural urbanizada e uma crescente aspiração de conhecimento dos métodos e técnicas de planejamento, execução e controle das atividades relacionadas ao “*agribusiness*”.

Os negócios agrícolas gerenciados pelas famílias, segundo o Censo Agropecuário de 1980, apresentavam índices de desperdício muito elevados, quadro este, que não mudou substancialmente até o início dos anos 90. É tempo de se voltar os olhos para a atividade da qual o sistema econômico e social depende para viver, tendo como fim último o homem, que dela necessita como fornecedora de alimentos e fibras. Até meados da década de 80, com crédito fácil o produtor rural não se via pressionado a desenvolver sua eficiência profissional. O domínio das técnicas agropecuárias era suficiente para manter a produtividade em um nível aceitável. Mudanças ocorreram e causaram uma descapitalização do setor rural.

Apesar disto, o setor produtivo modernizou-se, a mecanização ganhou espaço e a “biotecnologia” faz parte da vida de muitos produtores. As empresas agro-industriais ajustaram-se rapidamente às transformações adaptando-se às exigências dos consumidores.

Na realidade, o que a Unidade de Produção necessita é, de alguma forma, fazer parte do desenvolvimento deste novo conceito do “*agribusiness*” e competitividade que reconhece e fortalece a importância da integração. É neste novo ambiente, que a propriedade rural profissionaliza, moderniza-se, e começa a ser vista como uma empresa de fato e de direito; buscando otimizar suas ações de produção, entender sobre os mercados em que opera e aumentar o relacionamento com o segmento industrial. Para tanto, é necessário que o proprietário rural acompanhe essas transformações, uma vez que o sucesso de sua empresa passa primeiramente pela sua atuação gerencial. Mas, sem perder de vista o conhecimento exigido deste mesmo profissional, nas atividades relacionadas ao antes e dentro da porteira – sendo que estas duas, são responsáveis pela qualidade final do processo e a razão da existência do “*agriz*” - campo.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Deste total 4.139.369 estabelecimentos são familiares e ocupam uma área de 107,8 milhões de hectares, representando R\$ 18,1 bilhões do Valor Bruto da Produção. Os agricultores Patrimoniais são representados por 554.501 estabelecimentos, ocupando 240 milhões de hectares. Desse modo os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos e ocupam 30,5% da área total. Mesmo assim, são responsáveis por 37,9% do VBP da agropecuária nacional. Estes dados revelam que os agricultores familiares são mais eficientes na utilização da terra, uma vez que com uma área menor, contribuem proporcionalmente com uma parcela maior da produção que os patrimoniais. A análise regional demonstra a importância da agricultura familiar nas regiões Norte e Sul, nas quais mais de 50% do VBP é produzido nos estabelecimentos familiares. Especificamente, a Região Sul é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da

área e produzindo 57,1% do VBP regional. A renda total (RT) é anual, por estabelecimento familiar, para o Brasil foi de R\$ 2.717,00, obtendo uma média de R\$ 104,00 por hectare de área total. Os estabelecimentos patronais geram apenas R\$ 44,00 por hectare.

Os dados mostram que a atividade agropecuária ainda é um fator de considerável peso na formação da renda da agricultura e da ocupação rural e, apesar deste peso, a agricultura familiar na região, encontra-se carente de profissionais com qualificação em “*agribusiness*”. Atualmente, na produção os homens estão ligados entre si e dependem uns dos outros. Muitos bens podem ser encontrados prontos numa natureza, basta colhê-los e consumi-los; no entanto, não é o caso da maior parte dos bens que são utilizados. Por isso, esses bens devem ser produzidos, através do aproveitamento e da transformação dos recursos naturais existentes. Isso requer uma visão sistêmica da “*cedia do agribusiness*”; para que se tenha esta visão, é necessário conhecer e saber produzir, industrializar e vender.

Do aproveitamento e a transformação dos recursos naturais, resulta a produção de bens e dos meios para satisfazer as necessidades humanas. Por exemplo, o pão, um dos integrantes do “*business do trigo*”. É pois, sem dúvida, um alimento delicioso, consumido praticamente por todas as pessoas; mas, como é produzido o pão? Seu primeiro ingrediente, a farinha, esta por sua vez, é feita de trigo, milho, centeio, etc., que precisa ser cultivado. Para isso, é necessário o preparo da terra, semeadura, colheita, transporte, moagem, o trabalho do padeiro – mãe, e, no final, a comercialização (consumo). O homem, para produzir, retira a matéria-prima que necessita, através dos recursos naturais que estão à disposição, como a extração, o cultivo e a criação - agropecuária, realizando posteriormente, quando necessário, a atividade de transformação - indústria, distribuição e comercialização. De uma forma genérica, apresentou-se aqui a cadeia completa do “*agribusiness*”.

A produção agropecuária é a atividade na qual o homem cultiva plantas e cria animais. Divide-se em: a) *Produção Agrícola* – compreende o preparo do solo e o cultivo das plantas. Esta atividade foi uma grande descoberta do homem, pois

assim ele obtém uma variedade imensa de produtos, que atendem as necessidades imediatas. Nesse país, de extensão territorial tão imensa, com um solo e clima favorável, esta atividade poderá se transformar no celeiro do mundo, capaz de abastecer a nossa população e de outras nações. É uma atividade que não produz apenas alimentos para o consumo “in natura”, mas também para a transformação, dando origem a muitos outros produtos. Ex.: frutas, soja, trigo, arroz, hortaliças, etc.;

b) *Produção Animal* - baseia-se na criação de animais, que traz ao homem uma imensa variedade de produtos essenciais à sua sobrevivência. É uma atividade que depende das condições do solo e do clima. Obtém-se, através desta atividade, produtos de consumo imediato, ao natural como também matéria-prima que será utilizada nas indústrias de transformação. Exemplo: lã, peles, gorduras, carnes, leite, couro, etc.

Cabe neste momento, fazer uma análise mais criteriosa e com profundidade maior, a fim de esclarecer e entender melhor o que é “*agribusiness*” e o que é “agronegócio”. Para tanto, após quase meio século em que a palavra “*agribusiness*” surgiu no cenário dos estudos da agricultura, é um vocábulo em que a sua tradução requer ir um pouco mais adiante do que apenas uma tradução, a qual o dicionário possa oferecer. Se considerada a composição – *agriz* (campo) e *business* (negócio), obtém-se uma tradução para negócios do campo. É a tradução efetuada, levando-se em consideração apenas o termo. Fazendo-se uma analogia com outro vocábulo muito difundido dentro da Administração que é “Marketing”, depara-se com uma situação semelhante. Após muito tempo de estudos, sabe-se que marketing não é apenas colocar mercadorias em movimento. Até pode ser que seja, mas é necessário estar sistematicamente interligado com muitas outras etapas para que isso ocorra. Da mesma forma, ocorre com o “*agribusiness*”, que transcende a tradução, derivada apenas da composição de seu vocábulo. Em virtude disso, é que no Brasil está se fazendo algumas distorções com relação ao que é agronegócio e “*agribusiness*”. Ligeiramente exemplificando: agronegócio, está presente de forma mais concreta na terceira da cadeia produtiva do Complexo Rural – “após” a porteira, e “*agribusiness*” é a soma de todas as etapas que compõem o Complexo Rural, ou seja, “antes, dentro e após” a porteira da Unidade de Produção.

Neste sentido, o “antes”, “dentro” e “após” da porteira da Unidade de Produção (propriedade) são as etapas “*agribusiness*” e estão intimamente ligadas entre si. Desta relação existente entre elas, parece muito claro que se pode denominar de Complexo Rural, ou seja, que são todas as atividades desenvolvidas, no particular em cada uma delas, e que a sua soma será a razão da existência do seu “*business*”.

Modernamente, chama-se toda essa cadeia de Complexo Rural. De origem em 1957, o “*agribusiness*” é um vocábulo que caracteriza esta cadeia. Para tanto, é mister o seu estudo em todas as suas etapas, de forma integrada para que haja mais consciência de sua importância.

Para entender na prática, é tomado como por exemplo, o estudo feito a partir da relação existente nas “etapas do *business* do trigo”, fazendo parte da cadeia agroalimentar – trigo.

Quadro 6 - *Business* do trigo - etapas da cadeia do complexo rural do “*Agribusiness*”

ANTES	DENTRO	DENTRO	APOS
<i>Aqui estão todas as atividades desenvolvidas antes da porteira da unidade de produção</i>	<i>Aqui estão relacionadas as atividades desenvolvidas dentro da porteira da unidade de produção</i>	<i>Aqui estarão relacionadas todas as atividades que poderão estar ou não sendo executadas dentro da porteira da unidade de produção, pois dependem de conhecimento adicional de parte do produtor</i>	<i>Aqui estão todas as atividades desenvolvidas após da porteira da unidade de produção</i>
Produção e/ou fornecimento dos insumos e matéria-prima (Ex: adubo, semente, uréia...) produzidos pela indústria do setor.	Plantio da semente e rotinas com os tratos culturais até a colheita.  Esta etapa exige do produtor conhecimento técnico sobre a cultura. Também é a etapa em que ele deverá saber qual o profissional que deverá consultar no momento que necessitar para obter as informações de ordem patológica.	Poderá ser desenvolvida dentro da propriedade; pois se trata da primeira etapa de agregação de valor ao produto. Neste caso, tem-se a produção da farinha de trigo que será insumo para outras atividades. Pode-se transformar a farinha de trigo em pão, que também poderá ser insumo para outra atividade seguinte. Também esta atividade de agregação de valor, poderá ser desenvolvida por outras pessoas, fora da unidade de produção, fazendo parte indiretamente da cadeia de produção.	Esta etapa requer do produtor conhecimento principalmente, da ordem econômica e administrativa. Deve conhecer o mercado, seus nichos e suas tendências. Precisa saber a realidade conjuntural do seu negócio e as tendências globalizadas. Deve conhecer os seus consumidores, que são ou razão da existência da sua atividade. Precisa saber gerenciar as informações do agronegócio. Nesta etapa, encontram-se a oportunidade de trabalho para os profissionais genuinamente formados em “agronegócio”, pois deles dependem as informações, orientações e assessoria para o gerenciamento do complexo rural do <i>Agribusiness</i> .

Fonte: o pesquisador.

Ao se analisar o esquema a seguir, percebe-se que paralelamente foram apresentadas as etapas da prática do desenvolvimento sustentável na atividade agricultura. Isto possibilita indicar que é possível dentro do “*agribusiness*” desenvolver a agricultura orgânica; sabe-se que os seus produtos estão tendo uma aceitação muito grande entre os consumidores, principalmente por estarem livres de agrotóxicos – ou da indústria química. Também, já se percebem alguns ensaios na utilização desses alimentos como subsídios para tratamentos de saúde, através da medicina. Isso que dizer que os transgênicos estariam fora de mercado. Cabe ressaltar que os estudos contemporâneos sobre este assunto ainda estão sendo feitos e apresentam pontos favoráveis e pontos contrários a ele. Assim, resta aguardar um pouco mais para discorrer com posição definida sobre os transgênicos.

QUADRO 7 – Agricultura orgânica e o desenvolvimento sustentável – etapas da cadeia do complexo rural do “*Agribusiness*”

AGRICULTURA ORGÂNICA & DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
ANTES	DENTRO	DENTRO	APÓS
O próprio produtor produzirá sua semente crioula, que será utilizada no plantio direto ou combinado com outros tratamentos culturais.	O produtor deve conhecer todas as técnicas do cultivo mínimo, desde o plantio até a colheita, bem como, saber a quem recorrer quando necessário para maiores informações.	A agregação de valor ao produto “ <i>in natura</i> ” permite um maior ganho ao produtor. No caso de não haver condições técnico-financeira para que ocorra dentro da propriedade, é recomendado o associativismo com os demais produtores, para que juntos, através da cooperação possam agregar valor, fazendo a transformação.	O produtor deve ter um mínimo exigido de conhecimento de técnicas e gerenciamento de <i>business</i> ; é preciso conhecer a administração ligada à atividade rural e as oportunidades do mercado mundial. A satisfação do seu consumidor também é importante. Ressalta-se aqui que os produtos produzidos sem agrotóxicos estão tomando uma fatia considerada do mercado. A agricultura orgânica está sendo uma oportunidade de ganhos ainda maior aos produtores.

Fonte: o pesquisador

Como parte integrante do sistema produtivo, a atividade rural torna-se cada vez mais competitiva, exigindo do homem do campo constante aperfeiçoamento e busca de novas informações. As pesquisas nos grandes laboratórios de indústrias do setor, bem como nos centros das universidades e institutos de pesquisas, estão apresentando novos desafios ao Complexo Rural

brasileiro. Programas de treinamentos, através de órgãos e segmentos organizados, estão oportunizando àqueles que desejam administrar com segurança e garantia de resultados essas informações.

Antigamente, classificava-se o produtor rural com ênfase na dimensão do negócio. Atualmente, a classificação é a de produtor profissional e produtor não profissional. Na concepção de “*agribusiness*”, o produtor é a figura mais frágil do sistema, o qual sua eficiência refletirá no resultado da cadeia completa.

O homem que faz da lavoura ou da criação o seu trabalho, a fonte de sustento de sua família, precisa administrar a sua propriedade rural. Deve estar a todo instante bem informado do que está acontecendo, suas perspectivas e seus resultados. Administrar bem, significa aumento dos ganhos e uma melhoria na qualidade de vida no campo. Significa saber e conhecer todas as etapas do seu *business*, bem como onde encontrar as soluções quando necessitar.

Como o “sistema” é um conjunto de partes em interação, o administrador rural deverá conduzir sua propriedade aos moldes da administração de uma empresa, quer seja ela, comercial, industrial ou prestadora de serviços. Para tudo correr bem, é necessário estar sabendo o que se quer, onde a gente se encontra e para onde ela está indo. O bom administrador é aquele que, no mínimo coloque em prática os 04 processos administrativos – planejamento, organização, direção e controle (PDCA) em todas as etapas da cadeia do “*agribusiness*”. Com a aplicação de cada uma destas etapas, pode-se dizer que o sucesso do projeto está garantido. É lógico que, no decorrer do cumprimento e a execução do projeto, caminhos críticos surgirão para serem percorridos em virtude da flexibilidade e as novas tendências de seu “*business*”. Para isso, o planejamento deve ser flexível, possibilitando-se assim seus ajustes e mudanças para o melhor cumprimento do estabelecido. O controle é o principal instrumento de “*feedback*” para que isto ocorra. Ele funciona como instrumento de auxílio na verificação dos resultados estimados e os obtidos, bem como a sua correção. Enfim, na propriedade rural, tudo deve ser bem administrado, e não pode ser nada improvisado.

Para cada etapa da cadeia do “*agribusiness*”, tomando-se por base o exemplo - “*business* do trigo”, não resta dúvida de que o seu gerente deve conhecer bem todas as atividades desenvolvidas no antes, dentro e após da porteira da unidade de produção. Em todas as suas etapas aplicam-se conhecimentos das ciências naturais, sociais e exatas.

Cabe ressaltar que, nas duas primeiras etapas, é de suma importância aliar-se ao gestor os conhecimentos, advindos da Veterinária ( se a atividade for ligada a zootecnia) e Agronomia ( se a atividade for ligada a agricultura). Nestas duas etapas, não necessariamente ele precisa ter formação técnica acadêmica, mas que ele saiba em qual momento e onde buscar as soluções para os seus problemas. É importante então que tenha conhecimento suficiente da atividade que faz parte do seu “*business*”.

Na última etapa da cadeia do “*agribusiness*”, o produtor deverá estar muito bem informado com conhecimento de gestão, oriundos da Administração, Contabilidade, Informática e principalmente da Economia e mercados futuros. É a parte do Complexo Rural que tratará das questões eminentemente gerenciais e mercadológico.

Enfim, agronegócio abrange as atividades de gerenciamento, afinadas aos conhecimentos administrativo-econômico-financeiro do Complexo Rural, sendo mais exigidas na última etapa da cadeia. E “*agribusiness*” significa o conjunto de todas as operações desenvolvidas e os seus resultados dentro das três etapas do Complexo Rural – composto pelos setores de insumos, agropecuário, agroindústria, distribuição, comercialização e consumo, divididas em “antes, dentro e após” da porteira da unidade de produção. Sendo assim, ainda não se tem uma tradução estanque que sirva para o português. É preciso ir além, e analisar o “*agribusiness*” em sua magnitude. Só assim, saber-se-á a importância deste termo, que surge num momento importante do novo rural.

Neste sentido, convém chamar a atenção das Instituições Educacionais – principalmente as que tratam do Ensino Profissionalizante, ligadas á agricultura, para

o importante papel que possuem frente as tendências do “moderna unidade de produção produtiva” (expressão de uso exclusivo do autor para designar o novo campo rural). Como parte integrante de um sistema e, inseridas numa região que necessita ampliar a pesquisa, a difusão de tecnologias e projetos de desenvolvimento regional, cabe às instituições educacionais se tornarem parceiras deste desafio.

Conforme discorre o sacerdote jesuíta colombiano, Afonso Borrero, sobre a relação estreita que deve existir entre aqueles que fazem educação e a sociedade em geral, escreveu que **“as Universidades do mundo não podem esquecer que enquanto elas tem disciplinas, a sociedade fora delas tem problemas e a função da Universidade é colocar estas multidisciplinas à serviço da solução dos problemas do mundo”**. (o grifo é do pesquisador).

Existem os profissionais na área da Agronomia e da Veterinária; existem os Técnicos Agrícolas, os Administradores, os Economistas, os Contabilistas, enfim; mas não existem ainda profissionais devidamente preparados, para lidar com as operações, envolvidas com a agricultura e os negócios dela decorrentes; profissionais com visão empreendedora para gerenciamento e profissionalização das atividades da Unidade de Produção. Esta visão sistêmica do Complexo Rural será o diferencial de sucesso do seu *“business”*.

Deve-se destacar aqui, que não só as universidades têm de relevante responsabilidade com esta nova fase do ensino profissionalizante, mas as instituições educacionais e entidades que tratam do ensino profissionalizante ao nível médio e pós-médio, como é o caso das escolas Agrotécnicas, colégios agrícolas, centros de educação e treinamento, bem como as casas familiares rurais. Estas estão em contato ainda mais cedo com os jovens que buscam na educação profissional o caminho para sua realização profissional. Portanto, é imperioso afirmar a necessidade de repensar algumas ações e práticas pedagógicas, a fim de oportunizar uma simetria, entre a educação rural e a realidade conjuntural, esperada pelo produtor regional.

Antecipam-se alguns pontos, a serem levados em consideração, no que diz respeito à trajetória do “*agribusiness*” dentro do Complexo Rural. Não se quer esgotar, neste estudo, as tendências e os novos caminhos que serão percorridos pelos negócios do campo, mas apresentar de forma singela alguns pontos que merecem atenção e estão sendo apresentados como os caminhos que em outros países já iniciaram sua trajetória. Poderá alguns deles não se aplicar ao caso brasileiro, mas seria impossível deixar de mencionar como um rito de passagem para o “moderna unidade de produção produtiva”, observando-se as experiências mundiais contemporâneas.

O primeiro deles está relacionado com a administração. A capacitação do gerente, principalmente nos pequenos empreendimentos, é fundamental, pois, em geral, é a mesma pessoa que toma as decisões administrativas, tecnológicas e comerciais da empresa. Esta capacitação não decorre apenas de conhecimentos de gestão do seu “*business*”, mas também da necessidade de conhecer bem todas as atividades e rotinas desenvolvidas na cadeia do “*agribusiness*”. Daí a necessidade do conhecimento mais híbrido.

A região analisada neste estudo é estritamente ligada ao minifúndio, com raros casos específicos de produtores que possuem mais 15 a 20 ha de terra; as unidades de produção são familiares. Isto fez-nos perceber que uma mesma pessoa executa uma variedade de atividades que interligadas produzem o resultado de seu “*business*”. Ainda, percebe-se que existe uma lacuna muito grande para ser preenchida no conhecimento geral da cadeia do “*agribusiness*”, em todas as suas etapas. Aprender a estabelecer uma relação de “causa-efeito” e de “custo-benefício” é uma necessidade emergente. Com isso, cabe aos organismos educacionais e de treinamento oportunizar a esses produtores condições de aprendizagem e aplicabilidade destes conceitos na prática.

Nos grandes empreendimentos, o nível do treinamento e a especificidade do produtor são maiores, tornando-o uma atividade programada. Um relacionamento maior com as instituições prestadoras de serviço nas áreas gerenciais, tecnológicas e comerciais pode facilitar a execução dessas atividades. Vale a pena enfatizar que,

para os gerentes do Complexo Rural do “*agribusiness*”, a adaptação ao novo ambiente competitivo é o principal desafio a ser vencido no futuro próximo. A profissionalização das atividades desenvolvidas, em cada etapa da cadeia, é a meta principal para o sucesso do seu “*business*”.

Uma avaliação abrangente das transformações da agricultura nas últimas décadas, na órbita dos países integrantes do chamado capitalismo avançado, certamente colocará em destaque os espetaculares ganhos de produtividade e a radical transformação da base tecnológica dos processos produtivos agrícolas.

Mas há outros aspectos das transformações da agricultura e do mundo rural que merecem ser destacados, especialmente no que refere-se às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Neste sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nessas áreas.

No Brasil, a emergência das atividades não-agrícolas no meio rural vem despertando o interesse de diversos estudiosos. Esta nova face do mundo rural está associada às transformações estruturais das formas de ocupação e emprego da agricultura brasileira.

Um novo paradigma “pós-industrial” está emergindo, fazendo com que o mundo rural volte a ser maior que a agricultura. Entretanto, as mudanças provocadas pelo processo de desenvolvimento (gerando rápida urbanização), combinadas com a revolução tecnológica, estreitaram as funções da propriedade. Basicamente, a propriedade agrícola mudou sua atividade de subsistência para uma operação comercial, em que os agricultores consomem, cada vez menos, o que produzem.

Essa “moderna unidade de produção produtiva”, é composta de alguns subsetores de atividades muito importantes. O moderno agricultor é um especialista, com uma agropecuária com base em entendimento de “*commodities*” e mercados futuros com íntima ligação ao complexo agroindustrial e um novo conjunto de ações

que geram renda no entorno agropecuário.

O mundo rural dos países desenvolvidos tem um novo ator social já consolidado: as famílias combinam atividades agrícolas e não- agrícolas na ocupação de seus membros, surgindo a pluriatividade. A característica fundamental dessas famílias é que eles não são mais apenas agricultores e/ou pecuaristas; eles combinam atividades dentro e fora de sua unidade de produção, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, deixam de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converter em trabalhadores - empregados ou por conta própria - que combinam formas diversas de ocupação (assalariadas ou não) em distintos ramos de atividades (agrícolas e não-agrícolas).

Tomando-se a pluriatividade como a marca fundamental desse novo agricultor, pode-se assinalar aqui vários outros fenômenos relacionados que podem ser observados na “moderna unidade de produção produtiva” dos países desenvolvidos, como o desmonte da atual estrutura das unidades produtivas,<sup>33</sup> a especialização produtiva, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários,<sup>34</sup> a formação de redes de fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial,<sup>35</sup> crescimento de oportunidade de emprego para quem possui qualificação no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais e não-agrícolas, e por fim, a melhoria da infra-estrutura social e de lazer, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, tributando o acesso aos bens públicos, como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além de uma

---

<sup>33</sup> Arnalte, A. E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. Revista de Economía, Madrid. 666:101-117 (feb.), 1989.

<sup>34</sup> Arnalte, A. E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. Revista de Economía, Madrid. 666:101-117 (feb.), 1989.

<sup>35</sup> Green, R. H. & Santos, R. R. Economía de red y reestructuración del sector agroalimentario. Paris, INRA, 1991.

melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais.<sup>36</sup>

É claro que esse novo mundo rural dos países desenvolvidos não é nenhum paraíso: os índices de pobreza e miséria, bem como o isolamento das populações de menores rendas, apesar de terem se reduzido, ainda continuam altos das regiões urbanas. Basta nós querer tratar o crescimento apenas como forma de acúmulo de riquezas. Devemos tratar de crescimento, levando-se em consideração o desenvolvimento, pois caso contrário, o “progresso econômico” aumenta ainda mais a distância entre as comunidades mais pobres e as mais ricas.

Nos países em desenvolvimento também já se percebe com clareza o fenômeno da “pluriatividade” e da agricultura em tempo parcial, embora sem a magnitude que assume nos países desenvolvidos.<sup>37</sup> É notório que há diferenças substanciais, ainda que se possa observar, em graus diferentes de importância relativa conforme as diferentes regiões do país, os mesmos fenômenos apontados anteriormente: especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agro-industriais, o crescimento do emprego rural não-agrícola e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural.

Contudo, o que antes era uma divisão entre moradores do perímetro rural e moradores do perímetro urbano ainda existe. Surge aí uma nova concepção de agrícola e rural, sendo que o agrícola está estreitamente ligado às atividades tradicionais da agropecuária; enquanto que o rural está sendo descrito como o entorno agrícola. São as atividades e serviços decorrentes e resultantes da “moderna unidade de produção produtiva.”

---

<sup>36</sup> BARLETT, P. Part-time Farming: Saving the Farm or Saving the Lyfestyle? Rural Sociology, EUA.

<sup>37</sup> SCHNEIDER, S. As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no RS: O Caso da Agricultura em Tempo Parcial. Ensaios FEE, Porto Alegre 16(1):105-129, 1995 e também ANJOS, F, S. Agricultura Familiar em Transformação: O Caso dos Colonos-Operários de Massaranduba, SC, Pelotas, Ed. Universitária, 1995, 169 p.

#### 4.1.2 Extensão rural e associativismo

A extensão rural é uma prática que se bem planejada e organizada produz muitos frutos dentro do Complexo Rural. É uma ferramenta capaz de auxiliar a educação profissionalizante atingir seu objetivo de pois se adotar-mos a máxima de que **“saber aprender a desaprender; saber fazer fazendo, e difundindo”**, (o grifo é do autor), estará contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento sustentado. Com isso, se quer dinamizar o processo de reciclagem que exige rapidez na assimilação de novas técnicas. Também quer dizer que o produtor deve captar a nova dinâmica e ser capaz de implementar na sua unidade de produção, provocando o “efeito dominó” nas unidades produtoras vizinhas que ele percebe a mudança e seus efeitos.

Atualmente, propostas para o desenvolvimento de propriedades rurais são encaradas como alternativas para crescimento individual e tecnológico de comunidades. A forma mais utilizada no Brasil é o processo de extensão rural, implementado por órgãos municipais, estaduais ou federais, buscando atender as necessidades dos produtores, através do repasse tecnológico e oportunidades de aperfeiçoamento. O princípio deste trabalho está na educação dos envolvidos, realizada gradualmente, obedecendo a critérios estabelecidos pelos órgãos responsáveis. Observa-se que, muitas vezes, as atividades desenvolvidas nas propriedades são ineficientes, ocorrendo mudanças positivas inicialmente e, com a diminuição da participação direta dos extensionistas, regredindo ao estágio inicial ou permanecendo estáticas.

Verificando as teorias de Desenvolvimento de Recursos Humanos, observou-se que falta consonância entre propostas da extensão rural e princípios das teorias, podendo-se considerar fator determinante para o sucesso/insucesso dos trabalhos desenvolvidos. Relacionado às diversas causas desta situação, verificam-se outros fatores: extensionistas ineficientes, planejamento realizado por pessoas sem vivência de campo, pouca autoridade aos extensionistas para condução das atividades, diversidade das necessidades intrínsecas de cada comunidade e outros. Nota-se, porém, que existe a preocupação na tentativa de detectar onde ocorrem

pontos falhos na implementação dessas atividades, podendo-se tornar a extensão rural um meio eficaz de desenvolvimento das propriedades rurais.

Para tanto, a participação no planejamento, pode ser entendida em forma de decisão, de execução e de resultado, porém, a participação nas decisões é um processo de ação coletiva, uma vez que participar das decisões é descentralizá-las, democratizando-as, permitindo condições a todos os envolvidos para se informarem, discutirem e opinarem sobre estratégias e objetivos.

Identifica-se, aqui, as 3 fases fundamentais do planejamento participativo: processo iniciador, momento de formulação de uma estratégia e necessidade da organização. A participação é a essência neste modelo de planejamento e compreendê-la representa entender a relação de poder existente neste tipo de planejamento.

Por outro lado, reaparece fortemente a figura do “Multiplicador”, como sendo o elo de ligação entre a assistência técnica e os moradores do meio camponês - a comunidade. Este indivíduo não faz parte da empresa de assistência e extensão rural, nem é pago pelo poder público. É uma pessoa, indicada preferencialmente pela comunidade, que posteriormente será treinada e qualificada de acordo com os ensinamentos técnicos. Para o processo ser mais facilmente compreendido, deve-se dar a preferência para um produtor que tenha capacidade física de implantar na sua propriedade as Unidades Demonstrativas de Métodos (UDM), que funcionarão como laboratório de apoio na difusão de novas experiências.

Não se está mais vivendo nos tempos em que se “pagava para ver”. Esse ditado popular deve ser excluído das atividades do Complexo Rural, pois tem um custo financeiro muito alto. Em seu lugar, deve-se introduzir as UDM que estarão dando o suporte técnico àqueles que se utilizam da política de São Tomé: “só vendo para crer.” Com base na vivência dos resultados mais próximos de sua realidade, o produtor terá condições mais fáceis de assimilar o que a extensão rural e assistência técnica desejam implantar. A figura do Multiplicador desempenhará papel de

relevante interesse, pois estará dando as condições necessárias para o sucesso dos projetos futuros.

Uma preparação dos indivíduos para a participação consciente, dentro da proposta de um novo modelo de desenvolvimento, viabilizar-se-ia pela educação. Com os métodos participativos, a organização assumiria outra prática social, investindo no processo dialógico de comunicação, que é baseado na ação, na reflexão sobre a ação e numa nova ação, de acordo com as situações concretas dos processos de desenvolvimento, principalmente nos aspectos sócio-econômicos.

Assim, não se pode chamar de planejamento participativo uma consulta que certa organização faz á população para a qual está orientada sua atuação. Muito menos mobilizar a população para fazê-la aprovar ações pré-planejadas pelo organismo.

A tecnologia eficiente para o produtor, de acordo com os problemas alegados por ele, será aquela que: for orientada para instrumentalizar a posse da terra e outros meios de produção; valorizar a mão-de-obra familiar disponível; atender ás necessidades da sobrevivência familiar com qualidade de vida; potencializar a comercialização dos produtos, para garantir possíveis investimentos em benfeitorias para a propriedade e poupar o trabalhador rural do desgaste físico.

Os próprios técnicos reconheceram que muitas técnicas repassadas foram rejeitadas por falta de recursos materiais, humanos e de infra-estrutura.

Os produtores sentem, ainda, carência de informações e de organismos mediadores que possam representá-los, junto às instâncias superiores, na busca das soluções para muitos dos seus problemas. Para isto, seria necessária uma ação mais compromissada da extensão rural, que deveria assumir o seu papel político como testemunha da situação de desamparo da população rural, abandonando a difusão de tecnologias como um fim em si mesma, em que são depositadas todas as ações do sistema de pesquisa e extensão, sob a perspectiva de soluções puramente técnicas para os problemas sociais no campo e que a própria extensão contribuiu

para que fossem agravados.

Dessa maneira, o sucesso e a qualidade do sistema de extensão, dentro de um contexto democratizado e dialógico, estarão garantidos, a partir de uma ampliação, para os extensionistas e para o seu público, de um espaço para a participação ativa e educativa, dentro do processo decisório/ideológico organizacional e uma mudança paradigmática no sistema de atuação e formação dos profissionais voltados para a área de extensão rural.

De outro lado, encontra-se a ausência de programas efetivos para a mulher camponesa. É sabido que a valorização de todas pessoas que compõem a unidade de produção é o ponto de partida para que elas não desanimem e migrem para outras atividades e os centros urbanos.

Percebe-se a necessidade de valorizar e buscar o alto envolvimento da mulher na produção de “autoconsumo” familiar - cultivo e processamento de alimentos, criação de animais, costura, artesanato, haja vista que ele não é concebido como atividade produtiva, porque não gera, ou gera pouco dinheiro, sendo, portanto, bastante desvalorizado.

Para tanto, é necessário que sejam estabelecidas ações que lembrem a mulher – um trabalho que possa ser iniciado, já com as jovens agricultoras, como de conscientização para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Com relação ao jovem rural, procura-se chamar a atenção para algumas considerações. Por serem pessoas dinâmicas, em virtude de sua fase de crescimento, estão muito angustiadas com relação ao seu futuro profissional. Querem e buscam em todos os lugares alternativas para terem uma vida melhor. A atividade agrícola, no modelo que está posta, não lhes é atrativa, gerando descontentamento e atritos familiares. São duas ou mais gerações que passam a conviver num mesmo ambiente em que as novas relações de trabalho e capital também mudam o panorama na agricultura.

É necessário que as entidades organizadas e as instituições educacionais revejam os atuais modelos de profissionalização com o objetivo de devolver a estes jovens o espírito empreendedor, alinhados com a sua satisfação profissional de fazer da arte de cultivar a terra e manejar a natureza um atrativo.

Por fim, a Extensão Rural deve focar suas ações para a melhoria da qualidade de vida no campo, valorizando-se o ser humano em sua plenitude. Já a assistência deve implementar programas que visem a incrementar melhorias técnicas nas atividades já existentes – tradicionais, com o objetivo de aumentar a produtividade, bem como apresentar projetos com novas alternativas de renda. Para o sucesso pleno se faz necessário um levantamento da viabilidade técnica de cada propriedade e a vocação de cada região. Estar mais perto da unidade de produção, com o objetivo de recomendar os tratos e rotinas técnicas aos produtores é fator preponderante para o atendimento de metas.

#### 4.1.3 O cooperativismo agrícola, como forma de associativismo

Os aspectos históricos envolvendo as cooperativas remontam a mais de 150 anos. A idéia é bastante antiga, mas os ideais e as posturas persistem até hoje. Na essência pouco mudou desde a fundação da primeira cooperativa, em 1844, na pequena cidade de Rochdale, na Inglaterra.

A idéia do cooperativismo ultrapassou os oceanos e chegou à América nas três primeiras décadas do século XX. Desenvolveu-se muito no Novo Continente, e também chegou ao Brasil por volta de 1932, tendo sido consolidada pelo Decreto Federal nº 22.232/32.

Os fatos impulsionadores da idéia cooperativista, em 1844, estavam centrados na capacidade operacional dos artesãos, que se limitaram às condições de trabalho existentes na época. Cada um deles era um profissional capacitado, mas que atuava sozinho, utilizando-se de sua força física para produzir bens – e, muitas das vezes, somente poderiam desenvolver um produto de cada vez.

Essa limitação operativa reduzia substancialmente sua possibilidade de atendimento a mais de um cliente. Não tinham flexibilidade. O prazo de entrega era muito longo, devido à unicidade operacional.

Hoje, mais de 150 anos depois, novamente o mercado solicita volume e produtos com melhor qualidade. Agora, em escala muito maior, as organizações mercantis precisam atender aos anseios e demandas do mercado consumidor. Para isso ser possível devem produzir produtos competitivos a preços adequados e no menor tempo possível.

As limitações, hoje, não são de capacidade física, mas de tecnologia para manufaturar bens com qualidade e eficácia. Essa falta de modernização operacional os impede de serem mais ágeis no processo produtivo em busca de novas técnicas de aprimoramento no produto e nos processos operacionais. Isto reduz a capacidade das organizações em serem competitivas.

Ontem, o motivo para mudança na atividade dos artesãos foi a revolução industrial. Hoje, esse motivo é a necessidade, incomensurável, de todos ficarem muito mais competitivos com o mundo globalizado.

Portanto, as transformações técnicas e operacionais, implementadas em algumas cooperativas, permitiram que se formulasse a seguinte hipótese de trabalho: que as cooperativas agro-industriais busquem lucros crescentes para a reprodução de sua “*tecnoestrutura*” e, conseqüentemente, o aumento da competitividade no Complexo Agroindustrial, dentro do mesmo ideal capitalista. Este modelo está fadado ao desaparecimento; sendo monopolizado por si próprio, ou seja, a junção de cooperativas de um mesmo segmento numa única razão social, a fim de se tornarem competitivas. Parece estar se formando a ruptura entre os interesses da agricultura familiar – princípio da criação de muitas cooperativas em nossa região, com o sistema cooperativo; estariam passando a atuar como comerciante, sem nenhuma diferença com as demais empresas que comercializam produtos agropecuários.

Para os produtores, a recomendação é a criação de pequenas cooperativas como forma de associativismo.

Através da criação dos módulos de produção, para cada segmento organizado, que posteriormente serão chamados de cooperativa, darão ao produtor maior competitividade. Poder-se-ia citar, como exemplo, o “*business*” do trigo; cada agricultor, em sua unidade de produção, após o plantio e a colheita tem uma produção estimada de grãos. A produção total de grãos poderá permanecer em cada propriedade ou ser concentrada numa unidade armazenadora que, por sua vez, terá alguns destinos: comercializá-los, como insumo a outras atividades ou passar por um processo de agregação de valor (farinha), que também, por sua vez, poderá então ser comercializada como insumo á outra atividade (pão);

Se os agricultores integrantes do módulo de produção – o número de integrantes dependerá da capacidade produtiva de cada um deles, com o objetivo de não fazer concorrência entre si e da capacidade da total comercialização “*in natura*” ou industrializada do produto -, tiverem a condição de aplicar ao “*business*” do trigo (produção, industrialização, comercialização), sem dúvida estarão assegurando um valor financeiro maior e, conseqüentemente aumentando a sua rentabilidade. A todo este processo do “*agribusiness*”, podemos denominar de “Complexo rural do trigo”.

Ao se tomar como base qualquer outra atividade, como exemplo, pode-se perceber que essa forma de organização também se aplica com muita facilidade. Basta fazer o zoneamento das unidades de produção, através do levantamento de viabilidade, encontrando a sua vocação; posteriormente, aplicar a cadeia do “*agribusiness*” no seu “*business*”.

A criação de uma marca para os produtos oriundos do módulo de produção é um ponto importante para que haja a comercialização, visto que se apresenta como alternativa de agregação de valor aos produtores, fazendo parte da terceira etapa do Complexo Rural. Esta marca funcionará como uma espécie de “guarda-chuva”, pois serão alojados todos os itens de produtos oriundos da industrialização feita nos módulos de produção.

#### 4.1.4 A educação profissionalizante

Neste final de século, assiste-se a modificações profundas na economia mundial e nas relações estabelecidas entre aqueles que produzem o conhecimento e a sociedade.

O capitalismo torna-se transnacional já que o capital se tem desterritorializado, sem pátria. As mudanças na produção econômica têm levado a profundas modificações nas relações de trabalho, acenando para novas exigências de qualificação.

Outra característica relevante, é o fato de que a máquina agora não vem substituir só músculos, mas também, cérebros humanos. Este capital humano, passa à ser mais exigido no tange aos conhecimentos prévios do irá desempenhar. Se por um lado, facilita o trabalho em nossos tempos, por outro, não se podem prever as conseqüências desencadeadas neste processo.

Cresce o número de organizações que investem recursos para a criação de universidades corporativas.

As mudanças radicais na natureza do trabalho, os novos paradigmas de competitividade no Brasil, as pressões competitivas em cada negócio e o novo paradigma na gestão do conhecimento são as principais razões que justificam a necessidade de as organizações estarem repensando a gestão de pessoas.

Por sua vez, os dirigentes empresariais tendem a descartar modelos e teorias ultrapassadas, como os antigos paradigmas tayloristas e militaristas que levaram à repressão, à desumanização da relação no trabalho, à “robotização” dos membros das equipes e à desmotivação.

A abertura econômica no Brasil chega, como nos outros países, devastando o emprego. O mundo do trabalho apresenta um quadro desalentador, suas profundas modificações implicam com vários problemas sociais, principalmente o desemprego, os quais se somam aos que a nossa sociedade acumulou durante anos, ou seja, ao atraso politicamente organizado, no que refere-se a necessidades sociais básicas.

Os trabalhos repetitivos, feitos por operários treinados, são gradativamente substituídos por equipamentos avançados e complexos, exigindo um profissional com maior nível de escolaridade para trabalhar com tais equipamentos.

Em face deste quadro, quando a referência é automação industrial, as novas habilidades requeridas pela empresa, em termos de formação profissional e de educação são: quanto á formação profissional, a tendência é exigir: *em termos de atributos* - raciocínio lógico, concentração, conhecimento técnico geral, coordenação motora, destreza manual, habilidade para aprender; *em termos de conhecimentos* –eletrônica, informática, geometria, mecânica, manutenção.

Quanto á educação geral, as exigências, basicamente, seriam: *em termos de atributos* - conhecimento verbal, comunicação escrita, relacionamento com vários níveis hierárquicos, aspiração profissional; *em termos de conhecimentos* - conhecimento geral, processo global de fabricação, gestão da produção e estatística.

Objetivando-se adequar a educação ás mudanças do processo produtivo vigente muda-se a legislação de ensino com a implantação da L. D. B. 9394/96, redimensionando as práticas educacionais, até então utilizadas, para que estas acompanhem as transformações que perpassam a nossa sociedade.

Atualmente, exige-se um profissional com maior flexibilidade, novas habilidades, capaz de se relacionar e se comunicar socialmente com mais eficácia, além de ter conhecimento de uma outra língua, domínio da informática e das novas tecnologias que se ampliam e avançam velozmente. Saber trabalhar em equipe, com

iniciativa, entusiasmo, criatividade e, principalmente, disposição para aprender; para se aperfeiçoar continuamente, são pressupostos indispensáveis.

Portanto, está claro que o mundo do futuro exigirá muita educação e profissionais polivalentes, “multifuncionais”, alertas, curiosos - pessoas que se comportam como alunos interessados o tempo todo. Os locais de trabalho e a própria casa parecerão escolas, onde se estuda e se aprende de forma continuada.

Para atender esse requisito, deve-se buscar o estabelecimento da integração entre as formas de educação geral e profissional, através de articulações que favoreçam à integração dessas duas modalidades. Assim, não se pode ter como suficiente para a formação do trabalhador, frente a um mundo globalizado, uma reforma de ensino técnico que distingue a educação geral da educação profissional.

Ao contrário do que está estabelecido na nova LBD, a lei 9394/96, os jovens devem ir em busca de conhecimentos mais sólidos, que envolvam habilidades e conhecimentos que não são adquiridos nos cursos de formação profissional. O mundo do trabalho tende a exigir, cada vez mais, uma nova qualificação que implica flexibilidade para o trato com a produção, hoje constituída por equipamentos versáteis e reprogramáveis, assim como para a participação eficiente em uma nova organização, que exige participação em diversos níveis de decisão.

Neste sentido, apresentam-se aqui, alguns pontos considerados importantes e como integradores da educação geral com o ensino profissional.

Hoje, no mundo inteiro, já existem proposições de renomados educadores, preocupados com o homem do campo, defendendo a Pedagogia da Alternância, praticada pelas Casas Familiares Rurais. Os relatórios expressam que o conjunto das operações complexas tendem, no tempo da formação inicial, a assegurar um alto nível dos conhecimentos e a reforçar a profissionalização preconizando essa articulação, desde o início da formação. Situa-se entre a aquisição dos conhecimentos disciplinares teóricos e práticos e o exercício efetivo

da relação do ensino e da aprendizagem, em consonância com metodologias que permitam eficiência.

Uma articulação desse tipo supõe uma prática denominada de alternância. Outros relatórios descrevem que a alternância é o meio chave para “desescolarizar” a formação das pessoas. Essas metodologias seriam para formar com alternância, mas não formar para a alternância; é uma outra problemática bem mais complexa e que supõe passar para uma formação com alternância.

A questão de formar os formadores com alternância é colocar estratégias; é criar condições para que se desenvolvam, desde o início da ação, com a prática do trabalho profissional, a utilização do terreno como lugar de observação, da experimentação como suporte do processo de aquisição dos saberes: “saber fazer” e “saber estar”, passos em direção da abstração. Desse modo, desenvolver-se-ão também as estratégias para a formação de sujeitos responsabilizáveis, comprometidos com a sua realidade.

Para que isto aconteça, pode-se resumir as quatro modalidades essenciais: a) a colocação em situação profissional com responsabilidades; b) a inserção num bom ambiente humano a equipe pedagógica com função de tutoria; c) uma verdadeira simbiose, entre a ação e a formação, deve ocorrer para que a pessoa construa sua identidade profissional. Assim, pessoa e o profissional se formam e crescem juntos e na permanência das diversas fases do percurso, o que supõe que a estratégia da alternância seja mais do que uma simples justaposição de tempo; d) trabalhar a possibilidade máxima do desenvolvimento das estratégias pessoais. Esta supõe a organização de cada formador - alternante e de um plano de formação coletivo da Instituição responsável pela formação.

Portanto, a Alternância pode ser utilizada para sair das concepções da formação pelo ensino, para entrar na perspectiva dinâmica de “ação-formação” e de “ação-pesquisa”, o que constitui toda a formação permanente.

A Pedagogia da Alternância permite uma formação integral e permanente. Definida desta forma, podemos buscar o novo conceito que envolve a educação profissionalizante, que consiste em " *aprender a desaprender aprendendo; e saber fazer fazendo e difundindo e multiplicando.*"<sup>38</sup> Esta nova concepção de formação, consiste no desenvolvimento pessoal e social da imaginação, da criatividade e da cooperação dentro de sua realidade. Para todas as pessoas, a realidade e o que vivem a cada dia seu trabalho, suas atividades, suas diversões, etc., a realidade da vida provoca interesse. Tal pedagogia permite que os jovens do campo recebam uma educação adaptada ao seu meio. Fomenta a iniciativa, o sentido de responsabilidade e a cooperação. Transforma a exploração rural de seus pais e vizinhos num valioso campo de aprendizagem e experiências, dispensando esta infra-estrutura na Casa Familiar Rural – são consideradas com Unidade Demonstrativa de Método (UDM). Permite a aplicação imediata de tudo que ele for aprendendo paralelamente à capacitação de sua família. Também, permite ao jovem prosseguir ajudando seus pais nas tarefas de exploração da propriedade, não gerando a perda da mão-de-obra; educa duas gerações simultaneamente. A alternância desperta muito interesse da família na ida e vinda do jovem, alcançando resultados rápidos. Ensina o jovem a viver em grupos na família e fora dela. Alternância é um processo pedagógico que exige muita responsabilidade de todos - agricultores, jovens, monitores, autoridades.

O fato de formar com alternância provoca e facilita a compreensão das modalidades para desenvolver as práticas educativas nas alternâncias. Os objetivos são de desenvolver aprendizagens de acordo com pedagogia da alternância, usando estratégias de atividades variadas, diversificadas, personalizadas e, também, que sejam solidárias e cooperativas.

A alternância é tanto para instituições quanto para as pessoas em formação, uma sucessão de rupturas de relações entre espaços e tempos diferentes. O espaço "sócio-profissional" compreende diversos meios, modo de vida (familiar, profissional e social). Por sua vez, o espaço tempo escolar,

---

<sup>38</sup> Gisley Francisco Baretta – autor da Dissertação de Mestrado. (o grifo é do autor).

correspondente ao centro de formação constitui o meio e o tempo escolar devido.

Em cada um desses meios, o jovem vive, age, sofre influências, aprende, é sujeito de assunto, ator no meio global.

Não é suficiente mandar os jovens ao mundo da produção, através de alguns estágios, ou sucessão de tempo de trabalho prático e tempo na escola, sem ligação entre eles, para que exista uma formação alternada. Encontram-se alternâncias verdadeiras, falsas e de má qualidade. Nem sempre quando uma escola pratica a alternância os jovens são beneficiados. Existem condições mínimas para que uma formação com alternância seja eficiente para um indivíduo.

A Alternância não é um simples método didático como, muitas vezes, ele é reduzido. A alternância intervém, influi obrigatoriamente sobre todos os elementos do campo educativo, sejam as instituições, seja a estruturação do organismo de formação, as estruturas “sócio-profissionais”.

Neste final de século, o ambiente econômico internacional tem-se caracterizado pela liberalização do comércio, pela constituição de áreas de livre mercado e pela mobilidade do fator capital. Em contraposição, as inovações tecnológicas enfrentam, nos países em desenvolvimento, as barreiras da escassez de recursos para a pesquisa e formação do capital humano e, nos países desenvolvidos, aquelas propiciadas pela imperfeição do mercado, entre outras, a impedirem a difusão do conhecimento científico. Já o mercado de trabalho continua fechado, e os bolsões de desemprego se expandem. Portanto, a globalização dos mercados ainda é restrita, mas o processo de liberalização avança e tem grande impacto sobre as economias nacionais, expondo produtos e firmas à concorrência internacional e a maior número de competidores.

O escasso apoio oficial e a desarticulação, entre as ações existentes, são consideradas as principais razões que impedem um mínimo de qualidade de vida para o trabalhador no meio rural, promovendo o êxodo e suas conhecidas conseqüências. Vários grupos temáticos que tratam de cadeias produtivas

concluem, em seus diagnósticos, que a má qualidade da mão-de-obra e a não fixação do homem no campo constituem fatores limitantes do desenvolvimento de suas atividades econômicas.

O problema em questão pode ser tratado da seguinte forma: em primeiro lugar, a população rural volta-se para o espaço urbano – basicamente para as pequenas e médias cidades do interior; em segundo lugar, essas cidades são o primeiro passo do processo migratório e esse papel está fortemente associado à escassez de oportunidades para a população migrante e ao seu baixo padrão de vida.

#### 4.1.5 Realidade conjuntural

Apesar de todas as mudanças estruturais anteriormente descritas pelas quais vem passando o meio rural, as políticas a ele dirigidas continuam direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Não se tem levado em conta, por exemplo, o fato de que as zonas rurais tem necessidades e novas típicas de uma sociedade urbana moderna como, por exemplo, a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, além das áreas exclusivamente agrícolas e pecuárias. Se pelo menos estas acontecessem, já seria um avanço.

Na região analisada, são raros os municípios que possuem acima de 50 anos de emancipação político-administrativa. É uma das regiões mais novas do Brasil, com muitas frentes de trabalho ainda por ser exploradas. O processo de colonização ainda está muito evidente. As transformações de ordem estrutural estão sendo implementadas de acordo com o crescimento regional.

Apesar de as distâncias limítrofes dos municípios não serem muito elevadas, observa-se que em alguns a distância parece ser maior, se levado em consideração o progresso desordenado. Algumas cidades se destacam

economicamente, possuindo suas atividades inteiramente ligadas ao meio rural. Daí surge a máxima popular regional “*que a agricultura vai bem, o comércio também vai*”. Isso tudo possibilita perceber a estreita ligação que existe entre o progresso regional com as atividades advindas do meio agrícola.

Além dos mecanismos tradicionais de desenvolvimento da agricultura, que em alguns municípios parecem estar tão distantes até o presente, é necessário estar atentos para as mudanças no entorno agrícola, através dos novos produtos e serviços que poderão ser oferecidos.

A conclusão é que, o meio rural já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agro-industriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas novas atividades rurais – agrícolas e não-agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para um conjunto de pequenos produtores que não podem ser chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

O mundo rural vem sendo valorizado cada vez mais como produtor de bens não tangíveis tais como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e do surgimento de uma gama de novos produtos oriundos da agricultura, tais como, a criação de animais exóticos, cultivo de flores raras, pratos orgânicos, etc. Ou seja, além de um espaço de preservação ambiental, o rural começa a ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e renda para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não têm a qualificação necessária para se inserirem nos setores urbanos em expansão. Trata-se, em última instância, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural as mesmas possibilidades que encontraria nos centros urbanos.

Não é portanto de estranhar que acreditem que para alcançar a cidadania é preciso mudar para a cidade mais próxima. Mas, como infelizmente essas pequenas e médias cidades que são contíguas aos espaços rurais não urbanizados, tampouco têm essas condições para oferecer ao migrante rural; estão dadas as condições necessárias e suficientes para que ele empreenda a segunda etapa de sua migração em busca das grandes cidades. Antes era em direção às capitais e grandes centros e, hoje, isso ocorre com muita intensidade em direção das cidades “pólos-regionais”.

Percebe-se que a ordem inversa de um pensamento, há muito tempo difundido, chega para ficar entre nós: “se agricultura vai bem, o comércio também vai bem”; neste instante este ordenamento deve ser revisto; caso a zona urbana não se preocupar com a revitalização da agricultura e conseqüentemente a família rural, a frase citada por muitas décadas será literalmente varrida do dito popular.

Os países desenvolvidos vêm dando passos importantes no sentido de criar novos instrumentos, que visem à sustentação da renda das famílias rurais desvinculados das suas políticas agrícolas, bem como introduzir outros objetivos além da auto-suficiência alimentar.

Essas novas políticas são no sentido de estimular a “pluriatividade” das famílias rurais, a diversificação das unidades de produção para atividades não-agrícolas, e a substituição dos subsídios aos preços dos produtos agrícolas por pagamentos compensatórios, diretos aos pequenos produtores de regiões desfavorecidas.

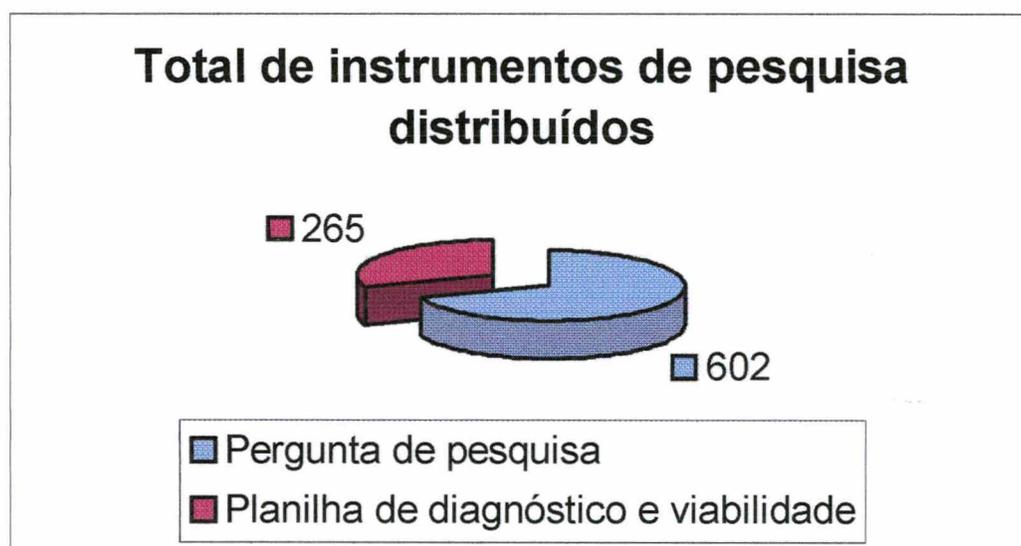
Conclui-se que se o objetivo perseguido for o de aumentar a produção de alimentos e matérias-primas, é preciso pensar em uma política agrícola, envolvendo crédito rural, preços mínimos, extensão rural, pesquisa tecnológica, etc. Se o objetivo for o de aumentar o número de produtores agrícolas, é necessário pensar em uma política agrária, atuando nos determinantes do preço da terra, na expansão ordenada da fronteira agrícola e na reordenação fundiária, através da reforma agrária, sem esquecer de articular com essas políticas ações de assistência técnica

no seu sentido mais amplo. Mas, o objetivo é elevar o padrão de vida da população rural, deve-se procurar um caminho mais simples e mais eficaz, no curto prazo, reforçando os investimentos sociais nas pequenas e médias cidades do interior, deixando para um segundo momento a estruturação de mecanismos dinâmicos de geração de emprego e renda.

#### 4.2 Interpretação dos dados relativos à pesquisa de campo

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos nas pesquisas.

Gráfico 1 – Total de instrumentos de pesquisa



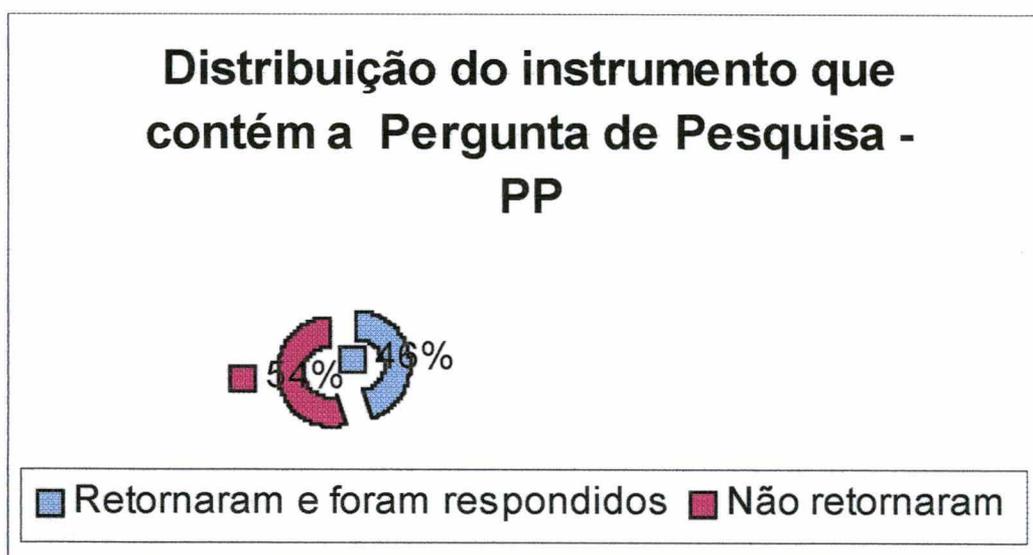
Fonte: pesquisa de campo.

Foram distribuídos 867 formulários de pesquisa - o instrumento que continha a "Pergunta de Pesquisa" e o instrumento que continha a "Planilha de Diagnóstico e Viabilidade". Percebeu-se a necessidade de dividir os formulários em virtude do "pré-teste" ter acusado um grau maior de esforço para o seu preenchimento. Para tanto deveria ser aplicado apenas aos alunos matriculados nas séries terminais de seus respectivos cursos e instituições. Também porque era exigido uma maior explicação por parte do pesquisador, no momento de sua distribuição, aos alunos.

Para facilitar os trabalhos, a partir de agora, adota-se a sigla “PP” para se referir ao instrumento de pesquisa que continha a “Pergunta de pesquisa”, e “PDV” para o instrumento que continha a “Planilha de diagnóstico e viabilidade”.

O “PP” foi distribuído para todos os alunos matriculados nas instituições em análise, os dirigentes, professores e pessoal-chave selecionado. Já o “PDV” foi distribuído apenas para os alunos matriculados nas fases finais de seu curso, nas suas respectivas instituições; sendo que posteriormente foram aplicados na Unidade de Produção (UP) pertencente às suas famílias. No caso de o aluno não ter, não ser filho de produtor, ou a sua família não ter propriedade rural, querendo, o aluno poderia aplicar o “PDV” numa propriedade mais próxima de sua residência.

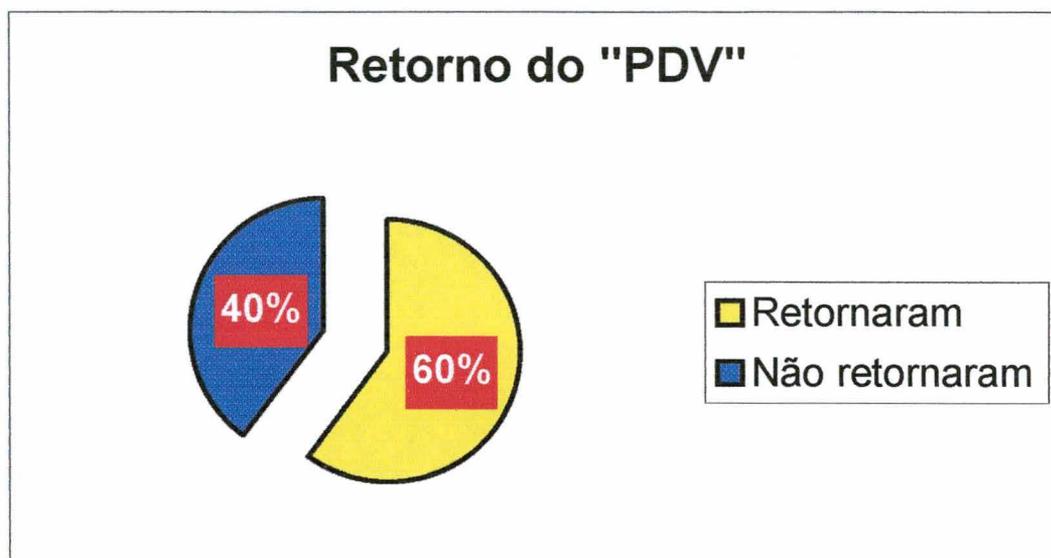
Gráfico 2 – Distribuição do instrumento que contém a Pergunta de Pesquisa – PP



Fonte: pesquisa de campo.

Este gráfico refere-se ao número de instrumentos distribuídos que contém a Pergunta de Pesquisa – PP. Foram distribuídos 602 formulário do “PP” aos alunos matriculados, dirigentes, professores (amostra aleatória) e pessoal-chave selecionado (amostra intencional). Foram respondidos e retornaram 276, representando 46% do total, sendo considerado um número excelente, se levada em consideração, a média de 30% de retorno, em outros esforços de pesquisa.

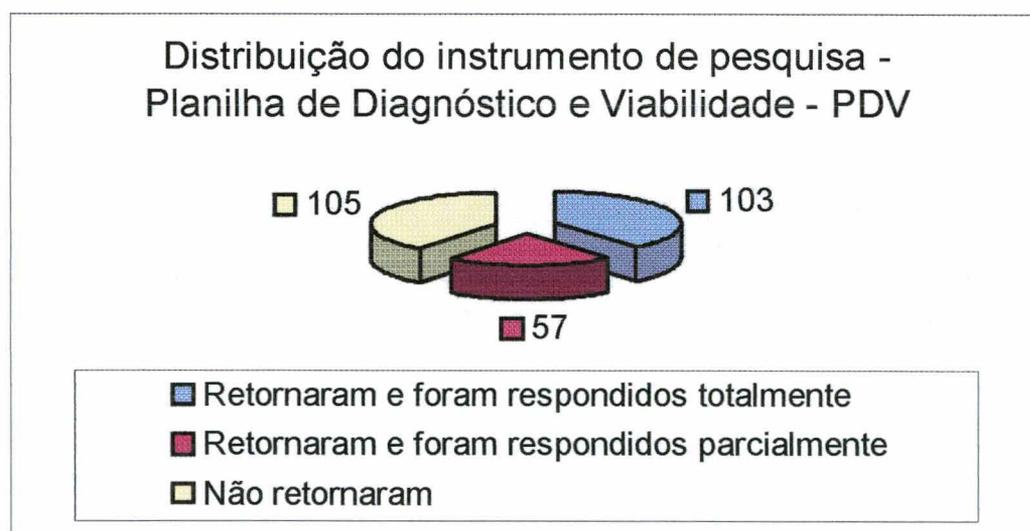
Gráfico 3 - Retorno do "PDV"



Fonte: pesquisa de campo.

No gráfico acima, pode-se perceber que cerca de 60%, ou seja, 160 formulários do PDV retornaram e que 105 não retornaram. Isso dá uma segurança ainda maior com relação aos resultados da pesquisa.

Gráfico 4 – Distribuição do instrumento de pesquisa – Planilha de Diagnóstico e Viabilidade – PDV



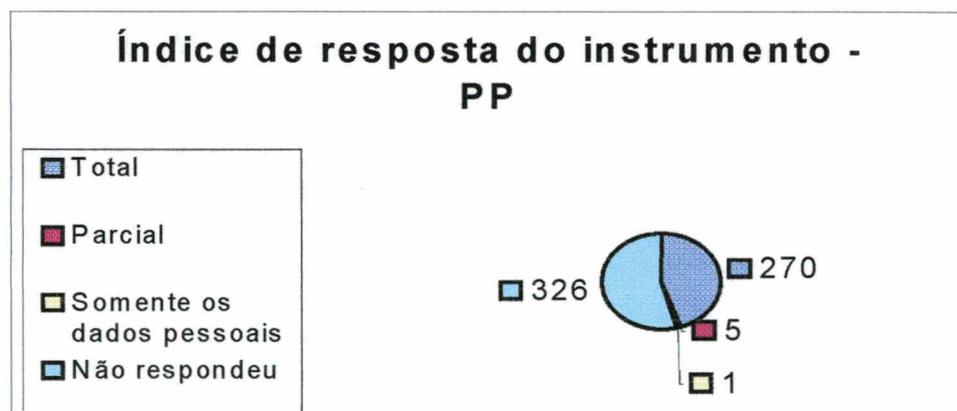
Fonte: pesquisa de campo.

Foram distribuídos 265 formulários, contendo a “PDV”, apenas para os alunos matriculados nas fases finais dos seus respectivos cursos e instituições educacionais para serem respondidos por eles, conjuntamente com seus familiares – àqueles que por ventura não fossem filhos de produtores ou não tivessem propriedade rural, poderiam aplicar o “PDV” na propriedade mais próxima. O objetivo deste instrumento é revelar o potencial econômico produtivo das Unidades de Produção (UP) e o seu grau de profissionalização nas rotinas desenvolvidas. Também, quais são as expectativas na família – qualidade de vida, aspectos profissionais, formação educacional, visão do seu negócio.

Retornaram 160 formulários, dos quais 103 foram respondidos totalmente e 57 respondidos parcialmente. A ausência de respostas incidira nos campos que necessitava de dados relativo à sua produção, ou seja, os valores de custo x benefício, relativos a todas as suas operações, dentro da cadeia do “*agribusiness*”. Ficou claro que mais da metade dos produtores, eles não têm métodos formais para controlar e gerir a sua unidade de produção. Mesmo assim, foi possível serem considerados e analisados os dados que estavam completos nos demais campos do instrumento “PDV”.

#### 4.2.1 Em relação aos alunos, dirigentes, professores e pessoal-chave

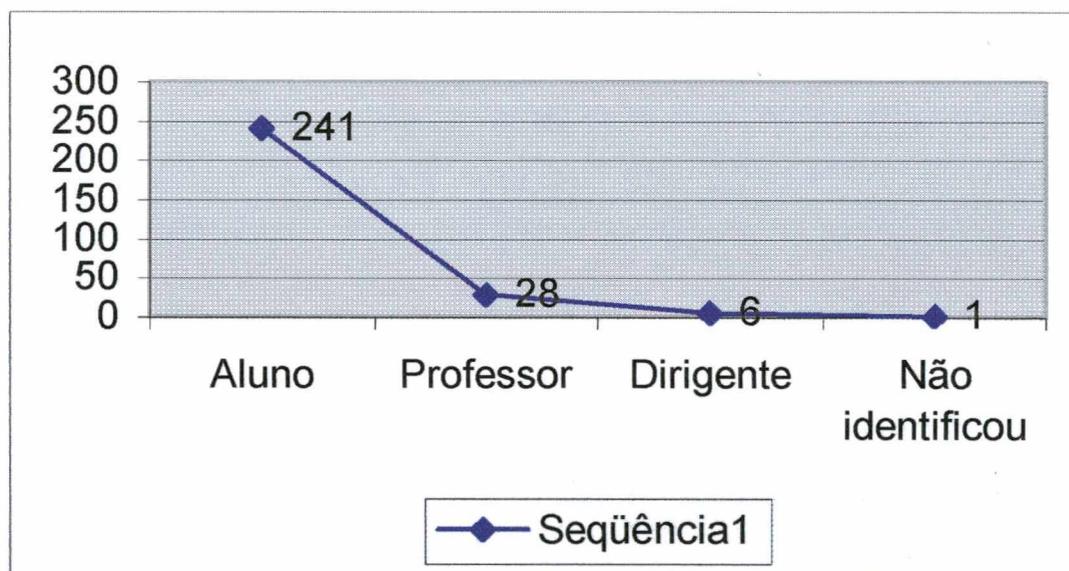
Gráfico 5 – Índice de resposta do instrumento – PP



Fonte: pesquisa de campo.

Este gráfico refere-se aos índices de respostas e retorno do instrumento que continha a seguinte pergunta: "Como você percebe na atualidade a relação produtor - educação rural - a realidade conjuntural e seus efeitos na região da Grande São Miguel do Oeste em particular, e em Santa Catarina em geral ?" Apenas um entrevistado não respondeu a pergunta de pesquisa, mas respondeu os dados pessoais. Responderam parcialmente, 05 entrevistados. Considerou-se parcial, em virtude que a pergunta está dividida em três argumentações, ou seja, produtor - educação rural – a realidade conjuntural, sendo que o entrevistado poderia apresentar resposta dissertativa, envolvendo todas ou em separado apenas. Dos 602 formulários distribuídos, foram respondidos totalmente 270, ou seja, a Pergunta de Pesquisa e os campos com os dados pessoais. Não retornaram 326 instrumentos do PP.

Gráfico 6 – Função ocupacional dos entrevistados



Fonte: pesquisa de campo

Com relação às funções que cada um dos entrevistados desempenha nas instituições educacionais que fez parte deste estudo tem-se 87,32% de alunos, 10,14% de professores e 2,17% de dirigentes. Portanto, apenas 0,36% não informou a função ocupacional, representando um entrevistado. Não se pode precisar o número de instrumentos que não retornou especificamente de cada uma das partes, em função de não ser observado no ato da distribuição a função

ocupacional. Foram entregues para todos que fazem parte da amostra selecionada.

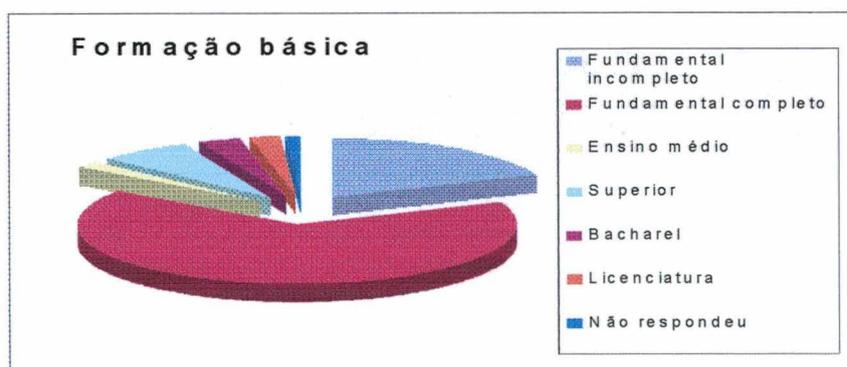
Gráfico 7 – Nível de ocupação de cargo



Fonte: pesquisa de campo.

Encontra-se neste gráfico distribuídos os índices das funções exercidas dentro das Instituições Educacionais pelos entrevistados. Sendo que as funções de direção, secretaria e monitoria estão dentro do nível Administrativo. No nível Tático, classificou-se a atividade desempenhada como professor em sala de aula. Ao nível de aluno, estão aqueles entrevistados devidamente matriculados.

Gráfico 8 – Formação básica

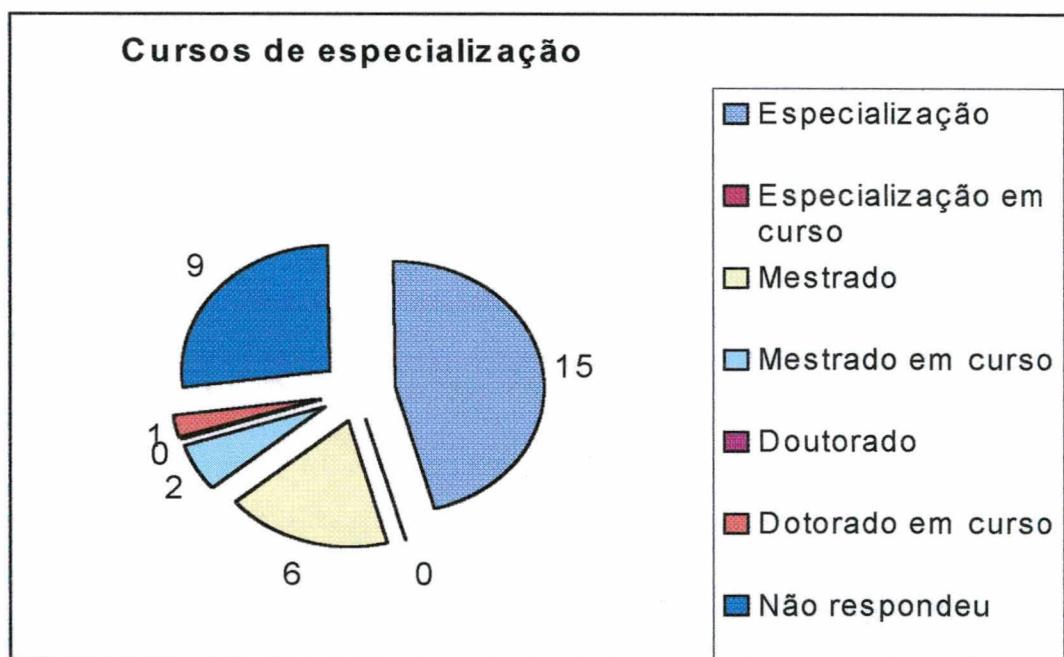


Fonte: pesquisa de campo.

Este gráfico refere-se à formação básica dos entrevistados. A formação Fundamental incompleta refere-se aos alunos matriculados nas Casas Familiares

Rurais que atua no Ensino Fundamental. O Fundamental e Médio refere-se aos alunos matriculados no ensino médio e pós-médio nas demais Instituições Educacionais. A formação ao nível de superior é relativo ao 3º grau, sendo que eles não especificaram a área de conhecimento. Como bacharéis, estão enquadrados os entrevistados com habilitação nas áreas técnicas do conhecimento como: agronomia, veterinária, administração, economia, contabilidade, etc. Na formação Licenciatura, enquadraram-se os entrevistados que possuem habilitação nas áreas do conhecimento da Educação como: Letras, Psicologia, Filosofia, Matemática, História, Inglês, etc.

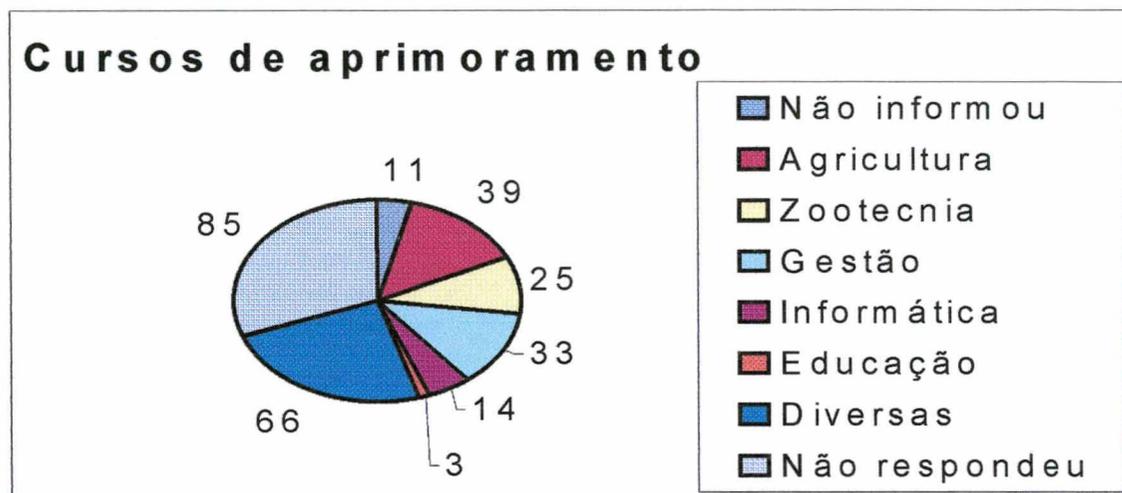
Gráfico 9 – Cursos de Especialização



Fonte: pesquisa de campo.

Os dados do gráfico acima apresentam a formação no nível de especialização dos entrevistados – professores e dirigentes. Percebe-se que a grande maioria está buscando cursos de especialização, não ficando apenas na formação básica.

Gráfico 10 – Cursos de aprimoramento



Fonte: pesquisa de campo.

Nos dados acima, percebe-se que 85 entrevistados não responderam a pergunta. De outro lado, 11 entrevistados deixaram de informar qual o nome do curso de que participaram. As áreas de concentração da Agricultura e Zootecnia tiveram a maior incidência de participantes, apesar das instituições serem formadoras nesta área, com currículos de Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária. Salienta-se a atenção para dois pontos importantes: a Instituição poder estar buscando parcerias externas para melhor desenvolver seus conteúdos curriculares ou não possuir profissionais devidamente qualificado no seu quadro de professores. Destaca-se também o interesse pelos cursos na área de Gestão, principalmente aqueles que tratam de apresentar ferramentas de gerenciamento da UP. Os cursos na área de Informática ainda estão sendo pouco procurados, em virtude de que os alunos tenham que sair durante o dia para os cursar. As empresas que oferecem estes cursos, deveriam oferecê-los à noite, na própria Instituição, facilitando o acesso dos interessados. Quase 23,91% dos entrevistados afirmaram que fizeram cursos de aprimoramento em outras áreas, destacando-se: eletrônica, mecânica, artesanato, turismo, culinária, etc.

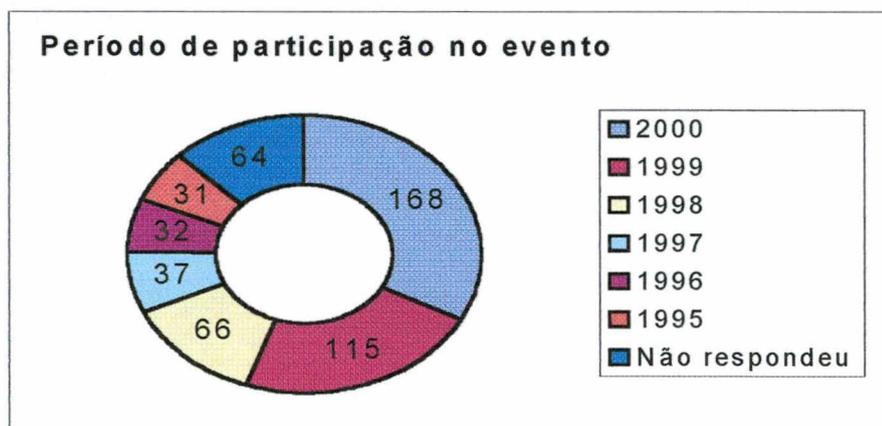
Gráfico 11 – Participação em eventos



Fonte: pesquisa de campo.

Considerou-se evento, os cursos de aprimoramento. Dos 276 entrevistados, 72 já participou de no mínimo um evento. Já 10,51%, que representa 29 entrevistados, participaram de mais de cinco eventos. 22, 83% (63 entrevistados) não informou o número de participações em eventos. 04 entrevistados não informaram claramente. Percebe-se nestes dados que os entrevistados, na sua grande maioria, já participaram de algum evento. Por isso, considera-se que a omissão da informação foi porque era necessário nominar o evento e ano de realização.

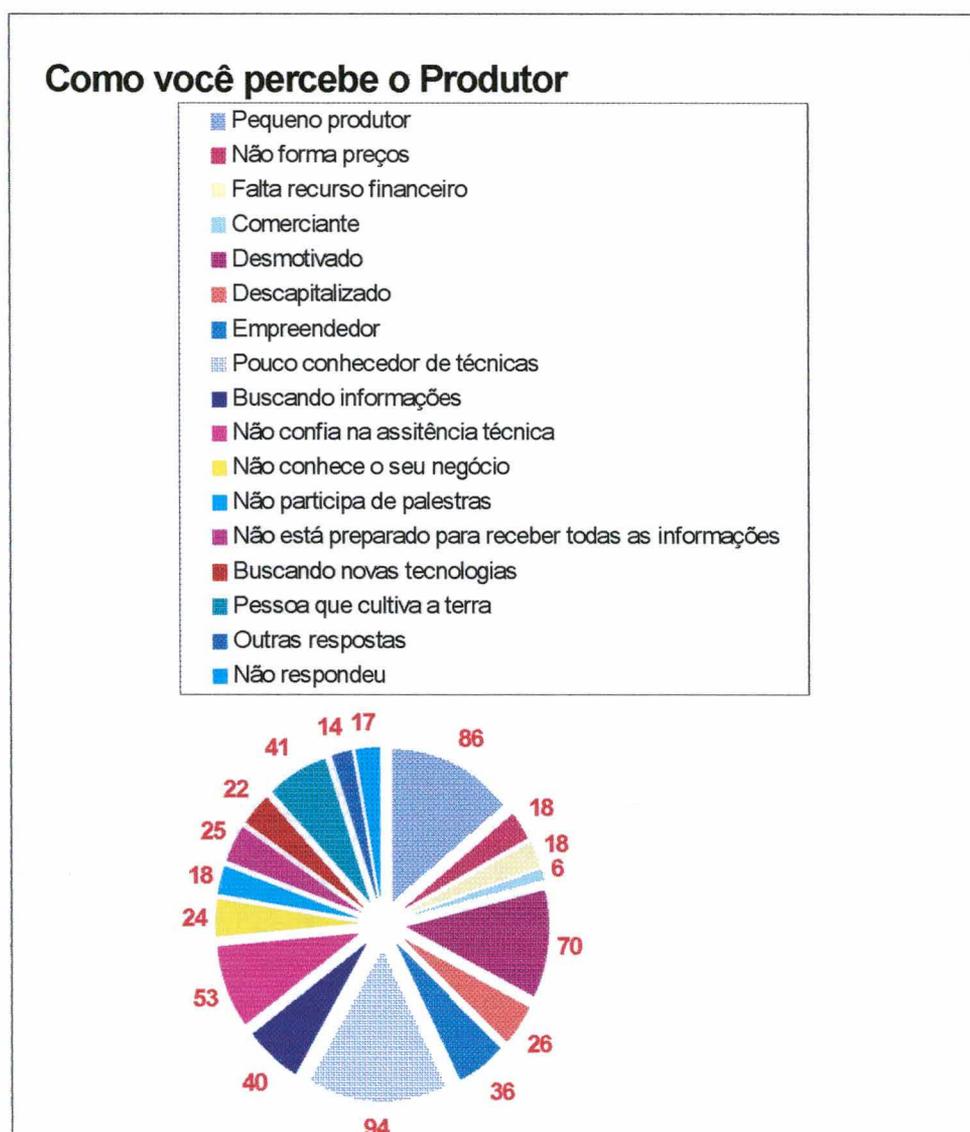
Gráfico12 – Período de participação no evento



Fonte: pesquisa de campo.

O ano de 2000 apresenta 60,87% de participação dos eventos, ou seja, 168 entrevistados responderam que neste ano participaram de cursos de aprimoramento. 64 entrevistados não informaram nada. Apenas 3 entrevistados deixaram de informar claramente o ano de sua participação. Percebe-se que, a partir de 1998, cresceu consideravelmente a participação dos entrevistados em cursos de aprimoramento.

Gráfico13 – Como você percebe o Produtor



Fonte: pesquisa de campo.

Fonte: pesquisa de campo.

No presente gráfico está a parte que trata do “Produtor” na pergunta de pesquisa. Em função da resposta ser dissertativa, optou-se por formar blocos de respostas que continham as mesmas idéias. Percebe-se que o número de respostas ultrapassa aos 276 entrevistados; isto ocorre porque numa mesma resposta encontraram-se diferentes palavras/idéias que faziam parte do bloco. No entanto, existem aspectos positivos e aspectos negativos na visão dos entrevistados.

O recorde de auferições deu por conta da afirmativa de que o produtor “é pouco conhecedor de técnicas”. Neste sentido, desperta a atenção para o trabalho futuro dos profissionais na área, como difusores de seus próprios conhecimentos – através da profissionalização do produtor.

Destaca-se também que 86 entrevistados vêem o Produtor como “Pequeno produtor”. Por ele ser “pequeno” não deve ser esquecido. É preciso fomentar aquilo que se conhece como pequena propriedade, que está fundamentada na agricultura familiar. No caso catarinense, existe uma forte presença desse modelo de propriedade.

A desmotivação também é outra resposta que nos chama a atenção. É preciso motivar efetivamente o produtor, principalmente com a apresentação de possíveis projetos e programas que incluam expectativas de aumento da renda da UP. Pois, sem motivação, os produtores ficam distantes de desenvolverem com dedicação as suas atividades.

A desconfiança na Assistência Técnica é outro ponto abordado no quadro de resposta. Isso coloca em situação delicada o trabalho de extensão rural e assistência desenvolvido; pois se a credibilidade deste está em cheque, automaticamente a relação profissional está comprometida. Parece que uma das causas, que provocou isto, foram os vários programas e projetos, quando da implantação na UP, como alternativas de incremento da renda, e não deram certo. A

desconfiança está em aceitar novamente outros projetos, colocando-se assim em dificuldade o relacionamento entre ambos.

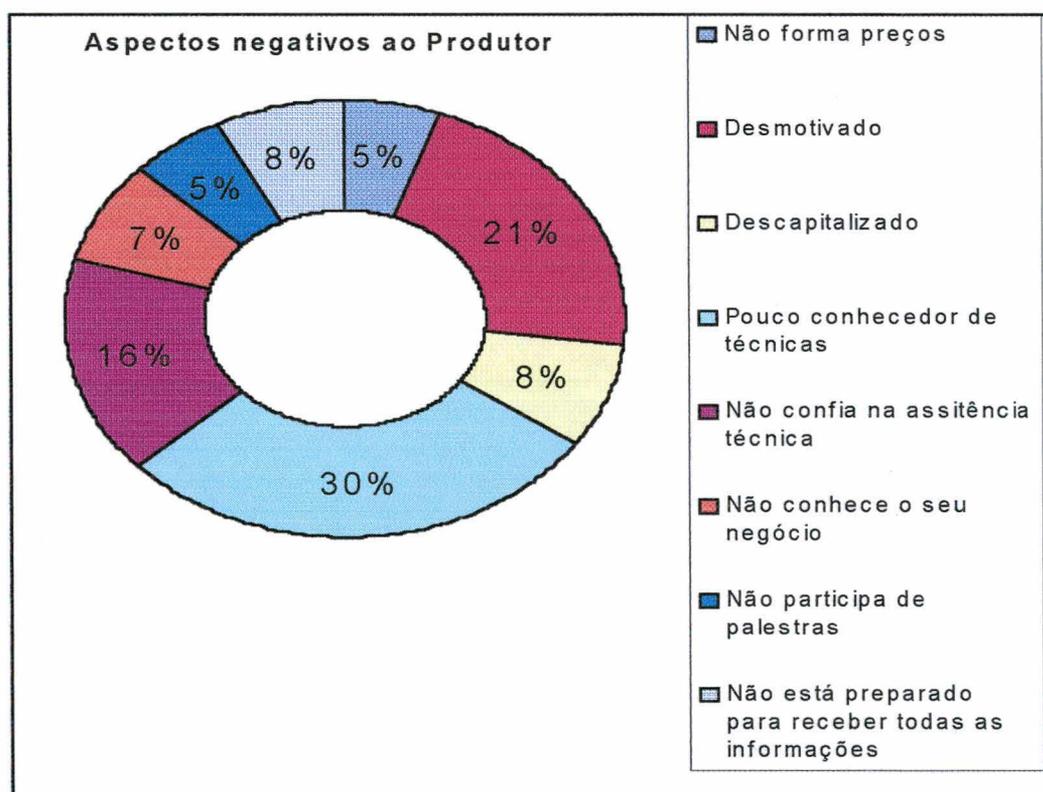
A “falta de conhecimento do seu próprio negócio” combinado com a “falta de gestão”, ambas revelam que o grau de entendimento técnico e administrativo por parte do produtor merece cuidado especial. Apela-se nesse sentido, para os aspectos financeiros da situação “causa-efeito” e “custo-benefício” de suas atividades. Se ele não possui domínio técnico das rotinas de suas atividades, significa que o mesmo não está preparado para tal fim; por outro lado, se não possui instrumentos de acompanhamento para controle, ele poderá estar desperdiçando tempo e dinheiro. Se ao final de um agrícola, ele não tiver tido condições de fazer um balanço “físico-financeiro” da sua UP, automaticamente não poderá medir o sucesso de seus negócios. Em decorrência, não sabe que tipo de decisão tomar e nem o tempo exato. Aliado a esta resposta, surge a que diz ser “pessoa que cultiva a terra”, somente. Mas, timidamente, aparece a alternativa “buscando novas tecnologias”.

Fazendo-se uma conexão com a resposta “descapitalizado” e “falta de recursos financeiros” chega-se à conclusão: os entrevistados não deram tanta importância a estes dois aspectos. Sabe-se que, para fazer um investimento, é necessário um projeto de viabilidade de implantação. Com isso, surgirão as fontes de recursos, bem como os possíveis parceiros, garantindo com isso os recursos de que necessitam para implantar o que está previsto no projeto. Seguindo-se essa rotina, não terá dúvidas que o sucesso do negócio estará garantido; pois recursos financeiros existem, o que está faltando é conscientização “técnico-administrativa” para implementá-lo.

Dentro deste quadro - que se apresenta de forma negativa, serve de alerta por parte dos entrevistados a todos os que interagem com a UP e o Produtor. Sem que haja uma reordenação de objetivos, tanto destes quanto daqueles, a relação entre si estará fadada a romper-se.

enfrentar a realidade, existem aqueles que já estão dando alguns passos em direção à profissionalização de suas atividades e seu negócio. Mas há muito o que fazer, com o objetivo de nivelar os produtores neste novo quadro que se apresenta. A “insistência rural” deve ser levada em consideração neste momento; pois o produtor por si só não irá encontrar os caminhos de saída e as alternativas para seus problemas. É necessário o acompanhamento daqueles que estão um pouco mais à frente no tempo e no espaço.

Gráfico 14 – Aspectos negativos ao Produtor



Fonte: pesquisa de campo.

Destaca-se aqui algumas respostas apresentadas pelos entrevistados, consideradas como aspectos negativos com relação ao perfil do Produtor. São de ordem motivacional e profissional, merecendo esforço especial de análise por parte de quem trabalha diretamente no meio agrícola.

de quem trabalha diretamente no meio agrícola.

Tabela 3 - Resumo das respostas do PP em relação ao Produtor

PRODUTOR é...	Número de citações	Freqüência
Pequeno produtor	86	31,16%
Não forma preços	18	6,52%
Falta recursos financeiros	18	6,52%
Comerciante	6	2,17%
Desmotivado	70	25,36%
Descapitalizado	26	9,42%
Empreendedor	36	13,04%
Pouco conhecedor de técnicas	94	34,06%
Buscando informações	40	14,49%
Não confia na assistência técnica	53	19,20%
Falta de gestão: Não conhece o seu negócio	24	8,70%
Não participa de palestras	18	6,52%
Não está preparado para receber todas as informações	25	9,06%
Pessoa que cultiva a terra	41	14,86%
Não respondeu	14	5,07%
Outras	17	6,16%
TOTAL OBS.	276	100,00%

Fonte: pesquisa de campo.

Na tabela acima, estão resumidamente contidos os percentuais da freqüência de cada bloco de alternativas de respostas, apresentados pelos entrevistados de **“Como eles vêm o Produtor.”** (o grifo é do pesquisador).

#### Gráfico15 – Resumo de pontos que devem ser melhorados com relação a Educação Rural

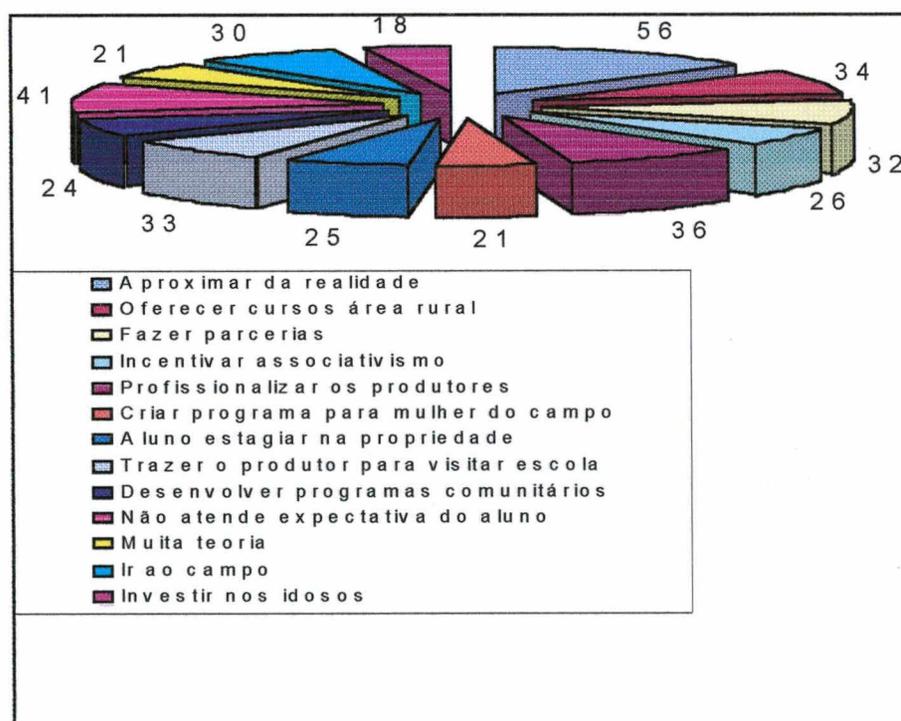
No gráfico a seguir, foram destacados os quesitos, dentre as respostas dos entrevistados, que devem ser melhorados na Educação Rural. Foram separados aqui aqueles que podem estar intimamente ligados entre si e com a atividade rural. Parece que as respostas oferecidas têm influências diretas na nova forma que os entrevistados desenham a “escola” fora do seu espaço físico. É uma interação da Educação Rural profissionalizante com Unidade de Produção e conseqüentemente

para a profissionalização rural e não está desempenhando o seu papel como tal.

Um grupo de respostas chama a atenção, pois se referem exatamente às alternativas de atuação da escola no meio rural. Destaca-se, dentre elas, a que trata de “Investir nos idosos”. Com isso quer-se amenizar o choque da transição da gestão nas propriedades familiares, além de que isso poderá ir sendo trabalhado, ainda quando o aluno está na escola, levando seus familiares para participarem de atividades nos laboratórios da unidade escolar, ou mesmo na sua propriedade através de Unidades de Demonstração de Método.

Por outro lado, o desenvolvimento de parcerias a fim de sedimentar ainda mais as ações da escola se apresenta como uma alternativa.

Também se apresenta como alternativa, que deve ter a iniciativa da escola, a conscientização da formação profissional de toda a família e as formas de organização da Unidade de Produção.



Fonte: pesquisa de campo.

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 4 - Resumo das respostas do PP/ Educação Rural

Na tabela abaixo, estão dispostos os dados relativos às respostas oferecidas pelos entrevistados no que diz respeito à Educação Rural, apresentados de forma sintética.

<b>EDUCAÇÃO RURAL é...</b>	<b>Número de citações.</b>	<b>Frequência</b>
TOTAL OBS.	276	
Boa	90	32,61%
Aproximar da realidade	56	20,29%
Professores capacitados	41	14,86%
Não atende expectativa do aluno	41	14,86%
Profissionalizar os produtores	36	13,04%
Oferecer cursos área rural	34	12,32%
Trazer o produtor para visitar escola	33	11,96%
Fazer parcerias	32	11,59%
Está melhorando	31	11,23%
Ir ao campo	30	10,87%
Incentivar associativismo	26	9,42%
Aluno estagiar na propriedade	25	9,06%
Buscando tecnologias	25	9,06%
Desenvolver programas comunitários	24	8,70%
Criar programa para mulher do campo	21	7,61%
Muita teoria	21	7,61%
Falta apoio do município	19	6,88%
Investir nos idosos	18	6,52%
Falta de dinheiro	16	5,80%
Falta de recursos financeiros	15	5,43%
Falta de laboratórios	13	4,71%
Não respondeu	12	4,35%
Muito trabalho para os técnicos	11	3,99%
Não respondeu claramente	1	0,36%
Outra	0	0,00%

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 5 – Resumo das respostas do PP/Realidade Conjuntural

A seguir, eis um resumo das respostas, última etapa da pergunta de pesquisa, que trata da “Realidade Conjuntural”.

<b>REALIDADE CONJUNTURAL é...</b>	<b>Número de citações</b>	<b>Frequência</b>
Ausência de política de preços	128	46,38%
Concorrentes globalizados	86	31,16%
Criação de fóruns para debate	48	17,39%
Falta de planejamento estratégico	45	16,30%
Desorganização do poder público	38	13,77%
Falta de incentivos	32	11,59%
Governo está buscando alternativas	30	10,87%
Recursos Financeiros só para grandes produtores	28	10,14%
Elaborar projetos Biossegurança	18	6,52%
Degradação da natureza	18	6,52%
Criação de grupos	15	5,43%
Insuficiência de crédito para agroindústrias	11	3,99%
Intercâmbios com outros países	4	1,45%
Não respondeu claramente	3	1,09%
Não respondeu	28	10,14%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>276</b>	

Fonte: pesquisa de campo.

Está claro e evidente uma série de abordagens levadas em consideração pelos entrevistados afim de emitir suas respostas. Ao analisar-se as respostas individualmente, ocorrem vários desdobramentos; mas se forem analisadas as respostas em blocos – formando-se a partir do agrupamento por interesse entre si – constata-se um conjunto de alternativas suficientemente para um novo estudo.

Portanto, aqui se faz necessário destacar algumas questões de ordem organizativa, mercadológica, econômica, ambiental, estratégica e cultural.

Objetivando separar aquelas que tratam de desenvolvimento regional, notam-se: “Desorganização do poder público”, “Falta de planejamento estratégico”, “Criação de fóruns para debate”, “Concorrentes globalizados” e “Criação de grupos.”

De outro lado, existem as alternativas que apresentam a preocupação com o “ecossistema”, como: “Elaborar projetos de Biossegurança” e “Degradação da Natureza”.

Com relação à participação do Governo são observados: “Governo está buscando alternativas”, “Insuficiência de créditos para agroindústrias”, “Recursos

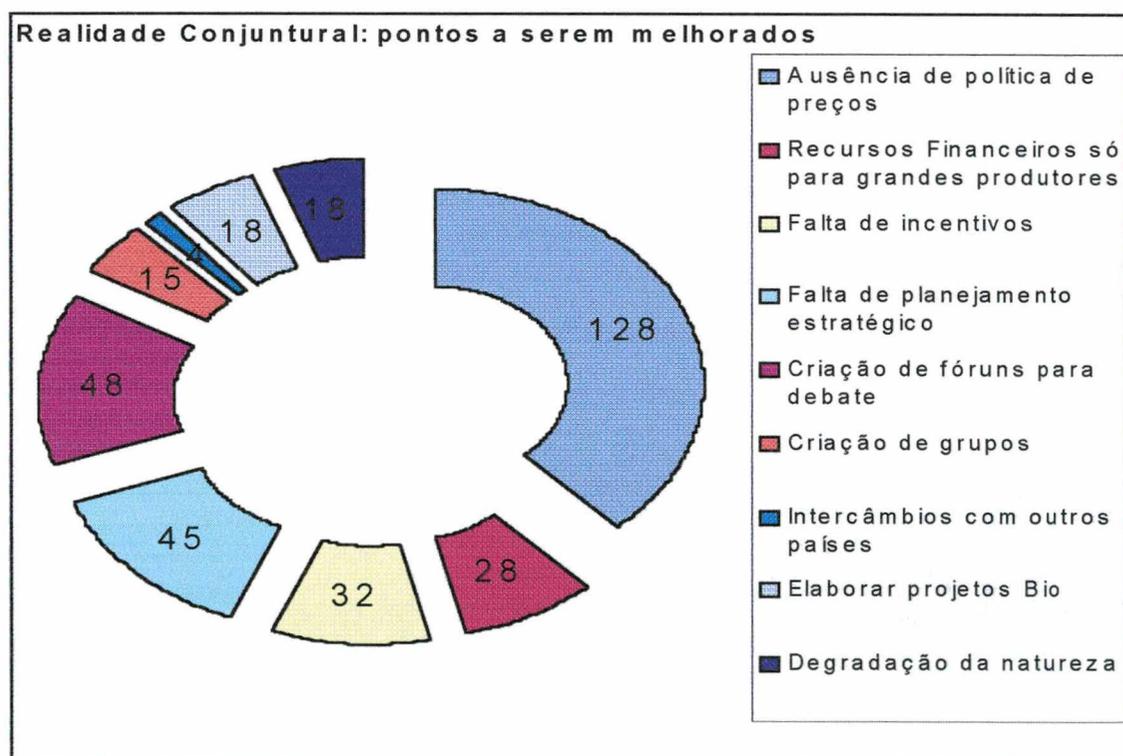
financeiros só para grandes produtores”, “Ausência de políticas de preços”, “Falta de incentivos” e “Desorganização do poder público”.

Pode-se considerar ainda que 10,14%, totalizando-se 28 dos entrevistados, não responderam esta etapa do “PP”.

Vale ressaltar que o lado financeiro efetivamente não foi diretamente mencionado; o que deixa transparecer que o problema está na organização dos produtores, no sentido de que eles persigam seus objetivos e tenham seu espaço neste mundo globalizado.

Um resumo, é apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 16 - Realidade Conjuntural: pontos a serem melhorados



Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 6 - Cruzamento entre o número de incidências em cada resposta oferecida no “PP” com “relação ao Produtor”

Eis a seguir, a tabela que retrata o cruzamento entre o número de incidência de cada resposta oferecida na primeira etapa do “PP” e o Produtor.

<i>Resposta do PP:</i> * PRODUTOR é...	Não respondeu	Sim (Concordo)	Sim (Discordo)	TOTAL
Pouco conhecedor de técnicas	0,00%	15,46%	0,00%	15,46%
Pequeno produtor	0,00%	13,98%	0,16%	14,14%
Desmotivado	0,00%	11,35%	0,16%	11,51%
Não confia na assistência técnica	0,00%	8,72%	0,00%	8,72%
Pessoa que cultiva a terra	0,00%	6,58%	0,16%	6,74%
Buscando informações	0,16%	6,41%	0,00%	6,58%
Empreendedor	0,00%	5,92%	0,00%	5,92%
Descapitalizado	0,00%	4,28%	0,00%	4,28%
Não está preparado para receber todas as informações	0,00%	4,11%	0,00%	4,11%
Falta de gestão: Não conhece o seu negócio	0,00%	3,95%	0,00%	3,95%
Buscando novas tecnologias	0,00%	3,45%	0,16%	3,62%
Falta recursos financeiros	0,00%	2,96%	0,00%	2,96%
Não forma preços	0,00%	2,80%	0,16%	2,96%
Não participa de palestras	0,00%	2,63%	0,33%	2,96%
Comerciante	0,00%	0,99%	0,00%	0,99%
Nenhuma das alternativas	0,00%	2,14%	0,16%	2,30%
Outras respostas (Várias e isoladas)	0,00%	2,63%	0,16%	2,80%
<b>TOTAL</b>	<b>0,16%</b>	<b>98,36%</b>	<b>1,48%</b>	<b>100 %</b>

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 7 - Cruzamento da incidência de respostas oferecidas ao “PP” com relação à “Educação Rural”

É oferecida, a seguir, a tabela com o cruzamento entre a segunda etapa - Educação Rural, com a incidência de respostas obtidas nos instrumento de pesquisa “PP”.

<i>Resposta do PP :</i> * EDUCAÇÃO RURAL é...	Não respondeu	SIM (Concordo)	NÃO (Discordo)	TOTAL
Boa	0,00%	13,26%	0,15%	13,41%
Aproximar da realidade	0,00%	8,35%	0,00%	8,35%
Não atende expectativa do aluno	0,00%	6,11%	0,00%	6,11%
Professores capacitados	0,15%	5,96%	0,00%	6,11%
Profissionalizar os produtores	0,00%	5,37%	0,00%	5,37%
Oferecer cursos área rural	0,00%	5,07%	0,00%	5,07%
Fazer parcerias	0,00%	4,77%	0,00%	4,77%
Trazer o produtor para visitar escola	0,15%	4,62%	0,15%	4,92%

Está melhorando	0,00%	4,62%	0,00%	4,62%
Ir ao campo	0,00%	4,47%	0,00%	4,47%
Incentivar associativismo	0,00%	3,87%	0,00%	3,87%
Aluno estagiar na propriedade	0,00%	3,73%	0,00%	3,73%
Desenvolver programas comunitários	0,00%	3,58%	0,00%	3,58%
Buscando tecnologias	0,00%	3,58%	0,15%	3,73%
Criar programa para mulher do campo	0,00%	3,13%	0,00%	3,13%
Muita teoria	0,15%	2,98%	0,00%	3,13%
Falta apoio do município	0,00%	2,83%	0,00%	2,83%
Investir nos idosos	0,00%	2,53%	0,15%	2,68%
Falta de recursos financeiros	0,00%	2,24%	0,00%	2,24%
Falta de dinheiro	0,00%	2,24%	0,15%	2,38%
Falta de laboratórios	0,00%	1,94%	0,00%	1,94%
Muito trabalho para os técnicos	0,00%	1,49%	0,15%	1,64%
Não respondeu claramente	0,00%	0,00%	0,15%	0,15%
Outras respostas (várias e isoladas)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Nenhuma resposta	0,00%	1,64%	0,15%	1,79%
<b>TOTAL</b>	<b>0,45%</b>	<b>98,36%</b>	<b>1,19%</b>	<b>100%</b>

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 8 – Cruzamento da incidência de resposta oferecida ao “PP” com a “Realidade Conjuntural”

Por último, é apresentada a tabela que contém o cruzamento da Realidade Conjuntural com a incidência de respostas da Pergunta de Pesquisa – PP.

<b>Resposta do PP: * REALIDADE CONJUNTURAL é...</b>	<b>Não respondeu</b>	<b>SIM (Concordo)</b>	<b>Não (Discordo)</b>	<b>TOTAL</b>
Ausência de política de preços	0,19%	23,87%	0,00%	24,06%
Concorrentes globalizados	0,00%	16,17%	0,00%	16,17%
Criação de fóruns para debate	0,00%	9,02%	0,00%	9,02%
Falta de planejamento estratégico	0,00%	8,27%	0,19%	8,46%
Desorganização do poder público	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
Falta de incentivos	0,00%	6,02%	0,00%	6,02%
Governo está buscando alternativas	0,00%	5,45%	0,19%	5,64%
Recursos Financeiros só para grandes produtores	0,00%	5,26%	0,00%	5,26%
Degradação da natureza	0,00%	3,38%	0,00%	3,38%
Elaborar projetos Biossegurança	0,00%	3,20%	0,19%	3,38%
Criação de grupos	0,00%	2,82%	0,00%	2,82%
Insuficiência de crédito para agroindústrias	0,00%	2,07%	0,00%	2,07%
Intercâmbios com outros países	0,00%	0,75%	0,00%	0,75%
Não respondeu	0,00%	0,19%	0,38%	0,56%
Outras respostas ( varias e isoladas)	0,00%	5,08%	0,19%	5,26%
<b>TOTAL</b>	<b>0,19%</b>	<b>98,68%</b>	<b>1,13%</b>	<b>100%</b>

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 9 – Cruzamento entre “O nome da organização a que pertence” com o “Número de eventos participados”

Na tabela abaixo, apresentar-se o cruzamento entre “O nome da organização a que pertence” , com o “O número de eventos participados”, resultando o seguinte:

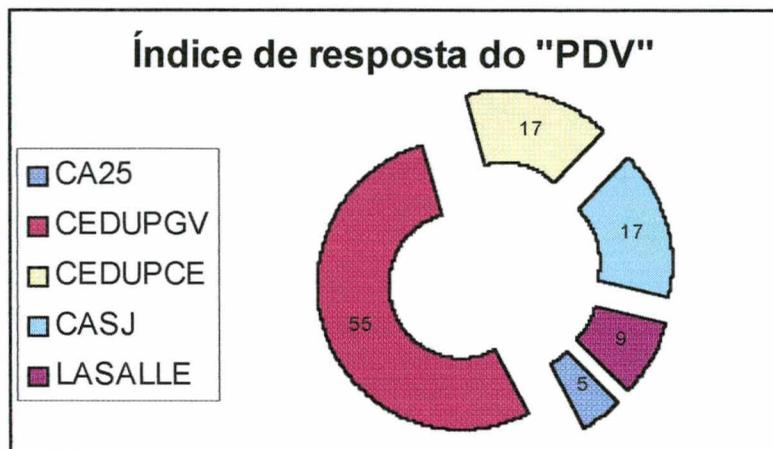
Instituição	Resposta confusa	NUMERO DE EVENTOS/CURSOS PARTICIPADOS							NÃO Respondeu	TOTAL
		1	2	3	4	5	Mais de 05			
LA SALLE	0,00%	8,60%	3,75%	2,08%	1,05%	0,80%	0,88%	0,45%	17,61%	
CEDUP-GV	0,00%	5,80%	1,45%	2,17%	1,09%	1,81%	0,72%	0,36%	13,41%	
CASJ	0,36%	4,71%	2,17%	1,45%	2,17%	1,09%	0,72%	6,88%	19,57%	
CFR Marmeleiro	0,00%	4,35%	0,72%	1,45%	1,09%	0,00%	0,36%	0,00%	7,97%	
CEDUP-CE	1,09%	2,54%	1,81%	0,00%	0,36%	0,36%	0,00%	0,00%	6,16%	
CA 25 Julho	0,00%	1,09%	0,36%	0,36%	0,72%	0,00%	0,72%	0,00%	3,26%	
CFR Guaraciaba	0,00%	0,36%	0,72%	0,72%	0,72%	0,00%	0,00%	0,00%	2,54%	
CFR Pato Branco	0,00%	0,00%	2,90%	0,72%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,62%	
CFR Êneas Marques	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
<b>TOTAL</b>	<b>1,45%</b>	<b>26,09%</b>	<b>16,67%</b>	<b>10,87%</b>	<b>7,25%</b>	<b>4,35%</b>	<b>10,51%</b>	<b>22,83%</b>	<b>100%</b>	

 Melhor performance nas suas respostas

Fonte: pesquisa de campo.

#### 4.2.2 Em relação ao instrumento “planilha diagnóstico e viabilidade”

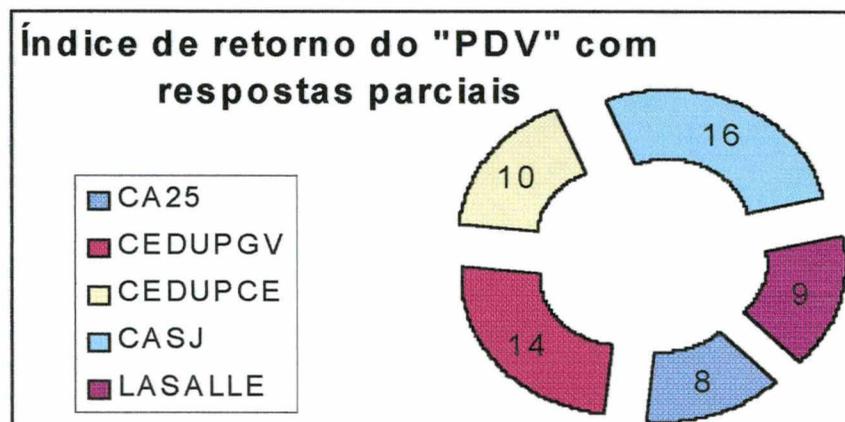
Gráfico 17 – Índice de resposta do “PDV”.



Fonte: pesquisa de campo.

Neste gráfico, encontra-se distribuídos os números de retorno por Instituição Educacional, do instrumento “PDV” que foram considerados totalmente para a análise, em virtude de estarem com suas respostas preenchidas. Destaca-se aqui a incidência maior de retorno no CEDUPGV, visto que muitos dados puderam ser utilizados como parte integrante dos alunos-estagiários. Não houve distribuição nas Casas Familiares Rurais em função delas estarem atuando ainda numa equiparação ao Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série.

Gráfico 18 – Índice de retorno do “PDV” com respostas parciais

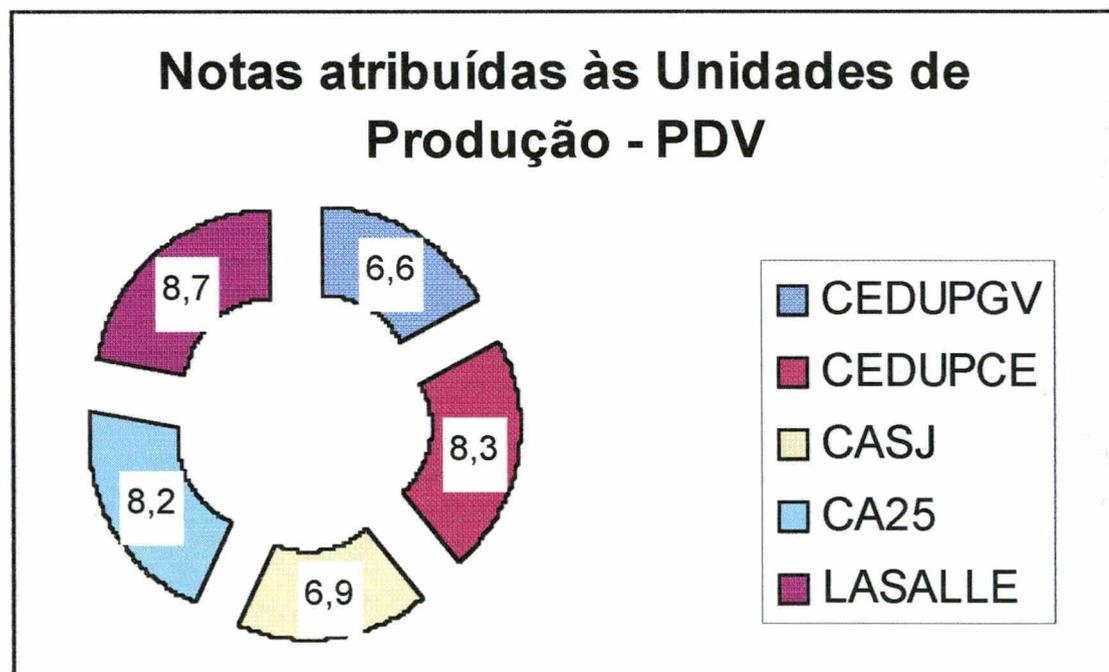


Fonte: pesquisa de campo.

No gráfico acima, apresentam-se os índices de retorno do “PDV” que obtiveram respostas parciais. Mesmo assim, puderam servir de análise individual e fornecer informações nos campos que estavam respondidos. O total de instrumentos “PDV” respondidos parcialmente foi de 57.

Cabe ressaltar que, para cada “PDV” o entrevistado deveria preencher com a sua família, caso fosse filho de produtor rural – ou integrantes da unidade de produção por ele escolhida, em caso de não ser filho de produtor ou não ter propriedade rural. Tal instrumento atingiu então, indiretamente em média, além do entrevistado que buscava diretamente a informação, mais outros 05 pessoas, perfazendo um total estimado de 960 pessoas. Este número, se levado em consideração, observa-se um alto grau de segurança das informações oriundas do “PDV”, que tratam exclusivamente de questões ligadas à Unidade de Produção e às pessoas que nela vivem.

Gráfico 19 – Notas atribuídas às Unidades de Produção – PDV

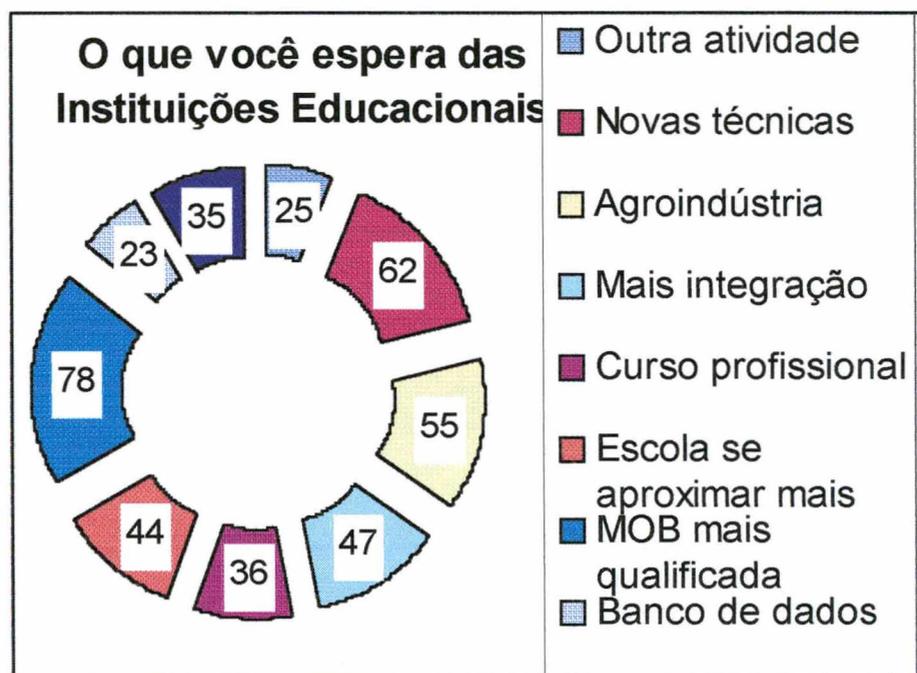


Fonte: pesquisa de campo.

No gráfico acima, estão distribuídas as médias das notas, obtidas pelas Unidades de Produção e analisadas pelos entrevistados. Também a distribuição está

por Instituição Educacional, possibilitando-se, desta forma, medir as UP da área de cada escola. Pode-se interpretar que, onde o solo é mais plano, foram atribuídas melhores notas. Isso não generaliza a informação. É uma tendência clara, na região do LA SALLE e CEDUPCE.

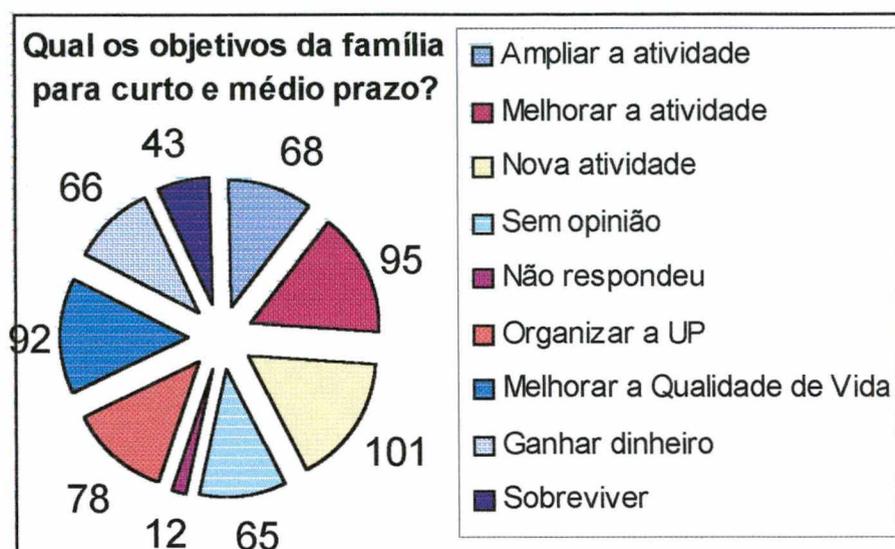
Gráfico 20 – O que você espera das Instituições Educacionais



Fonte: pesquisa de campo.

No gráfico acima, estão as opiniões de que os membros da UP esperam das Instituições Educacionais. Percebe-se um leque de expectativas por parte das famílias dos produtores. Agora cabe à cada Instituição Educacional, programar suas atividades.

Gráfico 21 – Quais os objetivos da família a curto e médio prazos?

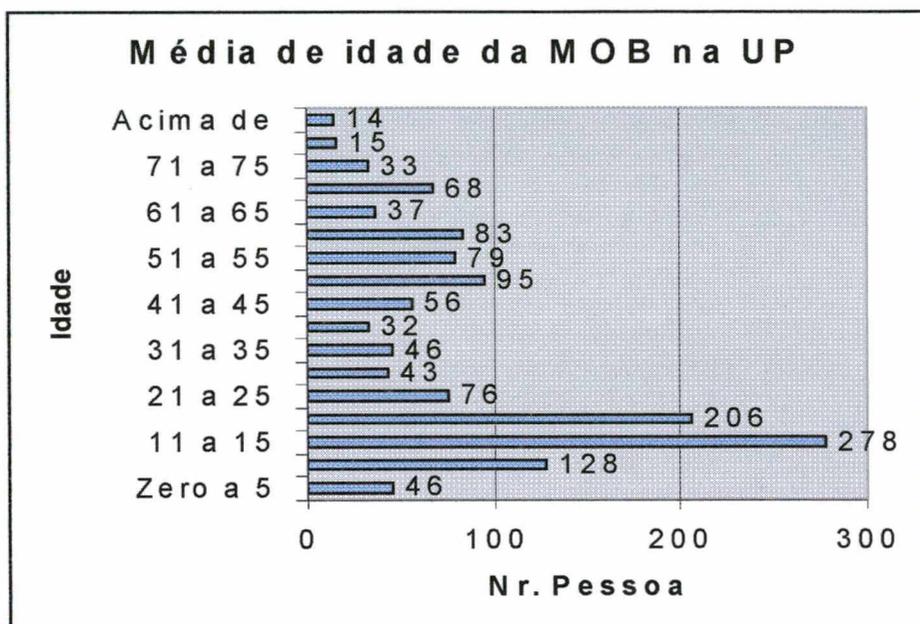


Fonte: pesquisa de campo.

No gráfico citado, estão retratados os objetivos da família da UP. Chama-se a atenção para o índice de 12 incidências que não responderam e 65 que estão sem opinião. Isto é preocupante, pois revela um certo desestímulo com relação ao seu próprio futuro.

De outro lado, apresentam-se várias manifestações do desejo de melhorar, ampliar a atividade, bem como implantar novas atividades. Isso está despertando a região em tela, para outras formas de ganho adicional à família.

Gráfico 22 – Idade média da MOB da UP

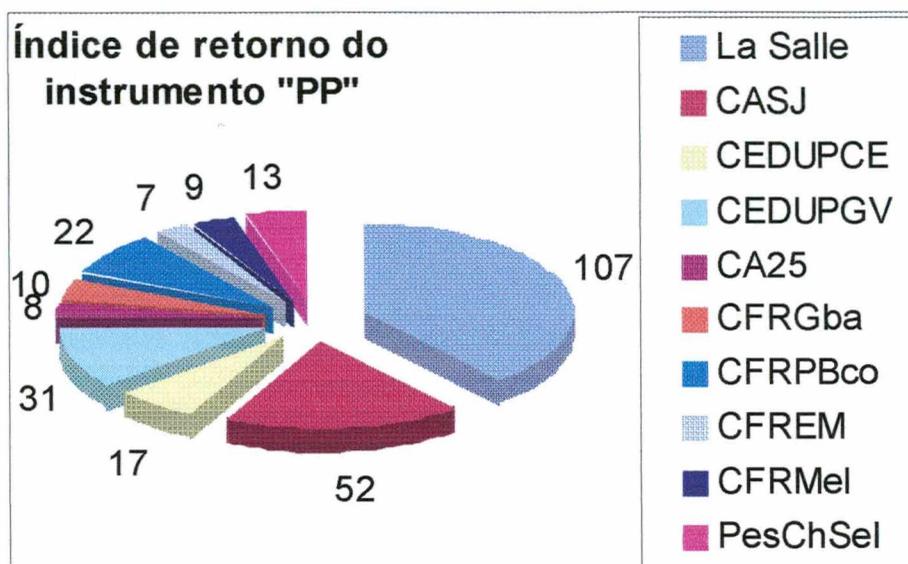


Fonte: pesquisa de campo.

No gráfico acima, estão dispostos os dados com referência à média de idade das pessoas que moram na Unidade de Produção em que foi aplicado o “PDV”. Percebe-se um número considerado de crianças de 06 a 10 anos e adolescentes entre 11 a 20. De outro lado, aparece novamente um contingente considerável entre 45 a 55 anos. Novamente, uma incidência maior entre 60 e 70 anos de idade.

Parece-nos que o crescimento de uma nova geração no meio rural é verdadeiro; o que aumenta ainda mais as responsabilidades em oferta de oportunidades.

Gráfico 23 – Índice de retorno do Instrumento “PP”.



Fonte: pesquisa de campo.

Quanto ao retorno do instrumento “PP” – que continha a pergunta de pesquisa, aparece o seguinte: 107 entrevistados do La Salle da cidade de Xanxerê, foi o destaque. O que facilitou o retorno, foi em virtude da direção da escola ter possibilitado o preenchimento, no momento da visita efetuada. O mesmo ocorrendo com a CFR de Pato Branco. Nos demais casos, apresentou-se o formulário de pesquisa numa oportunidade e, posteriormente, passou-se novamente para recolhê-lo. Contou-se também com o apoio de alguns colegas, que recolheram os instrumentos e os remeteram. Percebeu-se que aqueles, em que houve acompanhamento no seu preenchimento, retornaram quase na íntegra. Mas, isto não influenciou no resultado, em virtude de que o retorno é favorável estatisticamente.

Com relação à devolução do instrumento PP, por parte do “Pessoal-Chave selecionado”, aconteceu o seguinte: 13 instrumentos do “PP” foram respondidos e retornaram. Por questão de proteção pessoal dos envolvidos, não se realizou a divulgação de quais as pessoas que responderam ou não o instrumento de coleta de dados “PP”.

## **5 CONCLUSÃO**

Neste capítulo, é oferecida uma síntese dos resultados e dos respectivos objetivos, bem como, as sugestões de pontos que poderão merecer esforço adicional de investigação, selecionados dentre aqueles que chamaram a atenção durante o esforço de pesquisa, que culminou na dissertação.

São identificadas as principais conclusões e implicações do estudo, onde se toma como base os resultados, encontrados na fase da descrição e da análise dos dados e a revisão da literatura contemporânea sobre o estudo.

### **5.1 Reflexões e constatações**

O presente é um estudo qualitativo/quantitativo com ênfase recaindo na análise qualitativa e apresenta um caráter exploratório, cujos resultados permitiram chegar a conclusões de ordem geral, sem a pretensão de esgotar aqui o tema “*Agribusiness & competitividade na entrada do século XXI.*”

Ainda que uma vez dispostos recursos de caráter financeiro e temporal, poder-se-á aprofundar no estudo, de maneira tal que o mesmo permita o alcance de resultados de origem quantitativa, além da qualitativa já elaborada, possibilitando assim uma mensuração mais aprofundada de índices e resultados, bem como conclusões de caráter estatístico.

A interpretação dos resultados baseia-se na análise dos níveis expostos e, para a cobertura de algumas eventuais lacunas destes resultados, as conclusões também foram apoiadas pela análise documental efetuada e a literatura.

Todavia, o estudo forneceu uma evolução em diversos aspectos, obtidos pela orientação que o mesmo oferece, no sentido de apresentar subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC), em particular.

O objetivo geral do estudo foi o de propiciar à região subsídios para o seu desenvolvimento, a partir do exame da relação produtor - educação rural – realidade conjuntural. Para os que têm uma estreita ligação com o assunto, entendemos que a apresentação e a propositura de subsídios para as Unidades de Produção (propriedades rurais), a Educação Rural (as instituições que tratam do ensino profissionalizante, principalmente o agrícola), bem como de aspectos consideráveis relevantes com relação à Realidade Conjuntural (globalização, tendências, mercados comuns, “*agribusiness*”, ecologia, etc.), possibilitou um melhor conhecimento da assimetria que existe entre eles. Pareceu ser impossível estudá-los de forma compartimentada, em virtude da estreita ligação que existe entre eles, tanto na atividade prática quanto nos exemplos obtidos na teoria.

A atividade agrícola é caracterizada como sendo a mais antiga forma de atividade produtiva organizada da humanidade. Com a evolução do homem e das organizações, a atividade rural, que atendia às necessidades de sobrevivência, passa a operar no contexto de negócios. Para isso ela é denominada de Complexo Rural, pois enseja, sobre este Complexo – sistema, uma cadeia produtiva dividida em etapas, que se passou, a partir de então, denominar de “*agribusiness*” – como sendo relativo aos negócios do campo.

Percebe-se que um produtor de sucesso, dentro do “*agribusiness*”, deve ser um profissional capaz de compreender as bases gerais, técnico-científica-sociais-econômicas do seu “*business*”, de forma a desenvolver uma visão mais ampla da cadeia produtiva, alavancando mudanças de natureza empreendedora. O hibridismo nos conhecimentos, exigidos para ser considerado produtor e gerente do “*agribusiness*”, é ponto de fundamental importância. Ao

considerar que o Complexo Rural tem relações intersetoriais, é mister que o produtor também tenha esta visão. Portanto, saber “o que, como, quando, onde, por quem, para que deve ser feito”, é de suma importância. O resultado da combinação, entre eles, será o sucesso do seu negócio.

Proporcionar educação profissional de qualidade a indivíduos com diferentes histórias de vida, níveis de escolaridade, necessidades e aspirações, preparando-os para um mundo de trabalho, que está em constante mutação, requer uma educação para a autonomia e para uma aprendizagem permanente e cotidiana que tenha flexibilidade, valorize a diversidade e contextualize o ensino. Essa tarefa vai requerer dos educadores dessas escolas uma postura inovadora, flexível e criativa, aberta à investigação de novas formas de condução da aprendizagem e, acima de tudo, a capacidade de se libertar dos resquícios de todo um arcabouço legal que pretensamente definia, ordenava, regularizava e igualava tudo; assim de toda uma tradição de ensino, centrada na transmissão de conteúdos e, na também pretensa, infalibilidade do professor de uma relação escola-professor-aluno autoritária, não compassiva e excludente. É urgente abandonar a educação da exclusão, na qual o papel do professor é, na maioria das vezes, separar os bons dos fracassados, sem qualquer responsabilidade com relação ao futuro daqueles que não conseguem êxito, e iniciar a construção, de uma escola, principalmente a pública, que seja capaz de melhorar a vida das pessoas e a realidade social.

É necessário preparar profissionais que possuam as condições básicas e específicas para inserção e permanência no mundo do trabalho, seja como assalariado, seja como trabalhador autônomo ou como empreendedor. Para isso, devem ser desenvolvidas as competências básicas, cada vez mais requeridas não somente no exercício profissional, mas na própria vida em sociedade, que estão relacionadas com habilidades e atitudes, tais como: pensar estrategicamente, desenvolver atitude científica na resolução de problemas, dispor-se a aprender continuamente, ser autônomo, ser criativo e ter atitude positiva frente ao inusitado, selecionar e gerenciar informações, interrelacionando-

as. Já as competências, específicas para o exercício de uma atividade produtiva, precisam ser desenvolvidas, objetivando o domínio das técnicas, dos métodos e dos processos de produzir e fazer, relacionados às diversas áreas profissionais, possibilitando diferentes itinerários que serão refinados em percursos variados a serem aperfeiçoados ao longo da vida produtiva de cada indivíduo. Preparar as pessoas para o trabalho, e não apenas para o emprego, será o desafio da educação profissional, sem perder o foco do empreendedorismo, quer seja na atividade laboral em negócios próprios ou de terceiros.

Essas escolas deverão manter um olhar perscrutador e um diálogo permanente com o mundo produtivo, buscando não só adequar permanentemente a formação profissional que oferece, como também antecipar demandas e influir no processo de construção de novas tecnologias e novas formas de fazer, por meio da pesquisa, do intercâmbio, das trocas e da cooperação institucional.

Hoje, uma das prioridades da sociedade é a educação profissional, que obteve recentemente, pela primeira vez na história, um capítulo especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e vem sendo discutida por diversos setores da sociedade brasileira, sendo objeto de uma reforma que visa a ampliar sua oferta e mobilizar as instituições ofertantes para que estas se reordenem e respondam com agilidade e pertinência às demandas apresentadas pelos indivíduos, pela sociedade e pelo mundo do trabalho.

Para atender as exigências da reforma da educação profissional e, além disso, constituírem-se como centros de referência para os demais sistemas, essas escolas deverão traduzir as demandas oriundas do mundo do trabalho, da sociedade e dos indivíduos, em medidas concretas e, principalmente, inovadoras, o que pressupõe a mudança da própria cultura institucional. Essas medidas se referem à abertura dinâmica e permanente da escola, tanto para as necessidades e expectativas dos indivíduos e da sociedade, como para as demandas do setor produtivo. Referem-se também à adequação técnico-pedagógica e à

imprescindível reformulação de sua gestão.

Vale ressaltar que o termo “*agribusiness*” emerge em meio ao descaso da agricultura e a sua perda de valor. Um dos objetivos é envolver mais claramente o “*agribusiness*” com a cadeia sistêmica dos seus produtos. No entanto, em virtude de sua importância plena, ainda não há uma tradução adequada para o português; no ambiente brasileiro, ele está sendo difundido como a recuperação da convivência entre a agricultura e os negócios derivados dela, no que se concorda. Mas, pensa-se que deve ser mais estudado, com o objetivo de tentar encontrar uma definição bem próxima da sua etimologia e a prática.

## 5.2 Recomendações

Nesta seção são descritas as recomendações, com base nos resultados do estudo, e estão relacionados com as principais contribuições propostas por este trabalho, além de que estão elencados temas abordados e que são considerados de caráter relevante ante sua exposição conjuntamente com a pesquisa.

Ao realizar este estudo foi percebido que a mesma metodologia, com as necessárias adaptações, pode ser usada para o aprofundamento do seu tema.

Assim, é possível recomendar um novo estudo nesta área, especialmente pelas seguintes razões:

a) O “*agribusiness*”, especialmente no caso brasileiro, tem sido muito pouco estudado, e, por isso mesmo, carece de literatura a respeito; em virtude disto é, que, até o presente momento, ele não tem recebido uma definição em português, compatível com a sua amplitude de significado e de importância.

b) O exame, da relação produtor – educação rural – realidade conjuntural, tem apresentado uma estreita ligação entre si, tanto na teoria quanto na prática; além de que os três juntos possuem uma ligação muito forte com o “*agribusiness*” e a sua competitividade.

c) Neste estudo foi utilizado como instrumento de análise e interpretação dos dados a estatística descritiva. Um novo estudo poderá utilizar a estatística descritiva e certamente chegará a novas e mais profundas descobertas, através de novos estudos qualitativos.

d) A profundidade e grandiosidade do tema proposto, para esta Dissertação de Mestrado, permitem que sejam feitos outros esforços de pesquisa, talvez podendo ser tema de uma Tese de Doutorado nesta área.

### 5.3 Sugestões

Quanto ao objetivo cinco, o de oferecer subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC), em particular, e adjacências, em função dos resultados obtidos nos objetivos anteriores e outras informações, pode-se dizer que esta pesquisa, como parte da Dissertação de Mestrado, permitiu, além de cumprir o requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, se produzisse algumas sugestões e levantamentos de ordem prática, assim sendo:

1. Sob o enfoque educacional - técnico - extensionista, uma das preocupações da cadeia do “*agribusiness*” é profissionalizar o seu dirigente, no processo como um todo. Produzir e entender o “*business do seu negócio*”.<sup>39</sup>
2. Modernizar e reordenar os sistemas de educação, de forma a instrumentalizá-los para responder efetivamente aos anseios e

---

<sup>39</sup> “Business do trigo”: Semente + plantio (tratos culturais) + farinha + pão (agregar valor) + comercialização.

expectativas individuais e sociais, bem como as demandas econômicas contemporâneas, constitui-se fator fundamental para elevar os padrões de produtividade e competitividade e, ao mesmo tempo, construir uma sociedade mais igualitária. Atenção especial deve ser dada também à “reinserção” daqueles indivíduos que foram excluídos da economia, em função a reordenação econômica, característica do processo de globalização.

A educação profissional, foco desta conclusão, assume papel relevante no enfrentamento desses desafios e, associada à universalização da educação básica de qualidade, surge como fator fundamental na promoção do crescimento econômico e do bem-estar social. É estratégica, não somente como resposta às crescentes exigências por maiores níveis de escolaridade e qualificação dos trabalhadores oriundas do mundo do trabalho mas, também, como instrumento de inclusão social, que amplie as possibilidades de inserção de todos os indivíduos na economia, tanto como consumidores quanto como produtores de bens e serviços.

Parece que se faz necessário entender a Escola, além de suas dimensões físicas. Só assim ela será um agente de transformação. Esta escola desenvolve seu trabalho num conjunto de ações, tornando-se num elemento importante para o desenvolvimento do ser humano profissional: a Escola que educa o indivíduo, que educa a sociedade, que educa as organizações e a escola que se educa.

É mister que a educação profissional oriente para o trabalho e não para o emprego, bem como, estimule para que sejam empreendedores; para ser empreendedor, é necessário entender de todas as etapas de seu negócio. Por outro lado, devo ser empreendedor no negócio de outras pessoas, pois quando trabalho para elas, devo realmente fazer com eficiência e eficácia. Ser empreendedor, não significa também, ser dono do seu negócio. É preciso ter a

convicção de estar fazendo da melhor maneira o que os outros ainda não souberam fazer.

3. A adoção de modelos e métodos na Extensão Rural e Assistência Técnica, através de atitudes que contemplem esta máxima: *“Aprender a aprender desaprendendo; saber fazer, fazendo e difundindo”*.<sup>40</sup> Neste sentido, a implantação de Unidade Demonstrativa de Método, a Pedagogia da Alternância e a figura do Multiplicador-difusor, ( UDM + PEDAL + MULTIFUSOR, é igual a “santíssima trindade dos São Tomé: só vendo para crer”) formam a força tríplice que dará a sustentação.
4. A conscientização da necessidade do associativismo, fomento e incentivo à criação de “Ilhas de Produção”, através da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, a produtos animais e vegetais que posteriormente serão o objeto da constituição implantação e de uma cooperativa de produção e comercialização.
5. Proporcionar tratamento diferenciado à produção agropecuária “strictu sensu”, no que diz respeito as atividades em última instância, como a forma da organização da produção e, principalmente, o seu circuito de realização assentado em nichos específicos de mercados.
6. Criação de um Programa de Desenvolvimento Regional Consorciado Sustentado (PRODERCOS), objetivando incrementar ações de caráter regionalizado, observando-se a sustentabilidade e o progresso uniforme, levando-se em consideração o “glocal” – globalização local.

---

40 Gisley Francisco Baretta – autor desta dissertação de mestrado

7. Estudos que proporcionem condições de geração de emprego no meio rural para atividades não agrícolas, buscando apresentar novas formas de ocupações variáveis, incrementando a renda das pessoas. Fomentar a Pluriatividade Rural (PLURAL).
8. Proporcionar às pessoas que se encontram em ciclo de vida avançado condições de garantia de renda mínima para sua sobrevivência.
9. Reordenação tributária do ITR – Imposto Territorial Rural – e dos planos diretores de uso do solo, bem como a criação de uma legislação sobre o uso dos recursos hídrico-naturais da região em tela. Também uma revisão da legislação ambiental para facilitar a exploração de atividades de entretenimento. Incentivar o cumprimento da legislação sanitária aplicáveis às agroindústrias situadas na unidade de produção ou em seus núcleos. Dar um destaque todo especial para o lazer, apoiando-se as formas variadas de turismo em áreas rurais, que vem se desenvolvendo sem nenhum amparo das políticas públicas existentes para o setor.
10. A definição física de um módulo rural, como uma área mínima de fracionamento das terras rurais, capaz de prover a subsistência e o progresso social de uma família quando explorada dentro da tecnologia agrícola usual.
11. Difusão de assentamentos no modelo “*kibutzien*” – Israel, que tenha como base a prestação de serviço.
12. Modificar a estrutura tradicional dos atuais assentamentos, dando aspecto de urbano, através de uma infra-estrutura mínima, melhorando a qualidade de vida no campo.

13. Incentivar a habitação em “Programa Agrovila”, com incentivo à construção da casa própria nas zonas rurais.
14. Facilitar e ampliar as formas de acesso ao crédito rural por parte de pequenos agricultores.
15. A melhoria da infra-estrutura de telecomunicações nas áreas rurais é fundamental, não apenas para que se possa modernizar as atividades produtivas que aí se desenvolvem, mas para proporcionar conforto e lazer para as famílias que já residem no campo. Não se pode esquecer também que a grande maioria das formas de lazer dos brasileiros são desenvolvidas dentro de casa, com destaque para o uso do rádio e da televisão.
16. Com relação às experiências ligadas ao ensino superior – especialmente nas universidades da região em tela – já aconteceram, de forma compartimentada, a implantação de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas da Agronomia, Veterinária, Ciências Agrárias, Administração Rural e Agronegócios – recentemente implantada na UNOESC, campus de São Miguel do Oeste (SC). Esta última é decorrente de uma semente lançada nos primórdios cronológicos deste estudo, que tinha como indicador principal implantar um Curso de Bacharelado em “*Agribusiness*”, aliado ao Centro de Tecnologias, Difusão e Transferência com o objetivo de atender à demanda das “modernas unidades de produção produtivas”.

Diante do exposto, combinando-se o Complexo Rural do “*Agribusiness*” e o Complexo Agroindustrial, tem-se uma grande fonte geradora de emprego e da renda, capaz de revolucionar o meio agrícola e o entorno rural.

Concluindo-se tem-se o Complexo Rural do “*Agribusiness*”, envolvendo o conjunto de atividades e funções geradoras da produção de alimentos e matéria-prima de origem agropecuária. De forma agregada, em decorrência de sua participação, o subsetor do Complexo Industrial é responsável na cadeia do “*agribusiness*” por 10% (antes), 30% (dentro) e 60% após da porteira.

É imperioso reconhecer o “*agribusiness*” como o continente e o conteúdo da agricultura moderna; ao abordá-lo, sistematicamente, constitui-se num afastamento significativo das práticas tradicionais.

Vale ressaltar, que o termo “*agribusiness*”, emerge no meio agropastoril brasileiro, num momento que estão iniciando-se alguns ensaios individuais para o reordenamento da atividade rural, devido ao descaso da agricultura e a sua perda de valor. Um dos objetivos, é envolver mais claramente o “*agribusiness*” com a cadeia do Complexo Produtivo Rural. No entanto, em virtude de sua plenitude, ainda não há uma tradução adequada deste vocábulo para o português; algumas tendências encaminham uma discussão no sentido que “*agribusiness*” - no ambiente brasileiro, deva ser a recuperação da ambiência entre a agricultura e os negócios derivados dela. Parece-me que este conceito estaria colocando num mesmo grau de importância que deva ser dispensado à toda a cadeia produtiva do “*business*” rural. Para tanto, quando nos reportamos à importância de conhecer, entender, aplicar e produzir dentro de altos padrões de confiabilidade e com tecnologia por parte do gestor do “*agribusiness*”, precisamos que as “modernas unidades de produção produtivas” estejam incluídas em um contexto maior, buscando o seu crescimento (enquanto valores financeiros-econômico) sem perder de vista o seu desenvolvimento (qualidade de vida as pessoas que nela habitam). Neste sentido, o foco do “*agribusiness*” é direcionado para o entorno agropastoril, bem como, o nosso ecossistema; é indiscutível que no limiar do século XXI, o homem seja coroado de pleno êxito, quando puder comprovar ao mundo que é capaz de ser a única criatura deste planeta capaz de conviver, produzir e gerar progresso sem depredar os recursos naturais, que muitas vezes serão o parceiro principal no exercício de sua profissão.

A elevação do padrão de vida da população, no meio agrícola e no entorno rural, é condição necessária para a viabilização dos esquemas, anteriormente mencionados, na medida em que a distância, entre o nível técnico-cultural desse grupo e as tecnologias difundidas pelo modo de produção capitalista, tendem a aumentar.

Assim, os "passageiros da Terra", enfrentam dois graves problemas: há o aumento da população mundial a um ritmo de quase dez milhões de pessoas por mês e precisa sobreviver unicamente com as "provisões de bordo", sem possibilidade de parada para reabastecimento. Porém, a maioria não está ciente da situação. O que fazer para que essa conscientização ocorra? Como influir nas decisões que dizem respeito à própria sobrevivência do planeta e, por conseguinte, da espécie humana? De que maneira se pode contribuir para evitar a rápida redução da diversidade biológica?

A única forma, para que isso aconteça, é conhecer a real situação da Terra e seus problemas – o Complexo Rural do “*Agribusiness*”.

Com relação ao “**como fazer**”, sugere-se a adequação ao tempo no espaço, pois **cada situação é uma situação adversa**, necessitando de estudos particulares e conclusões exclusivas, pois **não acredita-se na existência de receitas e modelos prontos, que deles derivam reais subsídios que possam fomentar o crescimento e o desenvolvimento sustentável, local e regional**. (o grifo é do pesquisador).

“**Saber aprender a desaprender; saber fazer fazendo, e difundindo**”, Baretta (2000). (o grifo é do pesquisador).

## 6 BIBLIOGRAFIA

A bibliografia será refletida sob o seguinte modo: sob o título referências bibliográficas, sendo todas as referências citadas ao longo do texto da dissertação; e, sob o título bibliografia suplementar, referências selecionadas, pelo princípio da conveniência, dentre aquelas que deram suporte à realização do estudo, mas que não foram citadas no mesmo.

### 6.1 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: ANPOCS/Editora UNICAMP/Hucitec, 1992.

BARETTA, Gisley Francisco. *Relatório final das atividades práticas*. Paraná: CEFET – Unidade Pato Branco, julho de 2000.

\_\_\_\_\_. *Relatório Supervisionado de Língua Portuguesa*. Frederico Westphalen: URI, 2000 [1].

\_\_\_\_\_. *Treinamento em Administração Rural*. (Apostila de treinamento), outubro de 1998.

BICCA, Eduardo F. *Extensão Rural: da pesquisa ao campo*. Guaíba: Agropecuária, 1992.

BUTTEL, F. H. et. al. *The global impacts of agricultural biotechnology: a post-green revolution perspective*. In: Issues in Agricultural Bioethics. p. 345-360. Edited by Mepham, T. B., Trucker, G. A., Wiseman, J. Nottingham University Press, Nottingham, 431 p.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. *Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.

CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1977. Cap.3. A escolha do tema.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas – *O meio ambiente e desenvolvimento*.

Brasília: Senado Federal, 2 ed., 1997.

CORREA, Plínio de Oliveira. ***Liberdade individual dos países do Mercosul***. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2. ed., 1998.

DIAS, Viviane. ***Mudanças estruturais na economia internacional***. (In: Economia e Desenvolvimento). Brasília: IPEA/CEPAL, n. 5. 1989.

FAO/INCRA. ***Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável***. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FILHO, Cláudio A Pinheiro Machado. et al. ***Agribusiness Europeu***. São Paulo: Pioneira, 1996.

GOODMAN, David E., et al. ***Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira***. Revista de Economia Política. Rio de Janeiro. V. 5, n. 4, out/dez de 1985.

GRAMSCI, A. ***Os intelectuais e a formação da cultura***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KLOPPENBURG, J. R. Jr., ***First the seed – the political economy of plant biotechnology***. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, 349 p.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. ***Técnicas de Pesquisa***. São Paulo: Atlas, 1986. 205 p.

LAMARCHE, H. ***A agricultura familiar***. Campinas: Unicamp, 1993.

LANDIM, José R. MONTEIRO, Mandel A. ***A mão-de-obra na agricultura no estado de São Paulo***. (position paper), 19??.

MAIA, Eni Marisa. ***Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos?*** Revista da Associação Nacional/ANDE. São Paulo, 1982.

MARCATTO, Celso. ***Agricultura sustentável: conceitos e princípios***. Posicion paper. 1999.

MARION, José Carlos (coord.). ***Contabilidade e controladoria em agribusiness***. São Paulo: Atlas, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ***Jornal do MEC***. Brasília: Ministério da Educação, novembro/dezembro, 2000.

\_\_\_\_\_. ***Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB***. São Paulo: Editora Guazzelli Ltda., 2000.

MIRANDA NETO. ***A Expropriação dos alimentos***. Rio de Janeiro: Achiame,

1985.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, A. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1981.

OLIVEIRA, P. H. B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PINHO, Diva B. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. (In: Manual do Cooperativismo), v. 1, São Paulo: CNPq, 1982.

QUEIRÓS, Carlos A. R S. *Manual da cooperativa de serviços e trabalho*. São Paulo: STS, 1998.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Economistas). 1982.

SEHNEM, Dirce Terezinha Drebel. *Escola – ensino agrícola*. (Dissertação de Mestrado – Metodologia do Ensino). Campinas: Unicamp. 199?.

SILVA, J. G. *A modernização conservadora: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

SIMON, Álvaro Afonso. *A extensão rural e o novo paradigma*. Florianópolis: EAGRI, 1996.

STRIEDER, Roque. *Produção agrícola integrada: a emergência do trabalhador agrícola*. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

WILKINSON, J. *O estado, agroindústria e pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

## 6.2 Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico*. Fortaleza: BNB, 1998

ALMEIDA, J. G.; LIMA, J. B.; et al. *Racionalidade da ação extensionista: um estudo no sul de Minas Gerais*. Cadernos de Administração Rural. Lavras. V. 4, n. 2. 1995.

- ALVES, Cesar. **As funções da escola pública**. São Paulo: Novos Rumos. 1990.
- ANDRADE, Antonio Cabral de, et al. **A Universidade e o desenvolvimento Regional**. Fortaleza: UFC, 1995.
- ANDRADE, Mônica V. **Educação e crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas para os estados brasileiros – 1970/1995**. In: 25. Encontro Nacional de Economia, Recife, 1997.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- AUSTIN, S. H. **Rethinking relationships**. Journal of Forestry, January: 30-34. 1995.
- BARROS, Ricardo Paes de , Mendonça, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, 525).
- \_\_\_\_\_. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. A economia brasileira em perspectiva 1996. Rio de Janeiro: Ipea, 1996. 2v. p.421-473.
- BASTOS, J. A. de S. L. de Almeida. **A educação técnico-profissional: fundamentos, perspectivas**. Brasília: Senete, 1991.
- BECHARA, Miguel. **Extensão agrícola**. São Paulo: secretaria da agricultura, 1954.
- BELATO, Dinarte. **Integração avícola**. (Dissertação de Mestrado - História). Unijuí, 1985.
- BRASIL, Leis, Decretos, etc. **Habilitações profissionais no ensino de 2º grau**. Brasília: MEC, 1972.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. 249 p.
- CLERCK, Marcei de. **Aspectos sociais da ação educativa no meio rural tradicional**. Rio de Janeiro: Revista Paz e Terra. 1969.
- COELHO, Roberto Dinarte; RECH, Luiz R. D. **Técnico agrícola: formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Impr Livre, 2000.
- COUTINHO, Luciano. **O Brasil face a globalização**. Folha de São Paulo, 06/08/95. Decreto n.º 2.208, 17 de abril de 1997.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**.

Fortaleza: EUFC, 1987.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto n.º 9.613 de 20 de Agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola**, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei Darci Ribeiro – LDB n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (23/12/1996)**.

FARHAT, R. **Seminário amplia visão sobre a Educação Profissional**. Jornal do MEC, Brasília: Ministério da Educação, novembro/dezembro, 2000, p. 15.

FILHO, Nelson Casarotto. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Atlas, 1999.

FONSECA, Maria Teresa Sousa. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Ensino médio: desafios e reflexões**. Campinas: Papyrus, 1994.

FRANCO, Augusto de . **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentado**. Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica. 2000. Brasília. DF.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GRIFFITH, J.J.; NARDELLI, A. M. B. **O pensamento sistêmico**. Viçosa: SIF/UFV, 1998. 18p. (Apostila)

MERCOSUL em movimento, O. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1974.

PILETTI, Claudino. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

RANGEL, I. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SENGE, M. P. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1990. 351 p.

SILVA, José Graziano da; BALSADI, Otavio Valentim, et al. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. São Paulo em Perspectiva. V. 9, n. 3, p. 50-64, 1997.

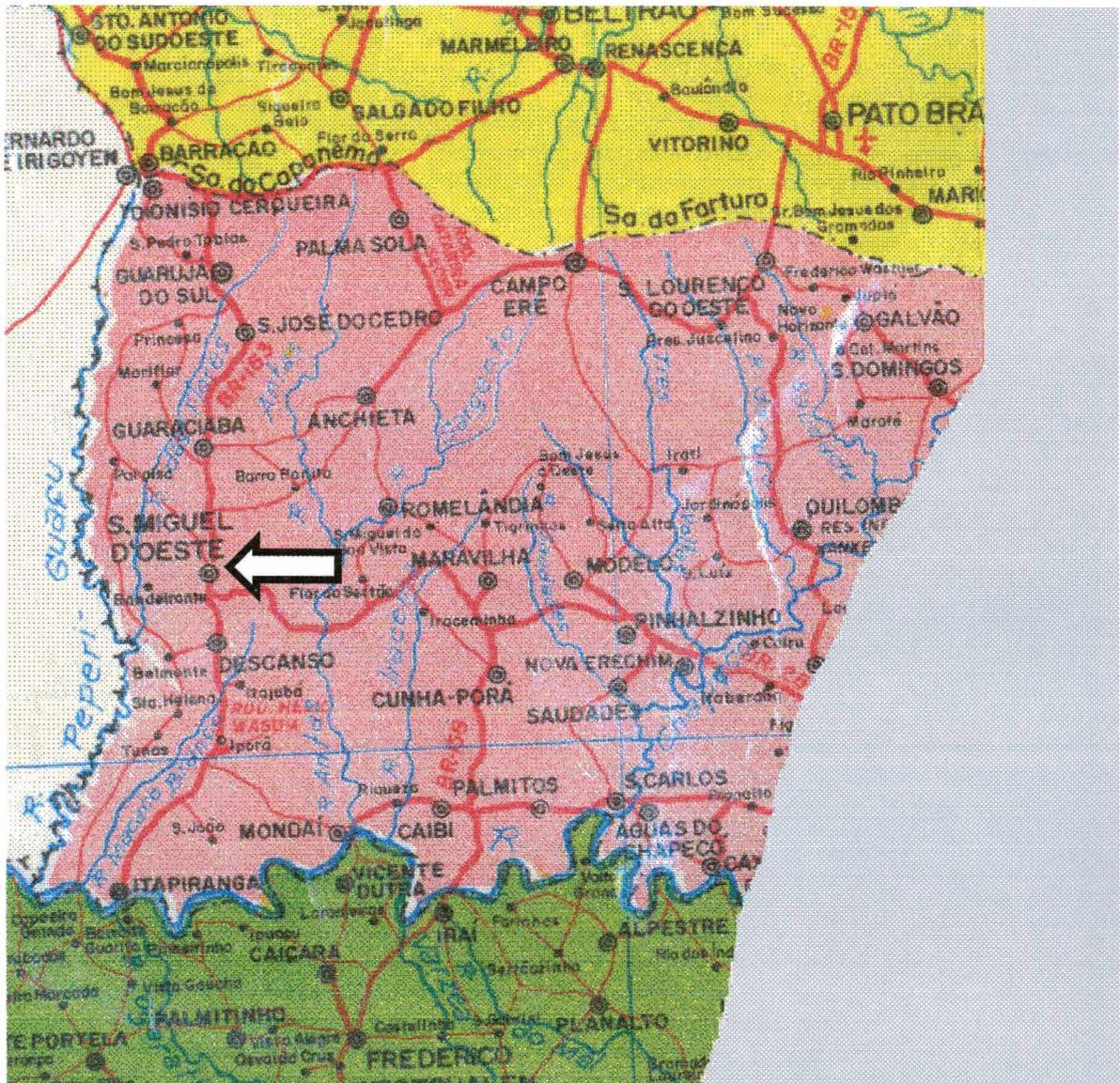
TESTA, V. M.; NADAL, R. de, et al. **Desenvolvimento sustentável no oeste catarinense**. (proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1991.

VIEIRA, Paulo Freire. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.

WONNACOTT, Ronald T., WONNACOTT, Thomas. **Fundamentos de Estatística**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985. 355 p.

## **Anexo 1 - Mapa da região de São Miguel do Oeste e adjacências**



## **Anexo 2 – Mapa da Estrutura Multicampi da UNOESC em Santa Catarina**



**Anexo 3 - Instrumento de pesquisa – PP**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
PROJETO MULTI-INSTITUCIONAL UFSC UNOESC UnC UNIPLAC  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA



FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título:

**AGRIBUSINESS & COMPETITIVIDADE NA ENTRADA DO SÉCULO XXI:**

subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste, (SC) e adjacências, a partir do exame da relação produtor – educação rural – realidade conjuntural.

Mestrando Prof. Gisley Francisco Baretta Professor

Orientador: Dr. Paulo Cesar da Cunha Maya

- 1. Como você percebe na atualidade a relação Produtor – Educação Rural – Realidade Conjuntural e seus efeitos na região de São Miguel do Oeste em particular, e em Santa Catarina em geral?

**Produtor:**

.....  
.....  
.....  
.....

**Educação Rural:**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**Realidade Conjuntural:**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**Observações:** .....

.....

.....

.....

.....

**Dados pessoais do entrevistado (a), em caso de ser aluno:**

Instituição Educ.: ..... Série: ..... Turma:.....

Nome:.....Município: ..... UF: ..... CEP:.....

Função:..... Cadeira: 1..... 2.....

Formação acadêmica: ..... Instituição: ..... Ano:.....

Curso/evento(s) de aprimoramento profissional:

1:..... Ano:.....

2:..... Ano:.....

3:..... Ano:.....

Endereço:..... Fone contato: ( ) ..... E-mail: .....

**Dados pessoais do entrevistado (a), em caso de ser dirigente, professor e pessoal-chave selecionado:—**

Formação básica:.....	Ano:.....
Nome da instituição: .....	Cidade:..... UF:.....
Participação em cursos/eventos de aprimoramento profissional: (SIM) (NÃO)	
1. Nome: .....	Cidade:..... Ano:.....
2. Nome: .....	Cidade:..... Ano:.....
3. Nome: .....	Cidade:..... Ano:.....
4. Nome: .....	Cidade:..... Ano:.....
5. Nome: .....	Cidade:..... Ano:.....

Deseja receber um resumo do relatório da pesquisa via correio? (SIM) (NÃO)

Em caso positivo, identifique-se: .....

.....

.....

Informações sobre o pesquisador:  
 Prof. Gisley Francisco Baretta  
 Av. Martim Piasieski, 381.  
 89910-000 - Descanso – SC  
 gfbaretta@unoescsmo.rct-sc.br  
 049 6230511 res 049 6311025 Unoesc

*Agradecemos sua disponibilidade em responder nossa pesquisa – Será recolhida em.....*

**Anexo 4 - Instrumento de pesquisa – Planilha de Diagnóstico e Viabilidade  
(PDV)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**Programa de Pós-Graduação em Administração**  
**PROJETO MULTI-INSTITUCIONAL UFSC UNOESC UnC UNIPLAC**  
**CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**



**FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Título:

**AGRIBUSINESS & COMPETITIVIDADE NA ENTRADA DO SÉCULO XXI:**  
 subsídios para o desenvolvimento da região da Grande São Miguel do Oeste (SC), a partir da relação  
 produtor – educação rural – realidade conjuntural

*Mestrando Prof. Gisley Francisco Baretta*

*Orientador Prof. Dr. Paulo Cesar da Cunha Maya*

Entrevistador: ..... U.E.: ..... Série: ..... Turma: .....

Endereço: ..... Cidade: ..... Fone: .....

**PLANILHA PARA DIAGNÓSTICO E VIABILIDADE**

**I. Identificação e inserção da unidade de produção**

Localidade: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Distância da propriedade até a sede do município: \_\_\_\_\_ Acesso: \_\_\_\_\_

Distância da sede da comunidade: \_\_\_\_\_ Comunidade vizinha: \_\_\_\_\_

**Qual os objetivos da família para curto e médio?**

**II. Descrição da relação da propriedade com o meio externo**

- Linha de leite \_\_\_\_\_, Assistência Técnica \_\_\_\_\_
- Sócio de Cooperativa \_\_\_\_\_, Existe agroindústria na localidade \_\_\_\_\_
- Existe armazém na localidade \_\_\_\_\_ Pertence a quem: \_\_\_\_\_
- O que mais percebe-se: \_\_\_\_\_

***Meio agroecológico***

- Descrever o tipo de solo (vermelho, laje, pedras, matéria orgânica, verificar erosão e práticas de conservação).

- topografia: .....

.....

.....

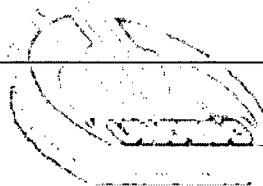
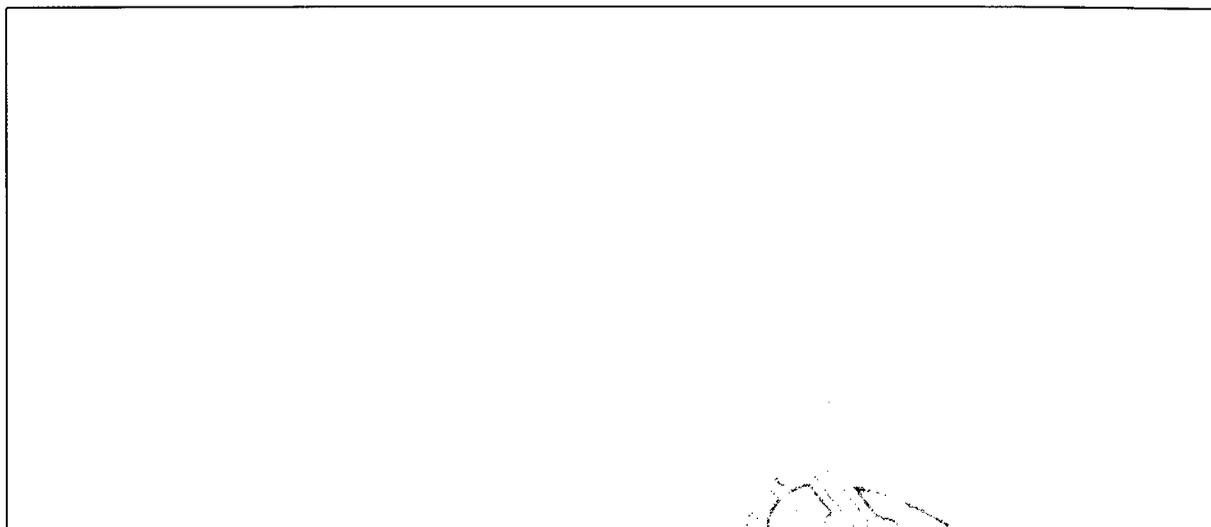
- Fazer algumas considerações sobre os limites e as possibilidades de uso do solo, a partir das observações “in loco”:

.....

.....

.....

- Fazer um croqui da área. Identificar diferentes glebas, com distribuição de culturas e limitações do meio ao uso agrícola. Se possível com o tamanho da área de cada atividade. (Não necessário desenhar, apenas localizar)



#### 4. Trajetória histórica da unidade de produção:

4.1 Origem da propriedade? Forma de aquisição?

4.2 Comprou mais área? Vendeu? Quando? Porquê?

4.3 Aquisição das máquinas? Quais? Quando? Como foi comprada? Situação atual do financiamento?

4.4 Quando começou a produzir determinada cultura ou criação? Quando ampliou? Diminuiu ou parou de produzir alguma atividade?

4.5 Anotar algum fato externo a propriedade que marcou o desenvolvimento da propriedade?

#### 5. Estrutura da unidade de produção

Dados da terra

Superfície Agrícola Util (SAU)

Descrição	Há ou alqueires	Descrição	Há ou alqueires
Área própria		Área disponível para cultivo	
Arrendada de terceiros		Área de potreiro	
Arrendada para terceiros		Área de pastagem melhorada	
Área em parceria		Reflorestamento	
<b>Total da área</b>		Utilizada com .....	
		<b>Total da SAU</b>	

#### 6. Dados de mão-de-obra:

Nome dos componentes da família	Idade	Escolaridade	Tempo dedicado em cada atividade	UTH
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				





**Uso das instalações:**

*Citar as instalações e quais as produções que fazem uso das mesmas e que mais usam em termos percentuais*

**Uso de máquinas – trator, colheitadeira**

Meses de uso – identificar o número de horas

<i>Trator</i>	<b>J</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>A</b>	<b>M</b>	<b>J</b>	<b>J</b>	<b>A</b>	<b>S</b>	<b>O</b>	<b>N</b>	<b>D</b>	<i>Total</i>
<i>Na propriedade</i>													
<i>Prestando serviços outra propriedade</i>													
<i>Colheitadeira</i>	<b>J</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>A</b>	<b>M</b>	<b>J</b>	<b>J</b>	<b>A</b>	<b>S</b>	<b>O</b>	<b>N</b>	<b>D</b>	<i>Total</i>
<i>Na propriedade</i>													
<i>Prestando serviço outra propriedade</i>													

**Financiamentos**

<i>O que tem financiado</i>	<i>Valor financiado</i>	<i>Taxa de juro</i>	<i>Tipo de financiamento</i>

**Pesquisa**

- Na sua opinião, o que as instituições educacionais devem fazer para revitalizar a agricultura?
- Qual (is) cursos profissionalizantes que deseja participar futuramente?
- Para seus filhos, sua intenção é que ele frequente qual tipo de curso ou escola?
- Depois de ter concluído o curso acima citado, o que você sugere ao seu filho?
- Qual sua opinião sobre o futuro dos negócios agropecuários em nossa região?

**Para o entrevistador:**

* No exercício de sua profissão – técnico – conceitue a propriedade diagnosticada:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Comentários/outras informações:
.....
.....

## **Anexo 5 - Gráficos e quadros complementares**

### A região fiscal da 13ª Regional da Secretaria de Estado da Fazenda

A região de abrangência da 13ª Regional da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com sede no município de São Miguel do Oeste, é composta por 21 municípios, e possui 56.559 produtores agropecuários cadastrados, o segundo maior número do Estado. Esta região é composta de minifúndios, com módulos rurais de pequeno porte e modelos de gestão de empresa familiar rural.

**Quadro 1 - Cadastro de produtores agropecuários por regiões fiscais de SC**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
01	Região de Florianópolis	16.430
02	Região de Itajaí	6.545
03	Região de Blumenau	10.387
04	Região de Rio do Sul	53.816
05	Região de Joinville	13.975
06	Região de Porto União	25.125
07	Região de Joaçaba	40.827
08	Região de Chapecó	135.619
09	Região de Curitibanos	26.391
10	Região de Lages	23.949
11	Região de Tubarão	22.784
12	Região de Criciúma	11.327
13	Região de São Miguel do Oeste	55.559

*Fonte: Governo do estado de Santa Catarina – Secretaria da Fazenda – CIAC/SEF M-AGR330 – Cadastro de Produtores Agropecuários – Pag.001*

**Quadro 2 - Cadastro de produtores agropecuários de SC – por ordem de quantidade**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
08	Região de Chapecó	135.619
13	Região de São Miguel do Oeste	55.559
04	Região de Rio do Sul	53.816
07	Região de Joaçaba	40.827
09	Região de Curitibanos	26.391
06	Região de Porto União	25.125
10	Região de Lages	23.949
11	Região de Tubarão	22.784
01	Região de Florianópolis	16.430
05	Região de Joinville	13.975
12	Região de Criciúma	11.327
03	Região de Blumenau	10.387
02	Região de Itajaí	6.545

*Fonte: Governo do estado de Santa Catarina – Secretaria da Fazenda – CIAC/SEF M-AGR330 – Cadastro de Produtores Agropecuários – Pag.001*

**A região da Grande São Miguel do Oeste conforme o Senso 1995-1996 do IBGE**

**QUADRO 3 - Estabelecimentos por Grupos de Atividades Econômicas da Região de São Miguel do Oeste**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>NUMERO</b>
Lavoura temporária	10.487
Produção mista	6.540
Pecuária	3.456
Lavoura permanente	143
Silvicultura e exploração florestal	66
Horticultura	53
Pesca e aquicultura	11
Produção de carvão vegetal	02

*Fonte: IBGE – Censo 1995-1996*

#### QUADRO 4 - Utilização de Terras na Região de São Miguel do Oeste

TERRAS	INFORMANTES	HA
<b>Lavoura</b>		
- Permanente	9.314	7.874
- Temporária	20.246	163.863
- Em descanso	3.662	10.628
<b>Pastagens</b>		
- Naturais	7.931	33.047
- Plantadas	11.871	59.037
<b>Matas e Florestas</b>		
- Naturais	11.012	33.515
- Plantadas	8.498	10.736
<b>Produtivas não utilizadas</b>	4.477	12.526

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

#### QUADRO 5 – Silos para Forragem

TIPO	INFORMANTES	NÚMERO	CAPACIDADE (t)
Aéreos	641	864	31.645
De encosta ou trincheira	939	1.273	39.429

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

#### QUADRO 6 – Depósitos para Produção

TIPO	INFORMANTES	NÚMERO	CAPACIDADE
Para grãos			
- A granel.....	10.840	11.937	250.772 (t)
- Acondicionado.....	1.821	2.214	30.873 (t)
Para outros Produtos	9.372	12.025	6.416.089 (m3)

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

### QUADRO 7 – Máquinas e instrumentos agrícolas

MÁQUINAS	INFORMANTES	NÚMERO
Tratores	2.026	2.242
Máquinas		
- Para plantio	2.297	2.624
- Para colheita	353	395
Arados		
- De tração animal	18.257	40.334
- De tração mecânica	1.833	2.185

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

### QUADRO 8 – Meios de Transporte

MEIOS DE TRANSPORTE	INFORMANTES	NÚMERO
Veículos		
- Caminhões	194	233
- Utilitários	2.870	3.137
- Reboques	975	1.077
- De tração animal	16.862	21.415
Embarcações	30	34

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

### QUADRO 9 – Valor dos Investimentos, Financiamentos e Despesas

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	VALOR (mil reais)
Financiamentos	5.282	17.983
Investimentos	13.007	39.024
Despesas	20.694	132.869

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

### QUADRO 10 – Valor da Produção e da Receita

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	VALOR (mil reais)
Produção vegetal	20.552	115.092
Produção animal	19.997	154.058
Receitas	20.649	199.062

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 11 – Efetivo de animais**

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	CABEÇAS
Bufalinos	11	222
Eqüinos	1.309	2.108
Galinhas/galos/frangas/frangos e pintos	19.147	6.024 (mii cabeças)
Ovinos	604	6.344
Bovinos	19.604	310.513
Suínos	7.066	530.628

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 12 - Produção**

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	CABEÇAS	PRODUÇÃO
<b>Leite</b>			
- Vacas ordenhadas	17.600	67.648	
- Leite produzido			128.612 (mil litros)
- Leite vendido	10.665		96.385 (mil litros)
<b>Ovos de galinha</b>	18.041		4.603 (mil dúzias)

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 13 – Produção da Lavoura Temporária**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA COLHIDA ( ha)
Milho em grão	311.270 (t)	115.608
Feijão em grão (1ª e 2ª safras)	15.757 (t)	21.165
Soja em grão	23.977 (t)	10.545
Fumo em folha	13.767 (t)	10.268
Mandioca	64.186 (t)	5.863
Cana de açúcar	128.492 (t)	4.678
Arroz em casca	4.228 (t)	3.138
Trigo em grão	3.029 (t)	2.930
Melancia	251 (mil frutos)	83
Batata inglesa (1ª e 2ª safras)	680 (t)	70
Abóbora	89 (mil frutos)	44
Cebola	291 (t)	41
Batata doce	383 (t)	40
Tomate	260 (t)	26
Morango	53 (t)	23
Melão	46 (mil frutos)	17
Alho	51 (t)	15
Milho em espiga	4 (t)	2

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 14 – Produção da Lavoura Permanente**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA COLHIDA ( ha)
Laranja	133.978 (mil frutos)	2.045
Tangerina	31.308 (mil frutos)	400
Erva-mate	1.478 (t)	378
Limão	14.157 (mil frutos)	228
Uva	1.081 (t)	125
Banana	158 (mil cachos)	107
Pêssego	5.628 (mil frutos)	96
Abacate	702 (mil frutos)	47
Mamão	391 (mil frutos)	28
Pêra	1.154 (mil frutos)	21
Ameixa	463 (mil frutos)	8
Maçã	20 (mil frutos)	

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 15 – Produção da Horticultura**

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	QUANTIDADE (T)
Alface	17.814	1.043
Beterraba	5.024	131
Abobrinha	279	29

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 16 – Produção de Produtos Extrativos**

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	QUANTIDADE (T)
Erva-mate	435	986 ton.
Lenha	13.289	250 (mil m3)
Carvão vegetal	17	208 ton.

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

**QUADRO 17 – Produção de Produtos da Silvicultura**

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	QUANTIDADE
Carvão vegetal	6	76 (t)
Lenha	2.707	51 (mil m3)
Madeira em toras	241	8 (mil m3)

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

### QUADRO 18 – Efetivos da Silvicultura

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	QUANTIDADE (mil árvores)
Eucalipto	8.911	8.196
Acácia negra	80	25
Bracatinga	5	5

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

### QUADRO 19 – Produção da Indústria Rural

ESPECIFICAÇÃO	INFORMANTES	QUANTIDADE
Arroz em grão	11.332	2.246 (t)
Melado	5.833	883 (mil litros)
Fumo (em rolo ou corda)	45	2 (t)

Fonte: IBGE – Censo 1995-1996

## A participação da agricultura sob o enfoque político mundial

### Quadro 1 - Países selecionados da OCDE

#### Taxa de crescimento anual do emprego, 1980-1990 (% de variação anual)

	Média Nacional		Regiões Essencialmente Rurais		Regiões Relativamente Rurais		Regiões Essencialmente Urbanas	
	Agricultura	Não - Agrícola	Agricultura	Não Agrícola	Agricultura	Não Agrícola	Agricultura	Não Agrícola
Canadá	0.4	1.6	0.2	1.5	0.2	2.4	1.9	1.3
Estados Unidos	-0.3	1.8	-1.3	1.5	0.8	2.0	2.8	1.9
Austrália	-1.7	1.4	-2.0	1.7	-0.9	1.8	-1.0	1.1
Japão	-3.3	1.4	-3.1	0.8	-3.4	1.3	-3.2	1.8
Áustria	-3.1	0.7	-3.4	0.9	-2.5	0.9	-1.6	0.4
Bélgica	-1.6	0.2	-1.3	0.6	-1.6	-0.3	-1.7	0.3
Finlândia	-3.4	0.9	-3.5	0.6	-3.3	0.6	-0.8	1.9
França	-4.0	0.8	-4.2	0.7	-3.8	1.0	-3.5	0.5
Holanda	0.9	2.7	-	-	-1.4	3.3	1.6	2.6
Rep. Tcheca	-0.3	0.2	-0.7	0.2	-0.3	0.1	2.5	0.2
Espanha	-2.1	1.1	-1.1	1.3	-2.8	0.2	-1.7	1.8
Suécia	-3.1	1.3	-3.0	1.3	-3.6	1.3	-2.3	1.4
Suíça	-2.7	1.8	-3.2	2.1	-2.9	2.4	-2.0	1.5

Nota: (-) Não Aplicável Fonte: OCDE (1996).

**Quadro 2 - Países selecionados da OCDE**  
**Participação da agricultura no emprego regional, 1990 (% do emprego total)**

Média	Regiões		Regiões
	Essencialmente Rurais	Relativamente Rurais	Essencialmente urbanas
Nacional			
Canadá	4.6	10.9	3.3
Estados Unidos	3.3	5.9	2.4
Austrália	4.5	14.7	4.3
Japão	7.1	14.1	8.5
Áustria	6.2	13.3	4.1
Bélgica	2.5	9.3	3.0
Finlândia	8.5	16.0	5.3
França	5.7	10.8	5.5
Itália	9.9	16.0	13.5
Holanda	4.6	-	6.5
Portugal	10.6	22.9	10.0
República Tcheca	11.6	22.3	13.1
Espanha	11.1	25.0	13.8
Suécia	3.7	5.4	2.9
Suíça	4.1	9.5	6.3
Reino-Unido	2.4	10.3	4.2

Notas: (-) Não aplicável. Fonte : OCDE (1996).

**Quadro 3 - Países selecionados da OCDE**  
**Proporções de estabelecimentos agrícolas com responsáveis em tempo-parcial e pluriativos, 1990' (%)**

	Média	Regiões	Regiões	Regiões
	Nacional	Essencialmente Rurais	Relativamente Rurais	Essencialmente Urbanas
<b>Estabelecimentos agrícolas em tempo-parcial</b>				
Canadá	56	56	56	46
Estados Unidos	33	37	30	34
Japão	84	82	85	85
Áustria	60	59	60	57
França	50	47	51	36
Alemanha	59	58	59	60
Itália	89	90	88	89
Holanda	32	-	30	33
Portugal	78	82	75	58
Espanha	80	80	78	87
Reino-Unido	44	42	44	46

<b>Estabelecimentos agrícolas pluriativos</b>				
Canadá	42	43	38	36
Áustria	35	35	34	28
França	24	22	24	17
Alemanha	44	44	45	43
Itália	30	30	29	32
Holanda	22	-	17	24
Portugal	36	34	42	28
Espanha	35	32	33	37
Reino-Unido	30	31	27	33

Notas: (-) Sem aplicação; Os dados para os países de União Européia são de 1989.  
Fonte: OCDE (1996).

#### **Quadro 4 – Brasil - PEA rural e PEA agrícola ocupada, 1981, 1986 e 1990**

	PEA (1000 pessoas)			Taxas de Crescimento (%a.a.)		
	1981	1986	1990	1981/86	1986/90	1981/90
Urbana	33.553	41.552	47.656	4.3	3.4	3.9
Rural	13.936	15.264	16.812	1.8	2.4	2.1
Rural	13.330	14.331	14.181	1.5	-0.3	0.7
Não-agrícolas	32.165	1.105	47.920	5.0	3.9	4.5
Desocupados	2.023	1.380	2.367	-7.4	14.4	1.8
<b>TOTAL</b>	<b>47.489</b>	<b>56.816</b>	<b>64.468</b>	<b>3.7</b>	<b>3.2</b>	<b>3.5</b>

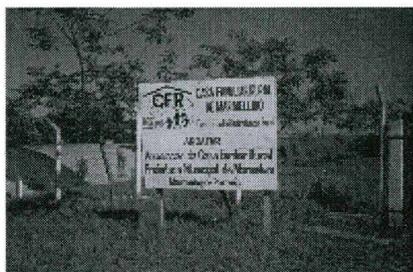
Fonte: Graziano da Silva (1997a)

#### **Quadro 5 - Domicílios Particulares Permanentes que tem acesso a alguns serviços e bens básicos e Taxa de Analfabetismo (%) Brasil, 1996.**

Item/Bem	Brasil	
	Urbano	Rural
Esgotamento Sanitário	96,1	62,0
Geladeira	86,4	43,2
Filtro de água	61,5	43,3
Televisão	91,3	54,3
Iluminação Elétrica	98,7	66,9
Rádio	91,9	83,9
Analfabetos 10 anos ou +	10,0	29,3
Telefone	30,3	4,5
Coleta lixo	87,5	12,0

Fonte: PNAD 1996, Síntese de indicadores (IBGE, Rio de Janeiro, 1997).

## **Anexo 6 - Fotografia dos locais de aplicação da PP**



Casa Familiar Rural  
Vista parcial do acesso  
Marmeleiro – Paraná



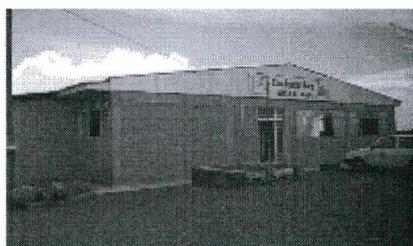
Casa Familiar Rural  
Vista parcial da fachada  
Guaraciaba – Santa Catarina



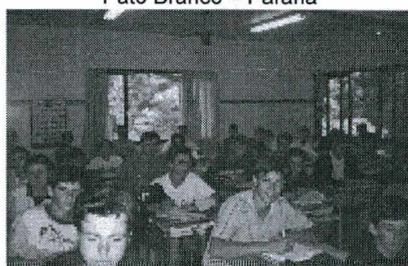
Casa Familiar Rural  
Vista parcial da fachada  
Enéas Marques – Paraná



Casa Familiar Rural  
Momento do preenchimento do formulário  
Pato Branco – Paraná



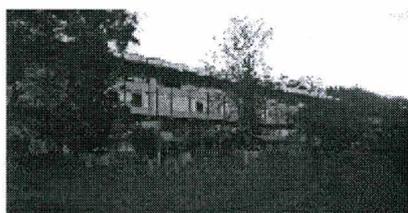
Casa Familiar Rural  
Vista parcial da fachada  
Pato Branco – Paraná



Colégio La Salle  
Momento do preenchimento do formulário  
Xanxerê – Santa Catarina



Colégio La Salle  
Vista parcial do acesso  
Xanxerê – Santa Catarina



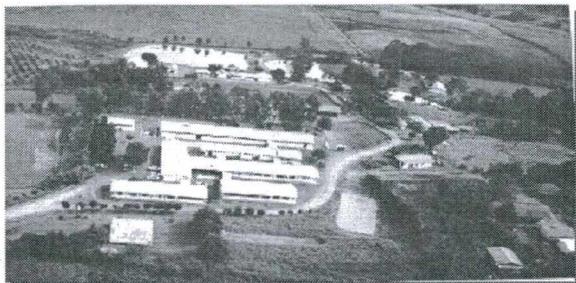
Colégio Agrícola São José  
Vista parcial da fachada  
Itapiranga – Santa Catarina



Colégio Agrotécnico 25 de Julho  
Uma das turmas pesquisadas  
São Carlos – Santa Catarina



Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas  
Vista parcial da fachada  
Campo Erê – Santa Catarina

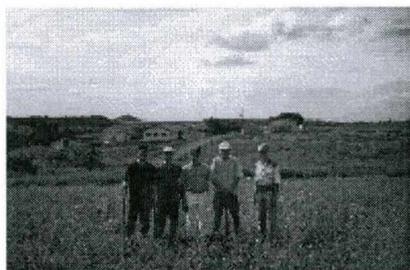


Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas  
Vista aérea  
São Miguel do Oeste – Santa Catarina



Centro de Educação Profissional Campo Erê  
Alunos em aula prática  
Campo Erê – Santa Catarina

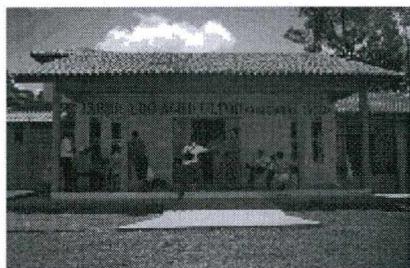
**Anexo 7 - Fotografia das visitas vivenciais e *business***



Escola Federal Agrotécnica Rio do Sul –  
Unidade Descentralizada  
Vista parcial do setor de produção  
(pesquisador ao centro)  
Dois Vizinhos – Paraná



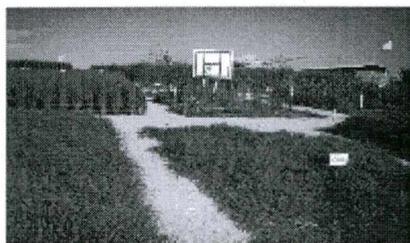
Assentamento Conquista na Fronteira  
Vista parcial do acesso  
Dionísio Cerqueira – Santa Catarina



Fábrica do Agricultor  
Vista parcial da fachada  
Bom Jesus do Sul – Paraná



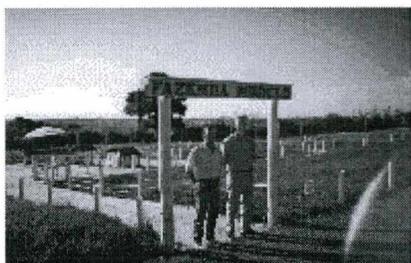
Fábrica do Agricultor  
Vista parcial do interior  
Bom Jesus do Sul – Paraná



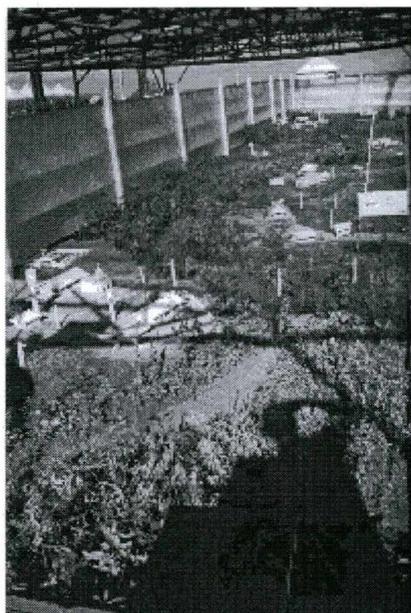
Show Rural Coopavel  
Vista parcial da Unidade Demonstrativa  
Cascavel – Paraná



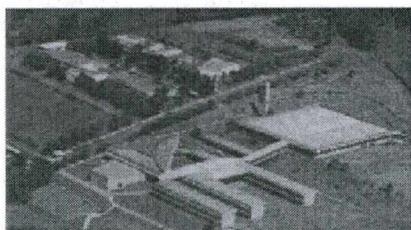
Show Rural Coopavel  
Maquete de propriedade modelo  
Cascavel – Paraná



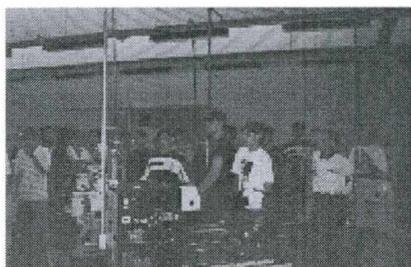
Show Rural Coopavel  
Maquete de fazenda modelo  
Cascavel – Paraná



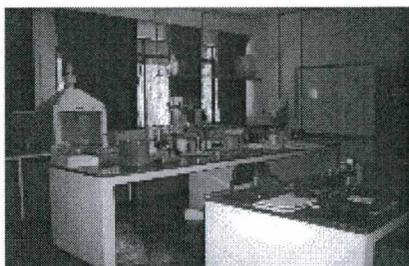
Show Rural Coopavel  
Maquete de degradação ambiental  
Cascavel – Paraná



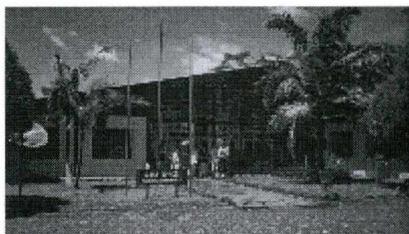
CEFET - Centro de Educação  
Federal Tecnológica  
Vista aérea  
Pato Branco – Paraná



CEFET - Centro de Educação  
Federal Tecnológica  
Vista parcial do Laboratório de  
Construções e Engenharia  
Pato Branco – Paraná



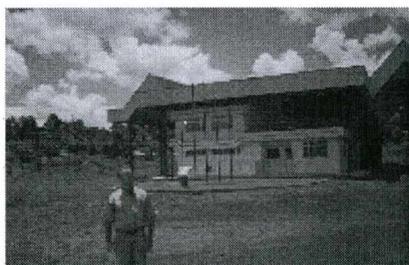
CEFET - Centro de Educação  
Federal Tecnológica  
Vista parcial do Laboratório de Análise  
de Solo e Água  
Pato Branco – Paraná



CETRESMO - Centro de Treinamento  
de São Miguel do Oeste  
Vista parcial da fachada  
São Miguel do Oeste – Santa Catarina



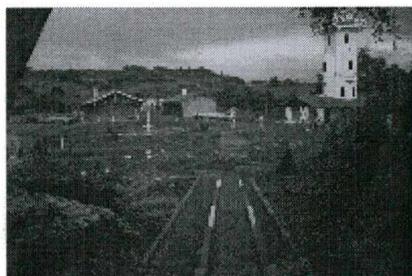
Congresso de Técnicos Agrícolas de  
Santa Catarina  
Momento de Entrega de Título do Banco da  
Terra ao aluno Leandro Alves  
(egresso do Curso Técnico em  
Agropecuária – CEDUP – GV)  
Rio do Sul – Santa Catarina



Aduana Justaposta do Porto Seco  
Brasil/Argentina  
Vista parcial (com o pesquisador)  
Dionísio Cerqueira – Santa Catarina



Escola Federal Agrotécnica  
Vista parcial da fachada  
Rio do Sul – Santa Catarina



Lar das Manjedouras  
Vista parcial de uma manjedoura transformada  
em um local para lazer e entretenimento  
São Lourenço do Oeste – Santa Catarina



**UNITAGRI**  
UMA QUESTÃO DE  
EVOLUÇÃO EM SERVIÇOS

UNITAGRI - Cooperativa dos Técnicos  
Agrícolas de Santa Catarina  
Símbolo da Entidade  
Camboriú – Santa Catarina



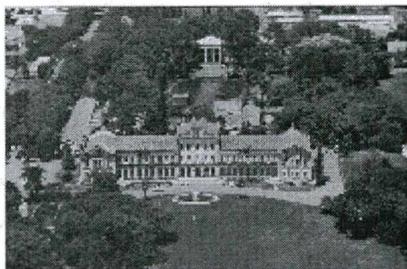
Pólo de Transferência Tecnológica da  
Universidade do Alto Uruguai e das  
Missões – URI  
Vista parcial do Laboratório de Piscicultura  
Frederico Westphalen – Santa Catarina



Pólo de Transferência Tecnológica da  
Universidade do Alto Uruguai e das  
Missões – URI  
Vista parcial da área de piscicultura  
Frederico Westphalen – Santa Catarina



Universidade de São Paulo – USP  
Momento da visita (à esquerda, o pesquisador;  
à direita, prof. Dr. Samuel Giordano)  
São Paulo – São Paulo



Universidade de São Paulo – USP  
Vista aérea do prédio central da Escola Superior  
de Agricultura Luís de Queirós  
Piracicaba – São Paulo



DIMON Tabacos do Brasil  
Vista Parcial da fachada  
Palmitos – Santa Catarina

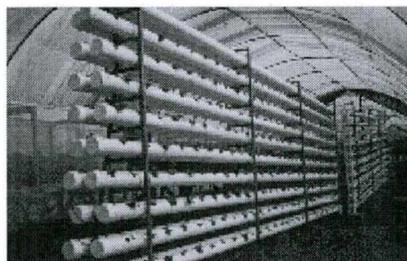


Universidade Federal de Santa Catarina –  
UFSC e Universidade do Oeste de Santa  
Catarina – UNOESC  
Vista parcial da Estação de Piscicultura –  
Colégio 25 de Julho  
São Carlos – Santa Catarina



Colégio 25 de Julho  
Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Vista Parcial da fachada  
São Carlos – Santa Catarina

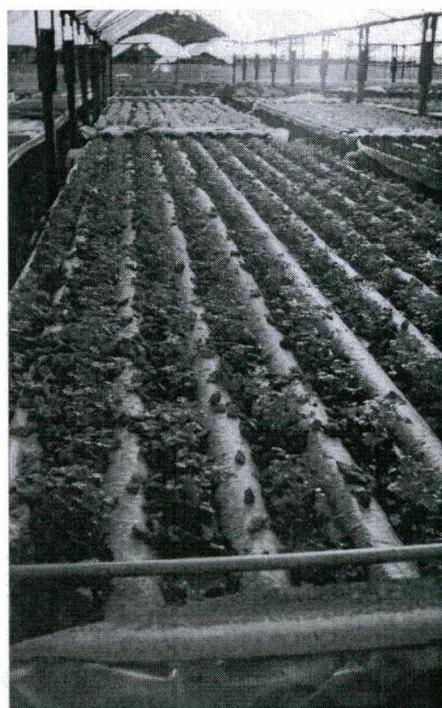
### **Business**



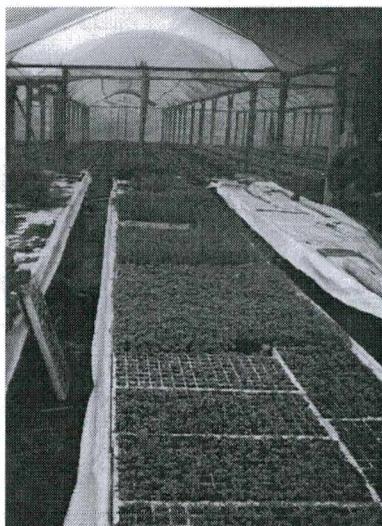
Universidade de São Paulo – USP  
Vista parcial da produção hidropônica  
horizontal de alfafa  
Piracicaba – São Paulo



Propriedade de agricultor  
Vista parcial da produção de alface  
em vasos  
Pato Branco – Paraná



Propriedade de agricultor  
Vista parcial da produção de morango  
em telha de amianto  
Pato Branco – Paraná

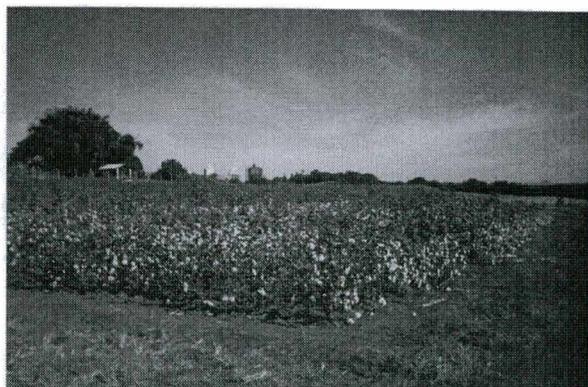


Propriedade de agricultor  
Vista parcial da produção de mudas em *flotting*  
Pato Branco – Paraná

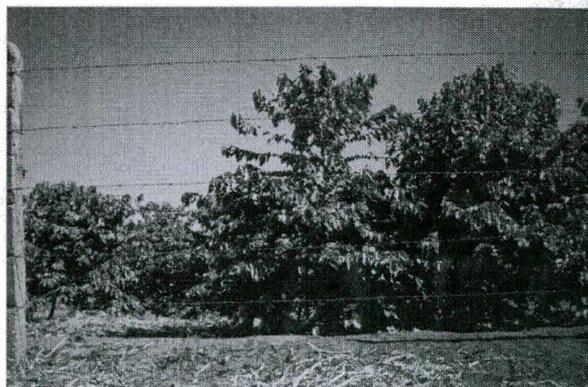


Universidade de São Paulo – USP  
Vista parcial da produção de alface  
hidropônica vertical  
Piracicaba – São Paulo

**Campo Experimental – ESALQ – Piracicaba - SP**



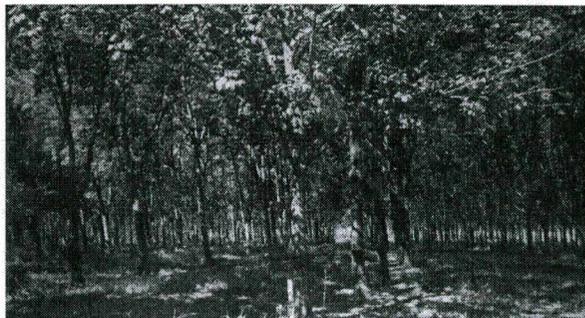
Algodão



Café

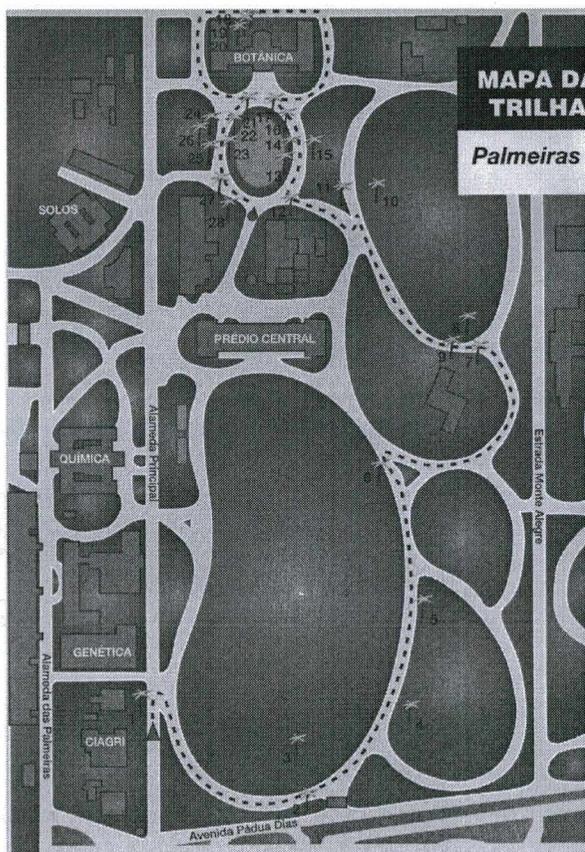


Girassol

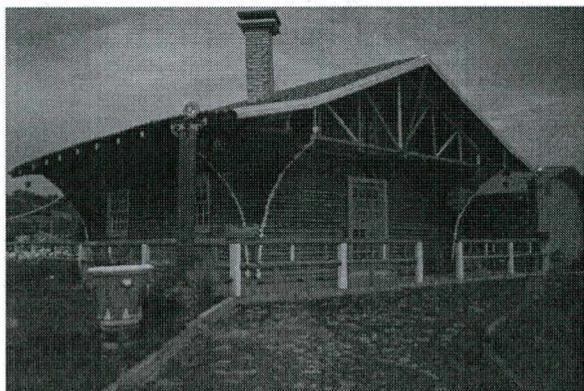


Seringueira

### **Business do entorno agrícola**



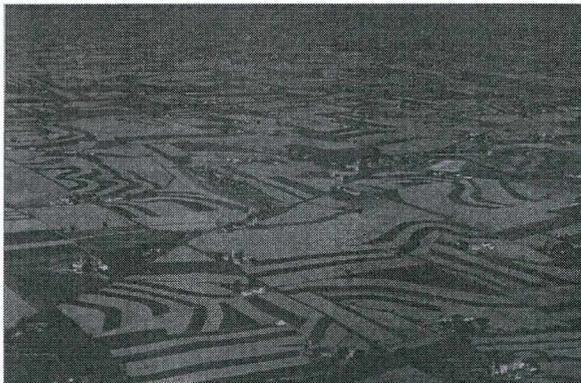
Mapa de trilha ecológica  
Opção de lazer, cultura e estudo técnico na área  
Universidade de São Paulo – USP  
São Paulo – São Paulo



Lar das Manjedouras  
Opção de lazer, cultura e desenvolvimento de  
programas filantrópicos e contribuições à  
cidadania  
São Lourenço do Oeste – SC

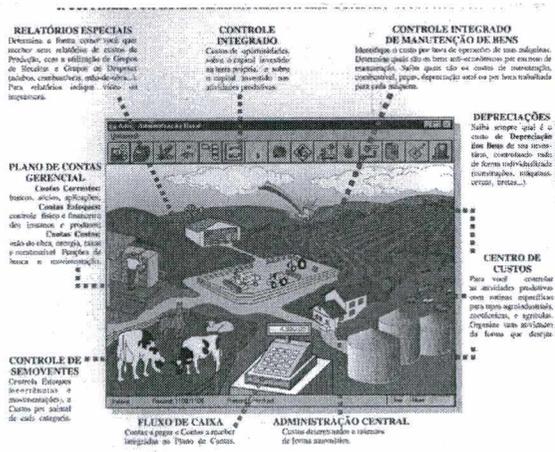


Propriedade de agricultor  
Vista parcial da produção de flores em vasos  
Pato Branco – Paraná

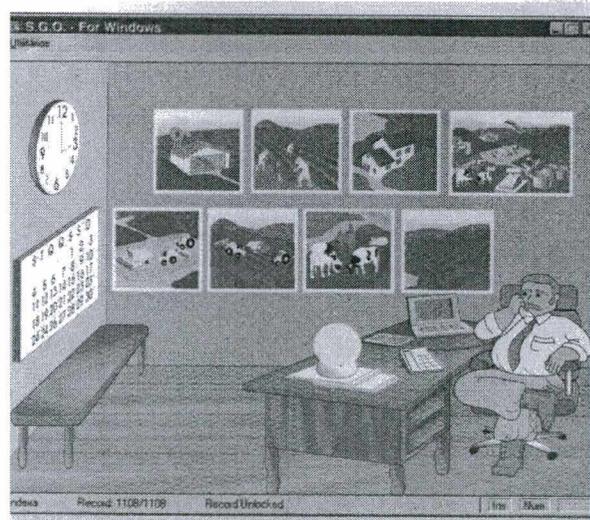


Propriedades rurais características de produtores de leite no Estado da Pensilvânia: setor primário tem expressão nos EUA. (Extraído do Correio Riograndense, 1º de novembro de 2000, p. 12)

**Controle e gestão do Agronegócio**



Agronegócio



Administração Rural

**LEMBRETE AOS LEITORES E INTERESSADOS:**

*Está expressamente proibida a reprodução deste material sem a autorização prévia do organizador.*

© by BARETTA, Gisley Francisco. Dez / 2000

Av. Martin Piaseski, 381 – Centro  
89910-000 – Descanso – SC – Brasil

[gfbaretta@unoescsmo.rct-sc.br](mailto:gfbaretta@unoescsmo.rct-sc.br)

Fone: (xx) 49-6230511